O 1.º milénio a.n.e. no Centro e no Sul de Portugal: leituras possíveis no início de um novo século

ANA MARGARIDA ARRUDA*

RESUMO

A Idade do Ferro orientalizante foi identificada, no actual território português, no litoral ocidental e no Algarve, havendo dados que permitem afirmar que, pelo menos desde a segunda metade do século VIII a.C., em cronologia tradicional, o território actualmente português foi visitado por populações de origem mediterrânea, que aí se fixaram, ou em sítios fundados *ex nihilo* ou em povoados já ocupados por populações indígenas.

Esta cronologia baseia-se não só em alguns conjuntos de materiais como também no que a radiometria permitiu avaliar, concretamente nas datações de radiocarbono obtidas para Santarém e Almaraz. Assim, é hoje possível afirmar que entre a instalação na área do Estreito de Gibraltar de populações oriundas do Mediterrâneo Oriental e os primeiros contactos com o litoral português decorreu apenas uma geração de 25 anos.

Os dados arqueológicos estão também na base da presunção de que a Idade do Ferro Orientalizante está praticamente confinada ao litoral e, mesmo aí, os sítios que a integram concentram-se nos estuários dos grandes rios, concretamente o Guadiana, o Sado, o Tejo e o Mondego. A penetração para o interior de espólios de matriz mediterrânea parece ter ocorrido num momento mais tardio, talvez só a partir da segunda metade do século VII a.C.

Foram também os dados que a radiometria proporcionou, associados a alguns materiais recolhidos em contextos seguros, que permitiram verificar que o estuário do Tejo foi a área mais precocemente visitada pelas populações orientais, o que

* Investigadora da UNIARQ (Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa). Faculdade de Letras. Alameda da Universidade. 1600-214 Lisboa. E-mail: a.m.arruda@fl.ul.pt

mostra que o percurso dos navegadores fenícios não foi linear para montante, e que houve, logo de início, a determinação em chegar a determinadas áreas, neste caso às localizadas no centro da fachada ocidental portuguesa.

O estuário do Tejo representa, aliás, uma área de grande densidade de povoamento orientalizante, materializada, num primeiro momento, pela ocupação de um sítio localizado no limite nordeste do estuário – Santarém. Tudo indica, também, que a região assiste a um processo de colonização interna a partir do século VI a.C.. Mas, durante os séculos VII e VI a.C., Santarém permanece fortemente orientalizada e sítios como Lisboa e Almaraz, localizados na foz do estuário, estão já ocupados.

Do referido processo de colonização interna falam os espólios de Outurela, Moinhos da Atalaia, Santa Eufémia e mesmo Freiria, na margem direita, ou outros da margem esquerda.

Os dados existentes para o estuário do Mondego permitem também admitir uma cronologia antiga para a chegada à região centro de fenícios ocidentais. Com efeito, se é verdade que os materiais de Santa Olaia podem datar-se, de um modo geral, do século VII a.C., a verdade é que Conímbriga, mais para o interior, parece precedê-la, cronologicamente falando, não podendo esquecer-se, neste contexto, que o último dos sítios, ao contrário do primeiro, regista uma importante ocupação do Bronze Final.

Se a necrópole de Alcácer do Sal tornou, desde há muito, famosa a região neste domínio concreto, a descoberta e escavação de Abul contribuíram para revelar o espaço do estuário do Sado como uma paisagem colonial por excelência, o que está igualmente plasmado nos espólios recolhidos no Castelo de Alcácer e na área urbana de Setúbal. A presença fenícia na área não parece recuar para trás do século VII a.C., tudo indicando, portanto, que é entre 50 e 75 anos posterior às dos vales do Tejo e do Mondego.

A natureza dos lugares ditos orientalizantes, e a função que terão desempenhado num processo que se traduziu na exploração de recursos locais, não devem ser esquecidas, e o carácter exógeno de Abul é, hoje, inquestionável. A planta, as características dos aspectos construtivos e os materiais arqueológicos recuperados não deixam dúvidas sobre a origem dos construtores, para além naturalmente da própria implantação topográfica. Mas a sua funcionalidade é mais discutível e o plano arquitectónico, a existência de um altar, e as suas reduzidas dimensões, permitem pensar que se trata de um edifício religioso e não de uma feitoria, como foi proposto.

Uma origem exógena pode ser igualmente defendida para Santa Olaia, ainda que, neste caso, os dados que sustentam esta proposta sejam mais escassos. Boa

parte dos trabalhos de campo foi realizada nos inícios do século passado, e os mais recentes encontram-se, praticamente na totalidade, por publicar. Mas a descrição que Santos Rocha faz dos processos construtivos, o facto de se tratar de uma fundação *ex novo* e a implantação numa pequena ilha no meio do estuário são argumentos que pesam no momento de defender esta possibilidade. Depois, e à semelhança de Abul, o sítio é abandonado no final do século VI ou inícios do V a.C.

Conímbriga, no estuário do Mondego, Santarém, Lisboa e Almaraz, no estuário do Tejo, e Alcácer do Sal e Setúbal, no estuário do Sado, são, pelo contrário, vastos povoados, e na maior parte deles está comprovada uma ocupação do Bronze Final. Esta ocupação anterior, sempre mal definida arquitectonicamente, tem sido o argumento mais esgrimido na defesa do carácter autóctone destes sítios.

Se é verdade que Abul, no Sado, e Santa Olaia, no Mondego, são abandonados no final do século VI, os grandes povoados dos estuários da costa ocidental permanecem ocupados, apesar de tudo indicar que os contactos com a Andaluzia ocidental, em geral, e com a área do Estreito, em particular, esmorecem e que há uma evidente desvinculação dos grandes circuitos económicos do Mediterrâneo. Nesses povoados, a matriz orientalizante mantém-se, no que foi designado como um verdadeiro «conservadorismo orientalizante».

Este afastamento da região gaditana não é verificado no Algarve, onde, quer em Tavira quer em Castro Marim, os contactos com o mundo dito turdetano são muito intensos na 2ª metade do 1º milénio a.C., seguindo-se a uma fase fortemente orientalizada, que decorreu entre os finais do século VIII e os finais do VI a.C.. É também a partir do século V a.C. que se verifica a ocupação da área ocidental do litoral algarvio, havendo dados que permitem pensar que é então que Faro, Vila Velha de Alvor, Monte Molião e Cerro da Rocha Branca são fundados. A «colonização» das terras do interior por populações sidéricas parece ter começado também neste momento.

O Alentejo interior, concretamente o Baixo e o Médio, têm percursos distintos do observado na costa. Aqui, as influências orientais são um pouco mais tardias (ainda que não tanto quanto se pensava), mas parece claro que a rede de povoamento, constituída por pequenos sítios de habitat, ou casais agrícolas, conhecida na região de Ourique desde os anos 70 do século XX, e que pode datar-se do século VI a.C., não corresponde ao momento da chegada das influências mediterrâneas. Essas influências puderam ser rastreadas no Concelho do Redondo, em momento localizado na segunda metade do século VII, mas em sítio de características distintas dos «casais agrícolas», casais esses que agora se estendem também ao Alentejo Central.

Mas a partir do século V a.C., assiste-se, em quase toda a região, a uma mudança radical, quer no que se refere à estratégia de povoamento quer ao nível da cultura material. Os ventos deixam de soprar de Leste, o povoamento volta à segurança dos sítios altos e os espólios arqueológicos cerâmicos têm agora formas e esquemas decorativos de forte componente continental.

O modelo que Caetano Beirão elaborou para a Idade do Ferro portuguesa no final dos anos 70 parece assim manter-se actual, ainda que exclusivamente no Alentejo interior e mesmo aí apenas em áreas concretas. A maioria dos sítios desconecta-se do mundo mediterrâneo, não integrando o mundo turdetano meridional nem conservando os traços de «conservadorismo orientalizante» que se verificaram na costa ocidental.

Mas também é verdade que alguns locais deste Alentejo, moldado maioritariamente na continentalidade dos seus espólios durante a 2ª metade do 1º milénio a.C., evidenciam outra realidade, ainda mal conhecida, é certo, mas que não pode ser ignorada.

Se os espólios «turdetanos» de Mértola podiam compreender-se pela sua localização geográfica, que lhe permite, através do Guadiana, o acesso ao mar, o mesmo não pode dizer-se da área de Beja, de Serpa ou do Redondo, onde os materiais arqueológicos que têm vindo a ser encontrados revelam não só grandes afinidades com os que se recolhem na Turdetânia (Andaluzia e Algarve), mas também diferenças acentuadas com a chamada *Baeturia* Céltica.

Palavras-chave: Idade do Ferro – Orientalizante – Fenícios – Indígenas – Celtas – Colonização

ABSTRACT

In the territory that is now Portugal the Orientalising Iron Age was identified along the western coast and the Algarve, where there is evidence for the presence of populations of Mediterranean origin from at least the second half of the eighth century BC, using the traditional chronology. They were established in settlements founded ex nihilo or in sites that were already inhabited by the indigenous population.

This chronology is based on certain material assemblages and radiometric analyses, namely the radiocarbon dates obtained for Santarém and Almaraz. Therefore, it is now possible to state that only a generation of 25 years elapsed between the settlement of newcomers from the Eastern Mediterranean, in the area around the Straits of Gibraltar, and the first contacts with the Portuguese coast.

Archaeological data also contribute toward the assumption that the Iron Age of Oriental tradition was, in what is now Portuguese territory, almost entirely confined to

the coast, and even there centred in the great river estuaries, namely the Guadiana, Sado, Tejo and Mondego. Penetration of materials of Mediterranean tradition to the interior seems to have occurred at a later date, perhaps only from the second half of the seventh century BC onward.

Radiometric analyses obtained from materials associated with artefacts retrieved from sealed contexts also indicates that the Tejo estuary was the area witnessing the earliest visits by populations of Eastern Mediterranean origin. This situation implies that the routes of Phoenician navigation weren't linear, and that from the start there was a determination to reach certain areas, in this case located in the centre of the western Portuguese coast.

The Tejo river estuary represents an area of great density of Orientalising settlement, translated in a first phase by the occupation of a site located to the northeast limit of the estuary – Santarém. All implies that the region witnesses a process of internal colonisation from the sixth century BC onwards. However, during the seventh and sixth centuries BC, Santarém continues to be strongly Orientalising and sites such as Lisbon and Almaraz, located along the mouth of the estuary, are already settled.

The archaeological assemblages from Outurela, Moinhos da Atalaia, Santa Eufémia and even Freiria, along the right bank of the river, as well as others on the left bank, speak well of this process of internal colonisation.

The extant information for the Mondego river estuary also suggests an early chronology for the arrival of the western Phoenicians to the central region of the country. In effect, although it is true that the materials from Santa Olaia may, in generally terms, date to the seventh century BC, Conímbriga, located toward the interior of the country, seems to predate it. However, in this context one ought to remember that the latter site, contrary to the former, has an important Late Bronze occupation.

Although the necropolis of Alcácer do Sal has made the region famous in this particular field, the discovery and excavation of Abul contributed to make the area of the Sado estuary into a colonial landscape par excellence. This is equally mirrored in the assemblages recovered in the Castelo de Alcácer and in the urban area of Setúbal. Phoenician presence in the area doesn't seem to occur before the seventh century BC, implying therefore that it is 50-70 years posterior to that of the Tejo and Mondego valleys.

The nature of sites known as Orientalising and the function that these may have had in the process expressed by the exploration of local natural resources mustn't be forgotten, as the exogenous character of Abul is, nowadays, unquestionable. Its plan, building characteristics and archaeological materials recovered, besides off course the topographic nature of the settlement, leave one in no doubt as to the origins of its builders. Its function is, however, less certain. The architectural layout, the presence of an altar, and its reduced size imply that it was a religious building rather than a commercial settlement, as it was once thought.

An external origin may also be argued for Santa Olaia, although in this particular case data to support this proposal are shortcoming. A large part of the archaeological fieldwork done in this area took place at the beginning of the last century, while more recent work still awaits publication. However, the description by Santos Rocha of its building methods, the fact that it is a foundation ex novo in a small island in the middle of the estuary, are arguments weighting toward that possibility. Also, and resembling Abul, the settlement was abandoned in the late fourth or early fifth century BC.

Conímbriga, on the Mondego estuary, Santarém, Lisbon and Almaraz, on the Tejo estuary, and Alcácer do Sal and Setúbal, on the Sado estuary, are large settlements and in most of them a Late Bronze Age occupation is proven. This earlier occupation, architecturally less well defined, has constituted the most frequent argument supporting the indigenous character of those sites.

Even though Abul, on the Sado, and Santa Olaia, on the Mondego, were abandoned by the end of the sixth century, the great settlements on the river estuaries of the western coast remained settled. Although extant evidence indicates that contacts with western Andalusia, and particularly the area around the Straits, faded and that there was a marked decline of the great economic routes of the Mediterranean, these settlements still maintain their Orientalising character, in what has been termed as a true "Orientalising conservatism."

This distancing from the Gaditanian region is not observed in the Algarve where, at Tavira and Castro Marim, contacts with the Turdetanian world became intense during the second half of the first millennium BC, following a strongly Orientalising phase occurring between the late eighth and late sixth centuries BC. Occupation of the western coast of Algarve also takes place from the fifth century BC, as suggested by the data from Faro, Vila Velha de Alvor, Monte Molião and Cerro da Rocha Branca. "Colonisation" of the hinterland by Iron Age populations also seems to have started at that time.

The interior of the Alentejo, namely the Lower and Middle Alentejo, have a different course from that observed along the coast. Here, Oriental influences arrived later (although not as late as once thought), and the settlement pattern formed by small sites, or farming hamlets, probably from the sixth century BC, and known in the area of Ourique since the 1970s, doesn't correspond to the moment of arrival of Mediterranean influences. The latter were seen in the Concelho do Redondo, in a phase dating to the second half of the seventh century, at a site different from the "farming hamlets", these now extending also to the Central Alentejo.

However, from the fifth century BC almost the entire region witnesses a radical change concerning settlement strategies and material culture. The winds stop blowing from the East, human settlement returns to the security of high places, while their ceramic assemblages now show forms and decorative schemes betraying a strong Continental influence.

The model developed by Caetano Beirão at the end of the 1970s for the Portuguese Iron Age seems to remain valid for specific hinterland areas of the Alentejo. The majority of sites loose connection with the Mediterranean, remaining outside the Turdetanian world and without traces of the "Orientalising conservatism" observed along the western coast.

It is also true, however, that some of these places in Alentejo, mainly shaped by the Continental nature of their assemblages dating from the second half of the first millennium BC, also show another reality, less known, that nevertheless cannot be ignored.

If the "Turdetanian" materials from Mértola are understood in terms of the geographical situation of the site, with access to the Sea, the same is not true for the area of Beja, Serpa or Redondo. Here the archaeological materials demonstrate a great resemblance to those found in Turdetania (Andalusia and Algarve), and marked differences with the so-called Celtic Baeturia.

Key-words: Iron Age – Orientalising – Phoenicians – Indigenous – Celts – Colonisation

«Le véritable voyage de découverte ne consiste pas à chercher de nouveaux paysages, mais à avoir de nouveaux yeux.»

Marcel Proust

«O que importa aqui não são as grandes ideias que os outros tiveram, mas as pequenas coisas que a ti te ocorrem.»

Haruki Marakami

1. INTRODUÇÃO

Há vinte anos atrás, a imagem da Idade do Ferro do Centro e Sul de Portugal era baça e desfocada. As folhas em que estavam impressos os «cacos» e as «pedras» saídos do terreno não tinham profundidade. Nelas queríamos ver reflectidas formas, estruturas, conceitos, gentes, mas descobríamos apenas vagas impressões, silhuetas mal definidas, traços tremidos.

Com efeito, o pouco que se investiu na área e no período, durante o século XIX e quase todo o século XX, resultou num desconhecimento assinalável, que contrastava com o que existia para outras regiões e para os mesmos tempos, ou até para a mesma região, mas em outras sincronias. Os dados escasseavam e estavam praticamente limitados aos que Estácio da Veiga e Santos Rocha tinham trazido à luz do dia no Algarve e na foz do Mondego, ou àqueles que, no final dos anos 20 do século passado, Vergílio Correia recuperara em Alcácer do Sal (na necrópole do Senhor dos Mártires), em Lisboa e em Conímbriga. Os trabalhos de Teresa Júdice Gamito e de Caetano Mello Beirão, no Alto e no Baixo Alentejo respectivamente, ambos nos anos 70, acrescentaram informação, mas nem por isso mais transparência, à opacidade dominante.

O desenvolvimento que a arqueologia portuguesa sofreu a partir dos anos 80 produziu uma mais valia significativa no âmbito do conhecimento da Idade

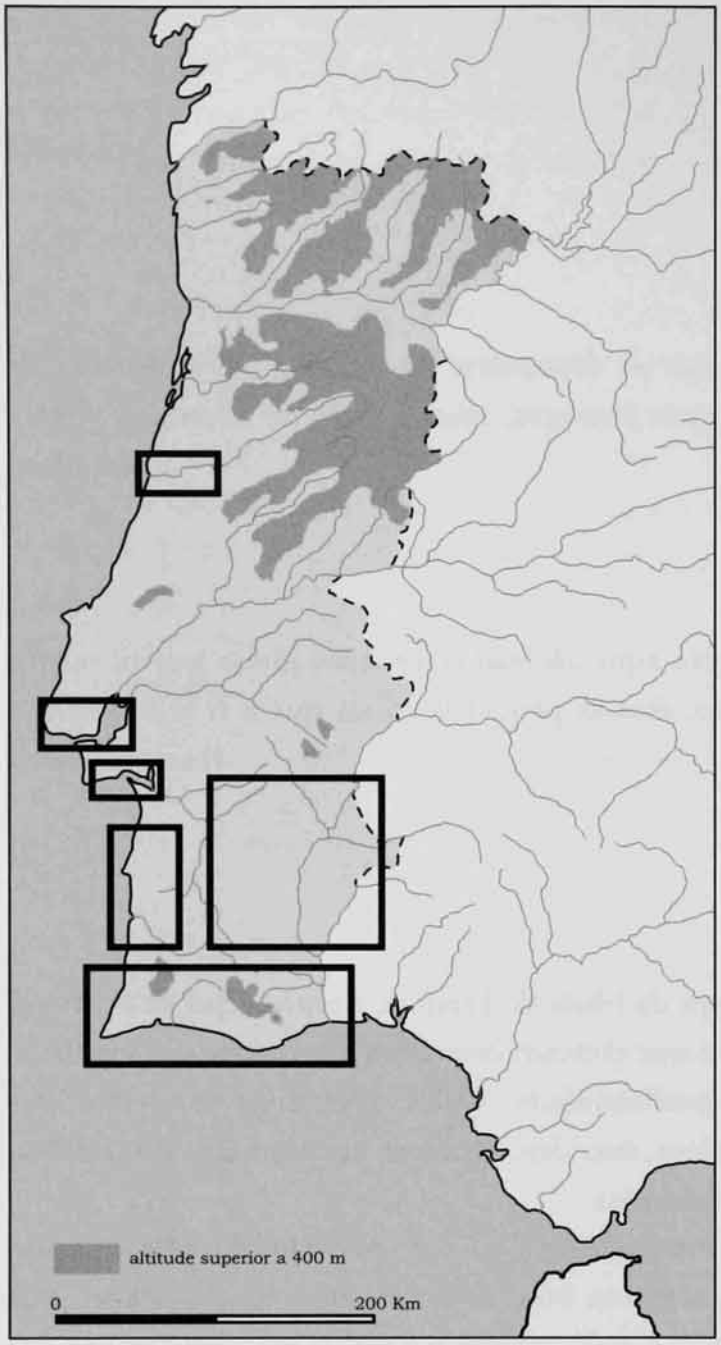


Fig. 1 – As áreas estudadas, no território actualmente português (base cartográfica de V. S. Gonçalves, 1989)

do Ferro do centro e do sul do actual território português. Projectos de investigação ou escavações de emergência conduziram, então, à escavação e, em parte, à publicação de numerosos sítios arqueológicos do Alentejo e do Algarve ocupados durante a Idade do Ferro, e de outros localizados nos estuários do Tejo e do Sado. O trabalho realizado no âmbito do plano de minimização sobre o património arqueológico da construção da barragem do Alqueva resultou também no estudo de um conjunto de sítios sidéricos da bacia do Guadiana. Assim, e ainda que deva dizer-se que a informação disponível apresenta uma considerável diversidade, quer no que se refere a sítios quer a áreas geográficas, a verdade é que hoje os dados abundam.

Naturalmente que a «amostra total» continuará sempre vedada e o conhecimento é ainda meio inteiro, ou meio partido. Talvez por isso a produção desta síntese tenha sido concretizada com alguma segurança, mas também com um certo desconforto, ou seja, entre o receio e a resistência.

De qualquer modo, a quantidade de informação disponibilizada pelos trabalhos de campo levados a efeito nos últimos vinte anos é já vasta e pode proporcionar leitura coerente, sobretudo se na análise tivermos em consideração a diversidade das perspectivas possíveis.

2. ALGUMAS QUESTÕES PRÉVIAS: O ESPAÇO, A TEMPO E A GENTE

Sinto que devo começar por dizer que a análise que me propus realizar tem por cenário um vasto espaço e um longo tempo, e que os grupos humanos que nele actuaram são também múltiplos e variados.

2.1. Muitos espaços

Limitado ao Sul de Portugal, poderia parecer que o espaço sidérico está definido previamente. No entanto, o território abrange uma vasta área, integrando distintas *Unidades de Paisagem*, concretamente o Algarve, o Alentejo, interior e litoral, o Estuário do Sado e o Estuário do Tejo. Se é verdade que todas elas se incluem no que Orlando Ribeiro designou de *Portugal Mediterrâneo* (ao qual o clima e o manto vegetal fornecem uma tonalidade específica), a verdade é que a diversidade de paisagem é grande e são múltiplas também as realidades geográficas e topográficas.

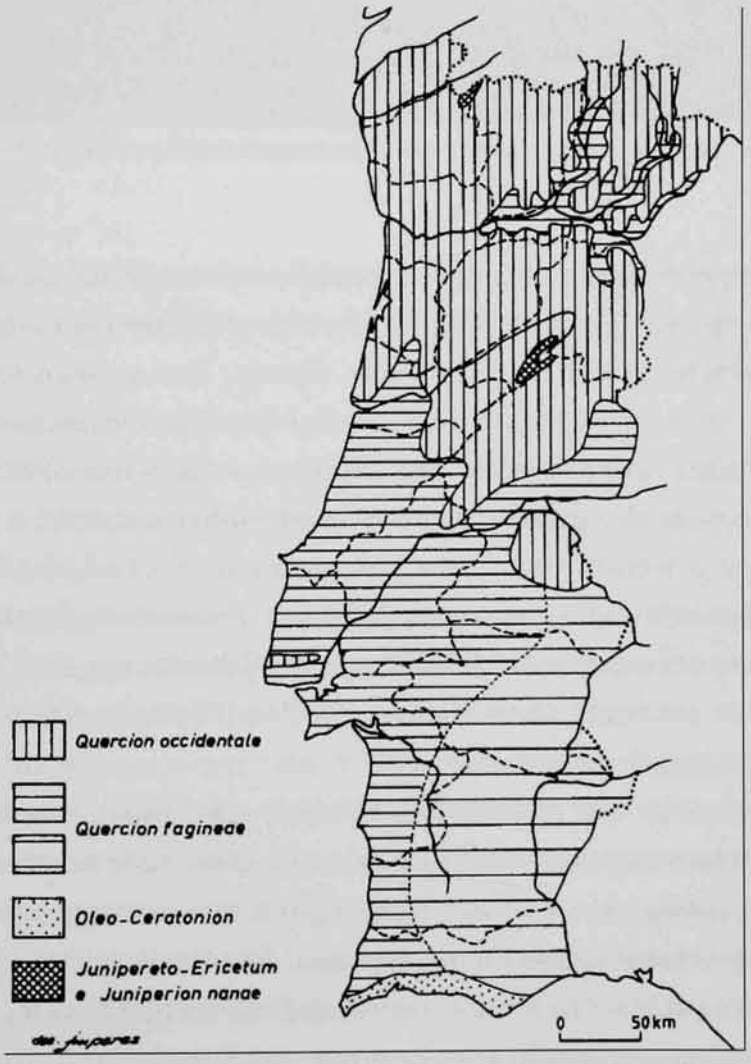


Fig. 2 – Distribuição dos carvalhos em Portugal, segundo Ribeiro, 1986. É visível que a distribuição do carvalho cerquinho *(quercion fagineae)* tem como limite norte o cabo Mondego, cabo que marca o início do carvalho atlântico de folha caduca *(quercion occidentale)*.

Fig. 3 – As searas de trigo e as oliveiras marcam a paisagem da planície alentejana (Foto de Victor S. Gonçalves)

O Algarve, o Alentejo (interior e litoral), e os estuários do Sado e do Tejo representam espaços que a geologia e o relevo diferenciam. Mas todos eles apresentam características mediterrâneas típicas, que se manifestam ao nível climático, e mesmo no revestimento vegetal, repetindo muitas vezes «...aspectos próprios dos países ribeirinhos do mar interior...» (Ribeiro, 1986, p. 39).

Os sobreiros, as azinheiras, os carrascos, o pinheiro manso, a urze branca, o medronheiro ou o loendro dominam nas paisagens e «...as plantas perfumadas (alecrim, rosmaninho, alfazema, tomilhos), na Primavera, derramam o cheiro inconfundível das charnecas mediterrâneas...» (Ribeiro, op. cit., p. 47).

E a clássica triologia constituída pelo Pão, Vinho e Azeite é a base que dominou, e domina ainda, nas culturas.

Assim, se é certo que este imenso Sul está geograficamente unido por uma infinidade de traços comuns, também é verdade que existe acentuada e profunda diversidade de paisagens entre as várias regiões que o integram e que, mesmo em termos estritamente geográficos (geologia, formas de relevo, manto vegetal), algumas das áreas apresentam uma considerável heterogeneidade, diferenciando-se mais do que se aproximam.

Os espaços ribeirinhos dos estuários do Sado e do Tejo e o litoral do Algarve correspondem ao que poderia chamar-se genericamente de «territórios coloniais»

Fig. 4 – Sobreiros, carrascos e azinheiras na Serra da Arrábida (Fotografia: Catarina Viegas)

por excelência e a forma como se procedeu à sua ocupação durante o 1º milénio a.C. não é paralelizável à que foi utilizada no Alentejo interior, por exemplo.

2.2. Muitos tempos

Também o Tempo é, neste caso concreto, muitos Tempos, mas há que começar por dizer que a Idade do Ferro no Sul de Portugal está balizada, *grosso modo*, entre os séculos VIII e II a.C.

A movimentação dos exércitos romanos no território em análise, a partir do século II a.C., bem como a generalização do consumo de produtos itálicos (alimentares e manufacturados) marcam o fim da Idade do Ferro. Mas o seu início, fixado historicamente no século VIII, com base na comparação dos espólios recolhidos em vários sítios do Centro e Sul com os que foram recuperados nos sítios fenícios da costa de Málaga e de Granada, poderá recuar para o século IX a.C., se tivermos em consideração as datações radiométricas que nos últimos anos se têm multiplicado, quer na Andaluzia quer no território actualmente português (no último caso no Estuário do Tejo).

Com efeito, aquilo que ficou conhecido por 2ª revolução do radicarbono, ou seja a calibração das datas de ^{14}C, contribuiu decisivamente para modificar o quadro cronológico existente e começou a ganhar corpo a ideia de que as datas

convencionais atribuídas ao início da colonização fenícia ocidental, por exemplo, poderiam recuar cerca de 100 anos.

Por outro lado, estas cronologias podem corresponder a diferentes tempos no conjunto dos espaços do Sul, não podendo falar-se de homogeneidade temporal. Tudo indica, de facto, que o início da Idade do Ferro no litoral ocidental ou em algumas áreas do Algarve ribeirinho ocorre num momento mais antigo do que no Alentejo interior.

Ainda quanto ao tempo, é obrigatório referir que, no final da primeira metade do século V a.C., são verificadas, em quase todo o Sul de Portugal, alterações significativas ao nível da cultura material e, em determinadas áreas, essas alterações são também visíveis na estratégia de ocupação do território. As mudanças observadas podem relacionar-se, ou não, com acontecimentos políticos e económicos ocorridos na bacia do Mediterrâneo (conquista de Tiro, hegemonia de Cartago no Mediterrâneo Central), mas seguramente são, pelo menos em parte, decorrentes de mudanças similares que tiveram lugar a Oriente do Guadiana, mudanças essas habitualmente designadas por «crise de 400».

De qualquer modo, a mudança é grande e, em grande parte do território em análise, a 1ª metade do 1º milénio a.C. é arqueologicamente diferenciável da sua 2ª metade.

2.3. Muitas gentes

Os grupos humanos que ocuparam, durante todo este tempo, as distintas unidades de paisagem que podemos distinguir no Sul de Portugal não partilharam, mesmo em momentos coevos, a mesma cultura material, e não ocuparam os seus territórios de forma idêntica. Com efeito, as estratégias de ocupação mudam consideravelmente se compararmos os sítios do estuário do Tejo com os da região de Ourique durante o século VI a.C.. Por outro lado, há também dados que apontam para uma considerável distinção no que diz respeito à organização social e política destes grupos humanos em função da sua distribuição geográfica.

A Península Ibérica foi, durante a Idade do Ferro, «visitada» por populações exógenas com origem na área mediterrânea e no Centro europeu. Essas populações fixaram-se no território ibérico, concretamente em Portugal, a maior parte das vezes, mas aparentemente nem sempre, em áreas mutuamente exclusivas. Essa fixação, que trouxe consigo novas tecnologias, novas culturas materiais, novos hábitos sociais e económicos e novas formas de organização política, provocou alterações profundas nas estruturas sociais e políticas pré-existentes. Assim, julgo possível defender que a Idade do Ferro do Sul de Portugal parece estar, em grande parte, formatada pela chegada de populações exteriores à Península Ibérica, provenientes quer do Próximo Oriente quer do Interior europeu.

E será a essa «internacionalização» que poderá ser assacada grande parte da responsabilidade das várias identidades identificadas, bem como das rupturas e continuidades que se verificam no registo arqueológico.

3. FENÍCIOS, TURDETANOS, PÚNICOS, CELTAS E INDÍGENAS: O «ORIENTALIZANTE», O «PÓS-ORIENTALIZANTE» E A 2ª IDADE DO FERRO NO SUL DE PORTUGAL.

3.1. O litoral

A Idade do Ferro do Centro e Sul do território actualmente português está, em várias áreas, marcada por um profundo orientalismo, o que acabou por justificar a designação de «orientalizante». E se é verdade que o conceito tem um conteúdo muito preciso no Mediterrâneo europeu, sobretudo na Grécia e em Itália, na Península Ibérica o termo generalizou-se para definir um conjunto de sítios e espólios com evidentes conexões com a região próximo-oriental, confundindo-se, também por vezes, com o que a literatura arqueológica designou por *Tartéssico*. O Orientalizante peninsular constitui assim a definição possível para uma Idade do Ferro observada num conjunto de sítios arqueológicos, quase todos localizados na área meridional e litoral, cujos espólios e características arquitectónicas observadas obedecem, maioritariamente, a modelos importados do Mediterrâneo Oriental.

O orientalizante do sul de Portugal está impresso quer em materiais arqueológicos quer em arquitecturas (domésticas, sacras e funerárias) e tudo indica que tem que relacionar-se com as relações existentes entre esta vasta região, ou entre várias das suas áreas concretas, e a Andaluzia. Esses materiais e essas estruturas ocorrem, maioritariamente, em sítios bem destacados na paisagem, com evidentes condições naturais de defesa e que detêm um amplo domínio visual. A maior parte das vezes implantam-se em elevações sobranceiras a linhas de água, e junto a áreas com boas condições portuárias. Neste padrão cabem Conímbriga e Santa Olaia, no Mondego, Santarém, Lisboa e Almaraz, no Tejo, Setúbal e Alcácer do Sal, no Sado e, por fim, Tavira, no Gilão, e Castro Marim, no Guadiana. A única excepção a este modelo de ocupação é Abul, cuja funcionalidade, adiante discutida, pode justificar este desvio ao padrão verificado.

Parece, também, imprescindível começar por recordar que nos inícios do 1º milénio a.C. se assistiu, no sul do território actualmente espanhol, à chegada de contingentes populacionais oriundos da fachada sírio-palestiniana, que se instalaram

Fig. 5 – Localização no mapa da Península Ibérica dos sítios portugueses onde são evidentes as relações com o mundo fenício ocidental

no litoral da costa de Málaga e de Granada, na foz, no estuário e talvez mesmo no baixo vale do Guadalquivir, e ainda na foz dos rios Tinto e Odiel.

As características deste movimento populacional têm sido, quanto à forma, muito discutidas. Mas se o seu carácter colonial não reúne ainda consenso, a verdade é que a visão de umas pouco numerosas feitorias, com vocação comercial estrita e com população de número restrito integrando umas «burguesias mercantis endinheiradas» parece ser neste momento completamente de descartar. E julgo que é também evidente que a chegada de fenícios à Península Ibérica alterou, de forma substancial, o panorama social e político pré-existente das regiões a que esses fenícios aportaram, tendo certamente contribuído, igualmente, para traçar um novo mapa genético. Será na leitura das alterações verificadas ao nível tecnológico, alterações que são profundas e terão tido um impacto considerável sobre as populações locais, que aqueles aspectos se poderão rastrear.

Com já acima referi, o momento exacto do desembarque, no sul da Península Ibérica, de grupos humanos próximo-orientais tem vindo a ser revisto.

Desde o final do século passado, alguns investigadores começaram a questionar a coincidência entre as cronologias que através dos dados tipológicos eram atribuídas às primeiras ocupações fenícias peninsulares e as que se iam obtendo pelas análises radiométricas (Aubet, 1994; Castro, Lull e Micó, 1994; Ruiz Galvéz, 1995; Mederos, 1996; Mederos, 1997; Torres, 1998; Arruda, 1999-2000, 2000 a 2005). E se para Mezquitilla B1 as tipologias cerâmicas indicavam um momento localizado entre o final do século IX e os inícios do VIII a.C., a cronologia absoluta permitiu recuar a mesma fase do sítio malaguenho para o final do X ou inícios do IX a.C.

A mesma discrepância observou-se para os sítios indígenas, por exemplo *Acinipo* (Ronda la Vieja) (Aguayo *et al.*, 1991, p. 311; Carrilero, 1992, p. 136), Cerro de la Mora e Convento de las Franciscanas Concepcionistas, (Gilles *et al.*, 1993-95), onde as datações radiométricas obtidas permitiram, também, observar que a chegada de populações orientais tinha tido repercussões imediatas no *hinterland* autóctone.

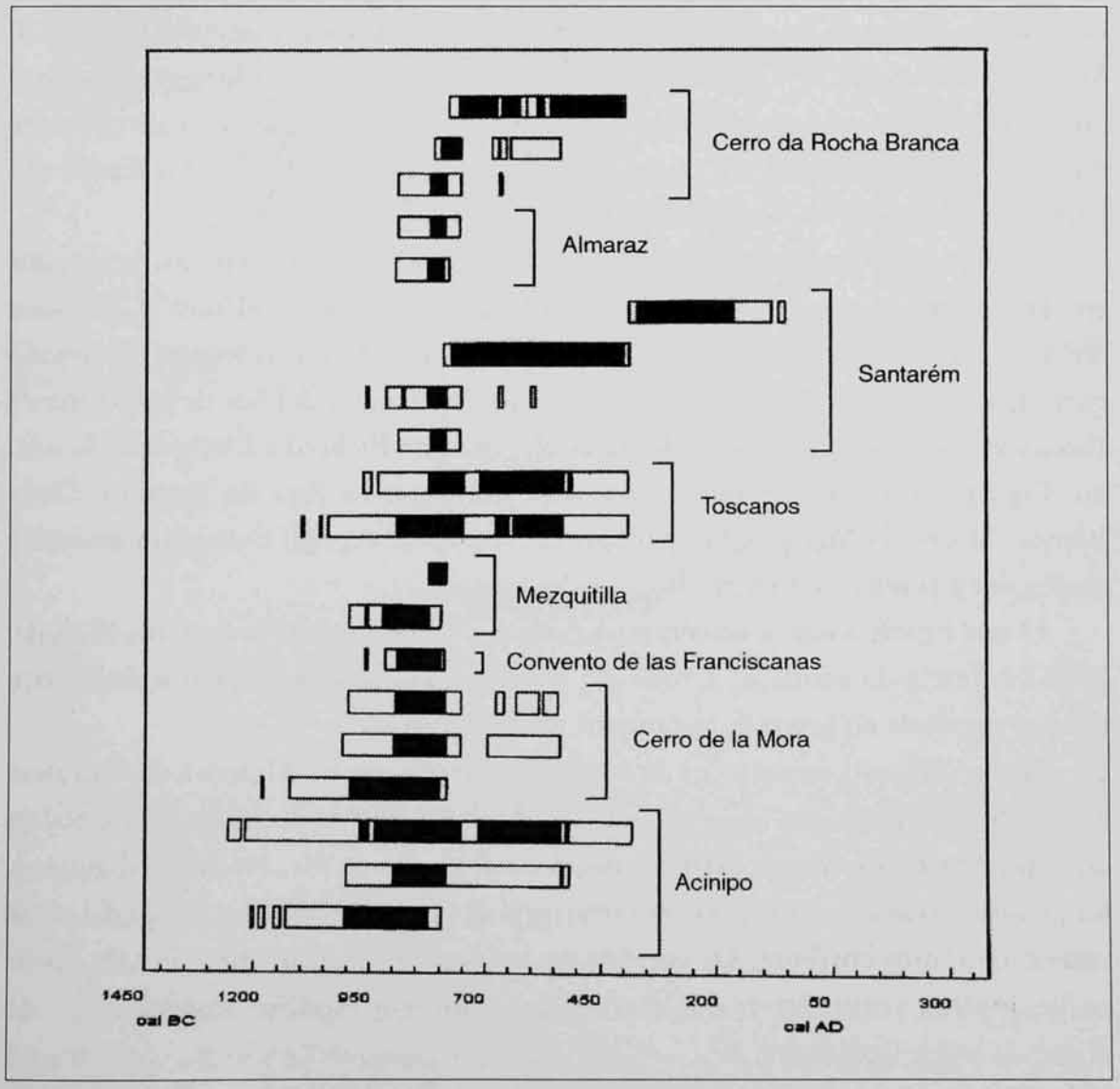


Fig. 6 – Tábua das datações de radiocarbono de sítios portugueses e espanhóis.

Mas a questão cronológica vive, desde há pouco tempo, uma outra «revolução», resultante das novas descobertas de Huelva. Em 1998, as escavações naquela cidade andaluza atingiram, pela primeira vez, estratos arqueológicos actualmente localizados abaixo do nível freático, o que proporcionou a descoberta da actividade antrópica mais antiga da cidade relacionada com a presença fenícia na Península Ibérica (Canales Cerisola, Serrano Pichard e Llompard Goméz, 2004). A análise dos materiais arqueológicos recolhidos no «estrato gris-negrusco» (Canales Cerisola, Serrano Pichard e Llompard Goméz, op. Cit., p. 25) permitiu datá-lo dos finais do X/inícios do século IX a.C. , tendo ficado evidenciada a relação existente entre esses materiais e o estrato IV de Tiro (*ibidem*, 196). Com efeito, predominam, de forma absoluta, os pratos de tipo Tiro 7, 8 e 9, sendo escassos os de tipo 11, estando ausentes os tipos 1 a 6 (Canales Cerisola, Serrano Pichard e Llompard Goméz, op. Cit., p. 25). Mais importante é a inexistência de pratos de engobe vermelho de bordo estreito e encurvado para o exterior, que caracterizam a primeira ocupação do Morro de Mezquitilla (Canales Cerisola, Serrano Pichard e Llompard Goméz, op. Cit., p. 25), ocupação que constituía, até agora, o paradigma da antiguidade fenícia na Península Ibérica e que cuja cronologia radiométrica foi fixada em finais do século X/inícios do IX a.C.

Assim, neste momento, parece possível defender que os fenícios instalados em Huelva num momento correspondente aos reinados de Hiram I/ Salomão terão, a partir dos finais do século IX/ inícios do VIII a.C. (cronologia tradicional), participado «...en la planificación de las colónias fenícias del Sur de la Península Ibérica y costas africanas» (Canales Cerisola, Serrano Pichard e Llompard Goméz, op. Cit., p. 209), concretamente das que se situam na área do Estreito (Doña Blanca, Morro de Mezquitilla, primeiro e Toscanos, depois) e na costa atlântica marroquina (Lixus, por exemplo).

O que significa que, e ao contrário do que ainda recentemente escrevi (Arruda, 2005), o início da ocupação fenícia do território português da Península Ibérica não corresponde ao segundo momento da colonização.

Neste contexto, as datações de radiocarbono obtidas na Alcáçova de Santarém e em Almaraz merecem alguma atenção. Ambos sítios se localizam no estuário do Tejo, o primeiro no seu extremo norte e o segundo na foz. No sítio ribatejano, foi possível escavar uma sequência estratigráfica da qual se obteve um perfil rádio carbónico muito coerente. Os carvões analisados são provenientes de três níveis arqueológicos sequenciais, que forneceram também espólios distinguíveis do ponto de vista tipológico.

A sequência radiocarbónica foi a seguinte:

FASE I (Níveis profundos) ICEN 532: 2640±50 BP – 898-765 cal. A.C.
FASE I (Níveis profundos) BETA 131488: 2650±70 BP – 920-770 cal. A.C.
FASE II (Níveis médios) ICEN 525: 2470±70 BP – 799-396 cal. A.C.
FASE III (Níveis superiores) BETA 131487: 2200±60 BP – 396-60 cal. A.C.
(todas as calibrações referidas, a 2 sigmas)

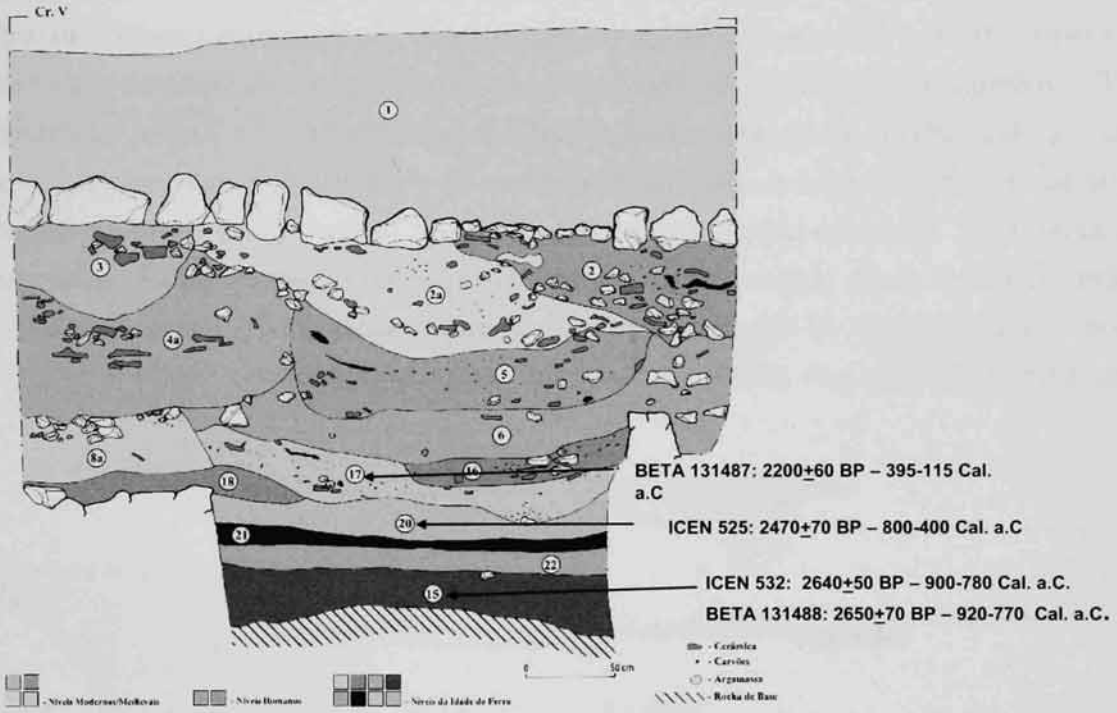


Fig. 7 – Sequência estratigráfica de Santarém, com a indicação dos níveis onde se recolheram os restos orgânicos datados pelo radiocarbono, e respectivos resultados.

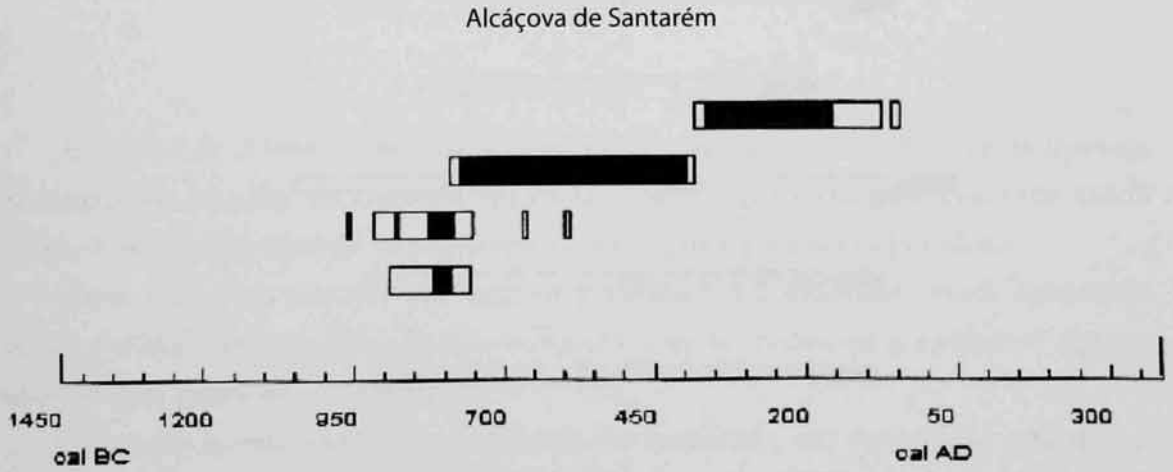


Fig. 8 – A sequência radiocarbónica de Santarém a 2 sigmas.

Os materiais recolhidos nos estratos onde se obtiveram as datas correspondentes à FASE I (concretamente pratos de engobe vermelho de bordo estreito e amplo diâmetro; ânforas R1 de tipo 10.1.1.1.; abundante cerâmica manual) poderiam,

com facilidade, colocar-se em meados/segunda metade do século VIII a. C., em cronologia tradicional ou histórica. Os resultados das análises do carbono 14 permitem que recuemos a cronologia dos primeiros contactos do estuário do Tejo com as populações fenícias para finais do IX/ inícios do VIII a.C., uma vez que as datações, calibradas a dois sigmas, indicaram intervalos de tempo compreendidos entre 898-765 cal BC (ICEN 532: 2640 ± 50 BP) e 920–770 cal BC (BETA 131488: 2650± 70), ou seja entre os finais do X e o primeiro quartel do VIII a.C. (Arruda, 1999-2000). Ambos pontos de intercepção localizam-se nos finais do IX, respectivamente 804 e 806. As duas datações aproximam-se assim das que foram obtidas para a costa mediterrânea da Andaluzia, concretamente para o nível 1 de Toscanos (Almagro Gorbea, 1970, p. 23) e para a segunda fase de Mezquitilla, e ainda daquelas que podem corresponder a um segundo momento dos contactos entre os colonos fenícios e as populações indígenas do *hinterland* malaguenho, como por exemplo *Acinipo* e Cerro de la Mora.

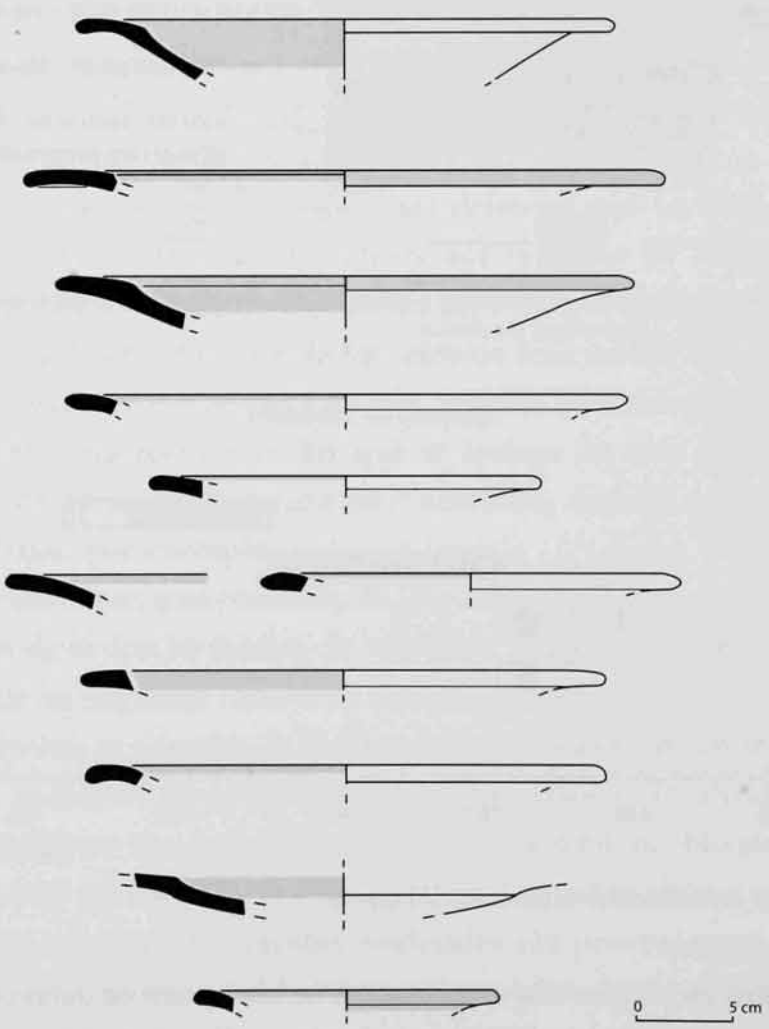


Fig. 9 – Pratos de engobe vermelho de Santarém.

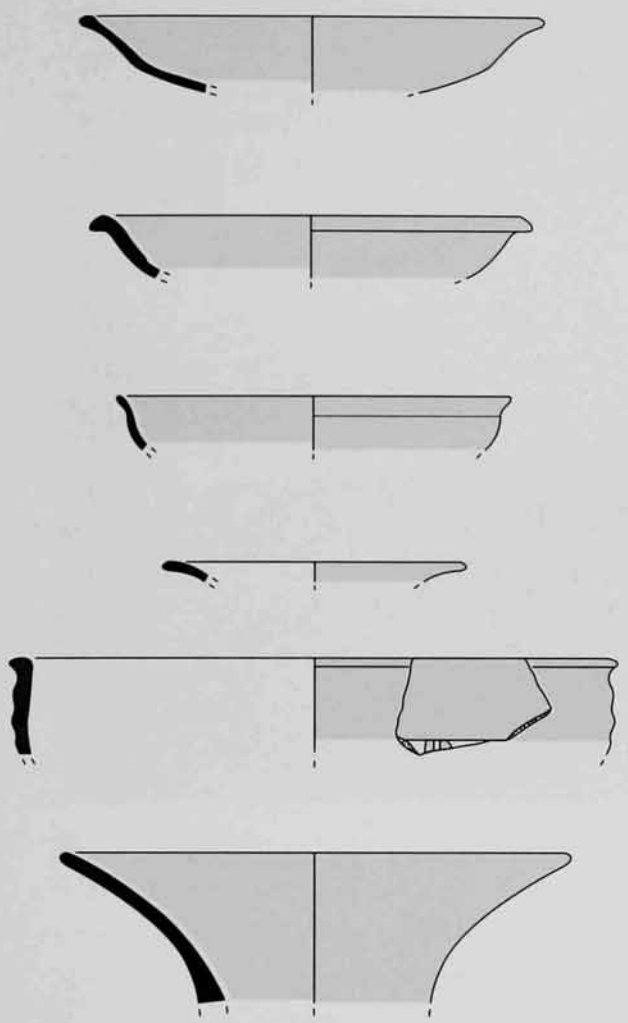


Fig. 10 – Taças e vaso *à chardon* de engobe vermelho recolhidos na Alcáçova de Santarém.

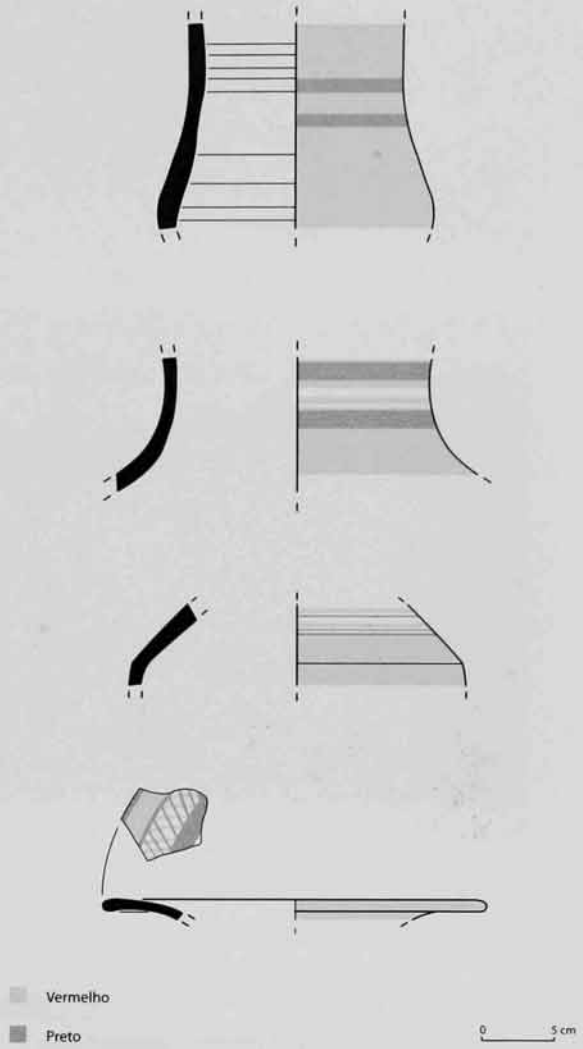


Fig. 11 – Cerâmica pintada em bandas da Alcáçova de Santarém.

As datas de Almaraz são mais difíceis de analisar e perceber, até porque os contextos de recolha da matéria orgânica que as suportam não parecem ainda claros, sendo os materiais arqueológicos associados pouco conhecidos.

Num trabalho recente em que se publicam 22 datações, esses contextos foram melhor explicitados (Barros e Soares, 2004), e deu-se a conhecer alguns espólios que neles se encontraram.

Contudo, a totalidade das amostras foi recolhida em estruturas negativas, concretamente «...na fossa de detritos [onde] a estratigrafia corresponde à deposição de materiais de diversas épocas aí depositados em diferentes momentos...» (*ibidem*: 339), e ainda no fosso defensivo, cujo «...enchimento terá ocorrido de forma rápida e deverá ter resultado do crescimento do povoado para além da primeira linha de muralhas» (*ibidem*: 340). A leitura deste novo trabalho esbateu algumas

Fig. 12 – A Quinta do Almaraz vista de Lisboa.

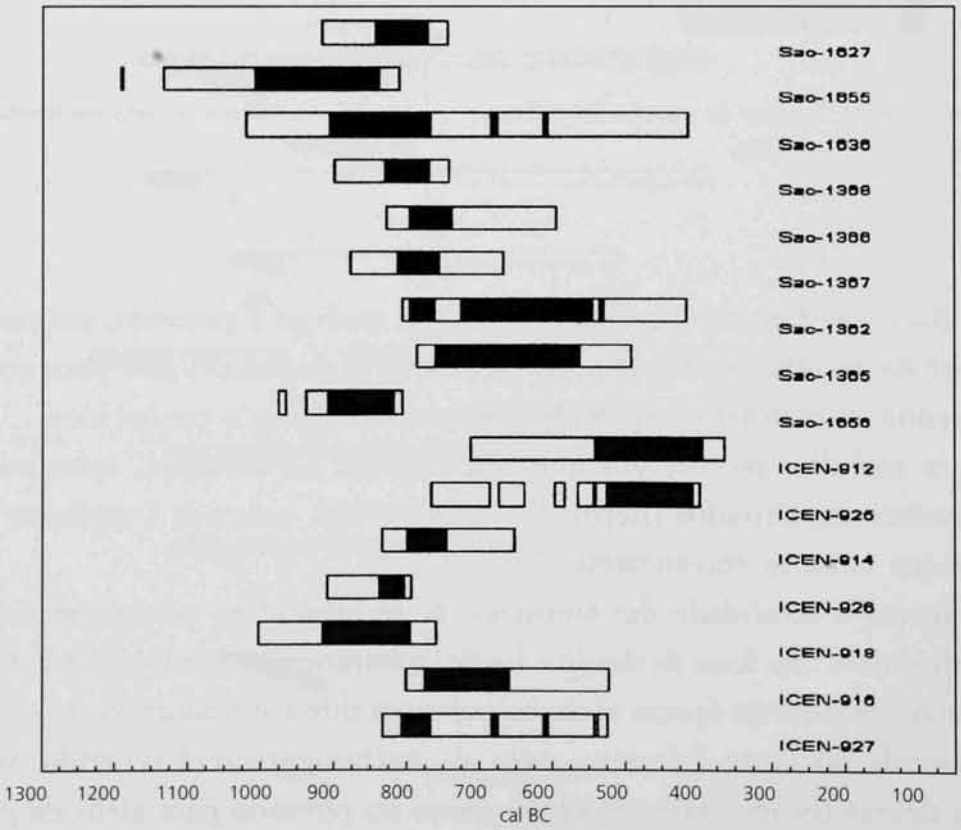


Fig. 13 – As datações de radiocarbono da Quinta do Almaraz, segundo Barros e Soares, 2004.

das dúvidas que o primeiro me suscitou (Barros, Cardoso e Sabrosa, 1993; Arruda, 1999-2000, 2005), ainda que, na minha perspectiva, as datações de radiocarbono não estejam ainda devidamente associadas a materiais arqueológicos concretos.

Mesmo em relação ao fosso, os próprios autores reconhecem que «Apesar de haver uma estratigrafia do enchimento do fosso por camadas quase horizontais e de não existiram vestígios de transporte significativo de materiais após depósito, verifica-se que é comum encontrar fragmentos da mesma peça nas mais diversas camadas do seu enchimento...» (Barros e Soares, 2004) e ainda «...os materiais contidos no fosso devem provir de sedimentos e de lixos que se encontrariam em diversos lugares na sua vizinhança mais ou menos imediata. Apresentam cronologias também diversas...» (*ibidem*). Por outro lado, fala-se de um fragmento de cerâmica proto-coríntia, cujo desenho foi publicado em outro trabalho e por outro autor (Cardoso, 2004b). Trata-se de uma peça integrável no Coríntio Médio, a que se deve atribuir uma cronologia entre 600 e 575 a.C., e não do século VII, como se indica no trabalho (Barros e Soares, 2004).

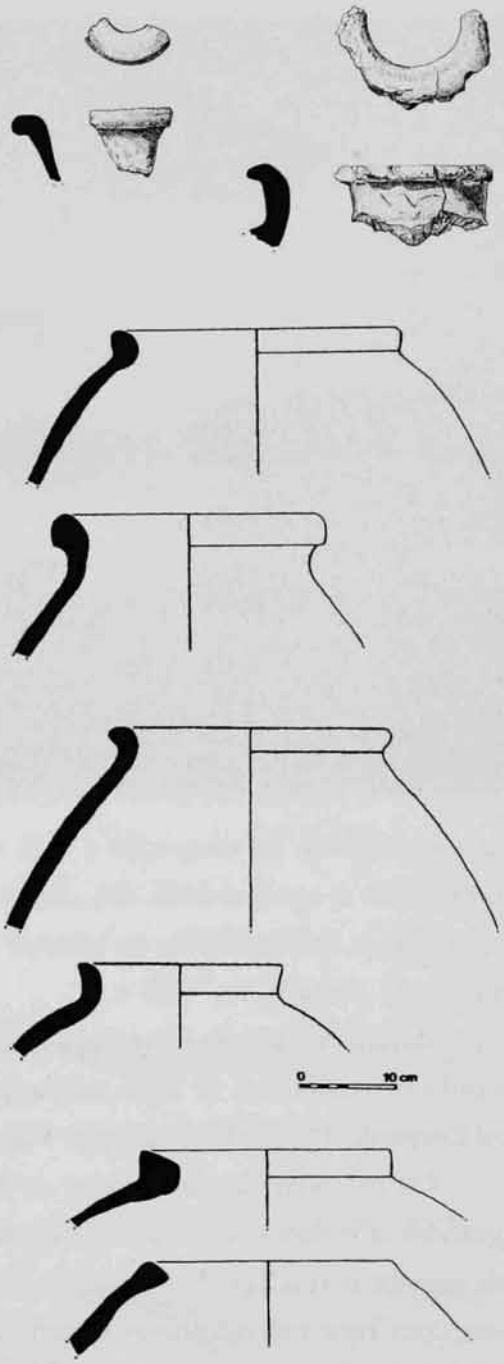


Fig. 14 – Vasos de alabastro e cerâmicas de engobe vermelho da Quinta do Almaraz, segundo Cardoso 2004b.

De qualquer modo, continuo a insistir que a grande maioria do material já publicado (Barros, Cardoso e Sabrosa, 1993), e ainda do que agora se dá a conhecer, indica cronologias que dificilmente recuam para trás dos meados/finais do século VII a.C., ainda que as ânforas R1 do tipo 10.1.1.1. de Ramon Torres (Barros e Soares, 2004: 346, fig. 4, n.º 2) permitam pensar que as primeiras ocupações sidéricas da Quinta do Almaraz datem ainda do século VIII, concretamente da segunda metade (cronologia tradicional). Espera-se que a publicação de contextos

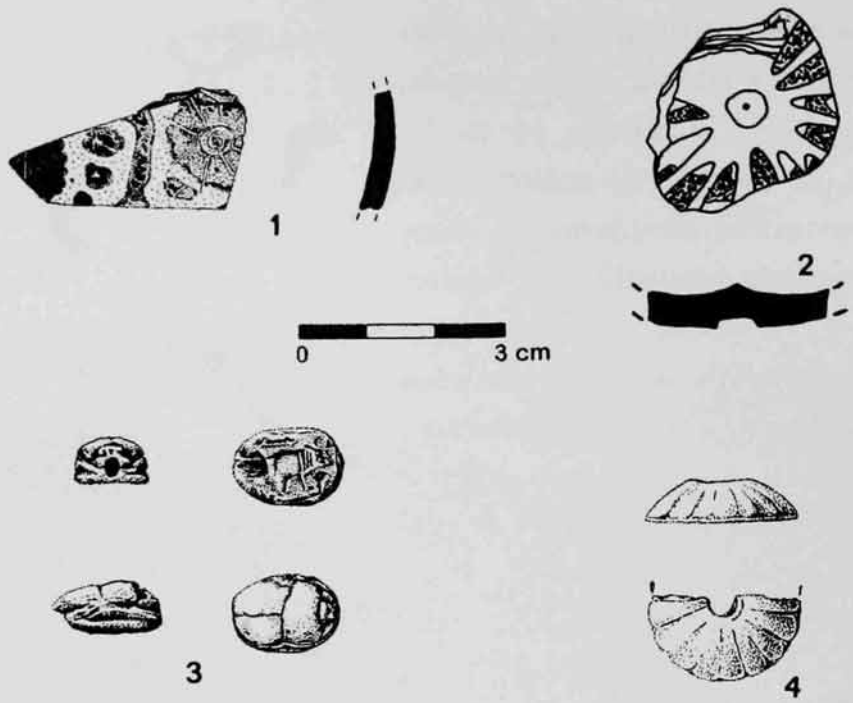


Fig. 15 – Vasos gregos do Coríntio médio, escaravelho de faiança e artefacto de marfim da Quinta do Almaraz, segundo Cardoso, 2004b.

arqueológicos de ocupação e das respectivas datações de radiocarbono possam esclarecer a antiguidade das datas de ^{14}C obtidas para Almaraz, datas que em cronologia radiométrica se situam entre os finais do século X/inícios do IX e a primeira metade do VIII a.C.

Ainda na foz do estuário do Tejo, a colina do Castelo, em Lisboa, apresenta também evidências de uma ocupação orientalizante, detectável quer no claustro da Sé (Arruda, 1999-2000; Arruda Vallejo e Freitas, 2000) quer no Castelo de S. Jorge.

Os materiais arqueológicos da Sé, que tive oportunidade de estudar, revelaram grandes afinidades com os de Almaraz, concretamente ao nível das formas da cerâmica de engobe vermelho. A cronologia do início da ocupação da Idade do Ferro pode datar-se, com base nas tipologias cerâmicas, do século VII, ainda que uma ânfora de tipo 10.1.1.1 e de uma urna Cruz del Negro possa fazer pensar que essa ocupação se iniciou ainda durante a segunda metade do VIII a. C., em cronologia tradicional (*ibidem*).

Os dados existentes para o estuário do Tejo e para o restante território português permitem também avançar com a hipótese de ter sido a região central da costa ocidental portuguesa que primeiro entrou em contacto com os navegadores fenícios, instalados em Huelva desde o final do século X a.C. e, na região do Estreito, a partir dos últimos anos do IX a.C. (cronologia tradicional).

É também em momento recuado que o mesmo fenómeno parece ter ocorrido no estuário do Mondego, para onde pode defende-se alguma antiguidade no Orientalizante de Conímbriga.

Fig. 16 – Lisboa vista do Tejo (fotografia de Jorge de Barros)

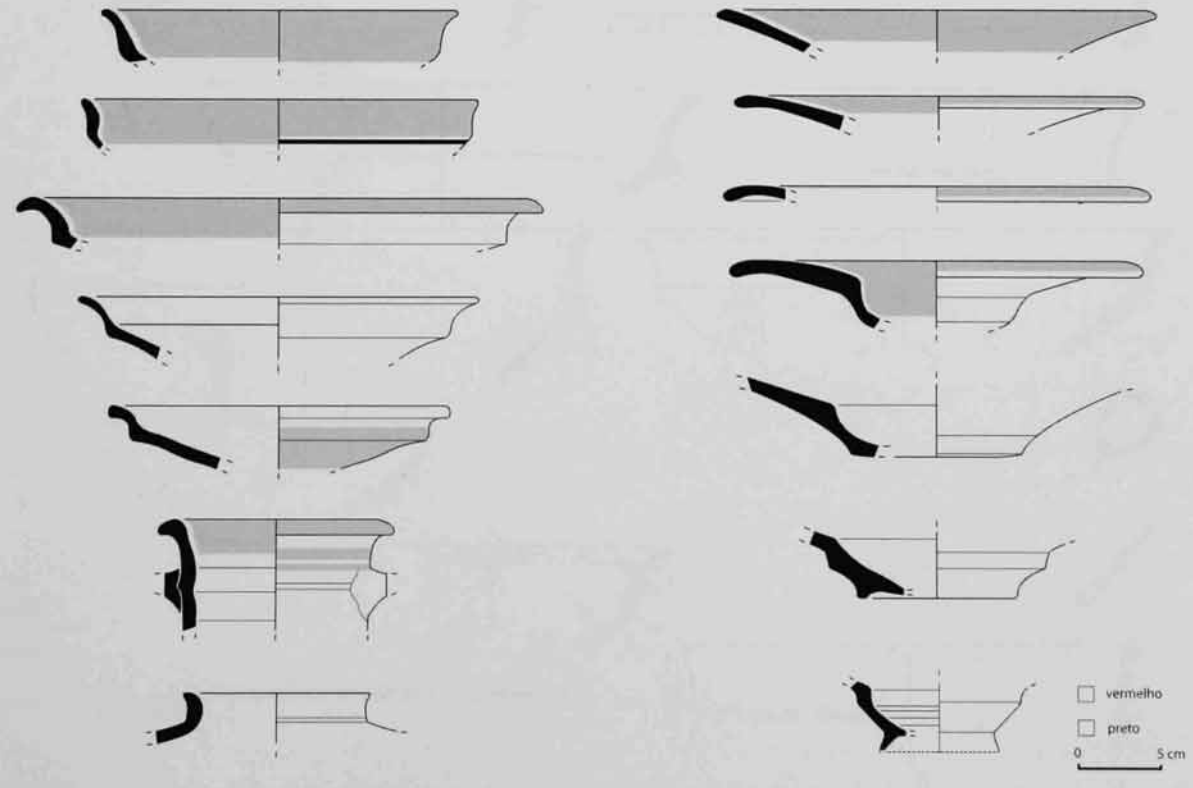


Fig. 17 – Cerâmicas de Lisboa (Claustro da Sé), segundo Arruda, 1999-2000.

Fig. 18 – O esporão amesetado de Conímbriga, segundo Alarcão, 1999.

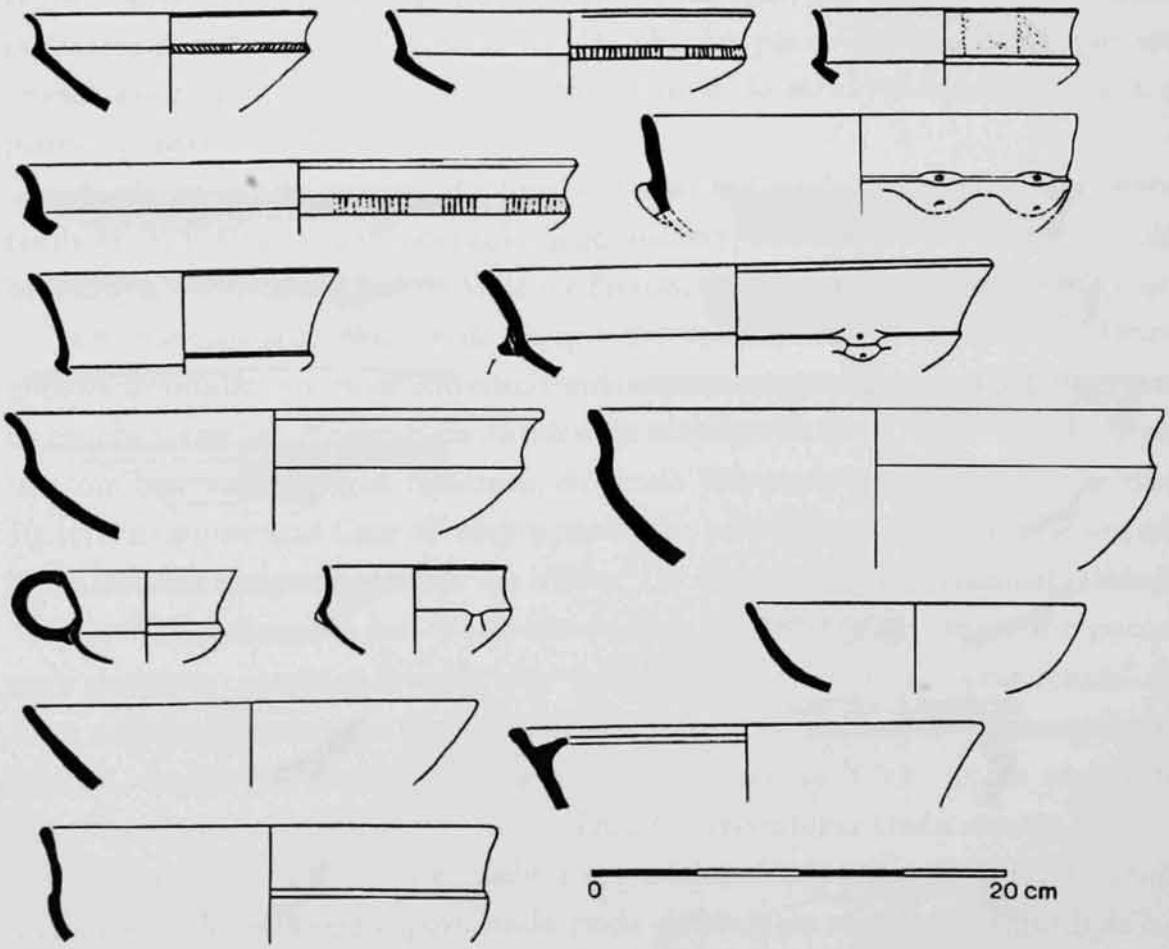


Fig. 19 – Cerâmicas da Idade do Bronze de Conímbriga, segundo Correia, 1993.

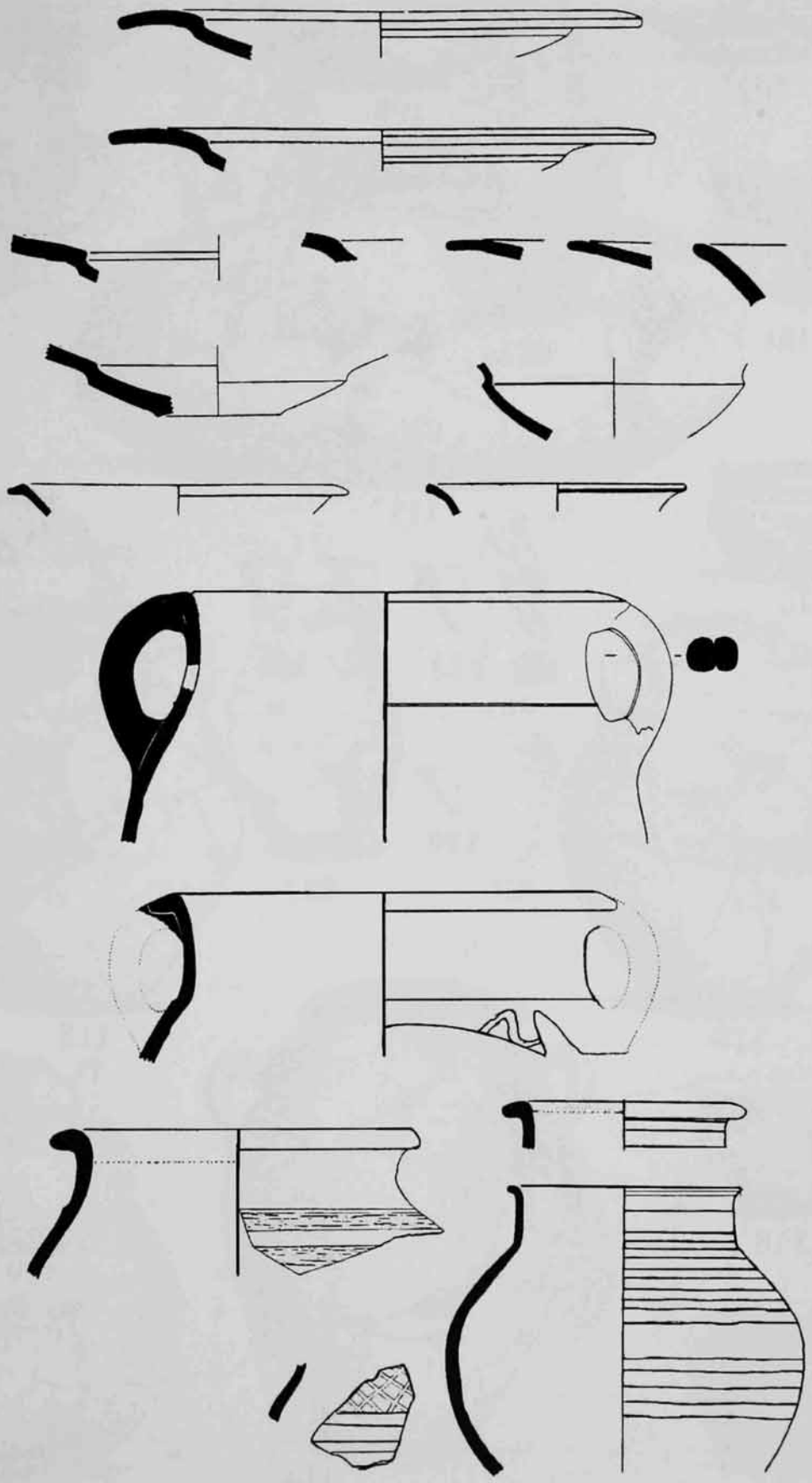


Fig. 20 – Cerâmicas da Idade do Ferro de Conímbriga, segundo Correia, 1993.

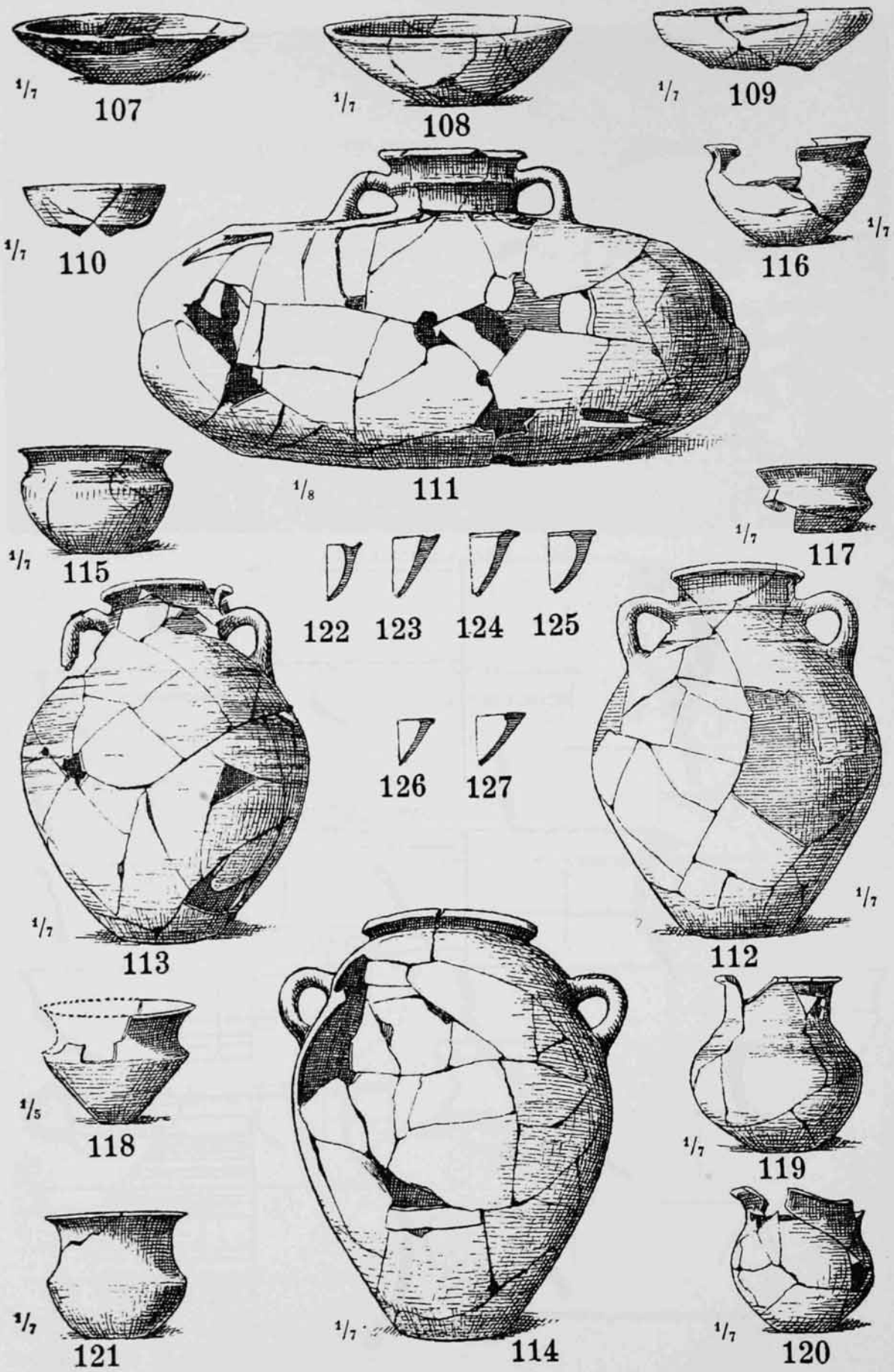


Fig. 21 – Ânforas, e *pithoi* de Santa Olaia, segundo Rocha, 1910.

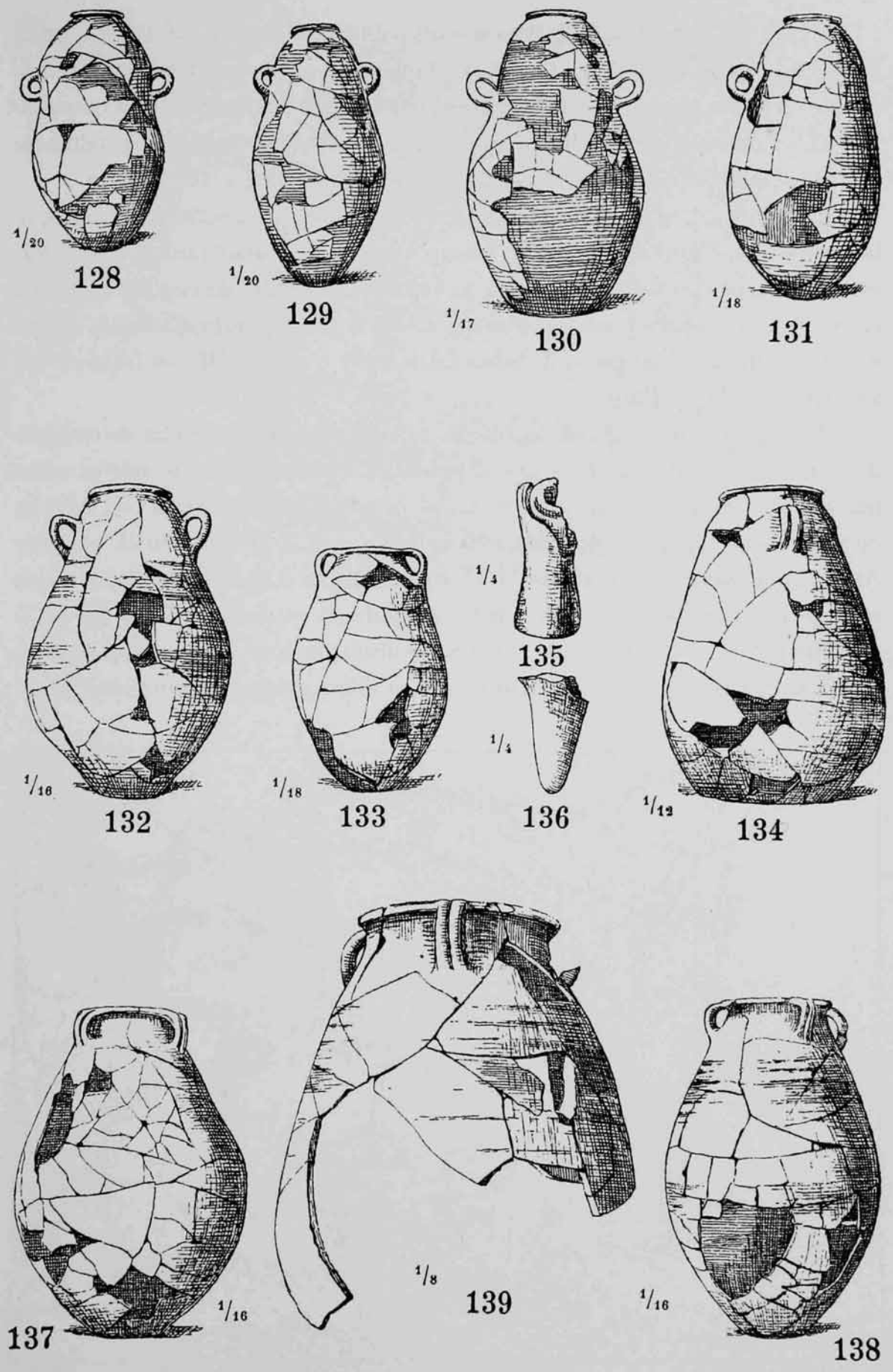


Fig. 22 – Cerâmica de Santa Olaia, segundo Rocha, 1910.

Se bem que a grande maioria dos materiais publicados (Alarcão *et al.* 1976; Correia, 1993) pertença ao século VII a.C., o facto é que alguns, concretamente os pratos de engobe vermelho, (*ibidem*: fig.11) podem recuar até à segunda metade/ /finais do século VIII a.C.. Parece ainda importante recordar que o sítio foi ocupado pelo menos durante o Bronze Final, cujos vestígios materiais são numerosos (Correia, 1993).

Em Santa Olaia, sítio para o qual existem dados que permitem pensar que se trata de uma fundação exógena, os espólios são algo mais tardios. Os *pithoi*, os vasos ovóides pintados em bandas, as ânforas, e os pratos de engobe vermelho (Pereira, 1997) apresentam características tipológicas que possibilitam datar, maioritariamente, a ocupação de Santa Olaia entre o século VII e os finais do VI a.C. (Arruda, 1999-2000).

A chegada e instalação de populações orientais ou orientalizadas ao estuário do Sado é, de acordo com os dados já publicados, mais tardia. São três os sítios que evidenciaram presenças e/ou contactos orientais. A já quase mítica Alcácer do Sal (cuja necrópole lhe deu, desde há muito, dimensão internacional), a famosa Abul e ainda Setúbal, cuja reduzida informação disponível será responsável pelos silêncios que pairam em sua volta. Todos se localizam na margem direita do rio, o primeiro no limite a montante do estuário, e o último na sua foz. Abul situa-se entre ambos os povoados e tem características que a diferenciam dos outros dois sítios.

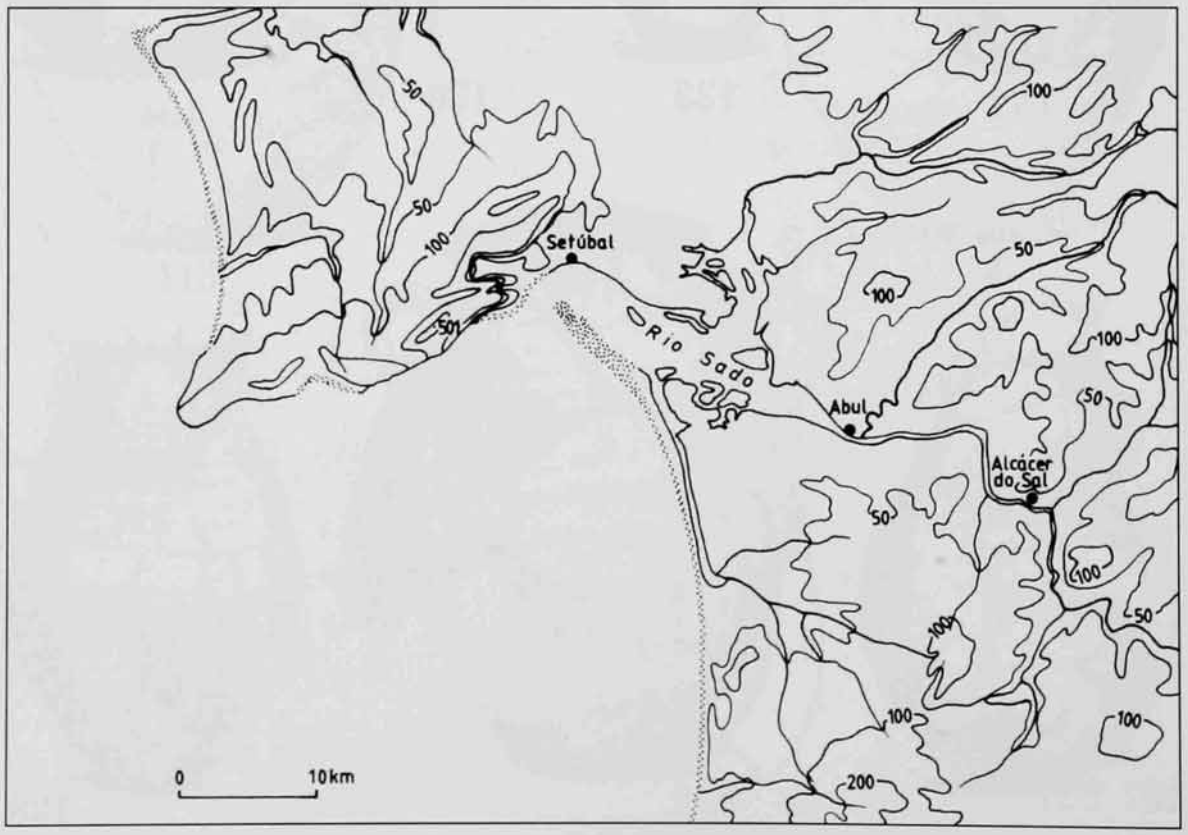


Fig. 23 – Setúbal, Abul e Alcácer do Sal no estuário do Sado, segundo Arruda 1999-2000.

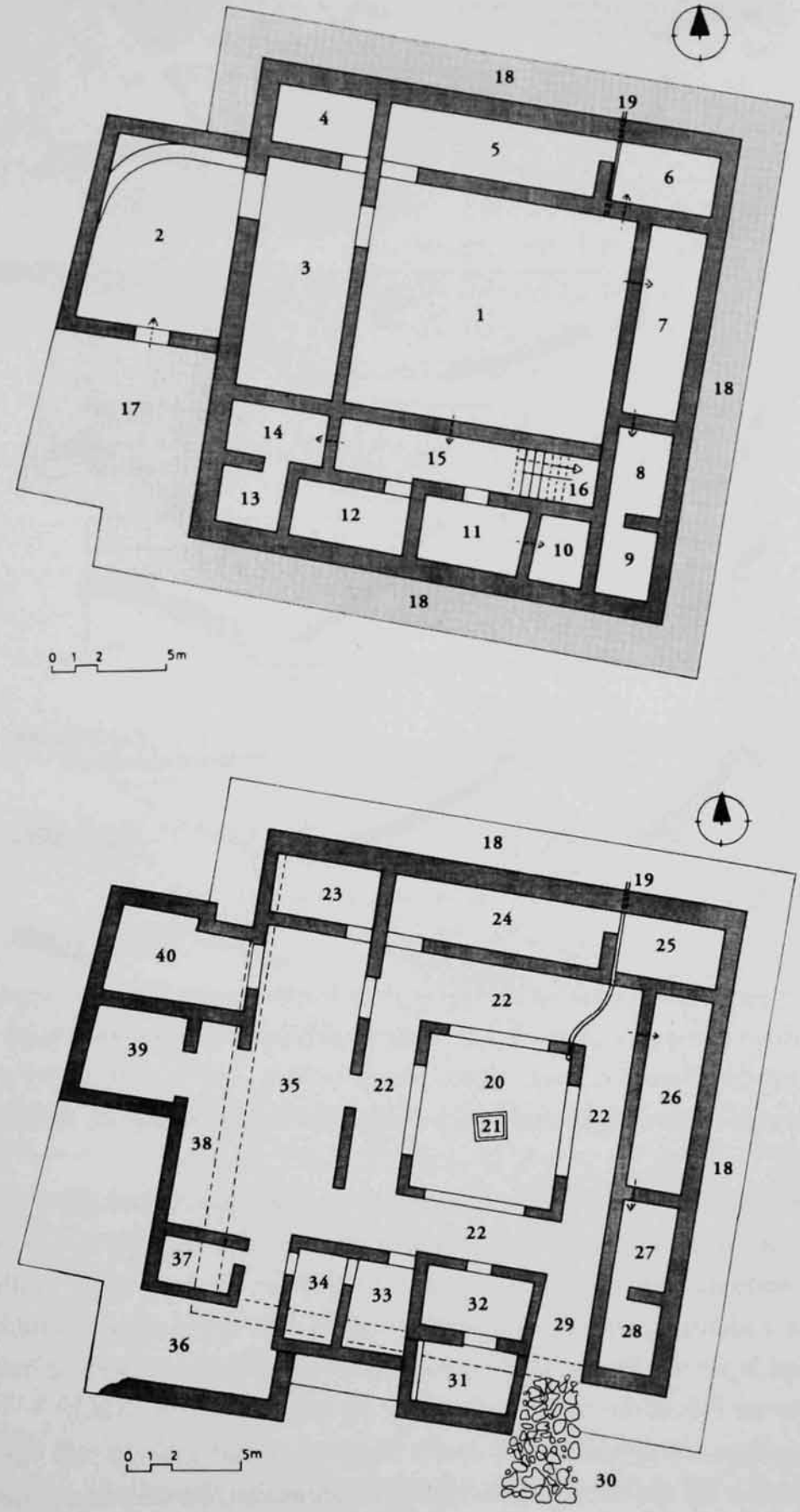


Fig. 24 – As plantas das duas fases de Abul, segundo Mayet e Silva, 2000.

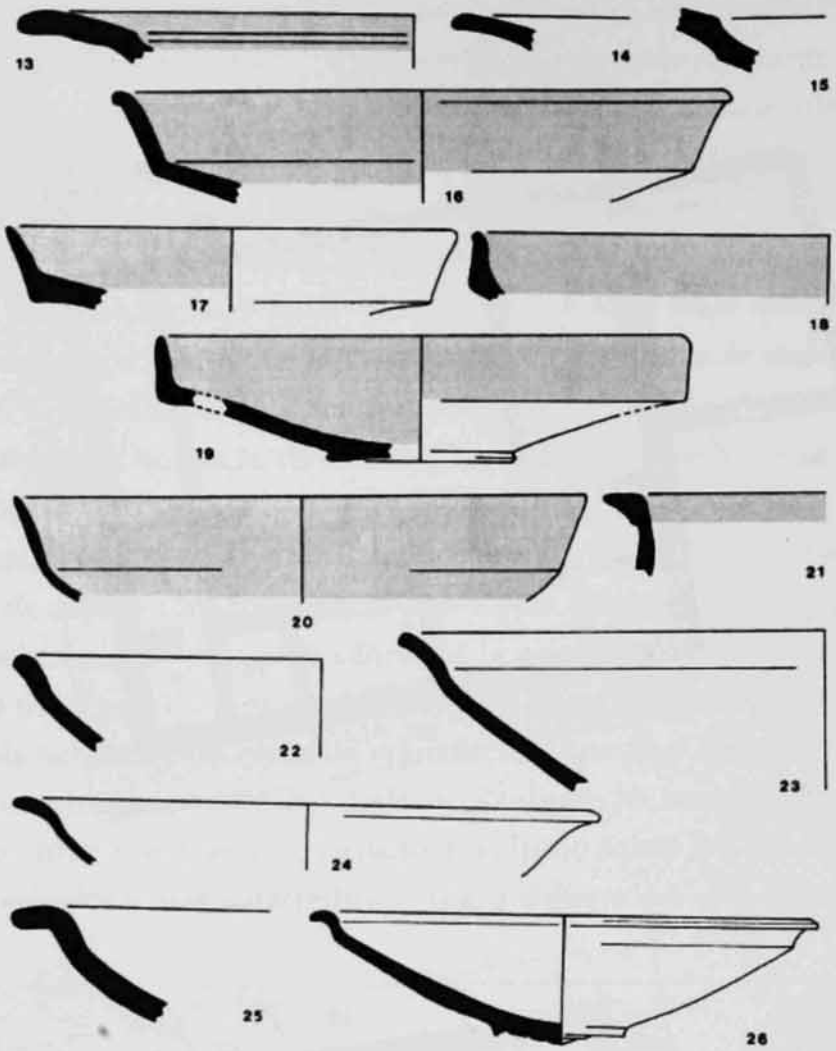


Fig. 25 – Materiais de Abul A, segundo Mayet e Silva, 2000.

Não é este o local para os descrever detalhadamente, ou às suas sequências estratigráficas e respectivos materiais, aliás já publicados em outros textos (Silva *et al.*:, 1980-81; Soares e Silva, 1986; Mayet e Silva, 1993; 1997; 2000). Mais à frente, a eles voltarei, sobretudo para discutir a funcionalidade de Abul e o seu significado.

Deve-se, no entanto, desde já adiantar que os dados que existem para o estuário do Sado permitem concluir, sem grande margem para dúvida, que num momento indeterminado da primeira metade do século VII a.C., em cronologia tradicional, os fenícios ocidentais penetraram no estuário do Sado, e contactaram e interagiram com as populações locais que, desde pelo menos o Bronze Final, estavam instaladas em Alcácer do Sal, tendo também fundado, na área, um sítio - Abul.

A proposta cronológica apresentada baseia-se, como é óbvio, nas tipologias dos materiais e nas sequências estratigráficas conhecidas, parecendo-me que estes permitem admitir que a população autóctone de Alcácer do Sal, com ocupação no

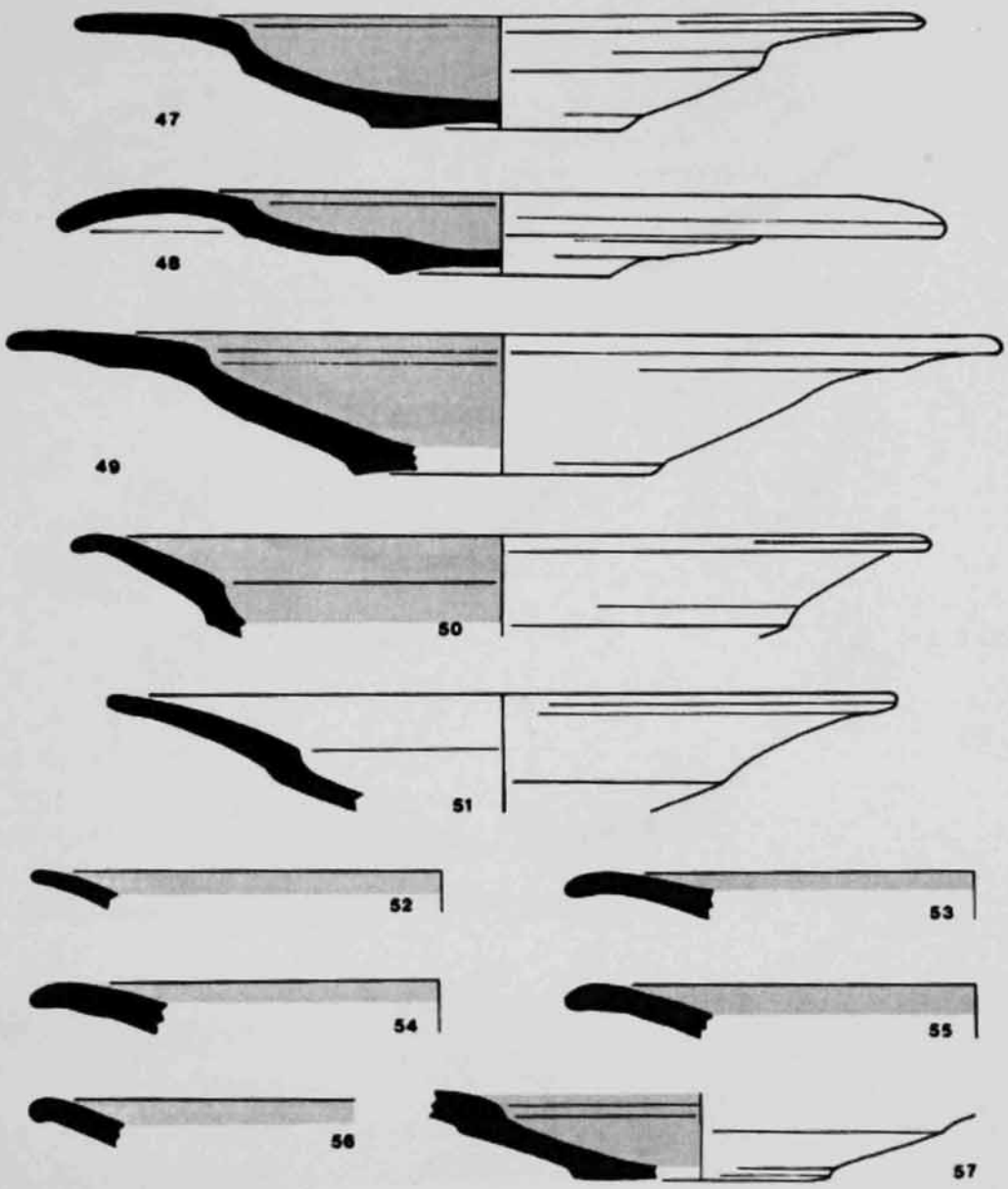


Fig. 26 – Materiais de Abul A, segundo Mayet e Silva, 2000.

Bronze Final, foi, numa primeira fase, a interlocutora privilegiada dos comerciantes/colonos fenícios. É, de facto, difícil sustentar que a fundação de Abul tenha ocorrido num momento anterior à primeira fase sidérica de Alcácer do Sal.

Gostaria ainda de insistir que as realidades detectadas em Alcácer do Sal, Setúbal e Abul são testemunhos inequívocos da presença de população de origem oriental nesta região, julgando eu possível defender que o estuário do Sado, à semelhança do Mondego ou do Tejo, pode considerar-se um espaço colonial fenício por excelência. Com efeito, a planta de Abul têm uma forte inspiração ocidental e é deste mesmo local que é proveniente a única inscrição fenícia sobre cerâmica conhecida até ao momento na fachada ocidental portuguesa (Mayet e Silva, 2000).

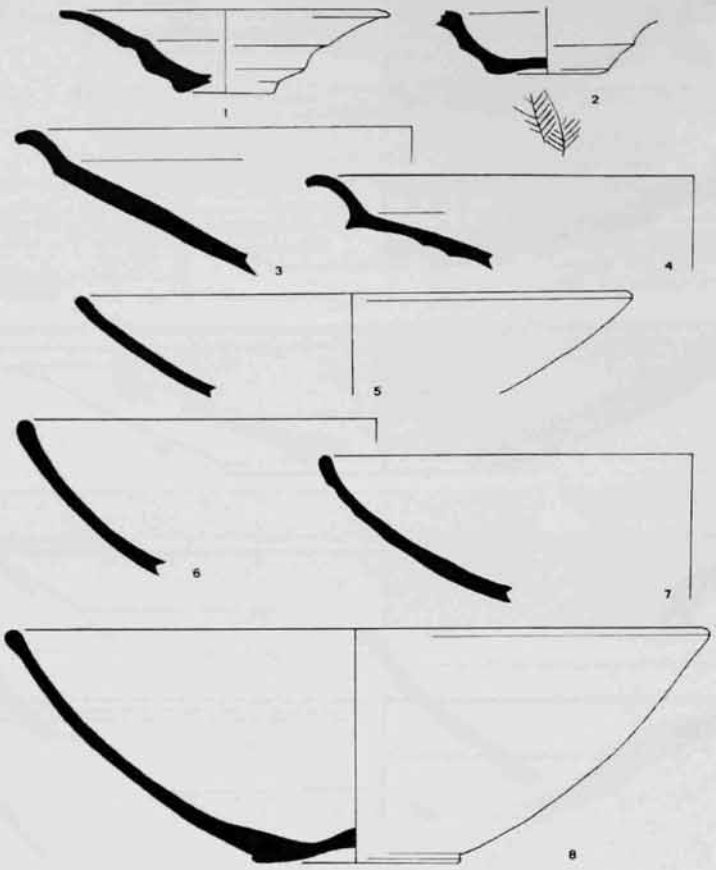


Fig. 27 – Materiais de Abul B, segundo Mayet e Silva, 2000.

Fig. 28 – O Castelo de Alcácer do Sal, visto da margem esquerda do Sado

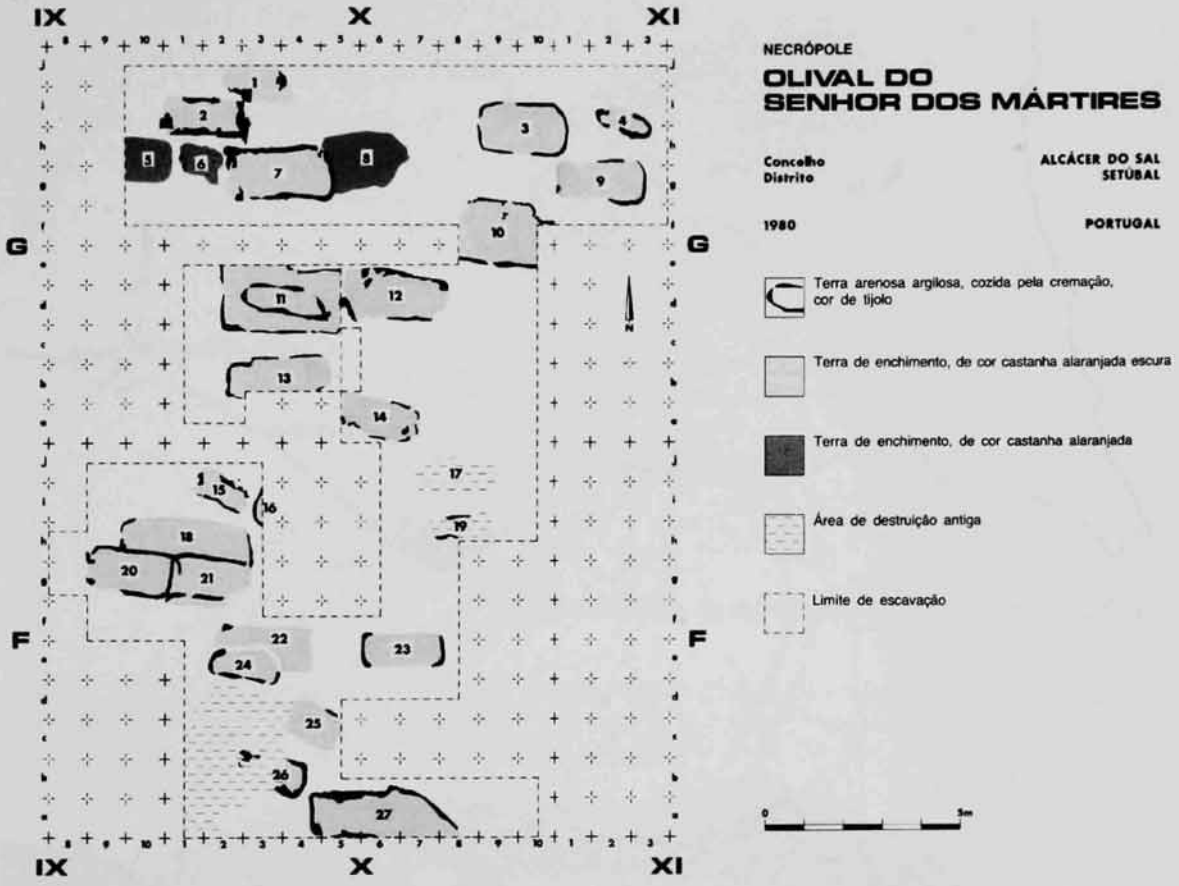


Fig. 29 – Planta da necrópole do Senhor dos Mártires, Alcácer do Sal, segundo Paixão, 1983

Por outro lado, e como mais à frente terei ainda oportunidade de expor, os dois tipos de sepultura registados na necrópole de Alcácer do Sal são também os que se verificaram nas de Cádiz, nas de Ibiza e na de Monte Sirai, ainda que tenha que reconhecer que quer as sepulturas escavadas na rocha com canal central quer as incinerações em urnas de «tipo Cruz del Negro» são também frequentes no Baixo Gualdalquivir.

O Algarve litoral tem sido alvo de trabalhos recentes, sobretudo na sua parte oriental, o que proporcionou um apreciável conjunto de dados para a fase mais antiga da Idade do Ferro. Mas para a região central e ocidental existem também elementos que servem de suporte às hipóteses que a seguir se enunciam.

Na orla costeira oriental, Castro Marim e Tavira tornam-se núcleos urbanos de primeira grandeza nos finais da 2ª centúria do 1º milénio a.C. Contudo, em ambos sítios existem vestígios de uma ocupação anterior, do Bronze Final, que, no primeiro caso, se encontra ainda mal caracterizada do ponto de vista arquitectónico e que, no segundo, não sei avaliar, dada a ausência de dados publicados sobre este aspecto concreto.

No Castelo de Castro Marim foram escavados cerca de 500 m². Os materiais arqueológicos recuperados são muito abundantes, apresentam-se em boas condições de conservação e numerosas paredes definem estruturas várias em todas as fases da

Fig. 30 – Castro Marim e Tavira no mapa do sul de Portugal.

Fig. 31 – O castelo de Castro Marim, visto de norte. (Fotografia de Victor S. Gonçalves).

sua ampla diacronia (Arruda, 1986, 1988, 1996a, 1996b, 2000, 2001, 2002, 2003; Arruda, Freitas e Oliveira, no prelo; Arruda, Viegas, Bargão e Pereira, no prelo).

Importa destacar que, no Castelo de Castro Marim, o início da Idade do Ferro pode datar-se do século VII a.C. e ainda o carácter orientalizante da ocupação da 1ª metade do 1º milénio. Com efeito, o orientalismo de que se revestem os primeiros momentos da ocupação sidérica está plasmado não só na morfologia dos espólios recolhidos (Arruda, 1999-2000, 2003, 2005, no prelo b), mas também num conjunto arquitectural com conotações religiosas evidentes, cujas plantas e

Fig. 32 – Planta topográfica do Castro Marim, com a implantação do Corte 1.

técnicas construtivas utilizadas são claramente forâneas e encontram os seus melhores paralelos nos sítios fenícios do Estreito de Gibraltar e na área do Baixo Guadalquivir (*Ibidem*; Arruda, Freitas e Oliveira, no prelo).

Os espólios comportam as típicas cerâmicas das colónias fenícias ocidentais, como é o caso das ânforas R1, concretamente do tipo 10.1.2.1. de Joan Ramon, dos grandes vasos pintados em bandas, urnas Cruz del Negro e *pithoi*, dos vasos trípodes, das cerâmicas de engobe vermelho, categoria em dominam os pratos e as taças, e da cerâmica cinzenta fina polida (Arruda, 1999-2000; 2003, no prelo a). A cerâmica manual está também documentada em grandes quantidades nestes níveis antigos, com formas e tecnologias decorativas ainda típicas do Bronze final.

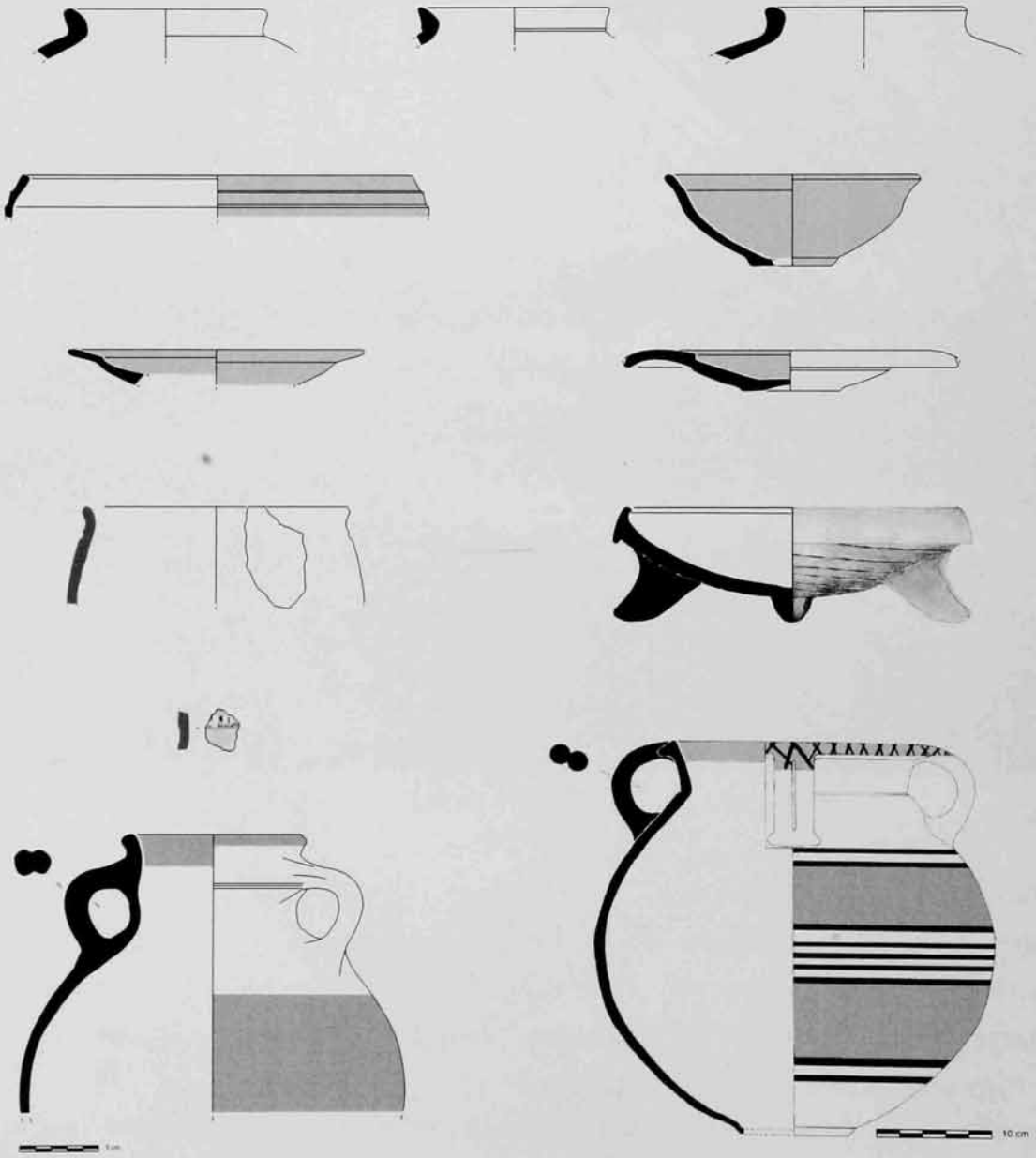


Fig. 33 – Castelo de Castro Marim – materiais cerâmicos correspondentes aos níveis de ocupação da 1ª metade do 1º milénio a.C. – ânforas, cerâmica de engobe vermelho, cerâmica manual, vaso trípode e cerâmica pintada em bandas.

Por outro lado, o urbanismo ortogonal, as paredes internas dos muros revestidos por «estuques», os pisos de argila vermelha e de conchas são aspectos relevantes da existência de um plano arquitectónico previamente estabelecido (Arruda, Freitas e Oliveira, no prelo), plano em que se observa uma óbvia matriz cultural oriental, muito possivelmente importada da actual Andaluzia.

Realço aqui justamente, e a título de exemplo, o caso dos vários pavimentos integralmente constituídos por conchas alinhadas, que se encontravam sobrepostas a camadas de argila de espessura variável, estas certamente correspondentes à preparação daqueles.

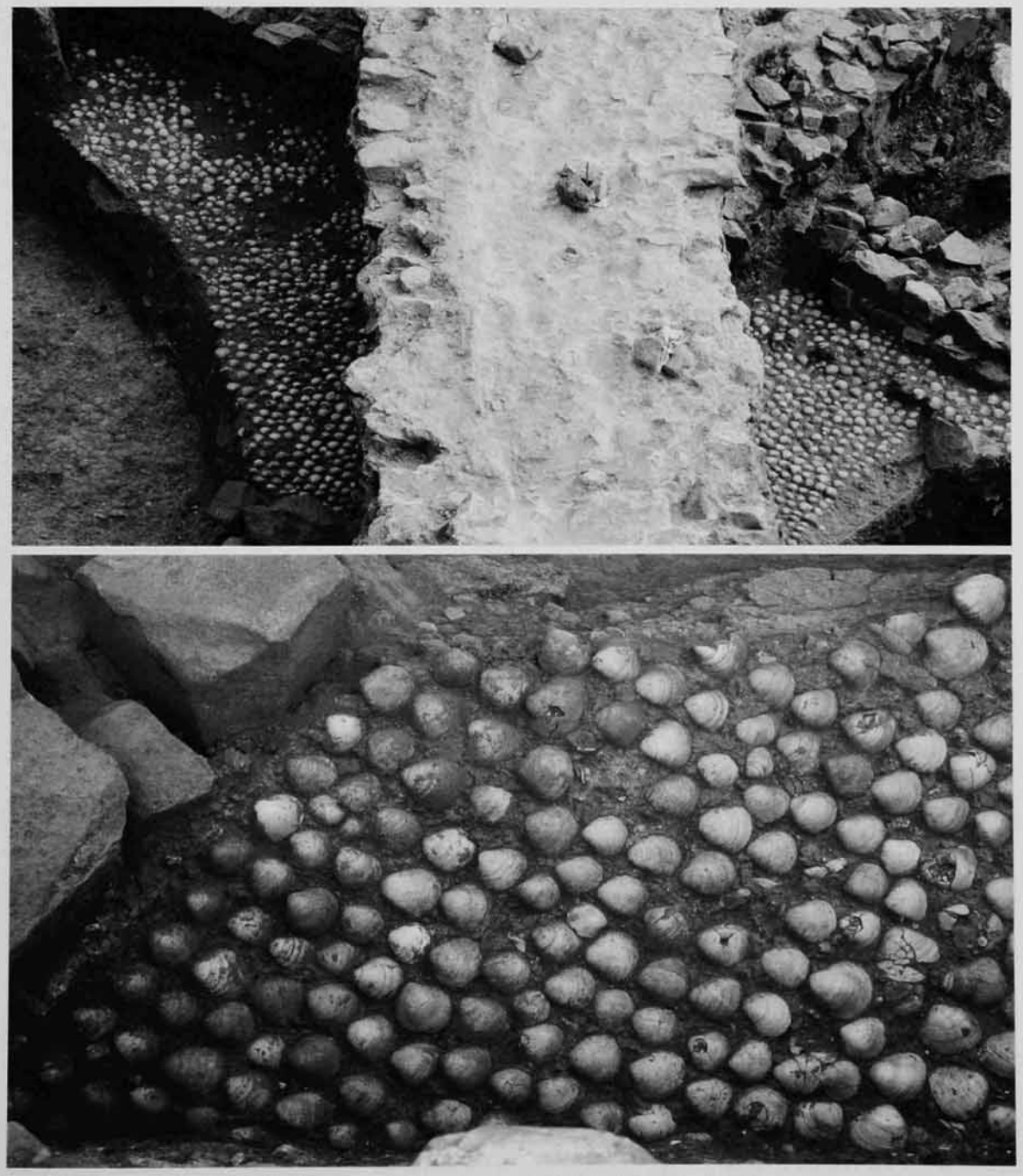


Fig. 34 – Castelo de Castro Marim – pavimentos de conchas do século VII e VI a.C.

Tais pavimentos existem também no Carambolo (Carriazo, 1973) e em Aljaraque (Blázquez, Lúzon e Ruiz Mata, 1971), onde estão associados, tanto cronológica como espacialmente, a uma área funcional com evidentes conotações religiosas, o que também parece suceder em Castro Marim. Tal associação não foi, contudo, estabelecida nos pavimentos idênticos da Calle Botica, em Huelva (Rufete Tomico, 2002), do Castillo de Doña Blanca, em Cádiz (Ruiz Mata e Pérez, 1995) e do Cerro del Villar, em Málaga (Aubet *et al.*, 1999).

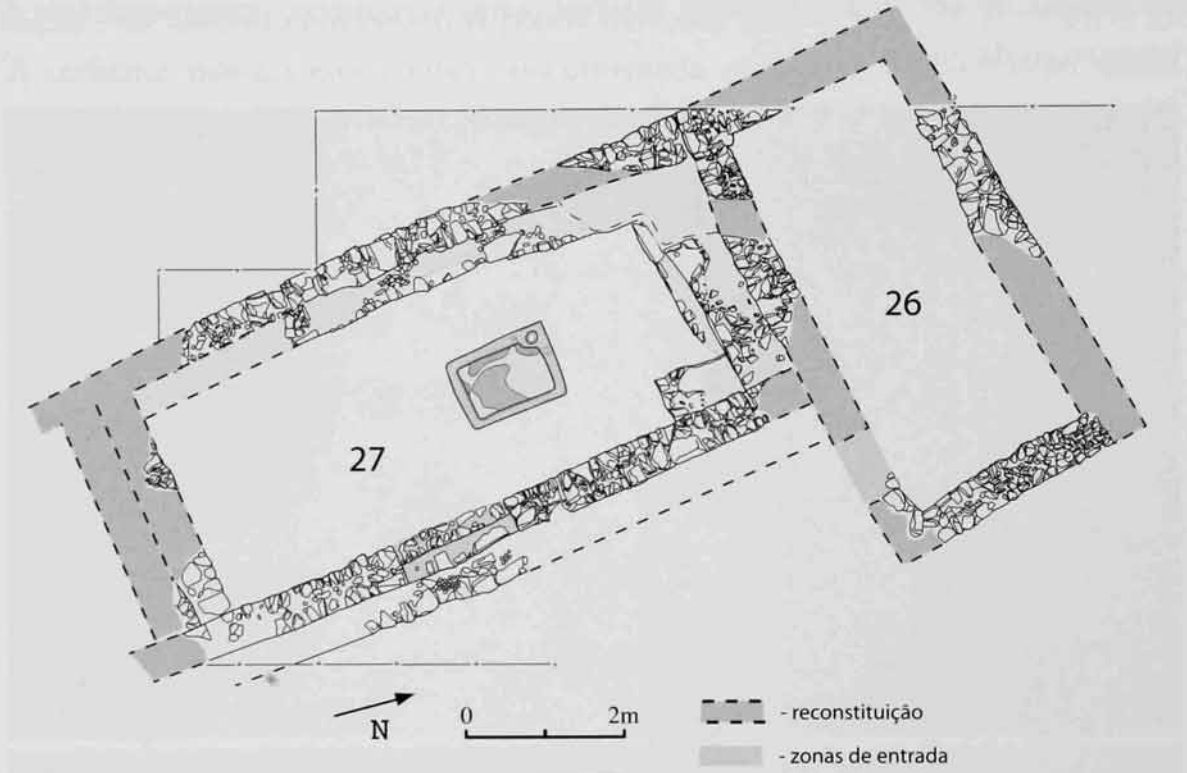


Fig. 35 – Castelo de Castro Marim – compartimentos destinados ao culto da Fase IV

Fig. 36 – Castelo de Castro Marim – altar da Fase IV

Também os espaços cultuais mostram semelhanças com as arquitecturas de idêntica funcionalidade identificadas em sítios do baixo Guadalquivir (o que deve significar entidades cultuadas de idêntica matriz religiosa).

Dos altares das diversas fases de ocupação entre o século VII e VI a.C., destaco o rectangular com orifício lateral, que se aproxima, em termos morfológicos e tecnológicos, dos de Cória del Rio (Escacena e Izquierdo, 2001), Carambolo (Escacena, 2002), Carmona (Belén *et al*, 2001), ou Cancho Roano (Celestino Peréz, 1994, 1997, 2001).

Sob a actual cidade de Tavira, mais exactamente na colina de Santa Maria, erguia-se, no início do 1º milénio a.C., um núcleo urbano de considerável importância. A colina, localizada na margem direita do rio Gilão muito próximo da sua foz, controla visualmente a entrada do rio, em excelente posição estratégica.

Segundo os dados disponíveis (Maia, 2000, 2003), e tal como em Castro Marim, esta ocupação sobrepôs-se a um povoado do Bronze Final.

As características orientais da ocupação da primeira metade do primeiro milénio a.C. estão consubstanciadas num notável espólio, constituído por cerâmicas pintadas em bandas, cerâmicas cobertas por engobe vermelho, vasos trípodes,

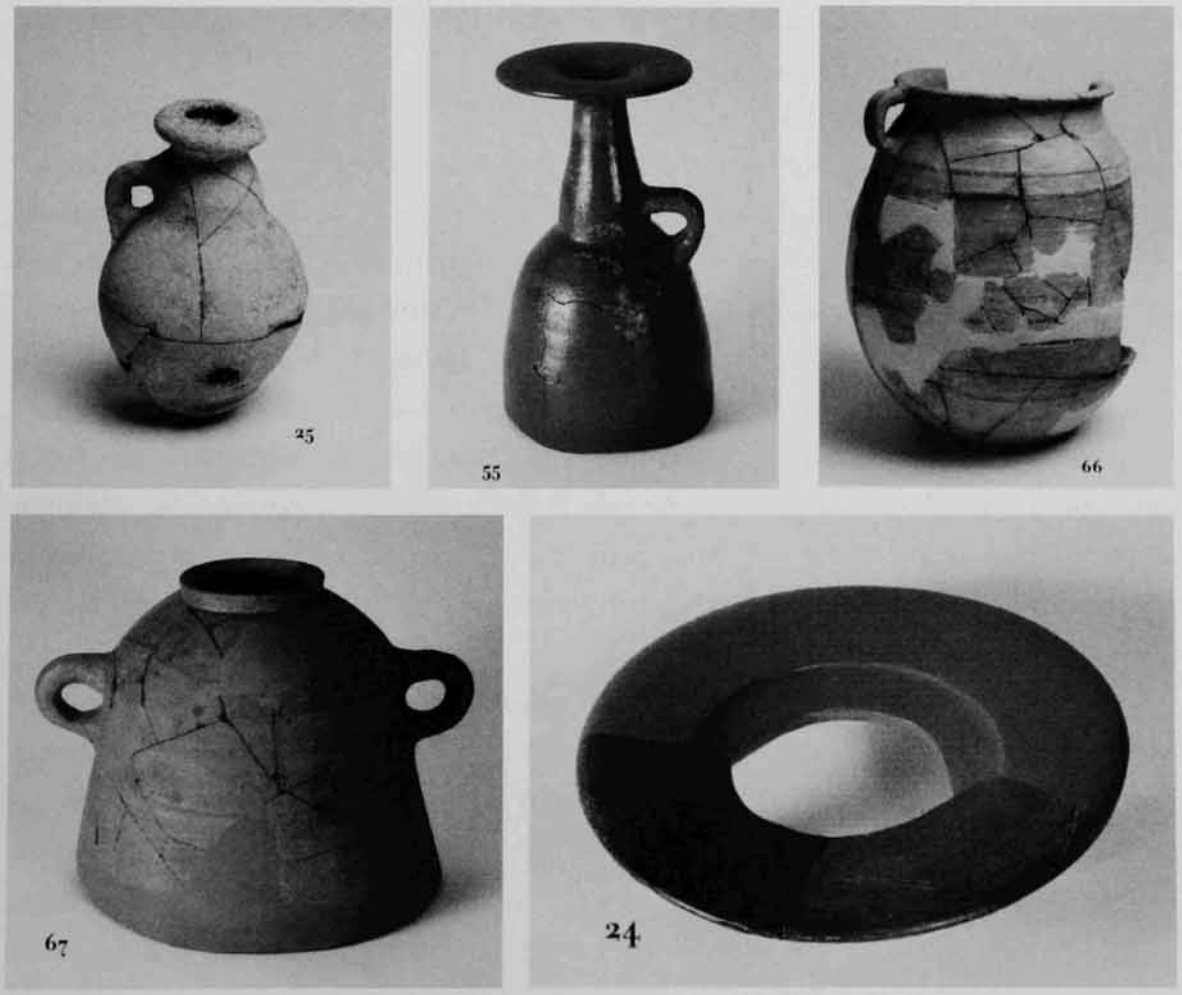


Fig. 37 – Tavira – cerâmicas orientais dos séculos VIII e VII a.C., segundo Maia, 2003.

artefactos de marfim e ovos de avestruz (Maia, 2003). Infelizmente, as condições que a arqueologia urbana impõe quase sempre aos trabalhos arqueológicos impedem, também neste caso aparentemente, que se conheçam as características do espaço urbano, em termos arquitectónicos.

É evidente a ligação ao mundo colonial fenício ocidental e os dados tipológicos do espólio recolhido permitem localizar nos inícios do século VII a.C., ou talvez mesmo a partir da segunda metade da centúria anterior, o momento da chegada de populações próximo orientais a este local.

Uma ocupação com estas características e com esta cronologia não é conhecida a Ocidente de Tavira. Com efeito, os trabalhos arqueológicos efectuados em Faro, Monte Molião, Vila Velha de Alvor e Cerro da Rocha Branca não evidenciaram ainda ocupações anteriores ao século IV a.C.

Se em relação aos três primeiros sítios tal conclusão parece pacífica, já em relação ao último a questão é mais problemática, uma vez que já foi proposta a sua fundação no século VIII a.C. (Gomes, 1993). No entanto, creio que a argumentação já por mim exposta em trabalhos anteriores (Arruda, 1999-2000, 2000) e a que foi aduzida posteriormente por Torres Ortiz (2001) é esclarecedora da impossibilidade da existência neste sítio de uma ocupação sidérica localizada na primeira metade do I milénio a.C..

Os dados atrás enunciados sobre os espaços e as cronologias do momento inicial do orientalizante português denunciam uma situação que merece discussão: as influências orientais exercem-se, numa primeira fase, no extremo oriental do Algarve e nos estuários do Tejo e do Mondego. Assim, esta influência é, por um lado, descontínua e, por outro, não é linear, de Oriente para Ocidente, primeiro, e para montante, depois de atravessado o cabo de Sagres, parecendo óbvio que não houve uma ocupação progressiva de territórios cada vez mais longínquos. Pelo contrário, tudo indica que a vontade de chegar a determinadas áreas, neste caso concreto às localizadas no centro da fachada ocidental portuguesa, norteou as populações semitizadas que atingiram o Atlântico Ocidental europeu, o que pressupõe a existência de um projecto previamente definido, que tem por detrás objectivos concretos.

Neste contexto, não é possível ignorar que é através do Tejo e do Mondego que se tem acesso à Beira Interior, região rica em estanho, parecendo importante também referir que é nas margens do estuário do primeiro, mas também no curso médio de ambos, que detectamos os primeiros artefactos de ferro em contexto do Bronze Final (Vilaça, 1995, Vilaça, no prelo, Senna-Martinez, 2000, Arruda, 2005), situação que explicaria, em meu entender, o facto de os contactos permanentes com os colonos fenícios instalados na região do

Estreito e em Huelva terem ocorrido em primeiro lugar, justamente, nos estuários do Tejo, e não mais a Sul, onde os recursos mineiros do interior são sobretudo constituídos por cobre. O estanho e o ouro das Beiras teriam sido, num primeiro momento, muito mais atractivos (Arruda, 2005, Vilaça e Arruda, 2004).

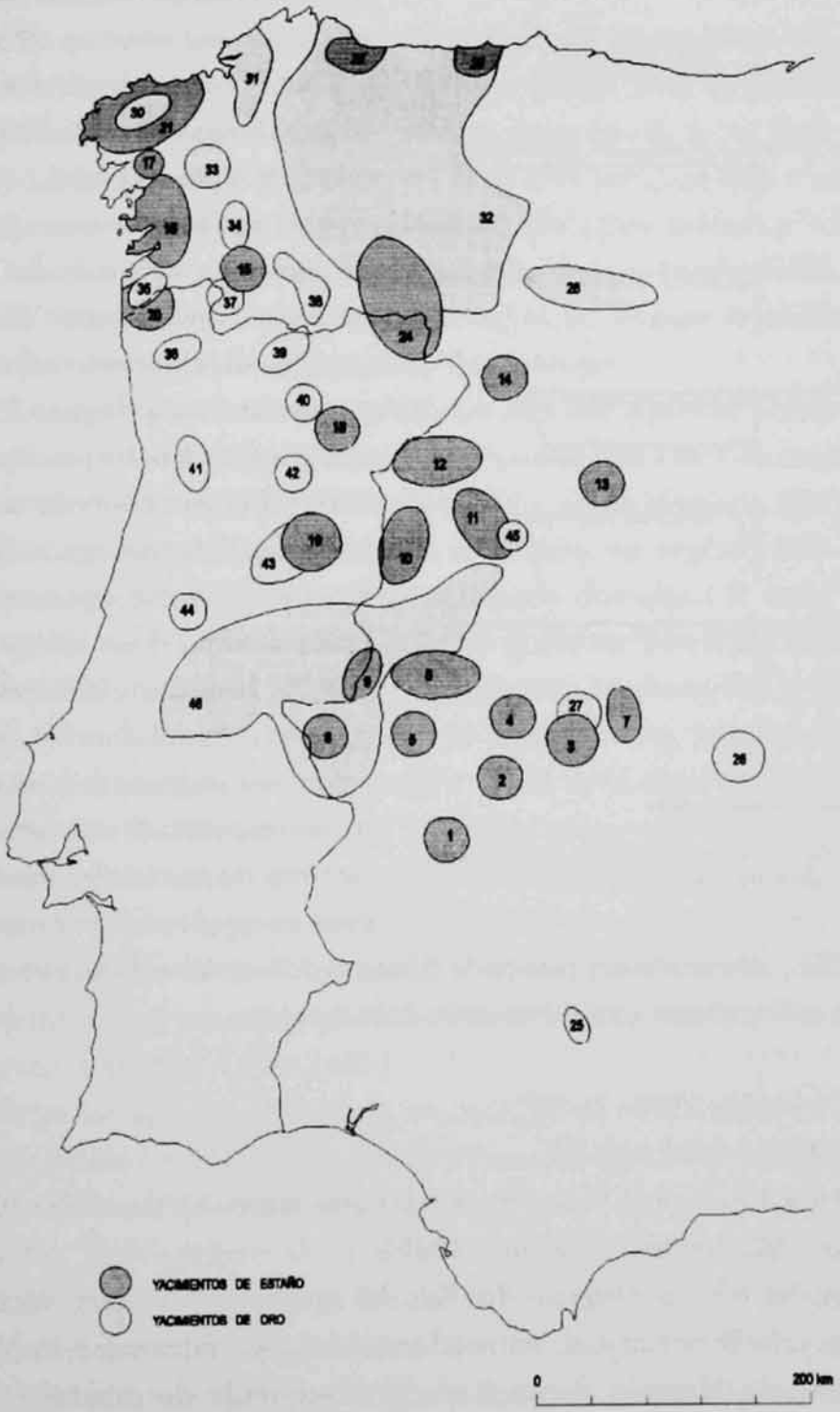


Fig. 38 – Recursos estaníferos e auríferos do Ocidente peninsular, segundo Pellicer, 2000.

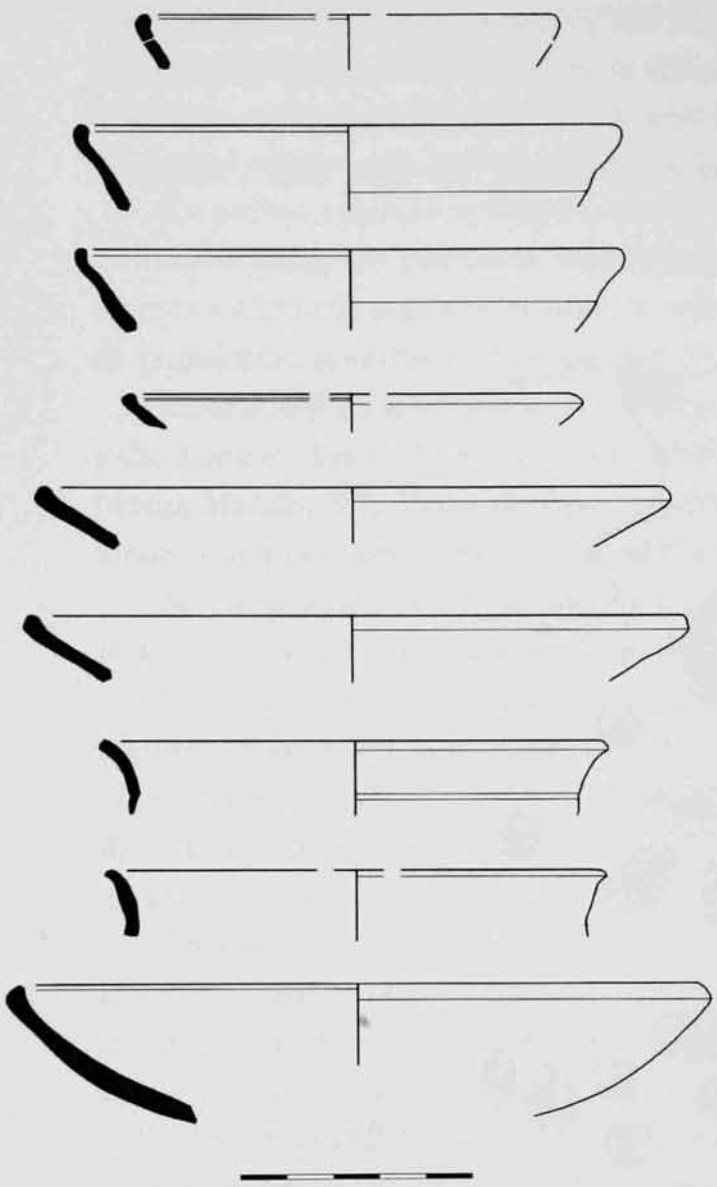


Fig. 39 – Cerâmicas cinzentas finas polidas da Cachouça (Idanha a Nova), segundo Vilaça, 2000.

Os trabalhos levados a efeito por Raquel Vilaça e João Carlos Senna-Martinez, na Beira Alta, e Beira Interior, respectivamente (regiões a que se tem acesso pelo Tejo e pelo Mondego), têm fornecido, em contextos do Bronze Final (datados radiometricamente entre os séculos XIII e X a.C.), vários artefactos de ferro forjado (Senna-Martinez, 2000; Vilaça, 1995, Vilaça, no prelo).

Além disso, e como já escrevi anteriormente «No sítio da Cachouça, Idanha-a-Nova, Raquel Vilaça pode ainda recolher materiais arqueológicos que evidenciam a chegada de influências orientais à Beira Interior (Vilaça, 2000). Em estratos onde a cerâmica manual com formas típicas do Bronze Final é abundante, apareceram cerâmicas a torno ditas cinzentas finas polidas, bem como lâminas de facas de ferro e contas de colar de vidro e ainda um fragmento polícromo do mesmo material. As cerâmicas apresentam muitas afinidades morfológicas com as de Medellín e com as do estuário do Tejo, concretamente com as da Alcáçova de Santarém. Estes estratos foram datados pelo radiocarbono tendo fornecido duas datações:

GrN – 24063: 2580+70 BP
CSIC – 1285: 2624+38 BP

que calibradas a dois sigmas fornecem os seguintes intervalos de tempo 1025–845 e 893-602 cal AC. (*Ibidem*). (Arruda, 2005).

Também na foz do estuário do Tejo há artefactos de ferro encontrados em ambientes do Bronze final, nomeadamente facas afalcatadas, como é caso das da Quinta do Marcelo, junto à margem esquerda do estuário, onde foi obtida uma datação de carbono 14, ICEN – 924: 2700±70, que, calibrada a

dois sigmas, forneceu um intervalo de tempo localizado entre 994-783 cal a.C. (Senna-Martinez, 2000).

Parece, portanto, importante lembrar que os dados permitem afirmar que os fenícios ocidentais começaram a visitar o Atlântico ainda durante o século IX a. C., muito possivelmente durante a sua segunda metade, em cronologia radiométrica, a que corresponde uma cronologia tradicional de meados/segunda metade do século VIII a.C..

Assim, tudo indica que entre a fundação de Mezquitilla e os primeiros contactos com o litoral português decorre apenas uma geração de 25 anos, ainda que saibamos hoje que, antes mesmo desta fundação, os fenícios estavam já instalados em Huelva. Mas o século VIII deve ser associado a um momento de grande incremento da instalação de populações orientais na Península Ibérica, momento esse que coincide também com a fundação de Toscanos e Cerro del Villar e com a chegada de fenícios ao levante espanhol e a certas áreas do interior andaluz, estremenho e alicantino.

Os mesmos dados também possibilitam concluir que essas visitas implicaram a instalação permanente de indivíduos em determinados sítios do estuário do Tejo.

Com efeito, a abundância de materiais arqueológicos fabricados com tecnologias desconhecidas, até àquele momento, na região pode demonstrar que a sua manufactura foi efectuada por quem dominava já essas tecnologias ou por quem as tivesse aprendido com quem as praticava. Como já tive oportunidade de escrever «El torno de alfarero, la obtención y aplicación de engobes, la metalurgia de la plata, la pasta vítrea, por ejemplo, no son tecnologías que puedan dominarse sólo a través de la observación de los objetos ya manufacturados. Tampoco son conocimientos que puedan transmitirse oralmente cuando se procedía a cualquier cambio de productos. A pesar de que no son técnicas transcendentes, parece obvio que el *know how* sólo podría aprenderse a través de la observación y sobre todo de la práctica directa, lo que obviamente presupone la permanencia de individuos que dominen ya esas tecnologías» (Arruda, 1999-2000).

Mas não são apenas os materiais arqueológicos, ou a técnica da copelação da prata demonstrada em Santarém (*ibidem*), que mostram a forte orientalização dos sítios do vale do Tejo em momento precoce da Idade do Ferro. As técnicas construtivas (pavimentos de argila vermelha e cal moída, rebocos que impermeabilizam as faces interna das paredes que definem as construções, paredes de adobe, para além da ortogonalidade dos traçados e das plantas rectangulares dos edifícios) indicam que, nestes povoados, pelo menos alguns segmentos da população residente seriam de origem oriental (*ibidem*).

Por outro lado, a sondagem para análises polínicas realizada no Paul dos Patudos, em Alpiarça, no baixo vale do Tejo, próximo de Santarém (Leeuwaarden e Janssen, 1985), mostrou que em 2590 B.P a paisagem sofre alterações significativas, tendo-se passado de uma floresta aberta, para uma paisagem de tipo estepe (*ibid.*). O NAP aumentou consideravelmente e os valores do pinheiro e do carvalho reduzem-se (*ibid.*), dados que indiciam a intensidade do processo de desflorestação com vista a permitir áreas mais vastas para prática agrícola. As mesmas análises mostraram que, ainda que a vinha selvagem existisse na região desde pelo menos 4580 BP, os pólens de *vitis* tinham atingido, nesta época, valores muito altos (33%), admitindo os autores que, na primeira metade do I milénio a.C., estes podiam já corresponder a *vitis* cultivada, e não selvagem (*vitis sylvestris*), tendo acentuado a sua elevada presença (*ibid.*, p. 229).

Também em Almaraz, ainda que em níveis correspondentes ao século VII a.C., em cronologia radiométrica, foram recolhidas numerosas grainhas de uva (Barros, 1998), o que prova o plantio de vinha na região. Os elementos de Almaraz sugerem que as uvas correspondentes a estas grainhas foram consumidas frescas ou em forma de passa e não serviram para produzir vinho, o que não significa que essa produção não tenha ocorrido.

A introdução do plantio da vinha no estuário do Tejo, num momento que se pode associar à chegada de populações exógenas à região, bem como o significativo aumento da área destinada à prática agrícola, é mais um dado a acrescentar à importância dessa chegada, que se materializa, também, na exploração do próprio território, e na introdução de novos hábitos alimentares.

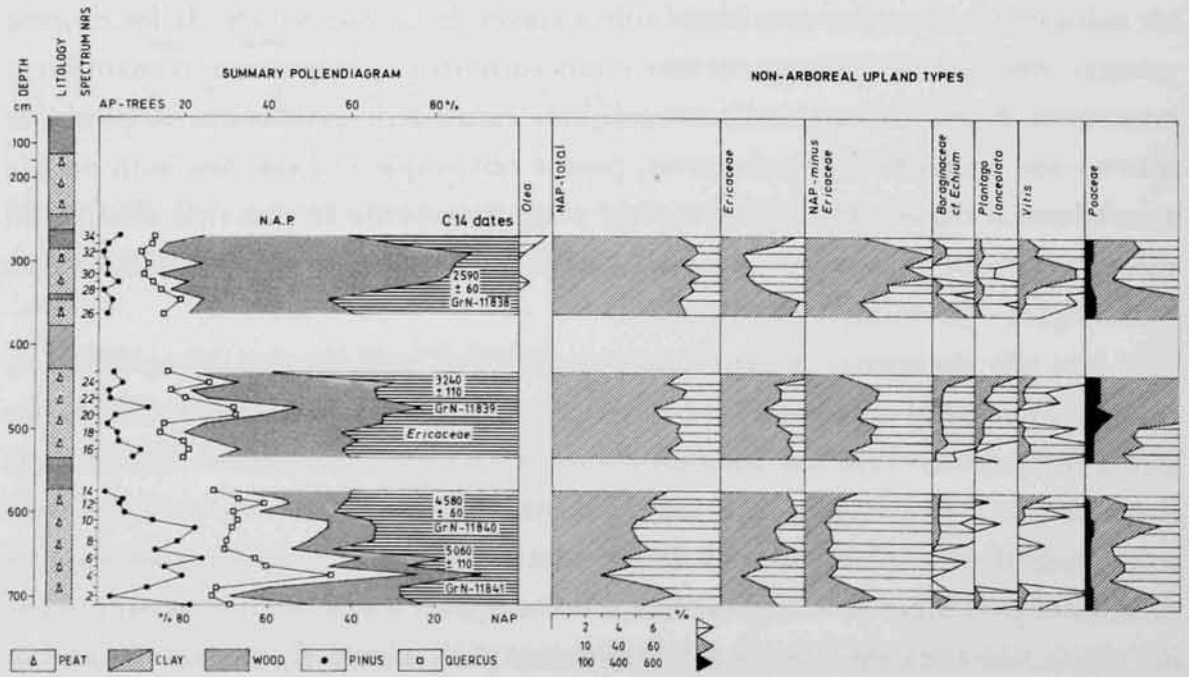


Fig. 40 – Perfis polínicos de Alpiarça, segundo Leeuwaarden e Janssen, 1985.

O estudo das faunas revelou-se também determinante no momento de avaliar a dimensão do impacto cultural ocorrido. E, uma vez mais em Santarém, a presença de galináceos ficou evidenciada para os níveis inferiores, o que revela a introdução precoce desta espécie no território ocidental e na dieta alimentar (Davis, 2005). Naturalmente que os agentes dessa introdução só poderão ter origem no Próximo Oriente.

Todos estes dados concorrem, em meu entender, no sentido de poder defender-se que a forte orientalização dos povoados indígenas do estuário do Tejo, e dos seus territórios, se deve à presença efectiva no seu interior de população exógena, o que significa que nos povoados indígenas, alguns segmentos da população seriam de origem oriental. Os sítios em questão são fortemente orientalizados, e a grande maioria dos vestígios desse orientalismo não resulta apenas da actividade comercial, mas do assumir plena e localmente de formas, tecnologias, decorações, hábitos alimentares e sociais que não têm origem nem na região, nem no Sudoeste peninsular, o que evidentemente não significa que considere que 100% dos seus habitantes eram fenício-púnicos, como pretendeu ironizar Virgílio Hipólito Correia (1997).

Se, em relação ao momento da chegada, os dados existentes foram já apresentados e discutidos, parece fazer sentido falar agora do processo posterior.

Recordo porém que os dados existentes permitem afirmar que, num momento indeterminado do século IX a.C. (em cronologia radiométrica), muito possivelmente nos seus finais, o que corresponde à segunda metade do VIII a.C. em cronologia tradicional, os navegadores orientais passaram a frequentar de modo sistemático o litoral ocidental português, tendo-se então instalado nos estuários do Tejo e do Mondego, concretamente em alguns povoados indígenas, como Santarém, Almaraz e talvez Lisboa e em Conímbriga.

Mas a partir do século VII a.C. (cronologia tradicional), a área explorada pelas populações orientais foi-se alargando progressivamente, sendo certo que é só partir do início desse século que o estuário do Sado passa também a integrar a *Koiné* orientalizante portuguesa.

Ao longo deste século, assiste-se ainda à fundação *ex nihilo* de sítios eminentemente orientais, como é o caso de Abul, no Sado, e de Santa Olaia, no Mondego, apesar de as funções que ambos representaram puderem ter sido distintas. De facto, a planta do primeiro, a existência de um altar, e as reduzidas dimensões do sítio permitem pensar que, neste caso, se trata de um edifício religioso, instalado entre dois importantes povoados indígenas, fortemente orientalizados (Setúbal e Alcácer do Sal) e onde, muito possivelmente, e à semelhança do que se passou

em momento mais antigo na área dos estuários do Tejo e do Mondego, parte da população seria de origem oriental (Arruda, 1999-2000, 2005).

A matriz cultural mediterrânea é então também forte em Conímbriga, em Santa Olaia, em Lisboa, em Almaraz, em Santarém, em Abul, em Setúbal e em Alcácer do Sal.

Durante o decorrer do século VI a.C., assiste-se, no estuário do Tejo e do Mondego, à fundação de pequenos sítios, nas imediações dos grandes povoados como Lisboa, Almaraz e Santa Olaia, parecendo que esta situação decorre de um processo de colonização interna destinada a suprir as necessidades alimentares das populações instaladas nos grandes povoados. Com efeito, e tendo em consideração os cálculos demográficos que efectuei há alguns anos para Lisboa, verifica-se que para suprir as necessidades alimentares de uma população com uma dimensão estimada em 3000 habitantes (Arruda, 1999-2000; 2001) era necessária uma área de recursos de extensão considerável, que não é compatível com a que Lisboa podia explorar, mesmo considerando territórios de exploração correspondentes a duas horas de marcha.

Abastecer Lisboa de cereais implicava pelo menos 1500 ha de área disponível, uma vez que para uma população média de 3000 habitantes seriam necessárias anualmente cerca de 600 toneladas de cereais, e é sabido que 1 ha de terreno produz, em condições normais, entre 400 a 410 kg. de cereal, por ano (*ibidem*).

O mesmo se deduz do caso de Almaraz, cujas necessidades alimentares da população, estimada em cerca de 1000 habitantes, dificilmente seriam supridas apenas pelos seus recursos directos (*ibidem*).

Assim, as populações residentes nos dois sítios da foz do estuário do Tejo não podiam ser alimentadas pela produção agrícola praticada nos seus territórios imediatos. A concentração de população em sítios de *habitat,* verificada no início da Idade do Ferro, e, muito possivelmente, provocada pela chegada dos fenícios ocidentais ao estuário do Tejo, viria a provocar graves problemas alimentares, apesar das análises polínicas terem demonstrado que as áreas cultiváveis foram consideravelmente aumentadas nessa época (Arruda, 2001).

Este considerável excesso demográfico, para escassos recursos, terá, na minha perspectiva originado, a partir do final do século VII a.C., um processo de colonização interna para o qual existem aliás evidências arqueológicas, na foz do estuário. Essas evidências materializam-se numa série de pequenos sítios, de áreas reduzidas, implantados em cotas baixas, sobre solos de tipo B e C, e que podem ser considerados «casais agrícolas». Estes casais encontrar-se-iam na dependência directa de Lisboa e de Almaraz e a sua fundação teria sido promovida pelos dois povoados centrais, com a função específica de contribuir para a supressão das dificuldades de tipo alimentar, estando portanto vocacionados para a prática da agricultura.

Os casais agrícolas conhecidos dependentes de Almaraz seriam a Pedrada e a Quinta do Facho (Barros, 1998), sítios onde cerâmicas de engobe vermelho, pintadas em bandas e cinzentas foram recuperadas.

Ao território de Lisboa pertenceriam Outorela (Cardoso, 1990), Moinhos de Atalaia (Pinto e Parreira, 1978), Santa Eufénia (Marques, 1982/3) e Freiria (Cardoso e Encarnação, 1999), sítios implantados em solos férteis, de razoável capacidade agrícola que estariam na dependência de Lisboa. Os espólios recolhidos nesses sítios evidenciam uma filiação cultural de características orientalizantes, que, na maioria dos casos, pode datar-se a partir do século VI a.C.

As distintas tipologias dos sítios arqueológicos e os diversos tipos de implantação permitem pensar que se está perante um povoamento hierarquizado, onde Lisboa e Almaraz corresponderiam a povoados centrais, que, por isso mesmo,

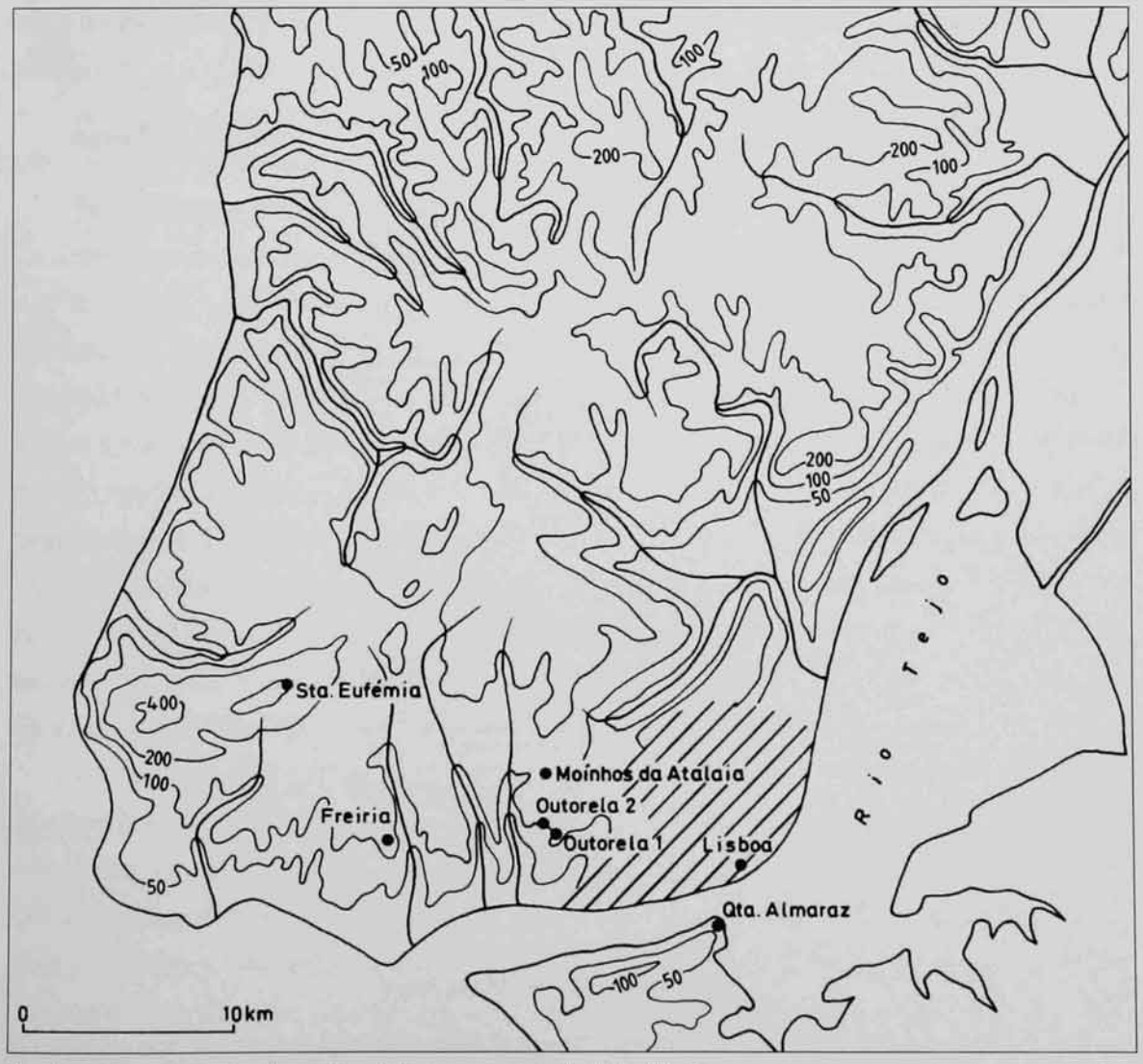
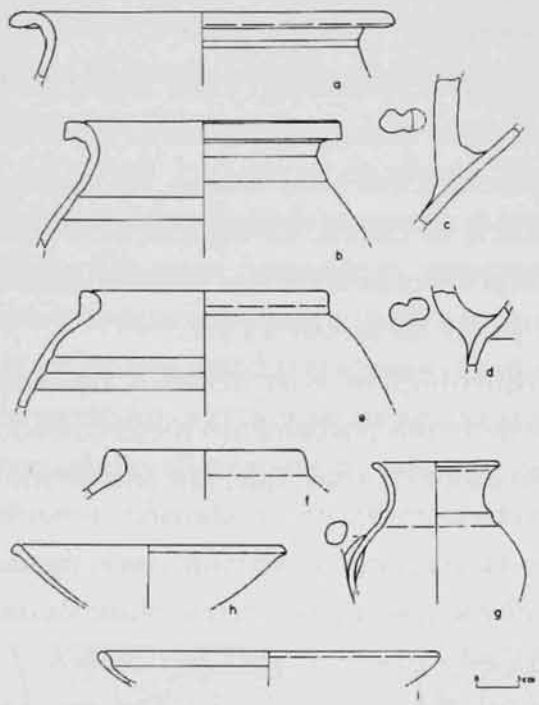
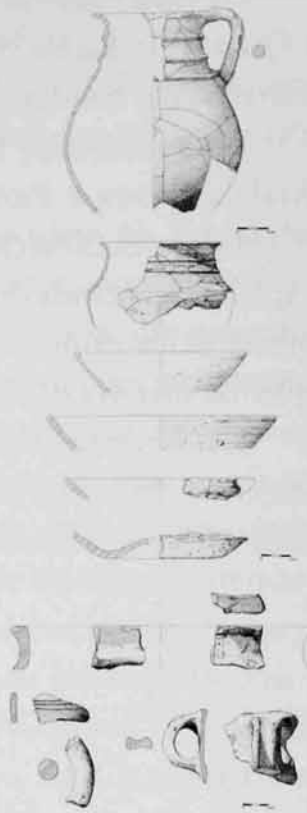


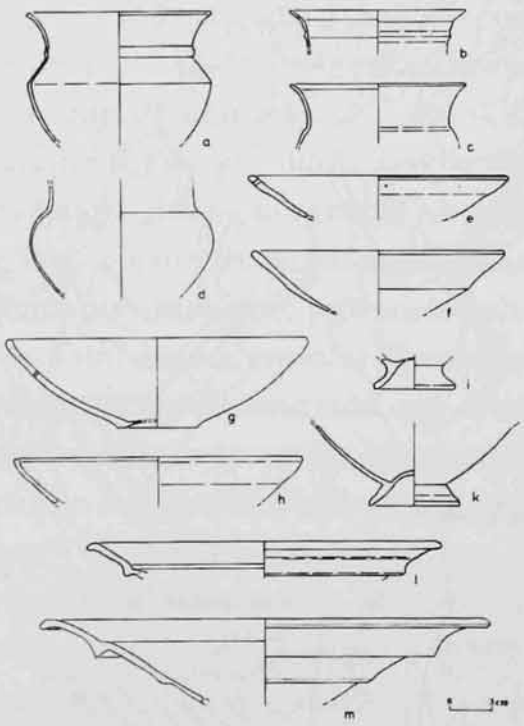
Fig. 41 – O povoamento da região de Lisboa, nos séculos VI a IV a.C..



Santa Eufémia (Sintra)



Outorela (Oeiras)



Moinhos de Atalaia (Amadora)

Fig. 42 – Espólios cerâmicos de Santa Eufémia (Sintra), Outorela (Oeiras) e Moinhos de Atalaia (Amadora), segundo, Marques, 1982/83, Cardoso, 1990 e Pinto e Parreira, 1978, respectivamente.

assumiam o controle do território, controlando, igualmente, os pequenos povoados localizados na sua área de influência directa, que deles dependiam politica e administrativamente. Muito provavelmente, os «casais agrícolas» contribuíam para suprir as necessidades alimentares da população dos dois «lugares centrais», cujo esforço produtivo se concentraria em outras actividades, concretamente as industriais e comerciais.

No Algarve Oriental, não existem ainda evidências de que uma colonização interna tenha acontecido, apesar da ocorrência, pelo menos em Castro Marim, de sucessivas remodelações urbanas ao longo do século VII e VI a.C. (Arruda, Freitas e Oliveira, no prelo). De qualquer modo, verifica-se, também aí, a permanência de espólios, estruturas e arquitecturas eminentemente orientais, até ao final do século VI e primeiros decénios do seguinte, mantendo-se, portanto, a matriz oriental do sítio.

Em Tavira, não há notícia de que essa matriz se tenha perdido.

Mas o território meridional, mais próximo dos centros fenícios e tartéssicos, e por isso mesmo, talvez, mais semitizado ainda do ponto de vista cultural e mesmo genético, poderia eventualmente contar com a teia de solidariedades que sempre se gera nas periferias próximas dos centros.

A partir dos finais do século VI, mas sobretudo no decorrer do século V a.C., um conjunto de fenómenos é rastreado pelo registo arqueológico.

Nos sítios algarvios, a mudança foi grande.

No Castelo de Castro Marim, verificou-se uma profunda alteração estrutural em termos arquitectónicos, tendo sido observado que um outro aglomerado urbano foi construído sobre os derrubes do anterior (Arruda, Freitas e Oliveira, no prelo Arruda, no prelo b). Os compartimentos são ainda de planta rectangular, mas é evidente uma outra orientação dos muros, e uma nova reorganização do espaço, espaço que funcionou até à época republicana, tendo naturalmente sofrido remodelações, que não alteraram, contudo, a concepção na sua forma geral (*ibidem*).

Esta mudança na estrutura urbana foi acompanhada por uma alteração significativa na cultura material (Arruda, 1997, 2003 a, no prelo a e no prelo b). Ainda que a matriz cultural se mantenha mediterrânea por excelência, a verdade é que, ao nível da cerâmica, as formas mudam, assim como as técnicas decorativas.

As importações incluem agora cerâmica ática dos séculos V e IV a.C., cerâmica de tipo Kouass dos séculos IV e III (*ibidem*), e os produtos alimentares chegavam envasados em ânforas fabricadas na baía e na campiña gaditana, concretamente nos tipos Mañá Pascoal A4, B/C e D de Pellicer e de tipo Tiñosa (Arruda, 2000, 2001, 2003 a; Arruda, Viegas, Bargão e Pereira, no prelo). Os pratos de peixe pintados em bandas concêntricas e os vasos pintados com espirais e linhas ziguezagueantes (Arruda, 1997; 2000; 2001; no prelo), entre muitos outros,

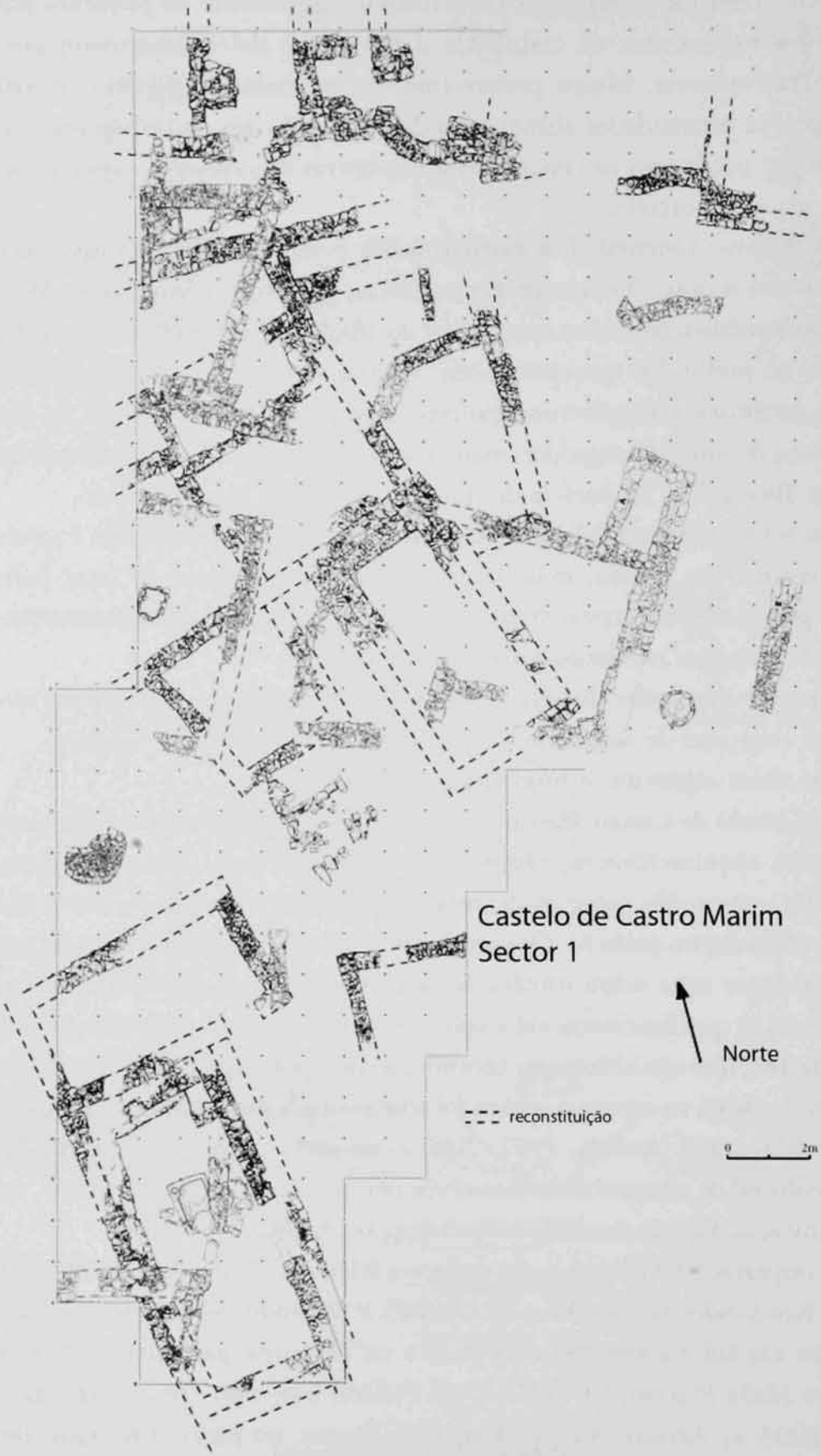
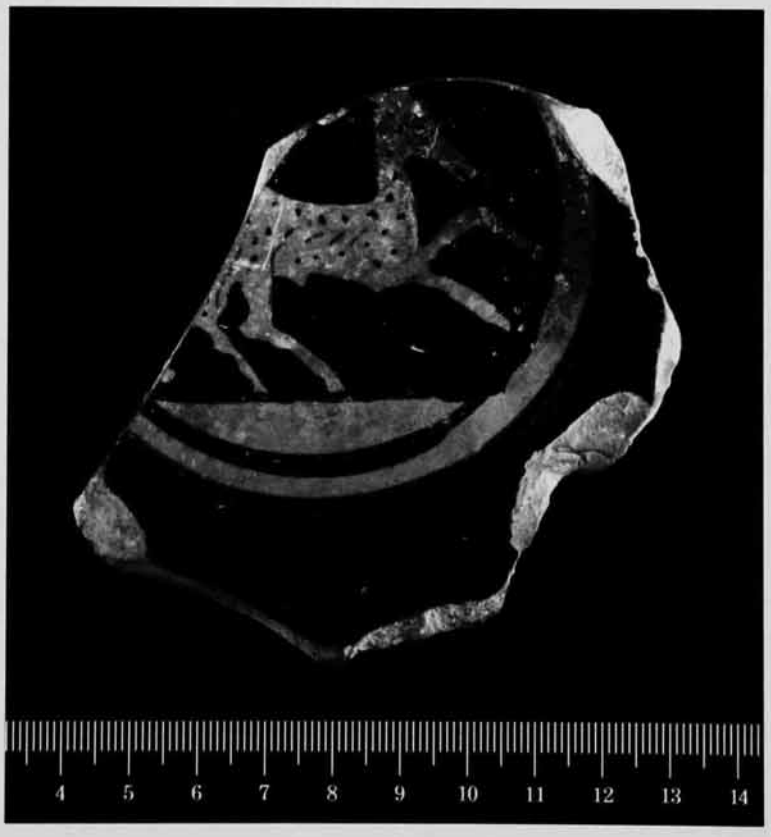


Fig. 43 – Castelo de Castro Marim – plantas das Fases IV e V sobrepostas, evidenciando a profunda alteração estrutural observada nos finais do século VI a.C.. O espaço reorganiza-se e altera-se a orientação do urbanismo.



Ana Margarida Arruda, O 1º milénio a.n.e. no Centro e no Sul de Portugal..., *O Arqueólogo Português*, 4ª Série, 23, Lisboa, 2005, p. 9-156. Inserir p. 60-61.
Em cima, à direita, fragmento de cerâmica coríntia do Castelo de Castro Marim (foto: Victor S. Gonçalves).
À esquerda, vaso coríntio restaurado de idêntica tipologia (cerca de 630 a.n.e., altura: 32,1 cm, Freiburg, foto Wilhelm Gut). Em baixo, fragmento de fundo interno de vaso ático do Castelo de Castro Marim (círculo do Pintor de Marlay, foto Victor S. Gonçalves).

O Arqueólogo Português, Série IV, 23, 2005, p. 9-156

testemunham a enorme vitalidade do sítio na segunda metade do I milénio a.C., sobretudo entre os séculos V e III a.C. e a sua profunda ligação ao que se convencionou chamar de mundo turdetano. Com efeito, estes são também os conjuntos típicos de sítios andaluzes entre o século V e os finais do III a. C., como Mesas de Asta, Castillo de Doña Blanca, La Tiñosa, Alhonoz, entre muitos outros.

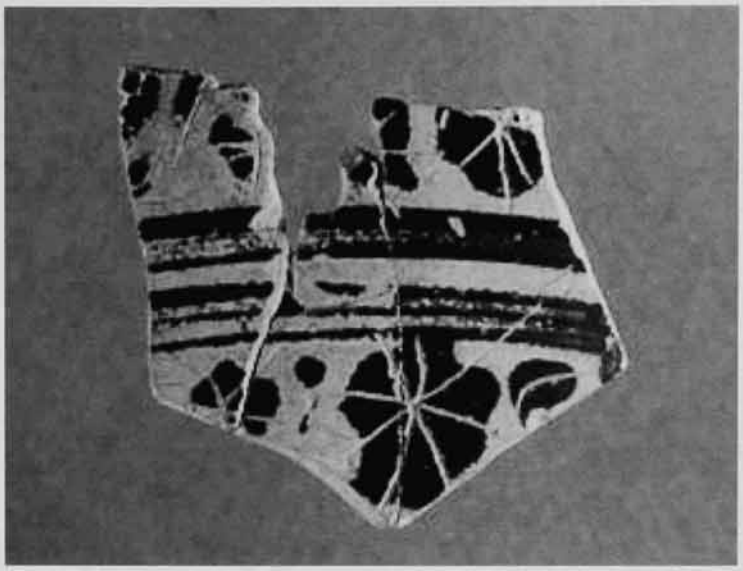


Fig. 44 – Castelo de Castro Marim - Fragmento de parede de vaso grego do Coríntio médio, de finais do século VII a.C./inícios do VI. (Fotografia de Victor S. Gonçalves).

O repertório formal orientalizante desaparece, mas o que existe deixa antever, mais do que uma ruptura, uma evolução, o que significa que a realidade humana que nesse momento actua no Sudoeste da Península Ibérica mantém uma idêntica

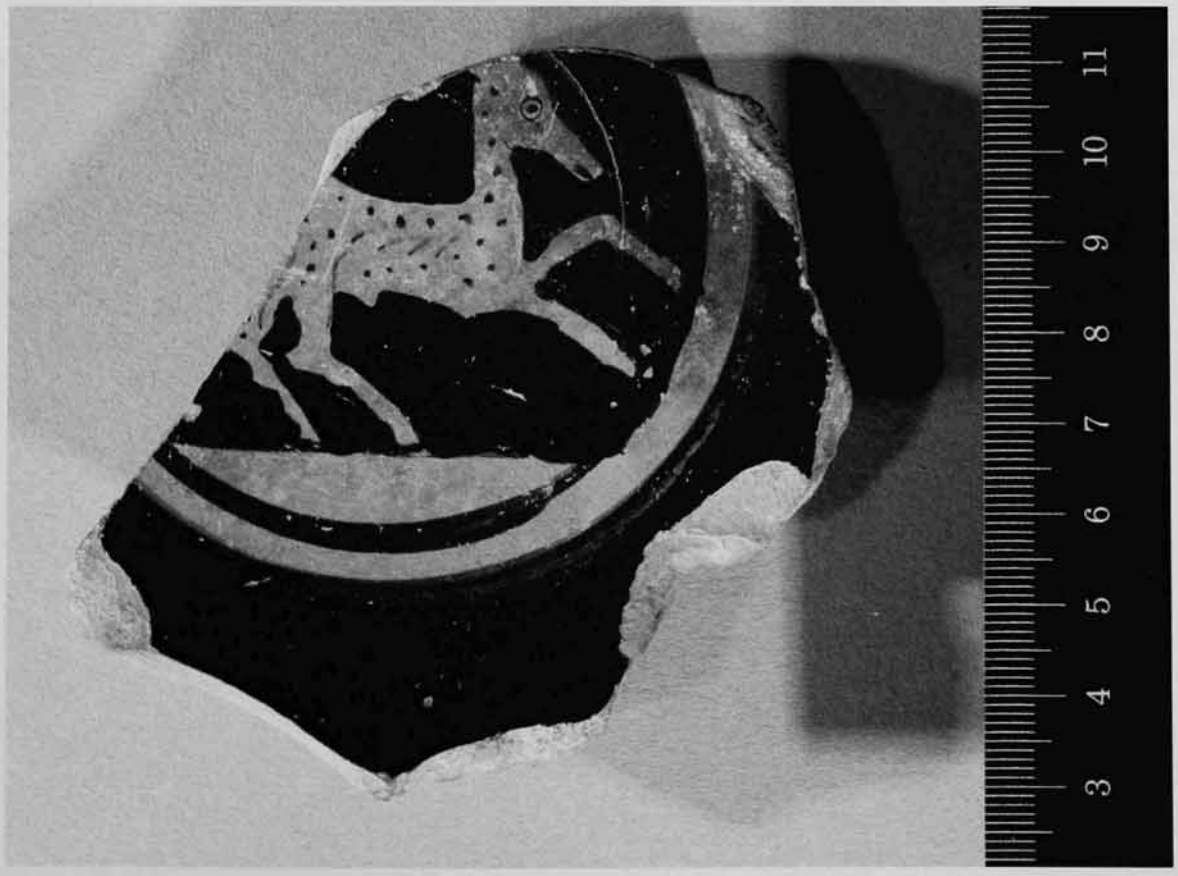


Fig. 45 – Castelo de Castro Marim – Fragmento de fundo de vaso ático do século V a.C. (círculo do pintor de Marlay). (Fotografia de Victor S. Gonçalves).

matriz cultural, profundamente mediterrânea. É o que parece ficar evidenciado pela evolução dos morfotipos anfóricos, concretamente R-1 ⇒ Maña Pascual A4 (Ramon, 1995), sendo evidente que se mantém a mesma área produtora e exportadora, apesar da morfologia dos contentores ter sofrido modificações e (ou) evoluções. A utilização de engobes para revestir os vasos, a pintura em bandas e os pratos de bordo largo

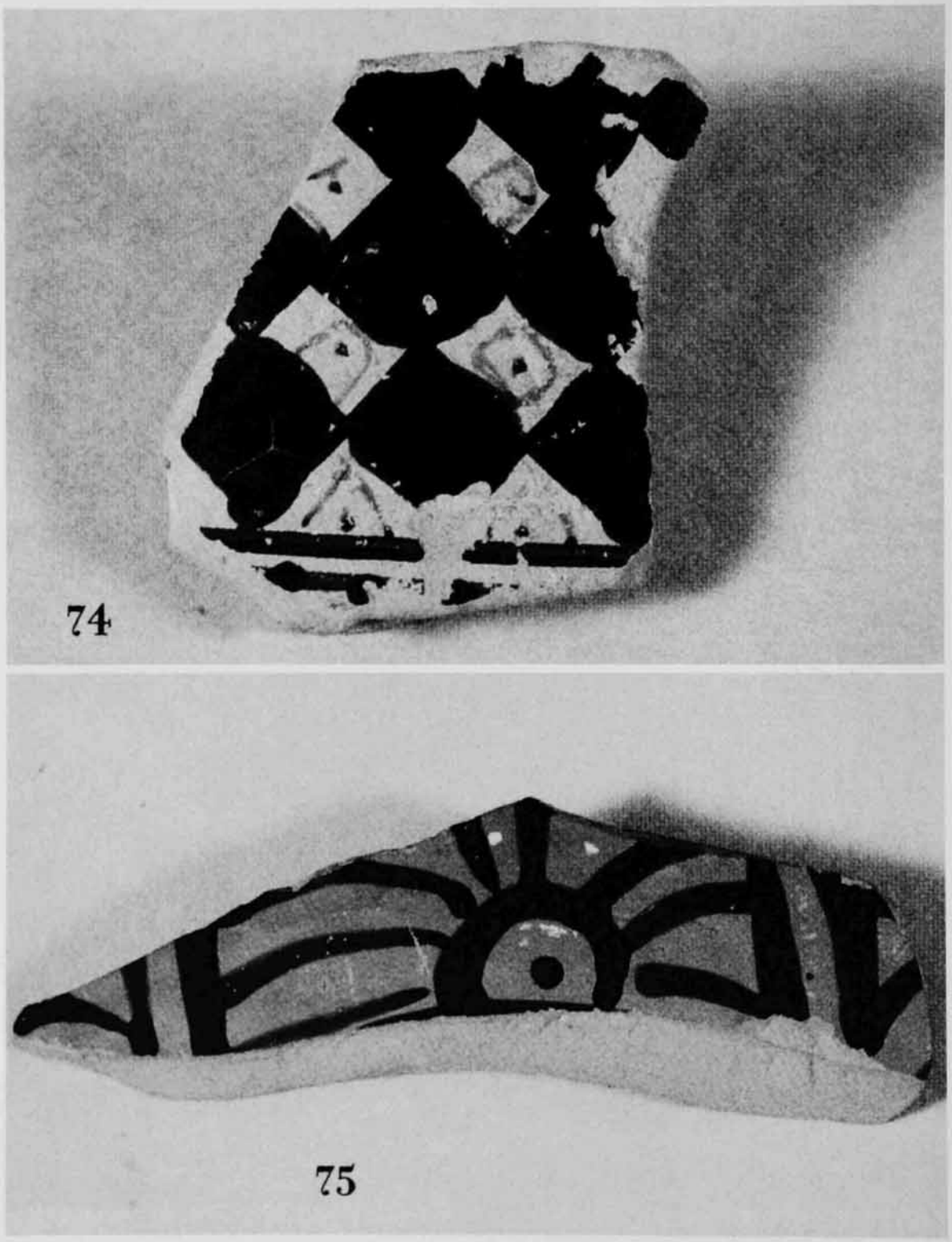


Fig. 46 – Cerâmica grega de Tavira, segundo Barros, 2003.

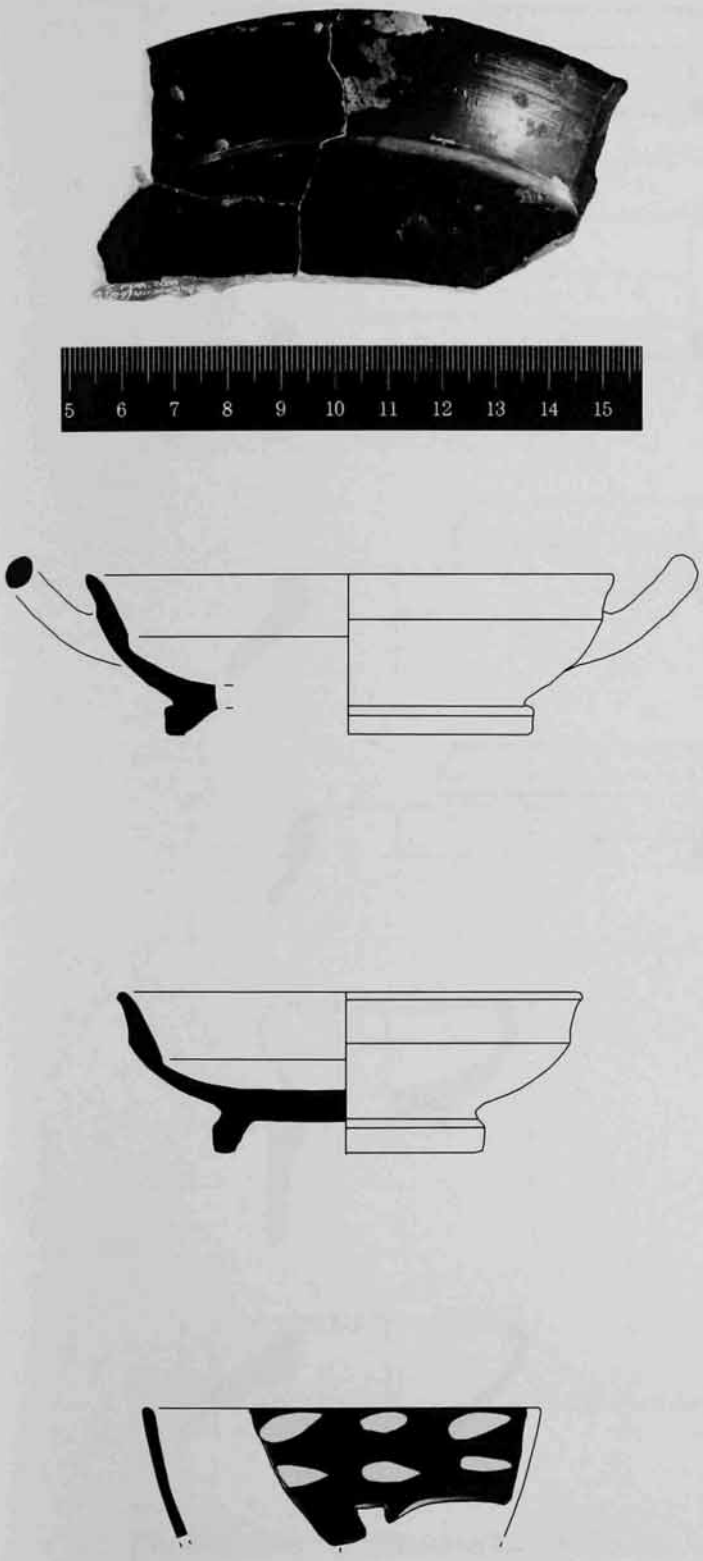


Fig. 47 – Castelo de Castro Marim – Vasos áticos (taças Cástulo e *skyphos* com decoração floral do tipo A/Richter II) do século V a.C.

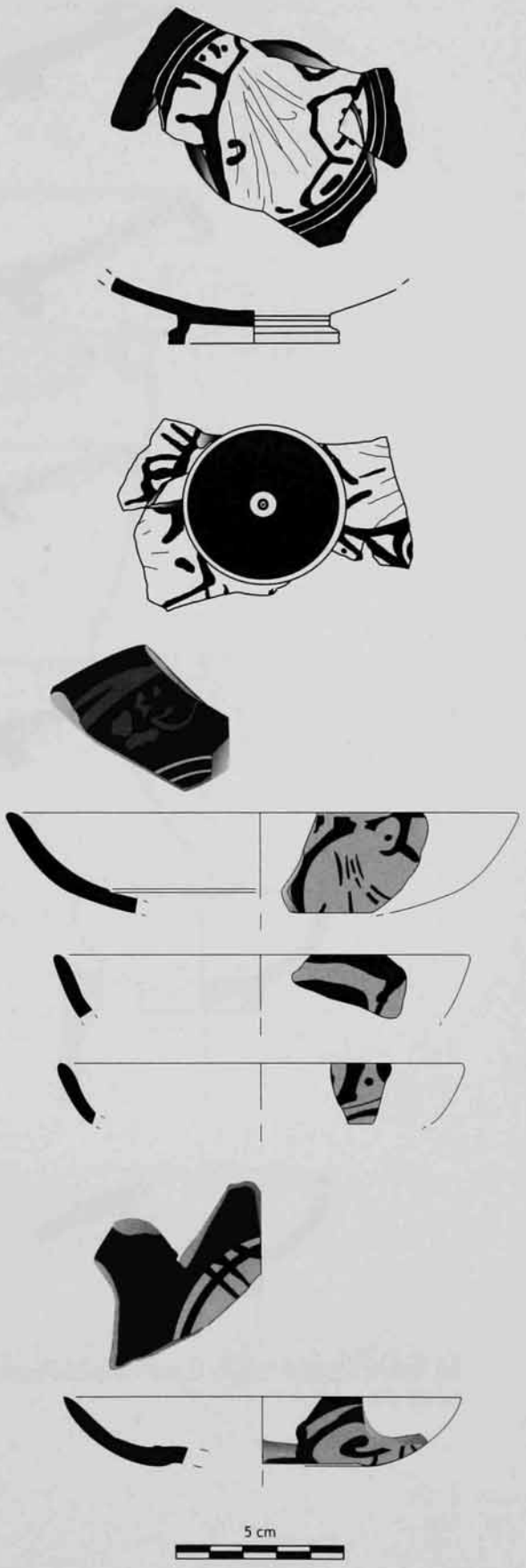


Fig. 48 – Castelo de Castro Marim – Vasos áticos (*Kylikes*) do século IV a.C. (pintor de Viena 116).

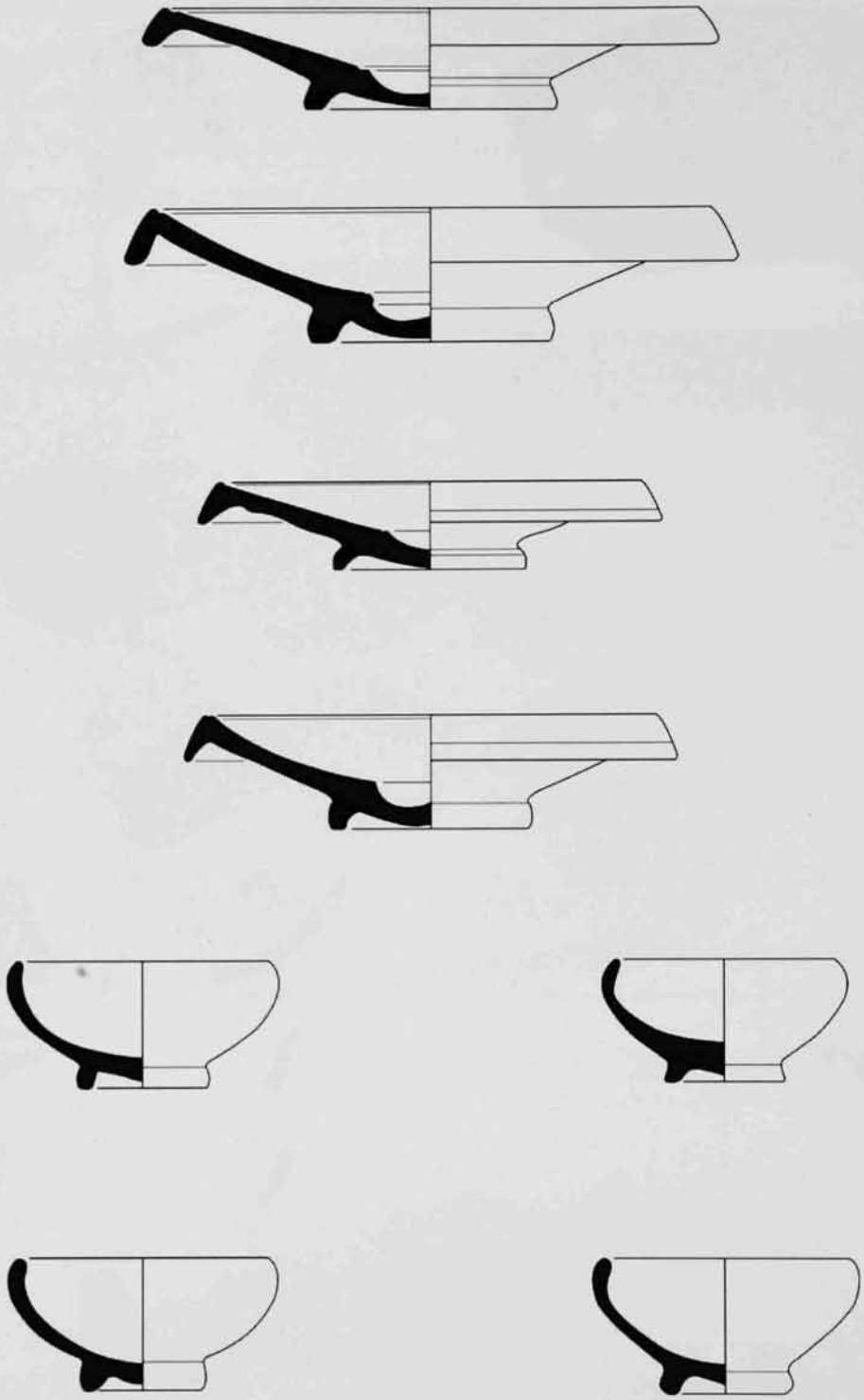


Fig. 49 – Castelo de Castro Marim – Pratos e taças de tipo Kouass (2ª metade do século IV e 1ª do século III a.C.). Escala 1:2

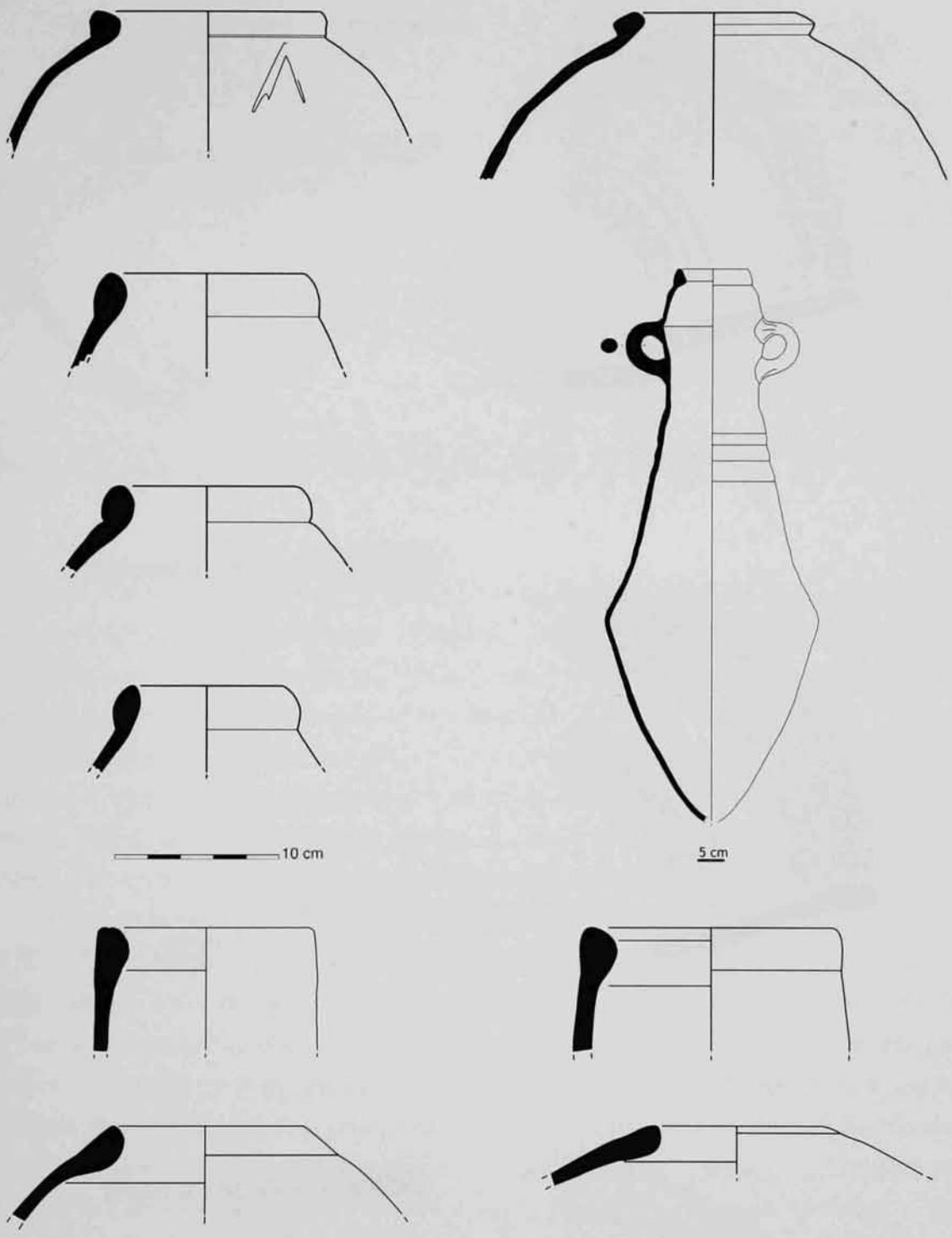


Fig. 50 – Castelo de Castro Marim – Ânforas B/C, Mañá Pascual A4, Tiñosa e D, dos séculos V, IV e III a.C.

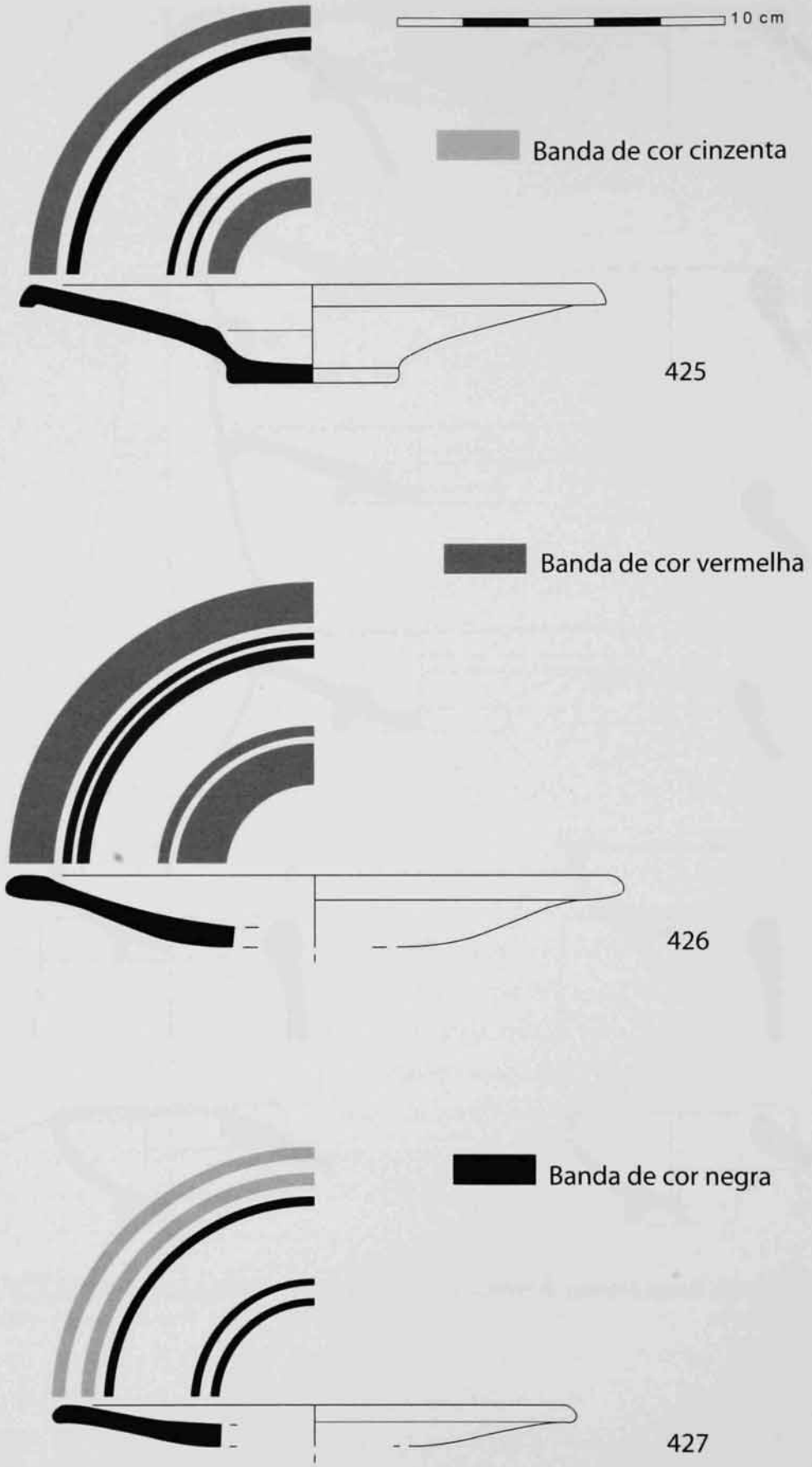


Fig. 51 – Castelo de Castro Marim – Pratos pintados em bandas dos finais do séc. IV/inícios do III, segundo Sousa, 2005

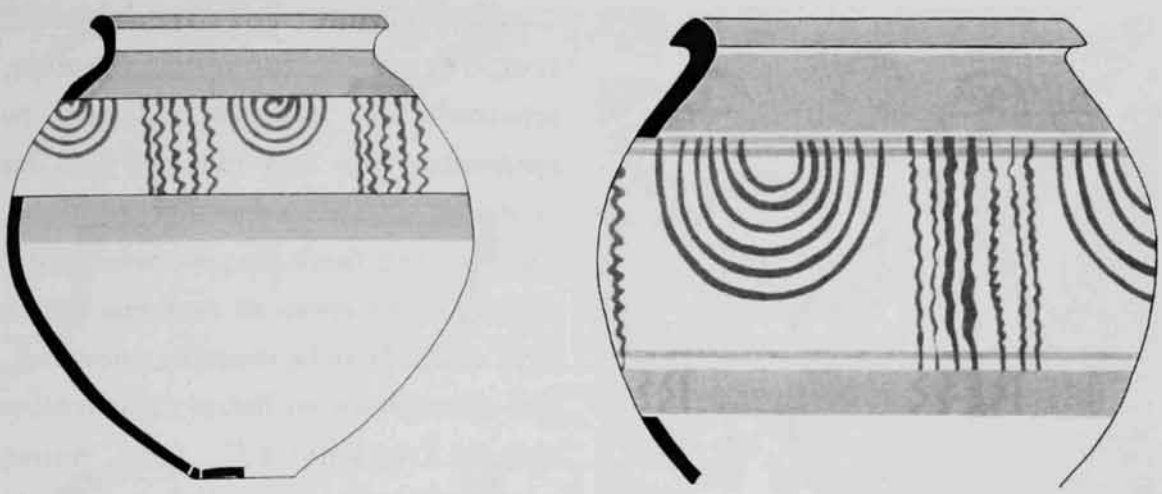


Fig. 52 – Castelo de Castro Marim – Vasos globulares pintados com bandas paralelas ao bordo e entre si que delimitam área decorada com linhas ziguezagueantes e em espiral. Século IV. Escala 1:4

(cada vez mais largo) são outros indicadores desta mesma matriz. O que torna claro que «a evolução na continuidade» verificada traduz, sobretudo, um re-centrar da economia dos centros fenícios ocidentais e tartéssicos, e que não é provocada por uma qualquer «invasão» de populações exteriores à região.

Ainda que de Tavira se saiba pouco sobre a ocupação da 2ª metade do I milénio, a verdade é que as quantidades de cerâmicas gregas são também assinaláveis (Barros, 2003, 2005) e julgo ter reconhecido uma taça de cerâmica de tipo Kouass (forma 27) num dos desenhos publicados recentemente *on-line* (Maia, 2004).

Refira-se ainda que, mesmo que tenha havido produção de ânforas na área do BNU (*ibidem*), parece evidente, pelos desenhos publicados, que a importação de Mañá Pascual A4 e de tipo Tiñosa deve ter sido uma realidade. Estes dados, ainda que escassos, parecem configurar para Tavira uma situação idêntica à de Castro Marim, admitindo-se pois como possível que também o sítio do Gilão tenha passado por uma renovação em torno aos finais do século V, renovação com consequências visíveis durante os séculos IV e III a.C., e que está, por exemplo, plasmada na introdução de um repertório cerâmico distinto do do momento anterior e na importação, em larga escala, de produtos alimentares fabricados na área de Cádiz.

Os dados que existem sobre Faro, Vila Velha de Alvor, Monte Molião e Cerro da Rocha Branca permitem afirmar que estes são sítios fundados *ex nihilo* em torno ao 2º quartel do século IV a.C. Apresentam espólios cerâmicos em tudo idênticos aos que com as mesmas balizas cronológicas foram recolhidos em Castro Marim e em Tavira, e estão localizados em áreas com boas condições portuárias e que controlam o acesso ao interior, uma vez que se localizam na foz de rios navegáveis, ou nas margens dos seus estuários.

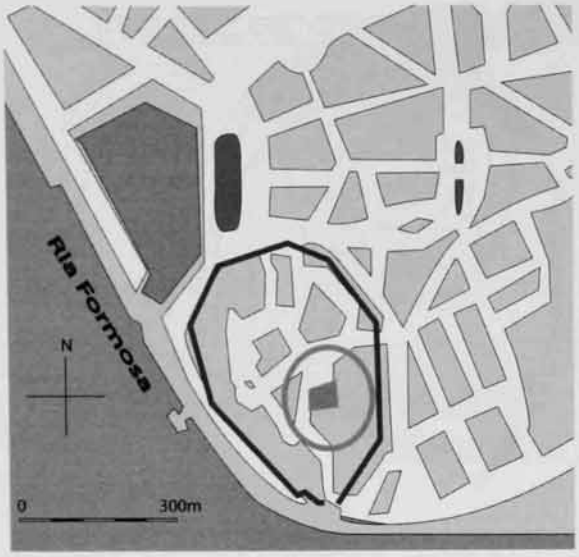


Fig. 53 – Planta da cidade de Faro, com a localização da colina do Bairro da Sé, onde se implanta o Museu Lapidar Infante D. Henrique.

Em relação a Faro, até há pouco tempo apenas o topónimo *Ossonoba*, registado nos autores clássicos, na epigrafia e nas legendas das moedas cunhadas durante a época republicana, indicava uma fundação pré-romana. Mas escavações recentes na pequena colina hoje rodeada pela muralha medieval, que corresponde ao Bairro da Sé (colina que no I milénio a.C., seria, muito provavelmente, uma ilha, localizada num ambiente lagunar, com bons portos e ancoradouros), trouxeram novos dados que importa discutir.

Dos trabalhos no edifício da Polícia Judiciária, dirigidos por Teresa Júdice Gamito, pouco se conhece ainda, havendo a registar, no entanto, o aparecimento de cerâmica ática do século IV a.C., encontrada em níveis pré-romanos (Gamito, 1994; Barros, 2005).

As escavações na área do Museu, conduzidas por Dália Paulo e Nuno Beja foram já, no que à ocupação pré-romana diz respeito, alvo de estudo (Arruda, Bargão e Sousa, 2005), estudo esse que permite afirmar que a ocupação da actual cidade de Faro não recua para trás do segundo quartel do século IV a.C., sendo particularmente significativa durante a sua segunda metade e, sobretudo, durante o século III (*ibidem*). Com efeito, a cerâmica grega é escassa, quando comparada com os conjuntos de Castro Marim e de Tavira e é exclusivamente do século IV a.C., situação que contrasta também com o verificado nos dois sítios a Oriente, sítios onde as importações áticas do século V a.C. são abundantes, e as do século IV estão muito bem documentadas.

Por outro lado, no conjunto anfórico destaca-se a abundância de ânforas de tipo Tiñosa, e deve referir-se que as Mañá Pascual A4 são todas integráveis em tipos tardios (2ª metade do século IV a II), uma vez mais ao contrário do que se passa, pelo menos, em Castro Marim, onde as séries 11 e 12 de Joan Ramon englobam exemplares do século V e da 1ª metade do IV a.C., para além, naturalmente, dos exemplares mais tardios estarem também presentes (*ibidem*).

Na amostra cerâmica da Idade do Ferro recuperada nas escavações do Museu de Faro, as cerâmicas de tipo Kouass são muito abundantes, abundância que foi também verificada, exactamente sobre as mesmas formas em Castro Marim (*ibidem*).

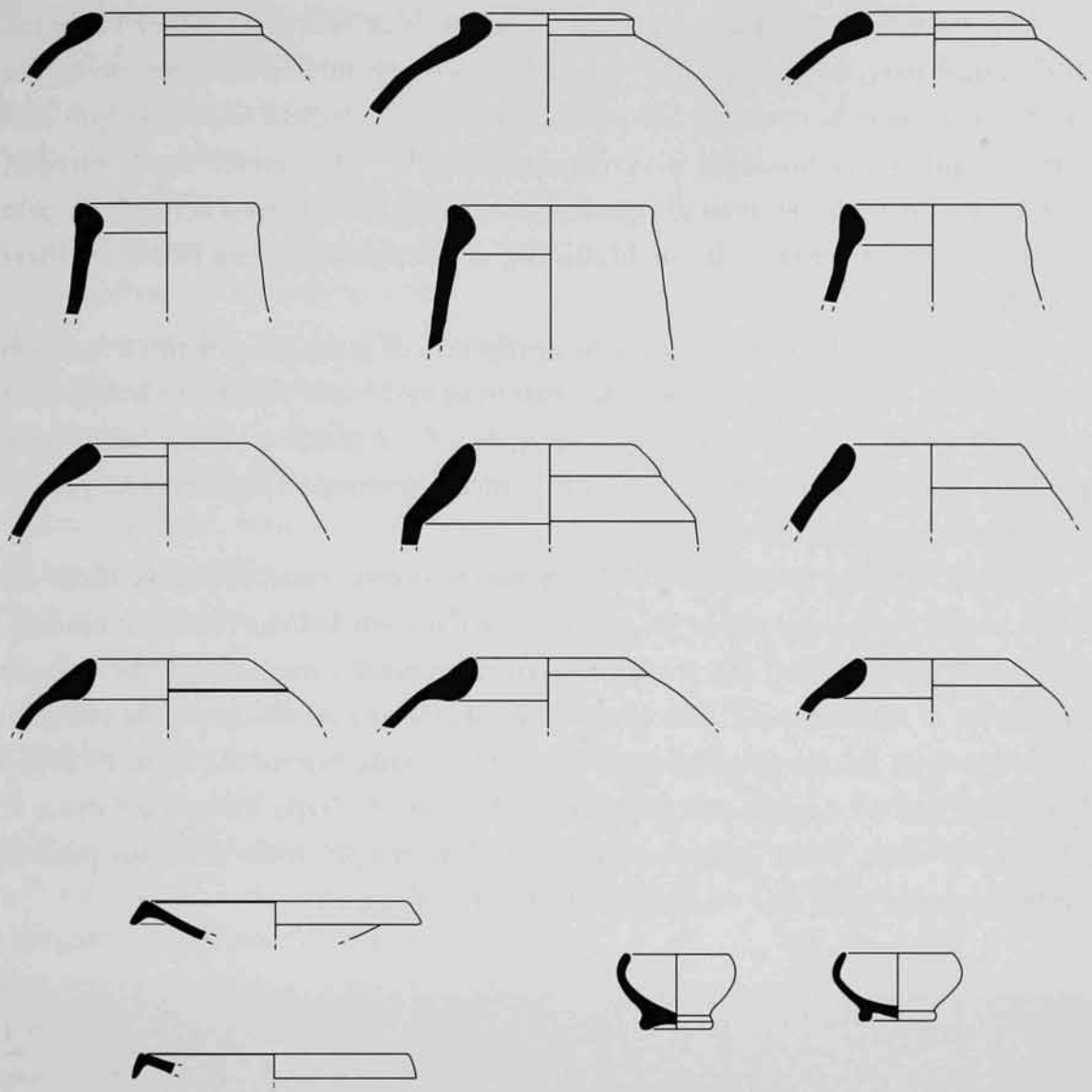


Fig. 54 – Ânforas B/C, Tiñosa D e Maña Pascual A4 tardias, e pratos e taças de tipo Kouass. Escala: ânforas 1:5; pratos e taças 1:2

Todos os dados se conjugam portanto para ser possível concluir que a ocupação de Faro, durante a Antiguidade, se iniciou apenas durante o século IV a.C., talvez a partir do segundo quartel e, ainda assim, timidamente. O núcleo urbano sofre um desenvolvimento muito nítido a partir dos finais do século IV, mas será no século III que esse desenvolvimento se assume plenamente, com numerosas importações de produtos manufacturados (cerâmica de tipo Kouass) e alimentares, concretamente os preparados de peixe envasados em ânforas Mañá Pascual A4 e o azeite que enchia as de tipo Tiñosa.

Deve, pois, insistir-se que foi apenas em momento avançado do século IV a.C. que Faro integrou uma realidade cuja matriz cultural é eminentemente mediterrânea e que abrange toda a Andaluzia ocidental e englobou também os sítios de Castro Marim e Tavira.

Dos poucos dados ainda disponíveis sobre Vila Velha de Alvor (Gamito, 1997), que parece corresponder a um importante núcleo urbano em época republicana, sede de uma ceca de nome *IPSES*, pode deduzir-se, ainda que com reservas, que a sua fundação ocorreu no século IV a.C., talvez na 2ª metade, cronologia que pode ser avaliada quer pela ausência de cerâmica ática, quer pelo tipo anfórico representado: B1 de Mañá, que corresponde à forma B/C de Pellicer (Arruda, no prelo b)

Sobre Monte Molião, a informação a propósito da ocupação sidérica é também ainda escassa, resumindo-se aos escassos materiais cerâmicos recolhidos à superfície e datados da segunda metade do 1º Milénio a.C., e ainda à pouca informação que uma intervenção de emergência com carácter preventivo, realizada há poucos anos, pôde fornecer (Estrela, 1999).

Estes trabalhos de urgência não revelaram níveis conservados da Idade do Ferro, mas alguns fragmentos de cerâmica pintada em bandas foram recolhidos, ostentando um deles um motivo decorativo em espiral, característico da segunda metade de 1º milénio a.n.e. Em prospecções da década de 80 do século passado, pude eu própria recolher um bordo de uma ânfora Mañá Pascual A4 (tipo 11.2.1.6. de Ramon Torres) e ainda três fragmentos de vasos de "tipo Kouass" (Formas II e IX de Niveau). Tudo indica portanto que a ocupação deste sítio não poderá, também, recuar para trás de meados do século IV a.n.e..

Fig. 55 – Monte Molião (Lagos), Fotografia de Rui Parreira/IPPAR

Já atrás referi que o que existe publicado sobre o Cerro da Rocha Branca não é compatível com a cronologia que o autor dos trabalhos de campo e da publicação em que estes são apresentados propõe (Gomes, 1993). Com efeito, tudo indica que, à semelhança do que acontece com Faro e Vila Velha de Alvor, a ocupação da península sobranceira ao rio Arade terá ocorrido em torno aos inícios do século IV a.C., cronologia que se deduz da tipologia da cerâmica ática e dos pintores representados, e parece clara a importância da ocupação do sítio durante os séculos IV e III a.n.e., importância atestada pelo conjunto de materiais publicado, de que se destaca a cerâmica de tipo Kouass e as ânforas: Tiñosa, Carmona, B/C e D de Pellicer (*ibidem*).

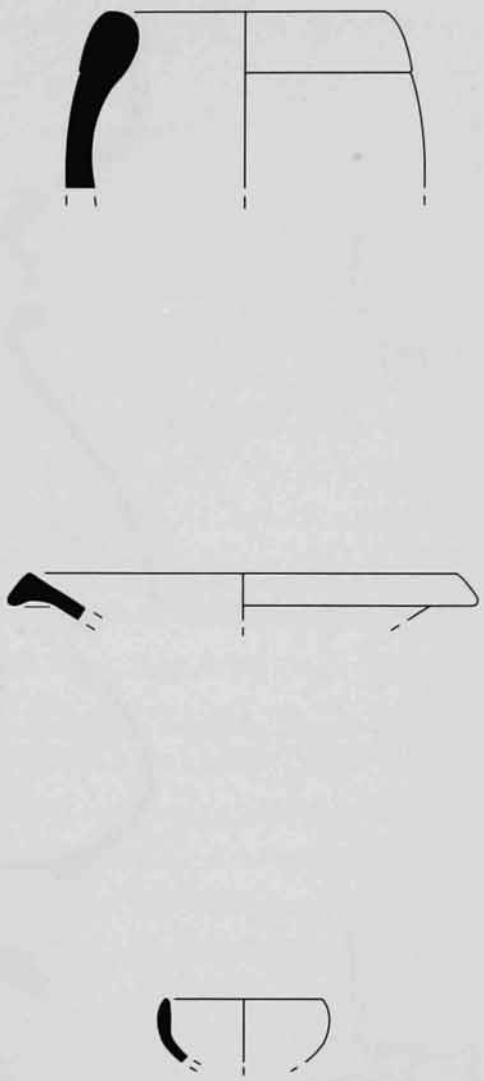


Fig. 56 – Ânfora e vasos de tipo Kouass de Monte Molião (Lagos). Escala 1:4

Os dados atrás brevemente enunciados sobre a ocupação humana do Algarve durante o 1º milénio a. C. possibilitam leituras várias que parece importante apresentar e discutir. Em primeiro lugar, e como já acima referi, tudo indica que a finisterra orientalizante algarvia se localiza na foz do Gilão. Em nenhum dos sítios arqueológicos referenciados para o Algarve Central e Ocidental, nomeadamente Faro, Monte Molião, Vila Velha de Alvor e Cerro da Rocha Branca ficou comprovada uma ocupação anterior ao século IV a.C. Na primeira metade do 1º milénio a.C., apenas Castro Marim e Tavira, no extremo oriental, são núcleos urbanos de primeira grandeza nos finais da 2ª centúria do I milénio a.C., ou, pelo menos Castro Marim, um pouco depois.

Mas, a partir dos finais do século V a. C., começa a esboçar-se uma situação distinta, que implicou uma efectiva ocupação do litoral central e ocidental e ainda de territórios interiores localizados no Barrocal e mesmo na Serra. Agora, há só um Algarve.

A verdadeira «revolução urbanística» verificada em Castro Marim no final do século V, e que dá origem a uma nova «cidade» (Arruda, Freitas e Oliveira, no prelo), parece ser o início de um processo que se desenvolve de forma crescente durante os séculos IV e III a.C.. Novos conjuntos artefactuais passam a fazer

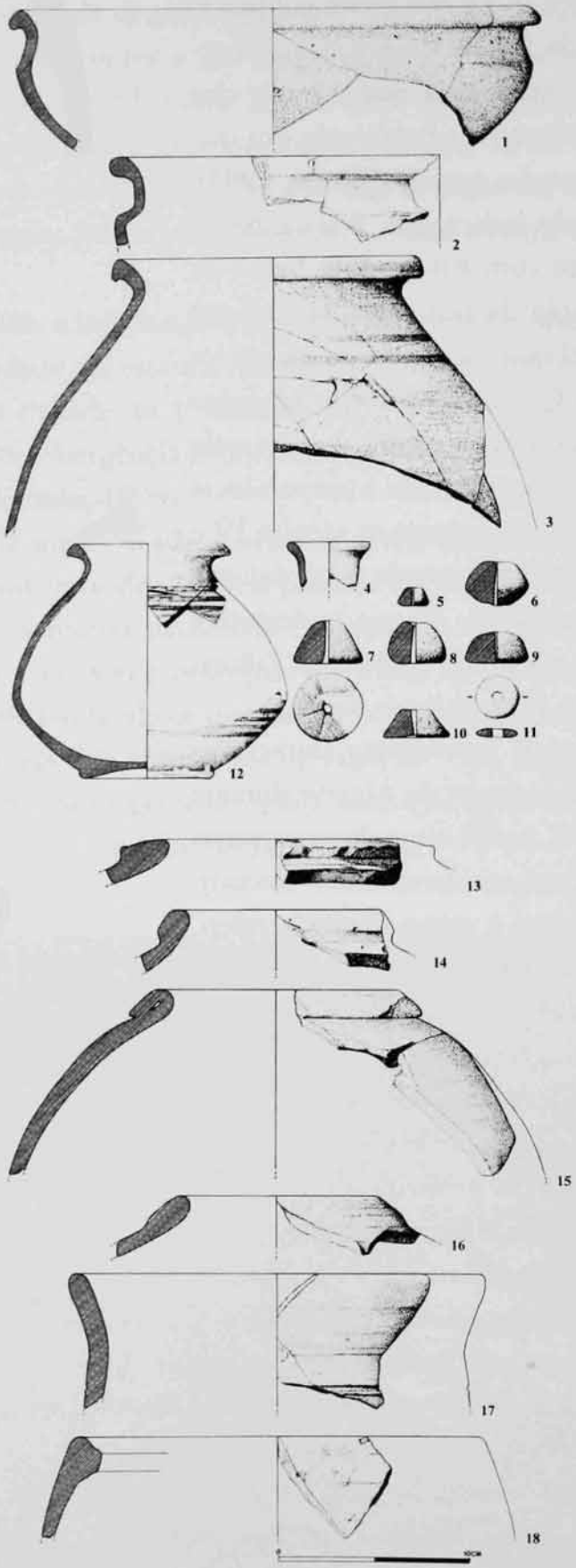


Fig. 57 – Cerâmicas do Cerro da Rocha Branca (Silves), segundo Gomes, 1993.

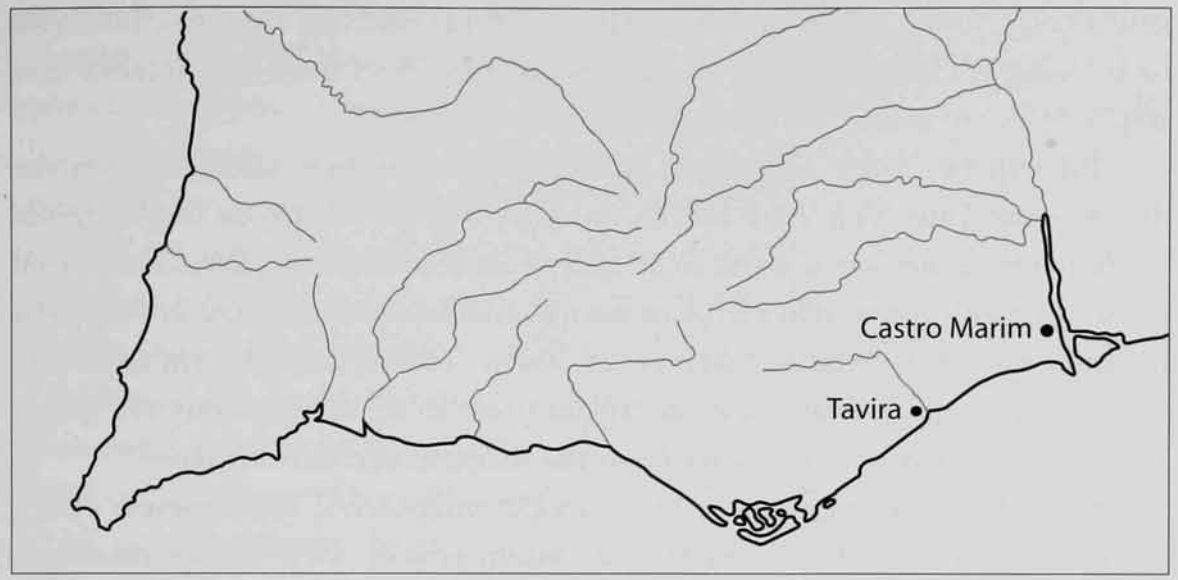


Fig. 58 – O povoamento do Algarve durante a 1ª metade do 1º milénio a.C. Principais sítios conhecidos.

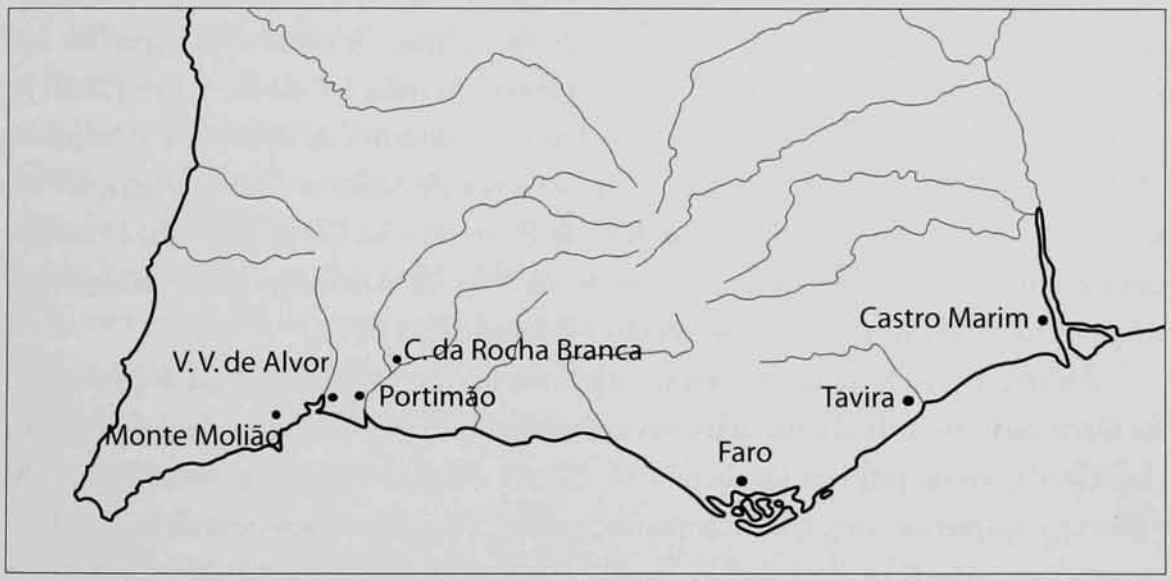


Fig. 59 – O povoamento do Algarve durante a 2ª metade do 1º milénio a.C. Principais sítios conhecidos.

parte do conteúdo dos inventários, conjuntos esses que incluem importações de produtos manufacturados e alimentares de origem mediterrânea, que parecem representar, não exactamente uma ruptura em relação ao mundo orientalizante anterior, mas a evolução dessa mesma realidade humana, apresentando, como é óbvio, uma idêntica matriz cultural.

Apesar da informação disponível para esta época ser ainda escassa, o mesmo se passa aparentemente em Tavira, o que parece configurar uma situação idêntica à de Castro Marim, admitindo-se como possível que também o sítio do Gilão tenha passado por uma renovação em torno aos finais do século V, renovação que

ganha corpo durante os séculos IV e III a.C., e que está, por exemplo, plasmada na introdução de um repertório cerâmico distinto do do momento anterior e na importação, em larga escala, de produtos alimentares.

Julgo que os dados conhecidos, e anteriormente descritos, autorizam também defender que Faro, Vila Velha de Alvor, Monte Molião e Cerro da Rocha Branca são fundados *ex nihilo* em torno ao 2º quartel do século IV a.C. Estes sítios, com espólios cerâmicos em tudo idênticos aos que com as mesmas balizas cronológicas foram recolhidos em Castro Marim e em Tavira, estão localizados em áreas com boas condições portuárias e que controlam o acesso ao interior, uma vez que se localizam na foz de rios navegáveis, ou nas margens dos seus estuários.

Os dados que comprovam uma ocupação progressiva, nesta mesma época, de territórios localizados no interior são muito poucos. Contudo, os resultados que os trabalhos de prospecção nos concelhos do Algarve Oriental têm proporcionado revelaram a existência de sítios onde existem dados que comprovam a sua ocupação durante o século IV e III. Os levantamentos arqueológicos realizados no âmbito dos estudos de minimização dos impactos sobre o património das barragens do Beliche e de Odeleite (Gonçalves, Arruda e Calado, 1996 [2003]), e ainda os que Helena Catarino levou a efeito no concelho de Alcoutim (Catarino, 1997-1998) permitiram reconhecer importações de ânforas com cronologias do século IV e III no Moinho do Pinto (B/C de Pellicer) e no Cerro da Velha (Tiñosa), ambos em Odeleite. Também no Castelo da Vila de Alcoutim foi recolhido um fragmento de cerâmica ática do século IV (Arruda, 1997).

Na freguesia do Cachopo (Tavira), alguns sítios foram situados cronologicamente na Idade do Ferro e de alguns deles são provenientes fragmentos de ânforas que foram classificadas como púnicas (Maia e Silva, 2000). Naturalmente que esta informação é bastante imprecisa, mas julgo admissível pensar que essas ânforas poderão enquadrar-se em tipos que podem caber em cronologias dos séculos IV a III a.C..

Infelizmente, na área central e ocidental do Algarve não decorreram ainda trabalhos de prospecção tão sistemáticos como os que foram conduzidos no Sotavento, pelo que se desconhece se também aí se verificou o que pode ser uma hipótese a considerar: uma colonização das terras do interior do Algarve a partir de 350 a.C., ou um pouco depois.

O quadro que tracei da ocupação humana do Algarve durante a 2ª metade do 1º milénio a.C. merece ainda alguma discussão, uma vez que parece necessário definir-lhe contornos que o tornem mais nítido historicamente.

As relações existentes entre o Algarve litoral, e talvez mesmo do seu interior, com a área ocidental da actual Andaluzia são muito claras em domínios vários, nesta época. Naturalmente que entre estes se pode destacar o repertório formal cerâmico,

que revela não só importações, como é o caso das ânforas, e muito possivelmente da cerâmica de tipo Kouass, mas também produções locais, como por exemplo, entre outras, alguma cerâmica pintada em bandas, pratos de peixe e vasos globulares.

E se, como acima já pude demonstrar, as afinidades eram muitas no «período orientalizante», também na segunda metade do 1º milénio essas afinidades existem, também em termos de distribuição espacial de áreas funcionais, observando-se padrões semelhantes, o que parece traduzir comportamentos similares.

Em cada um dos vastos territórios aparentemente separados pelo Guadiana, a similitude das dietas alimentares é evidente, os produtos são armazenados e consumidos nas mesmas formas. Estas realidades correspondem, pois, a um mesmo padrão comportamental, a um único esquema cultural e a um mesmo cenário social, que certamente resulta de uma mesma entidade étnica, fazendo, neste contexto, sentido recordar que Estrabão descreve em bloco toda a região «... entre o Cabo Sagrado e as Colunas.» (III, 2, 4).

Tenho consciência que tanto Heródoto como Avieno afirmaram que o Algarve era habitado pelos Cinetes, não sendo neste momento claro que estes tenham sido aqueles a que os autores mais tardios chamaram Cónios. Com efeito, o debate que nos últimos anos este assunto tem suscitado é vasto (Alarcão, 1992, 2001; Pérez Vilatella, 2001), mas não parece relevante para a presente análise. O que aqui importa destacar é não só a citação de Estrabão, mas ainda a referência ao facto de *Ossonoba* e de *Balsa* integrarem, segundo Ptolemeu, as cidades turdetanas da Lusitânia, ainda que o geógrafo grego tenha incluído *Laccobriga* entre os centros urbanos celtas (Ptolemeu II, 5, 6). Excluir *Laccobriga* do Algarve foi já hipótese considerada por Jorge de Alarcão (Alarcão, 1992), uma vez que as coordenadas fornecidas por Ptolemeu (II, 6, 49) permitem outra localização, mesmo que contrariem as informações de Mela (III, 7). Porém, são os dados que a arqueologia disponibilizou que parecem dar razão ao Professor de Coimbra.

Que a Turdetânia se estendia até ao Algarve Ocidental é evidente a partir do registo arqueológico. O que no entanto parece importante ainda discutir é talvez a realidade social e étnica dessa mesma Turdetânia (que os autores clássicos afirmam povoada de Bastetanos), trazendo agora à colação não só os dados da sua área ocidental – o Algarve – mas também os que têm vindo a ser estudados na Andaluzia.

Há pouco tempo, Pedro Carretero Poblete (2004) defendeu que a ocupação das terras da *Campiña* gaditana se torna realidade em torno ao século IV a.C., momento em que se dá início à exploração agrícola, intensiva e com fins industriais, destes territórios. Aí se teria produzido o azeite envasado em ânforas de Tipo Tiñosa, cuja produção na área ficou claramente provada pelas análises químicas das pastas destes contentores destinados ao transporte de produtos alimentares,

e o vinho, que o mesmo autor propôs que tivesse sido comercializado em ânforas de tipo Carmona. A validade destas propostas (à excepção talvez do conteúdo vinário do último tipo anfórico) está bem alicerçada num conjunto de dados arqueológicos, entre eles o facto de os sítios da sua área de estudo terem sido fundados *ex nihilo* no século IV a.C., sem que existam quaisquer elementos que falem a favor de ocupações anteriores. São sítios que comportam várias tipologias, que incluem «quintas» ou casais agrícolas e povoados de dimensão considerável que controlariam os primeiros. Por outro lado, os vestígios da exploração oleícola são abundantes, e, para além da origem, o conteúdo das ânforas de Tipo Tiñosa também ficou evidenciado através, uma vez mais, de análises químicas efectuadas.

Muito mais problemática é a tese de que essa ocupação da *Campiña* se relacionou com um processo de colonização agrícola levado a efeito por colonos cartagineses. O texto dos tratados romano-cartagineses transmitido por Políbio volta a ser argumento, não sendo também esquecidas as referências de Heródoto, Éforo e do Périplo de Hanón aos líbio-fenícios. Não é este o lugar de evidenciar as fragilidades de alguns dos argumentos expostos nesse trabalho, mas esta é muito possivelmente uma boa altura para chamar à colação as similitudes, não só cronológicas, verificadas entre o Algarve e a *Campiña* gaditana.

Mas, antes ainda, não posso deixar de lembrar que a tese da «colonização agrícola» não é nova, nem se refere exclusivamente ao período em debate ou a estes colonizadores. Sem poder omitir-se os trabalhos de Bonsor, o fenómeno é tema de acesa controvérsia na comunidade que estuda o momento imediatamente anterior, após os polémicos e estimulantes textos de Jaime Alvar e Carlos Wagner (Alvar e Wagner, 1988; Wagner e Alvar, 1989) e José Luís Lopez Castro (1992) defendeu já uma tese semelhante para a parte oriental andaluza. Também Whittaker (1978) falou de uma colonização agrícola em relação à Sardenha para época fenícia e púnica e Carlos Wagner (1989) e Picard (1996) defenderam a criação, pelos cartagineses, de um sistema de exploração agrícola controlado administrativamente pela metrópole, mas explorado pela população autóctone, na zona circundante àquela sobre a qual exerciam um domínio directo (Tunes e Argélia Oriental).

Para além dos dados arqueológicos, Carretero usa a toponímia para suportar a sua teoria, chamando a atenção para a repartição, na Andaluzia ocidental (Baixo Guadalquivir e Campinã gaditana) e no Norte de África, de topónimos, e mesmo de hidrónimos, terminados em UBA/OBA. Essa análise permitiu-lhe verificar que a série é vasta em ambas as áreas e forneceu-lhe outros argumentos em que se apoiar (Carretero Poblete, 2004).

Se as relações, quer políticas quer económicas, entre Cartago e Gadir foram grandes e intensas, como se deduz, por exemplo, do tratado assinado entre as

duas potências de origem fenícia aquando de um possível ataque ibérico, e em que a primeira se comprometia a prestar apoio à segunda, não é de facto impossível pensar que esta última – Gadir – pudesse estar receptiva à instalação de populações norte africanas nos seus territórios de exploração, desde que, naturalmente, essa instalação tivesse como objectivo primordial a actividade agrícola ou a exploração dos recursos marinhos e que os benefícios destas revertessem a seu favor.

É tentador relacionar esta tese com os dados arqueológicos que o registo de campo me permitiu ler. Com efeito, foi também no século IV e III a.C. que a ocupação do Algarve se desenvolveu acentuadamente, quer na costa quer no interior. E não posso deixar de aqui referir que o topónimo *OSSONOBA* é também um dos que se engloba na série anteriormente citada. E ainda que *Portus Hannibalis* das fontes clássicas nunca tenha sido localizado, mesmo que sempre se tenha admitido que pode corresponder à actual cidade de Portimão, é talvez mais um dado mais a aduzir aos que Carretero juntou. É certo que a tese de uma colonização púnica da Península Ibérica, em época pré-bárcida, foi, desde os finais do século passado, posta em causa, e a maioria dos argumentos então esgrimidos parecia razoável. A documentação arqueológica não evidenciava qualquer presença púnica, e o próprio tratado de 509 foi lido numa perspectiva inovadora que desmentia o controlo do Mediterrâneo Ocidental por parte de Cartago (Peña, 1976-78). Por outro lado, e paralelamente, Gadir voltou a ganhou protagonismo graças às escavações arqueológicas que se multiplicaram na Baía de Cádiz e na própria cidade.

Não me parece ainda hoje que os elementos aduzidos por Pedro Carretero possam efectivamente contrariar, por completo, a insuficiência de dados que existem sobre um pretenso imperialismo púnico na Península em momento anterior ao século III a.C., mesmo tendo em consideração os símbolos de Tanit impressos em cartelas de ânforas produzidas nos fornos de S. Fernando, em Cádiz. Assim, mantenho a maior parte do que disse na introdução do texto publicado nas actas do colóquio «Os púnicos em Portugal» (Arruda, 2001), ainda que possa admitir hoje que tenha havido instalação de populações norte africanas em territórios peninsulares a partir do início do século IV, desde que, e como acima disse, essa instalação tivesse como único objectivo a actividade agrícola e a exploração de recursos marinhos, e que, em última análise, os benefícios e as mais valias obtidos por essas populações revertessem a favor dos gaditanos e/ou turdetanos.

Esta admissão tem por base não só alguma argumentação utilizada por Carretero, mas a descoberta em Castro Marim, em área que funcionalmente está relacionada com actividades cultuais, de quatro enterramentos de recém nascidos (40 semanas de gestação). São inumações, três em fossa e uma em vaso. Esta situação, até à data inédita no Ocidente para este período, poderia interpretar-se

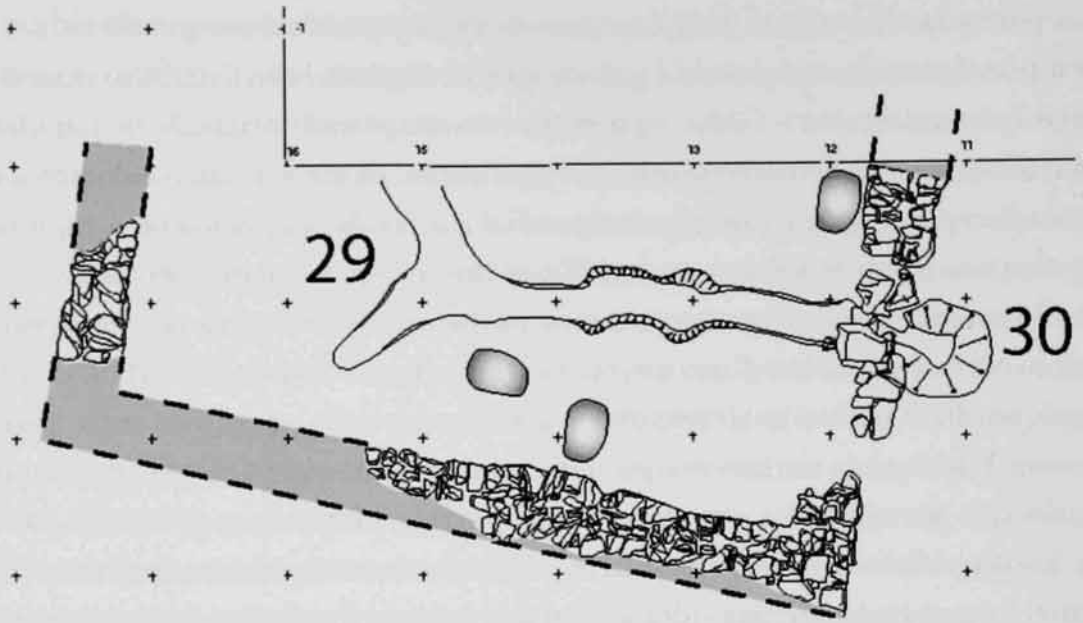


Fig. 60 – Castelo de Castro Marim – Compartimento da Fase V, onde se encontraram as três fossas com inumações infantis.

Fig. 61 – Castelo de Castro Marim – Inumação infantil da Fase V.

num âmbito não necessariamente ritual, uma vez que, ainda que de facto inédita no SO, é recorrente na área Ibérica em momento coevo (AAVV, 1989), mas com características domésticas.

No entanto, no Castelo de Castro Marim todos os dados parecem conjugar-se no sentido de poder defender-se que esta área correspondeu a um espaço cultual em ambiente urbano, em todos os momentos da diacronia sidérica. As estruturas rectangulares de argila datadas da 1ª metade do 1º milénio apresentam afinidades construtivas com as que foram assim interpretadas na área do Guadalquivir, concretamente em Coria del Rio, no Carambolo, ou em Carmona, na Extremadura (Cancho Roano) e até em Castela (Cerro de la Mesa, Alcolea de Tajo, Toledo – Ortega Blanco e Gutiérrez, 2004). Se bem que, em alguns dos casos espanhóis, os altares tenham a forma de lingote cipriota ou de pele de touro estendida, e em Castro Marim a forma geral seja rectangular, o facto é que, em todos, as estruturas pouco se elevam do solo (15 cm em Coria del Rio e 10 em Castro Marim), são construídas com argila e localizam-se no interior de edifícios de planta rectangular onde ocorrem bancos corridos ao longo das paredes. Por outro lado, julgo importante referir que, tanto em Castro Marim como em Coria, houve intenção de preservar os edifícios e os respectivos altares, mesmo quando outras construções se lhes sobrepuseram.

Fig. 62 – Castelo de Castro Marim - Altar da Fase IV (século VI).

Os pisos de conchas identificados para a época orientalizante remetem também para um ambiente eminentemente ritual. Parece imprescindível chamar aqui à colação o caso do Carambolo Baixo, onde os pavimentos de conchas tinham já sido verificados por Carriazo (1973), e cuja interpretação como santuário não apresenta, neste momento, qualquer dúvida (Bélen e Escacena, 1998; Escacena e Izquierdo, 2001). As características rituais destes pisos de conchas em Castro Marim, muito bem conservados, podem ser defendidas, atendendo a que a sua fragilidade impediria a utilização massiva e continuada. A utilização seria pois restrita, estando destinada a apenas alguns, muito possivelmente aos que se encarregariam das actividades cultuais.

Se as arquitecturas, os pisos de conchas e os altares da 1ª metade do 1º milénio a. C. são elementos que tornam evidente o carácter religioso deste espaço, os *bothroi* dos séculos V e IV/III, bem como, agora, os enterramentos, datados também deste último momento, mostram que a sua sacralização permaneceu intacta até à época romana. Mas foi também neste mesmo espaço que no século XVI se constrói a pequena capela cujos alicerces pudemos escavar, e no século XVII a que acabou por ruir aquando do terramoto de 1755.

De qualquer modo, e tal como se verificou na área de Cádiz, o Algarve regista nos século IV e III um desenvolvimento notável, com um aumento demográfico consubstanciado na renovação urbanística de Castro Marim, e

Fig. 63 – Castelo de Castro Marim – Depósito votivo do último quartel do século V a.C.

Fig. 64 – Castelo de Castro Marim – Pormenor do depósito votivo do último quartel do século V a.C.

possivelmente Tavira, e na fundação de novos centros urbanos no litoral (Faro, Vila Velha de Alvor, Monte Molião, Cerro da Rocha Branca), e de sítios rurais no barrocal (Moinho do Pinto e Cerro da Velha), estes últimos com padrões de instalação que parecem vinculados à exploração agrícola.

Se esta nova realidade é o resultado de uma transferência de populações norte africanas para o Algarve é questão que parece plausível, mas que deixo ainda em aberto, até que outros dados melhor a documentem.

Para concluir este ponto, gostaria ainda de dizer que, na minha opinião, entre o século IV e a chegada das tropas romanas, se desenvolveu no Algarve uma sociedade oligárquica, onde o grupo que constituía a elite dominante controlava a exploração agrícola dos seus territórios, as actividades industriais relacionadas com a transformação dos produtos marinhos e o processo comercial. E, assim, a mais valia obtida com a produção não beneficiava os elementos que directamente participavam no processo produtivo, mas sim os que controlavam a actividade económica. O que ainda desconhecemos é se uns e outros integravam a mesma unidade étnica ou se, pelo contrário, os primeiros eram os descendentes directos ou dos fenícios ocidentais, chegados ao Algarve no século VIII, ou da população indígena fortemente miscenizada e orientalizada (os Cinetes?), e os segundos agricultores, pescadores e artesãos norte africanos.

A situação que descrevi para o Algarve, com paralelos na Andaluzia, é completamente distinta da que se observa no litoral ocidental. Aí, e pelo menos em Lisboa, Santarém, Almaraz, Conímbriga, Alcácer do Sal e Setúbal, é notória, ao longo de toda a Idade do Ferro, a permanência de formas, decorações e tecnologias oleiras.

Na Alcáçova de Santarém, o que tinha já sido verificado em áreas restritas confirmou-se em absoluto em todos os locais intervencionados, que atingem neste momento cerca de 1500 m2, não parecendo haver lugar, neste momento, à dúvida que essa permanência suscitava, quando eram reduzidas as áreas escavadas. O que, de facto, parece demonstrado é que o «conservadorismo orientalizante» que propus existir nos sítios costeiros da costa ocidental (1993) é realmente incontornável, pelo menos em Santarém, havendo dados que permitem generalizar esta situação a Alcácer do Sal, a Setúbal, Lisboa, Almaraz e a Conímbriga.

Aqui, ao contrário do que se passa no Algarve, os elementos que existem apontam para uma progressiva desvinculação da área gaditana, apesar de os povoados dos estuários se manterem ocupados, e de a sua cultura material estar ainda imbuída de um profundo orientalismo. Mas os espólios que habitualmente estão presentes nos sítios que integram o âmbito gaditano, ou o mundo turdetano, como as ânforas Mañá Pascual A4, e de tipo Tiñosa, os vasos decorados com linhas concêntricas e ziguezagueantes, os pratos de peixe pintados com linhas concêntricas, a cerâmica de tipo Kouass, estão praticamente ausentes do conteúdo dos inventários portugueses dos estuários do Sado, Tejo e Mondego. A própria cerâmica ática dos séculos V e IV a. C., sempre tão abundante nos sítios da Andaluzia Ocidental e no próprio Algarve, é rara em contexto de *habitat* no litoral ocidental. Aqui, a cultura material da segunda metade do 1° milénio segue de perto os esquemas formais e decorativos da primeira metade, chegando a impressionar a pouca variabilidade observada ao longo de toda a Idade do Ferro.

Gostaria de chamar ainda a atenção para o facto de ser por estes anos que Abul é abandonado, tendo-se então construído, em área próxima, um pequeno santuário – Abul B (Mayet e Silva, 1993, 1997, 2000). Também a ocupação de Santa Olaia parece terminar em torno aos inícios do século V a.C. (Pereira, 1997; Arruda, 1999-2000).

De facto, enquanto nas primeiras centúrias do milénio existem claras afinidades entre a cultura material de toda a costa portuguesa, o mesmo não parece passar-se a partir do início do século V a.C., em cronologia tradicional.

Neste momento, a costa ocidental parece distanciar-se da área do Estreito e dos territórios meridionais.

Assim, todos os dados parecem conjugar-se no sentido de poder defender-se que o litoral ocidental se afasta, a partir dos finais do século VI a. C. e até à chegada dos exércitos romanos, da *koiné* orientalizante que toca todo o Sul peninsular. Esse afastamento ganha ainda maior dimensão quando se verifica que os sítios coloniais fundados de raiz, como Abul e Santa Olaia, são abandonados. Sendo certo que os contactos com essa *Koiné* não cessam por completo, tudo indica porém que esmorecem consideravelmente e deixam de justificar a instalação permanente de fenícios naqueles territórios. Ao contrário do que se verifica no Algarve, o litoral ocidental desvinculou-se, a partir do século V a.C., da área gaditana. Muito possivelmente, a actividade comercial com os estuários do Sado, Tejo e Mondego deixou de justificar os investimentos que as viagens marítimas para norte do *Promontorium Sacrum* implicavam, obrigando ao encerramento dos centros reguladores dessa actividade, não sendo impossível chamar à colação, neste contexto, a chamada crise do século VI a.C.

Esta desvinculação pode ser também lida na própria evidência linguística, uma vez que, neste âmbito concreto, o «...bajo Guadalquivir en la Segunda Edad del Hierro muestra signos de "iberización" (Untermann 1985: 8-10 mapas 5-6, 15) que no se aprecia en esta serie de topónimos del centro de Portugal, lo que indica un momento anterior para su fijación» (Torres Ortiz, no prelo).

E, entre muitas outras razões já atrás expostas (entre outras: planta de Abul e o grafito fenício encontrado também no sítio do Sado), é também este afastamento do mundo do baixo Guadalquivir e da área gaditana, verificado a partir dos finais do século VI ou inícios do V a.C., e do meu ponto de vista bem documentado quer arqueológica quer linguisticamente, que permite refutar a tese de que a orientalização da costa ocidental portuguesa se ficou a dever a uma colonização tartéssica, e não à chegada de contingentes populacionais fenícios, como tenho defendido. Em artigo recente, Mariano Torres Ortiz defende que no «... lo que se observa en algunos de los asentamientos portugueses del interfluvio Tajo-Sado es una importante presencia tartésica» uma vez que «...a evidencia arqueológica permite plantear ya la presencia de estas poblaciones [tartéssicas] en un momento ya avanzado de la Primera Edad del Hierro en un proceso asociado a la expansión del mundo tartésico hacia su periferia, un proceso de expansión y/o colonización...» (Torres Ortiz, 2005).

Se assim fosse, tornar-se-ia incompreensível a desvinculação que, como pude constatar, existe justamente entre os estuários do Sado e do Tejo e mesmo do do Mondego e a área dita tartéssica, a partir da 2ª metade do I milénio a.C.

Reconheço, no entanto, que alguns dos argumentos usados pelo investigador de Madrid podem colher numa eventual relação existente entre a costa ocidental portuguesa e o baixo Guadalquivir, ainda que deva dizer-se que mesmo nesta última região não parece ser completamente segura a distinção entre fenício e tartéssico. Esta indefinição pode aliás compreender-se bem na citação de Estrabão «A sua sujeição [da Turdetânia] aos *phoínikes* foi tão completa, que hoje em dia a maioria das cidades da Turdetânia e das regiões vizinhas estão habitadas por aqueles» e ainda no próprio nome pré-romano de Sevilha – SPAL – cuja filiação semita parece evidente, e cuja fundação a tradição mítica sempre atribuiu a Hércules (Belén e Escacena, 1998).

Sem querer voltar aqui à discussão sobre o modelo da colonização agrícola do Guadalquivir, a verdade é que os espaços sacros escavados no Carambolo, em Coria del Rio, em Montemollín e Carmona (*Ibidem*), por exemplo, evidenciam, para além de arquitecturas orientais, cultos dedicados a entidade divinas exógenas e semitas. Se fossem apenas estes últimos, poderia dizer-se que nestes santuários se produzia a assimilação de imagens religiosas alóctones com uma divindade indígena paralelizável (Jimenéz Flores, 2002). Mas estas imagens, associadas àquelas arquitecturas, permitem pensar que estes eram centros de difusão de formas religiosas orientalizantes, difusão que poderia ser assumida pelas elites tartéssicas, ou, mais provavelmente, pelos próprios orientais. De qualquer modo, e se não tivermos a tentação de confundir o momento da chegada com o resultado do longo e complexo processo que terá sido a instalação no Sul da Península Ibérica de populações próximo orientais, o Baixo Guadalquivir parece corresponder a um espaço fenício por excelência.

Voltando à costa ocidental portuguesa, devo ainda dizer que existe, efectivamente, um conjunto de materiais que têm sido considerados tartéssicos, nomeadamente os jarros de bronze de Faião e de Torres Vedras, no último caso associado ao «braseiro com asas de mão». Recordo ainda que um outro «braseiro» foi recolhido também em Santa Olaia.

E é igualmente verdade que as urnas de tipo Cruz del Negro foram utilizadas na necrópole de Alcácer do Sal (Arruda, 1999-2000; 2004). Mas o certo é que urnas do mesmo tipo foram também identificadas nas necrópoles de Ibiza (Gomez Bellard, 1990), local onde, aliás, as sepulturas rectangulares de canal central também se verificam (*Ibidem*), à semelhança do que sucede nas necrópoles da Andaluzia, nomeadamente em Cádiz (Perdigones, Muñoz y Pisano 1990), bem como nas da Sardenha. E seguramente pelo menos as urnas Cruz del Negro de Ibiza não são o resultado de qualquer colonização tartéssica

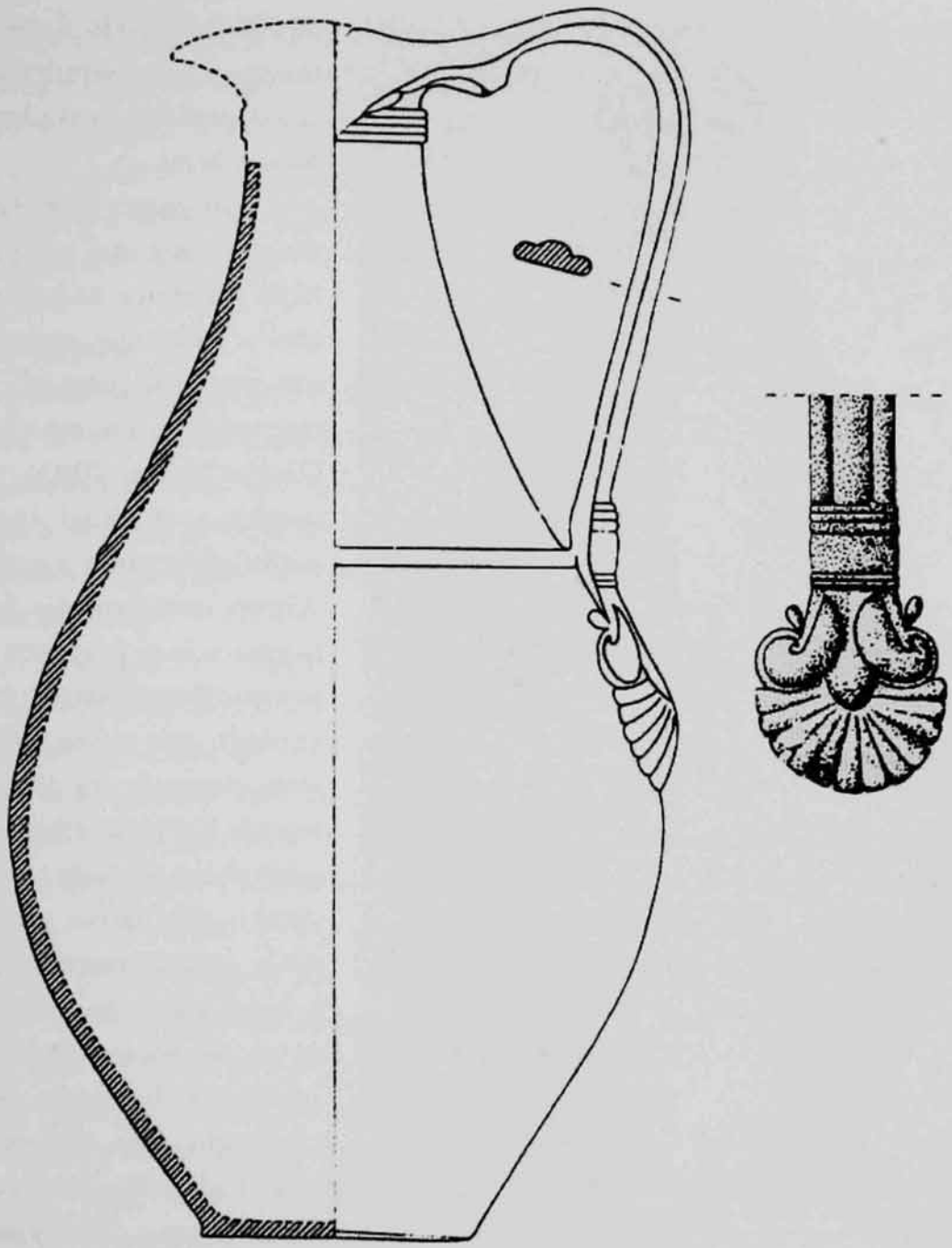


Fig. 65 – Jarro «tartéssico» de Faião, Sintra.

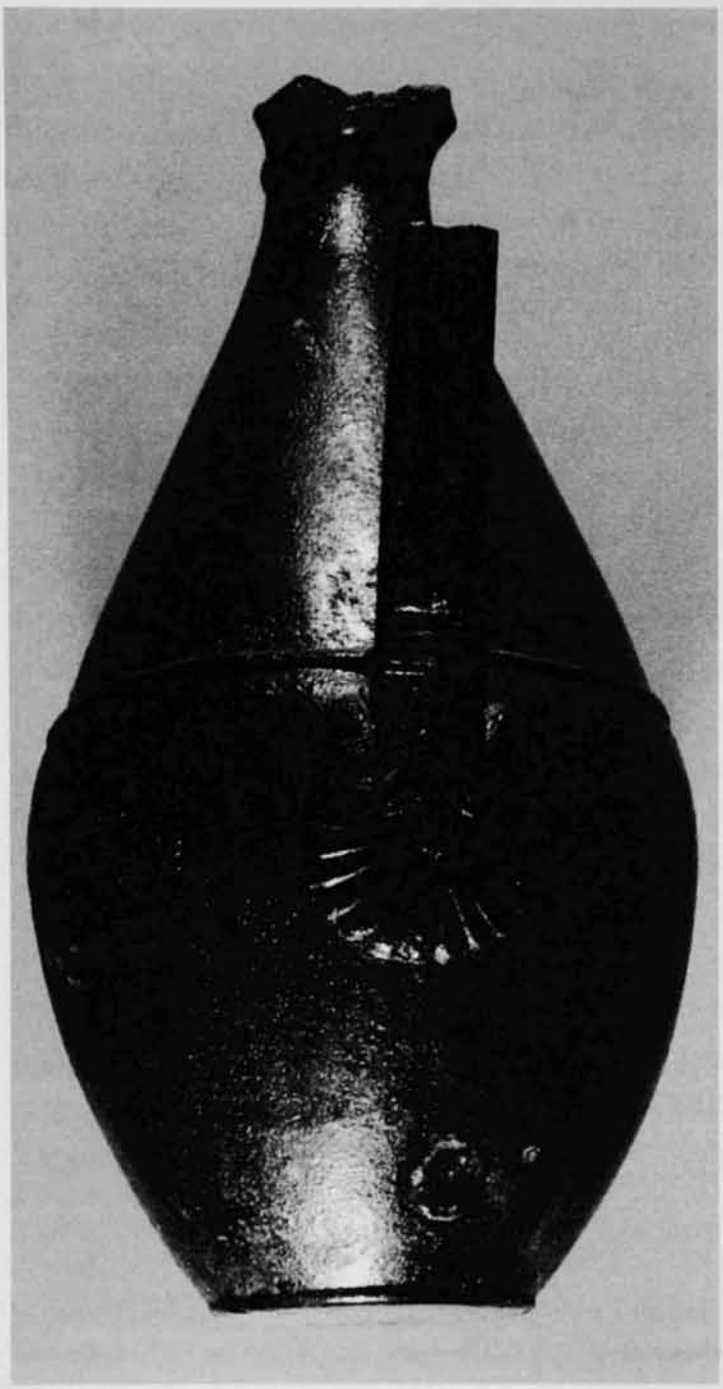


Fig. 66 – Jarro «tartéssico» de Torres Vedras (Fotografia de Victor S. Gonçalves).

da ilha, podendo dizer-se o mesmo para as sepulturas de canal central escavadas em Monte Sirai.

Não parece pois necessário discutir aqui se à população tartéssica miscigenada com a autóctone, através de um processo colonial, corresponde o etnónimo *Cempsi*, (Torres Ortiz, 2005), nem sequer a eventual incompatibilidade entre a possível origem indo-europeia destes *Cempsi* e esta proposta. Em primeiro lugar porque, sendo verdade que a sua origem indo-europeia foi já questionada (Berrocal, 1994), bem como aliás a dos *Saefes* (Alarcão, 2001), não parece também ainda completamente segura a localização de ambos os povos citados por Avieno no interflúvio Tejo/Sado, localização que teve sempre por base a identificação do cabo Espichel com o cabo *Cempsicum*. Essa identificação, que conduziu a localização dos Cempsos no estuário do Sado e dos Sefes no do Tejo, pode resultar de uma incorrecta tradução de Schulten, que leu *Cempsicum* onde estaria, *Cepressicum*, corónimo que aliás na nova edição das Fontes da Hispânia Antiga apresenta a última grafia e não a de Schulten (informação pessoal de Jorge Alarcão, a quem agradeço). Refira-se ainda que, já em 2001, Alarcão afirmava que os «*cempsoru sata*, no v. 301 da Ora Marítima, seriam os campos de Beja...» (Alarcão, 2001, p. 338).

Assim, e segundo esta nova hipótese, os Cempsos e os Sefes estariam localizados no Alentejo litoral, mas consideravelmente mais a Sul, concretamente na área de Sines, não podendo, portanto, corresponder aos colonizadores tartéssicos.

3.2. O Interior

Até há pouco tempo, o orientalizante do interior alentejano era conhecido, quase exclusivamente, pela rede de povoamento detectada na região de Ourique e ainda pelas estruturas encontradas no Couto Mineiro de Castro Verde.

A primeira das situações foi investigada a partir da década de 70 do século XX, e ganhou visibilidade pela sua relação directa com um dos mais controversos e debatidos temas da arqueologia protohistórica peninsular: a escrita do Sudoeste. De facto, é em torno a Ourique que se localiza a grande maioria das estelas epigrafadas e a sua associação quase directa a monumentos funerários acabou por resultar na escavação de algumas necrópoles e sítios de *habitat* com elas relacionadas. Essas escavações puseram a descoberto estruturas tumulares de vários tipos, organizadas em necrópoles com alguma complexidade, e restos de habitações localizados nas suas proximidades imediatas. O carácter não autóctone de certos espólios funerários, os escaravelhos egípcios por exemplo, alguma ourivesaria, contas de colar oculadas de pasta vítrea, cerâmica de engobe vermelho, todos de óbvia influência oriental, conduziu à conclusão de que este povoamento estaria vinculado ao mundo orientalizante, e à

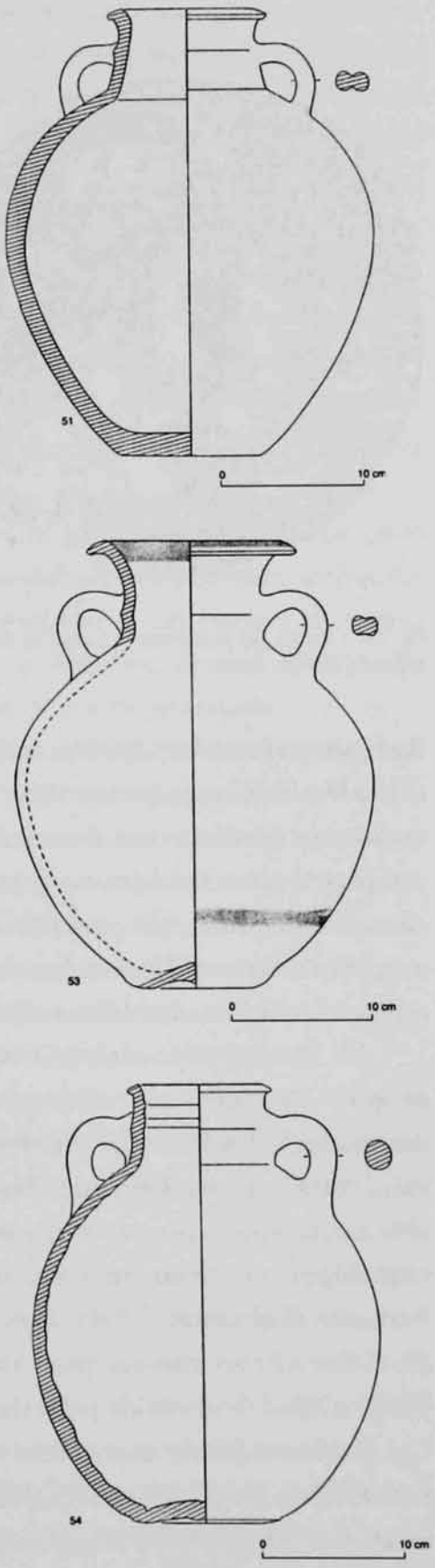


Fig. 67 – Urnas de tipo Cruz del Negro da necrópole do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal), segundo Frankenstein, 1997.

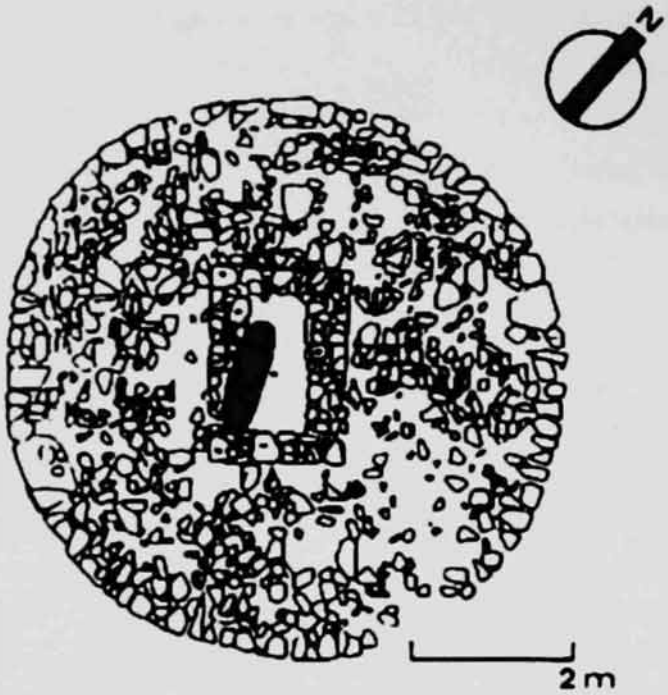


Fig. 68 – Planta do monumento funerário do Pego da Sobreira, segundo Correia, 1993.

colonização fenícia ocidental. A data proposta para o seu início foi fixada no século VII, ou mesmo no final do século VIII, e o seu final em torno ao final do V a.C. (Beirão, 1986, Beirão e Correia, 1991, 1994, Correia, 1993, 1996 e 1997).

Os sítios, sem ocupação anterior, estão implantados em cotas baixas, sem condições naturais de defesa, e as áreas ocupadas são diminutas. Esta situação verificada na região de Ourique tem vindo a ser confirmada no Alentejo Central, concretamente no Concelho do Redondo (Mataloto, 2004) e na área do regolfo do Alqueva (*Ibidem*), onde têm sido identificados pequenos sítios de habitat, fundados de raiz, com características estruturais similares aos detectados em Ourique e que correspondem também a casais agrícolas. Também aqui estes casais são de pequena dimensão, implantam-se em cotas baixas, não possuem condições naturais de defesa, e não existe qualquer ocupação anterior (*Ibidem*), ainda que as suas arquitecturas e alguns materiais estejam imbuídos de claras referências mediterrâneas (*Ibidem*).

Há pouco tempo atrás (Arruda, 2001), refutei a hipótese, sempre defendida, de que o início deste povoamento pudesse ter sido iniciado em momento antigo do século VII a.C., uma vez que os dados que a arqueologia permitia ler não validavam tal possibilidade. Na minha opinião, aquela realidade do interior alentejano, ainda que orientalizante, não deve recuar para trás do século VI a.C., cronologia que ficou uma vez mais demonstrada na Herdade da Sapatoa, no Redondo (Mataloto, 2004). Esta constatação é também confirmada pelas datas de radiocarbono obtidas para as necrópoles de Favela Nova e Pêgo (Gamito, 1991) e não é desmentida pelas datações realizadas em Fernão Vaz (Arruda, 2001).

E não me parece que o *pithos* do Moinho da Cinza, acompanhado por um vaso *a chardon* de produção local (Calado, 2003; Mataloto, 2004), possa ser argumento na atribuição ao século VII a.C., dos casais agrícolas do Alentejo Central.

Por outro lado, é um dado adquirido que o fabrico de escaravelhos egipcizantes e de contas de colar de pasta vítrea, oculadas ou não, se prolongou na área

mediterrânea em geral, e no Ocidente em particular, praticamente até à romanização, e não vejo também motivos para considerar que os monumentos funerários de planta circular (fase 1 de Virgílio Correia) datem do século VIII a.C.. Considerar a datação de radiocarbono da necrópole da Atalaia (KN-I.201 - sob madeira carbonizada - 2750 ± 50 B.P. 1105-800 cal. a.C., a 2 sigmas) como uma data *ante quem* para esse momento da arquitectura funerária no Baixo Alentejo (Correia, 1993) não possui qualquer base científica real (Arruda, 2001). As similitudes arquitectónicas entre os monumentos funerários do Bronze II do Sudoeste e os túmulos de Casarão, Pego da Sobreira, Monte do Coito, Cruzes, Carapetal II, S. Luís e Fernão Vaz são, de facto, evidentes, mas não considero que permitam afirmar, taxativamente, que estes últimos se seguem, *de imediato*, aos primeiros (Arruda, 2001).

Mas gostaria de deixar claro que é absolutamente indesmentível que estes casais agrícolas do Alentejo central e do baixo Alentejo receberam estímulos orientalizantes, materializados na sua cultura material e nas plantas de vários dos casais escavados quer em Ourique quer no Alentejo central, parecendo adequada a expressão recentemente (re)adoptada de *pós-orientalizante*.

Também à região baixo alentejana de Castro Verde, teriam chegado, nos mesmos tempos, ou em momento ligeiramente posterior (finais do VI e V a.C.), influências orientalizantes que se manifestam num conjunto de sítios que foram interpretados como povoados e necrópoles, mas que me parecem corresponder, pelo menos em parte, a espaços cultuais por excelência. Num artigo publicado em 2001, tive já oportunidade de analisar, com detalhe, a evidência arqueológica recuperada no actual couto mineiro de Castro Verde. Pude então justificar não só a cronologia tardia, como a funcionalidade de Corvo I e Neves I.

Permito-me, no entanto, nesta síntese, referenciar que a função religiosa parece provável em «...Corvo I, sempre interpretado como *habitat*, onde, apesar de tudo, foi considerada a existência de uma área específica destinada ao culto (Maia, 1988; Maia e Maia, 1996). Neste caso, para além dos elementos fornecidos pela análise da arquitectura e técnicas de construção, é também o espólio que remete para esta possibilidade. A aparente quantidade e diversidade de objectos relacionados directamente com o culto, que infelizmente permanecem inéditos, concretamente as terracotas zoomorfas e antropomórficas, tanto de argila como de pedra, associadas às abundantes taças Cástulo, anforiscos de alabastro de pasta vítrea, para além das ânforas de tipologia e fabrico «ibero-púnico» (*ibid.*), são os elementos em que me baseio para esta atribuição» (Arruda, 2001).

Para Neves I, a evidência é ainda maior, concretamente a forma de «lingote chipriota», ou de pele de boi estendida, que a tampa do *larnax* mais recente

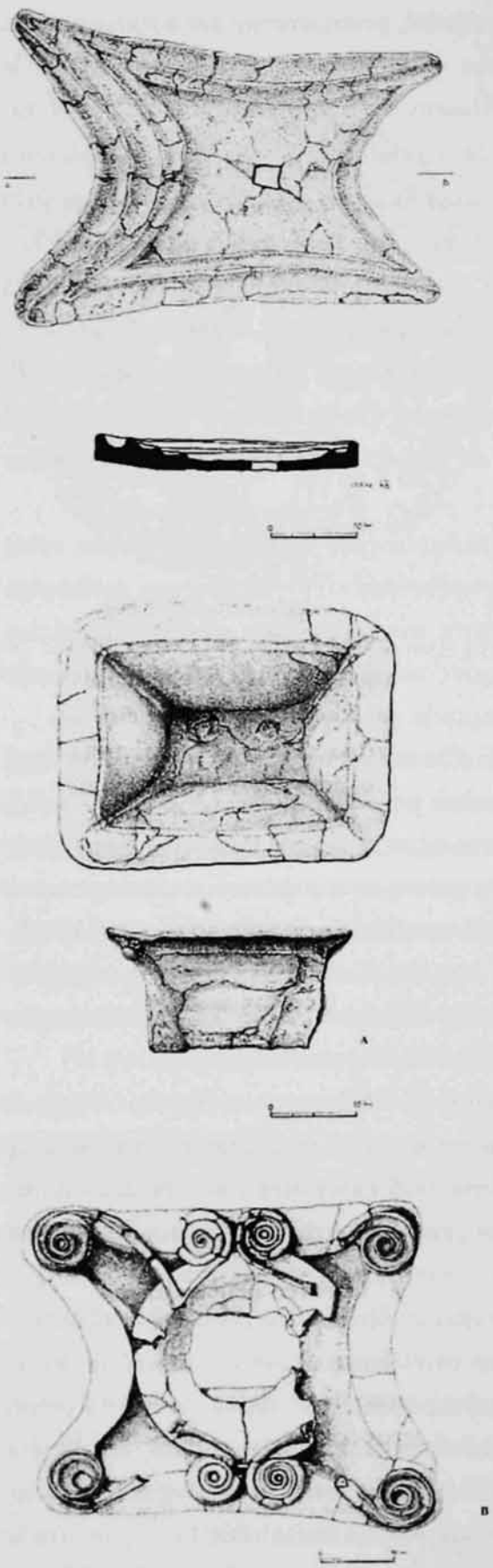


Fig. 69 – *Larnakes* e tampa de *larnax* de Neves I, segundo Maia, 1987.

reproduz (Maia, 1987), e o facto de os dois *larnakes* terem sido encontrados quase sobrepostos, na mesma posição relativa, no centro do compartimento principal (*Ibidem*). As semelhanças que existem entre o edifício de Neves I e o Santuário de Cancho Roano (Maluquer de Motes, 1981; Maluquer de Motes e Pallarés, 1980; Maluquer de Motes *et al*, 1986, 1987; Celestino Pérez, 1991, 1992, 1994, 1995, 1997; Celestino Pérez e Jiménez Ávila, 1993, 1997; Celestino Pérez e Martín, 1996) são múltiplas, mesmo atendendo às diferenças observadas entre os dois edifícios quanto a dimensões, quantidade e qualidade de espólios recolhidos. Com efeito, também em Cancho Roano os altares se sobrepõem de forma clara, num mesmo espaço (Celestino Peréz, 1994, 1997), e o centro da «pele de boi», de argila, estava repleto de cinzas e carvões (Celestino Peréz, *Ibidem*). Parece importante, igualmente, recordar que o espólio recolhido em Neves I, nomeadamente a cerâmica ática e as ânforas, podem ser, em termos formais e de fabrico, assimiladas às recolhidas no «Palácio-Santuário» de Cancho Roano.

A ocupação da Idade do Ferro de Neves Corvo parece corresponder a uma área eminentemente religiosa, se bem que disseminada por vários monumentos, cuja função se prenderia directamente com actividades comerciais e de intercâmbios de vária natureza e entre diversas comunidades (Arruda, 2001).

A ligação desta região ao mundo mediterrâneo parece evidente, não só

pelas quantidades de materiais exógenos aqui encontrados, como pelas técnicas de construção utilizadas, e mesmo na forma como o culto parece estar organizado.

Tanto em Ourique como em Castro Verde, e mesmo no Alentejo central, este povoamento, de pequenos sítios de habitat associados a necrópoles complexas e a centros religiosos de matriz oriental (podendo associar-se ao último grupo o chamado Castro da Azougada, em Moura), que designei de «pós-orientalizante», cessa em finais do século V a.C., momento em que estes sítios são abandonados.

Como disse atrás, até há pouco tempo tudo indicava que os casais agrícolas do interior alentejano correspondiam ao início das influências orientais naquela área. Com efeito, os povoados de altura com ocupação do Bronze final, nomeadamente Coroa do Frade, Castelo do Giraldo, Castro dos Ratinhos ou Outeiro do Circo, não forneciam informações sobre presenças da Idade do Ferro. Mas, recentemente, uma intervenção arqueológica no cume da Serra d'Ossa, no chamado Alto de São Gens (Redondo), veio alterar, significativamente, o que sempre se tinha afirmado em relação ao Alentejo interior.

Num sítio alto e bem destacado na paisagem, Rui Mataloto identificou vestígios de uma ocupação da Idade do Ferro, com espólios de matriz eminentemente oriental. «O povoado instala-se num cerro rochoso que se destaca das várias cumeadas que a partir dele se distendem. Ao chegarmos ao topo da linha de cumeada da Cerca ou do Convento deparamo-nos com o cerro de São Gens,

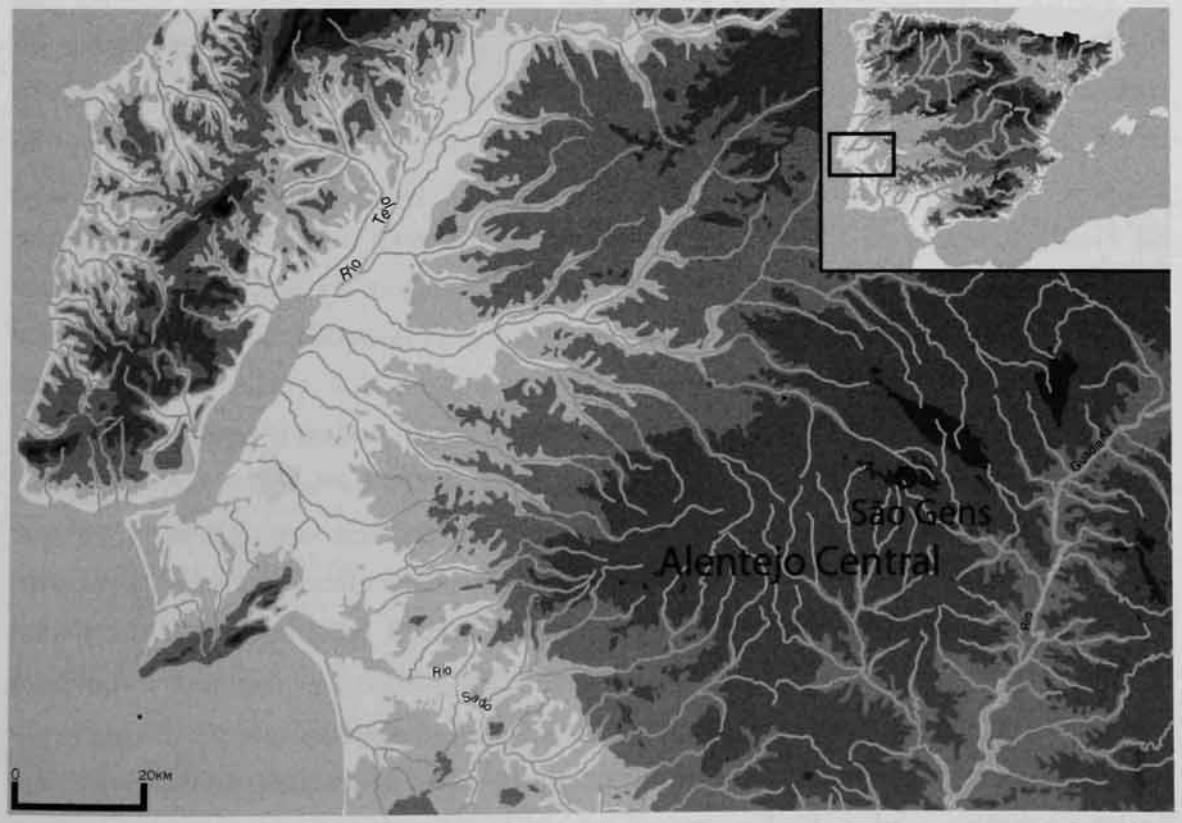


Fig. 70 – O Alentejo Central e São Gens, na Península Ibérica, segundo Mataloto, 2004.

elevando-se acima delas de modo veemente, reforçando a defensibilidade natural conferida pela sua altitude em relação à planície (v. Figs. 4 e 5)» (Mataloto, 2004, p. 140).

Mais importante é, contudo, a cronologia desta ocupação orientalizante de cumeada, que foi localizada em inícios/ meados da primeira metade do século VII a.C., em função dos espólios recolhidos, concretamente ânforas de tipo 10.1.1.1. e, sobretudo, 10.1.2.1. de Ramon Torres, *pithoi*, e cerâmica de engobe vermelho (*ibidem*). Estes materiais estavam acompanhados, nas mesmas Unidades Estratigráficas, por cerâmica manual com «...formas características do final da Idade do Bronze no Sul do país, principalmente pequenas taças carenadas para consumo e preparação/ confecção de alimentos, vasos e potes de média dimensão para armazenagem/ confecção de alimentos, sendo os grandes recipientes de armazenagem escassos (v. Fig. 16). As características pegas, de morfologia e dimensões diversas, são igualmente frequentes.» (*ibidem*, p. 151).

Igualmente importante é o facto de não ter sido identificada qualquer ocupação da Idade do Bronze (*ibidem*).

Os dados proporcionados pela escavação no Alto de São Gens (a que se podem juntar outros recolhidos à superfície em Marouços e Martes, todos localizados também na Serra d'Ossa) foram enquadrados num amplo território que inclui também a Extremadura espanhola (*ibidem*), parecendo agora claro que este povoamento orientalizante de altura, em momento relativamente recuado da Idade do Ferro, não ocorre em sítios previamente ocupados por populações do Bronze final que se teriam orientalizado «Não deixa de ser sintomático que em sítios com características topográficas semelhantes, como El Risco e Aliseda, não tenham sido identificados, tal como no São Gens, vestígios claros de uma ocupação do Final da Idade do Bronze, remetendo-se os momentos iniciais da instalação para os finais do século VIII a.C. ou primeira metade do seguinte (Rodríguez Díaz e Pavón Soldevila, 1999, p. 57; Enríquez Navascués, Rodríguez Díaz e Pavón Soldevila, 2001, p. 60). Outros grandes povoados, como os já referidos Badajoz e Medellín, parecem igualmente arrancar algures neste momento (Enríquez *et al.*, 1998, p. 172; Almagro Gorbea, 1977, p. 480)» (*ibidem*, p. 168).

Mais difícil é, na minha perspectiva, querer deduzir destes elementos que todos os sítios reconhecidos como do Bronze Final sejam afinal da I Idade do Ferro, como faz o autor, ainda que eu própria agora também reconheça que «...o final da Idade do Bronze anterior à chegada das primeiras influências coloniais é, também no interior do sudoeste peninsular, um enorme vazio, ao menos de dados devidamente estratigrafados, o que conduziu em outras paragens ao aparecimento da teoria "del Bronze que nunca existió" (Escacena Carrasco, 1995; *ibidem*).

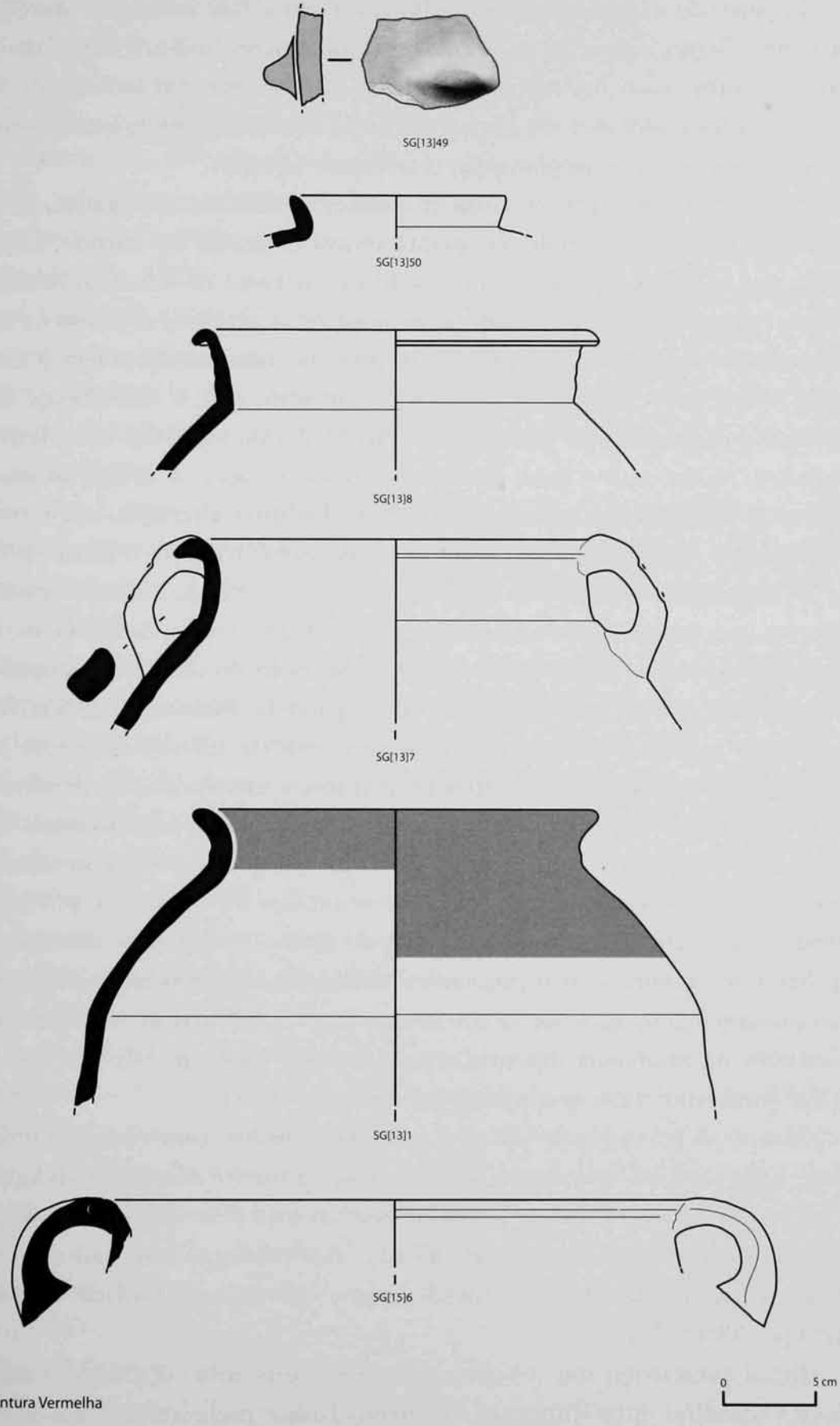


Fig. 71 – Cerâmicas de São Gens, segundo Mataloto, 1994. Destaco a ânfora R1 e os *pithoi* pintados em bandas.

E, partindo da presunção que o Bronze Final existe mesmo, e não é apenas uma mera ficção, importa destacar que o povoamento orientalizante em locais com evidentes condições naturais de defesa não ocorreu em sítios onde aquele estava documentado, mas implicou a fundação de raiz de outros, que apresentam, contudo, condições de implantação semelhante àqueles.

Estes novos dados provenientes do Alentejo permitem, no entanto, que, uma vez mais, tenha que reconhecer quanto estava enganada ao afirmar, ainda em 2001, que o início do povoamento da Idade do Ferro no Alentejo interior era tardio, como seriam também tardias as influências orientais sentidas na região. Como agora se tornou óbvio, os casais agrícolas não correspondem à chegada dessas influências, tudo indicando, pelo contrário, que, à semelhança do que aconteceu no litoral, e na Extremadura espanhola, foi em sítios bem destacados na paisagem que se iniciou o processo de orientalização. E assim, ao contrário do que já afirmei, não parece ter ocorrido qualquer alteração, em termos de estratégia de implantação na transição do Bronze Final para a Idade do Ferro.

A ocupação das terras baixas começou no século VI a.C., havendo dados que sugerem que os povoados de altura, ou alguns deles, como o de São Gens, foram então abandonados. Mas não sabemos se a situação do sítio do Redondo pode generalizar-se, até porque, na Extremadura espanhola, Badajoz, Medellín, Aliseda e el Risco permaneceram ocupados, o que permite idêntica hipótese para o Alentejo. E se a hipótese se confirmar, não será a estes povoados de altura que podemos assacar a responsabilidade da «colonização agrícola» que os casais deixam antever? Se assim tiver sido, teremos que admitir, que, tal como no estuário do Tejo e do Mondego, existiu, durante o século VI a.C., um povoamento hierarquizado, em que grandes povoados de altura controlavam, administrativa e politicamente, outros, mais pequenos e localizados nas terras baixas, cuja vocação era eminentemente agrícola. O que acabaria por confirmar as teses que sempre insistiram na existência dos primeiros (Alarcão, 1986, p. 32; Correia, 1997, p. 89) e desmentiria as que a negaram (Arruda, 2001).

Mas se os povoados de altura foram abandonados, como aconteceu em São Gens, significará isto que os seus habitantes são os fundadores dos casais agrícolas? E assim não seria verdade que a rede de povoamento detectada em Ourique e no Alentejo Central, a partir do século VI a.C., se estabeleceu com base em relações de coordenação e não de subordinação, como tive já oportunidade de defender (Arruda, 2001).

Estou consciente, que a organização dos dados arqueológicos e a tentativa de os enquadrar num processo evolutivo linear pode conduzir à excessiva simplificação e ao espartilhar de processos que foram certamente muito mais

complexos. E esta minha observação prende-se com o facto de também a arquitectura funerária associada aos «casais agrícolas» ser agora mais difícil de interpretar, até porque parece certo que as estruturas complexas de que essa arquitectura é formada têm uma história arquitectónica que começa na Idade do Bronze.

É verdade que, há mais de dez anos, eu própria equacionei a possibilidade de existir, pelo menos na primeira fase de Virgílio Correia, alguma antiguidade das necrópoles em relação às estruturas habitacionais dos casais da região de Ourique (Arruda, 1993).

Será que pode então defender-se que os monumentos funerários da 1ª fase corresponderiam aos túmulos dos habitantes dos povoados de altura, que, ainda desconhecidos naquela área, poderão ter existido, à semelhança do que se passa no Alentejo central? E será que é a esses habitantes que teremos que atribuir as estelas epigrafadas?

Para estas perguntas, e para muitas outras que os novos dados sugerem, não tenho agora resposta, esperando que outros trabalhos arqueológicos de terreno possam contribuir para esclarecer uma realidade que assume, neste momento, muita complexidade.

Os dados existentes permitem, contudo, que se mantenha a ideia de que esta ocupação orientalizante, primeiro, e pós-orientalizante, depois, desapareceu, quase completamente, e de forma abrupta, nos finais do século V a.C.

Os casais agrícolas são abandonados, como o são também os lugares associados ao culto identificados quer em Castro Verde quer no Castro da Azougada, em meados do 1º milénio a.C..

Os motivos deste brusco abandono, que afectou também grande parte da Extremadura espanhola, não são ainda pacíficos. Com efeito, a chamada crise de 400, no actual território espanhol plasmada, por exemplo, no incêndio do santuário de Cancho Roano, tem sido aí, maioritariamente, explicada no quadro de conflitos internos, descartando-se, quase sempre, a hipótese de essa «crise» ter sido provocada por chegadas de contingentes populacionais étnica e culturalmente diferenciáveis das comunidades associadas ao pós-orientalizante. No entanto, refira-se que Jorge de Alarcão insistiu, há pouco tempo, que esta última hipótese não pode ser liminarmente afastada, até porque essa crise parece coincidir com a instalação, referida por Plínio (3.13), de *Celtici* na *Baeturia* (Alarcão, 2001, p. 332).

Na 2ª metade do 1º milénio, o povoamento é exclusivamente, ou quase exclusivamente, de altura, estando ocupados locais alcantilados, com evidentes condições naturais de defesa, sendo ainda muitas vezes rodeados de potentes estruturas defensivas. Esta situação evidencia uma ruptura no tipo de estratégia de povoamento, ruptura essa que parece ser acompanhada por uma outra

descontinuidade, concretamente ao nível da cultura material. Estas rupturas e descontinuidades não parecem decorrer de um qualquer processo lento de transformação, mas terão sido abruptas e aparentemente inesperadas.

Assim, se alguns elementos mediterrâneos estão ainda presentes no conteúdo dos inventários destes novos povoados, como é o caso da cerâmica ática e da cerâmica pintada, por vezes denominada de «tipo ibérico», o certo é que a matriz cultural integra, maioritariamente, elementos de raiz continental, nomeadamente a cerâmica decorada com grandes estampilhas.

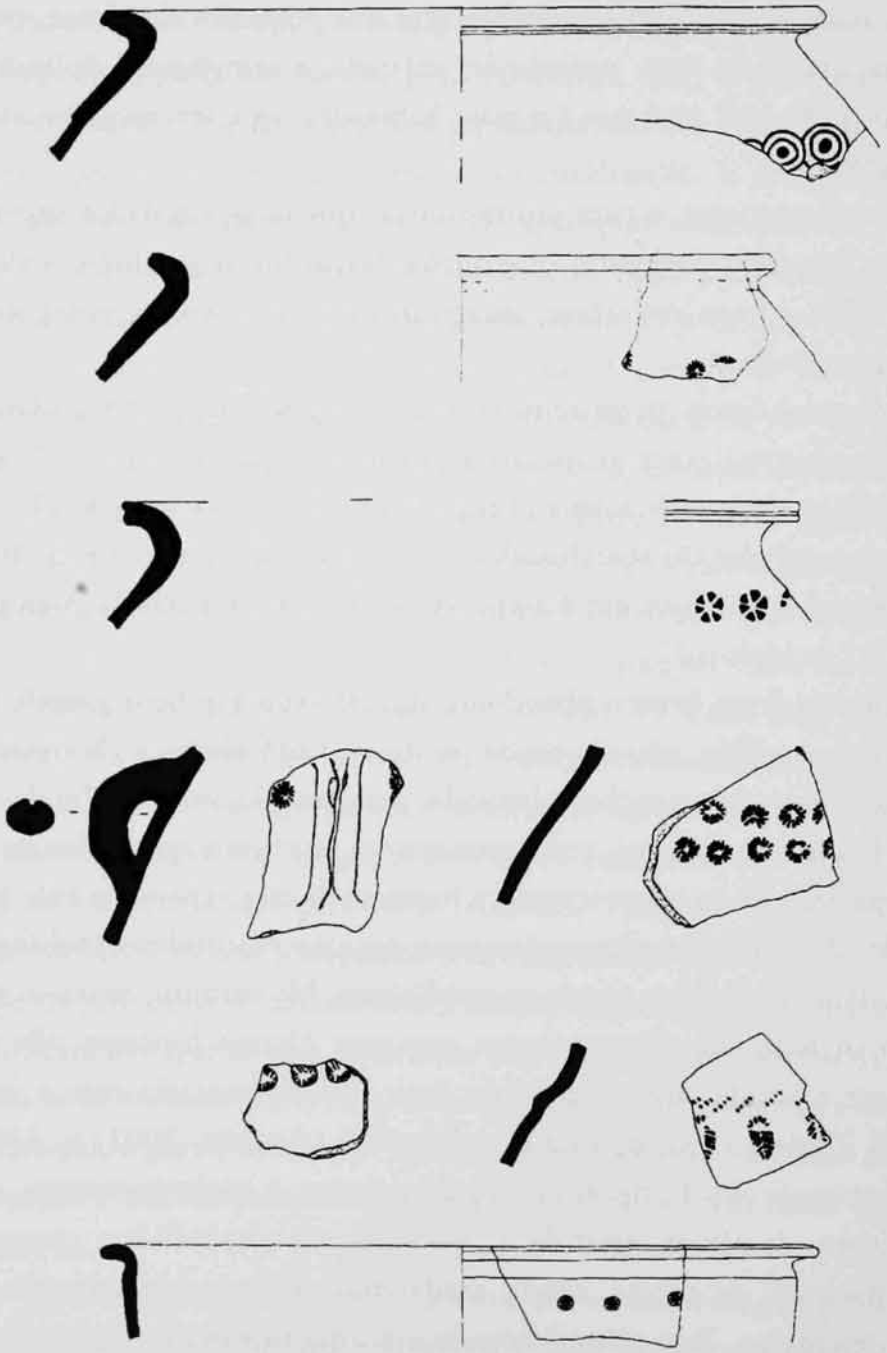


Fig. 72 – Cerâmicas estampilhadas das Mesas do Castelinho, segundo Fabião, 1998.

Gostaria ainda de chamar a atenção para o facto de esta descontinuidade no tipo e estratégia de povoamento evidenciar também outro tipos de alterações comportamentais. Enquanto no Bronze Final e primeira Idade do Ferro, mas também na 2ª metade do 1º milénio a.C., é marcante a visibilidade dos contextos domésticos, durante o século VI essa visibilidade parece ser preferencialmente assumida no cenário da morte, altura em que os monumentos funerários deixam transparecer uma monumentalidade e visibilidade que não parecem existir nos outros momentos da diacronia próxima. De facto, tanto o início como o final do 1º milénio a.C. são marcados por uma relativa, senão total, invisibilidade tumular.

Os dados arqueológicos concorrem para que se possa afirmar que o Alentejo interior se desconecta do mundo mediterrâneo, não integrando o mundo turdetano meridional, mas também não conservando os traços de «conservadorismo orientalizante» que se verificaram na costa ocidental.

Estas rupturas, e a matriz cultural continental que se observa nos espólios, podem ser consentâneas com a tese de que é nesta altura que as influências da chegada de populações indo-europeias de origem céltica à Península Ibérica atingem o território actualmente português, fazendo, neste contexto, sentido lembrar que os *Celtici*, vindos da Celtibéria (Plínio 3, 13), se estabeleceram na *Baeturia* em meados do século V a.C. (Berrocal Rangel, 1992; Alarcão, 2001).

Mas também é verdade que alguns locais deste Alentejo, marcados maioritariamente pela continentalidade dos seus espólios durante a 2ª metade do 1º milénio a.C., evidenciam outra realidade, ainda mal conhecida, é certo, mas que não pode ser ignorada.

O que se conhece da Idade do Ferro em Mértola permite falar da sua inclusão na Turdetânia (Rego *et al.*, 1996). A relação com a área do Mediterrâneo deve ter sido intensa a partir da primeira metade do 1º milénio a.C., como provam as urnas de tipo Cruz del Negro recuperadas no século XIX na vila alentejana, por Estácio da Veiga, urnas que, conjuntamente com a inscrição em caracteres do Sudoeste também recolhida na área urbana (Faria, 1994), permitem pensar na existência de uma necrópole orientalizante neste local. Mas a partir do século V a.C., essas relações estão melhor documentadas, concretamente através das cerâmicas áticas, que são muito abundantes (Arruda, Barros e Lopes, 1998), e de outros espólios dos séculos IV e III a.C. (ânforas de tipos Tiñosa, Mañá Pascoal A4, B e C de Pellicer; cerâmicas de tipo Koauss, entre outros materiais de matriz mediterrânea), cujo estudo, actualmente em curso por Pedro Barros, permitirá conhecer melhor o que já se antevia (Rego *et al.*, 1996). Estes espólios mostram as relações do sítio do Baixo Guadiana com a Andaluzia ocidental e com o Algarve litoral, e

evidenciam o afastamento existente entre ele e os que, localizados em áreas próximas, apresentam, em momento coevo, culturas materiais onde estas influências não são sentidas.

Se os espólios «turdetanos» de Mértola podiam compreender-se pela sua localização geográfica, que lhe permite, através do Guadiana, o acesso ao mar, o mesmo não pode dizer-se da área de Beja, onde escavações na área urbana têm permitido recolher materiais que revelam não só grandes afinidades com os que se recolhem na área meridional (sul da Andaluzia e Algarve), mas também diferenças acentuadas com os que são habitualmente recolhidos nos sítios da chamada *Baeturia* Céltica (informação pessoal de Conceição Lopes e Carolina Brito, a quem agradeço). Com efeito, os trabalhos arqueológicos levados a efeito no Castelo, no logradouro do Conservatório e na rua de Sembrano revelaram, em contextos datáveis entre o século IV e II a.C., não só uma total ausência de cerâmica estampilhada (que foi apenas reconhecida em níveis republicanos), mas, sobretudo, cerâmica pintada em bandas,

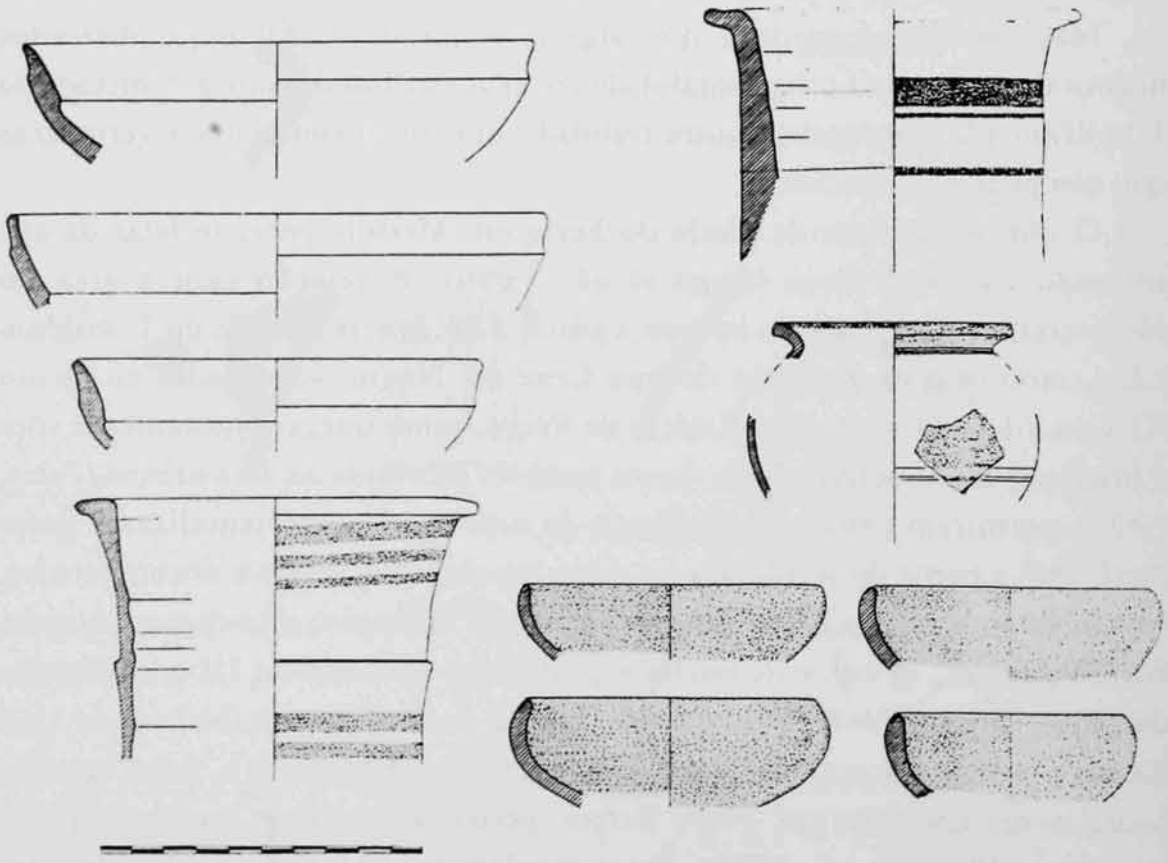


Fig. 73 – Cerâmicas áticas, de tipo Kouass e pintadas de Mértola (séculos V, IV e III), segundo Rego *et al.*, 1996.

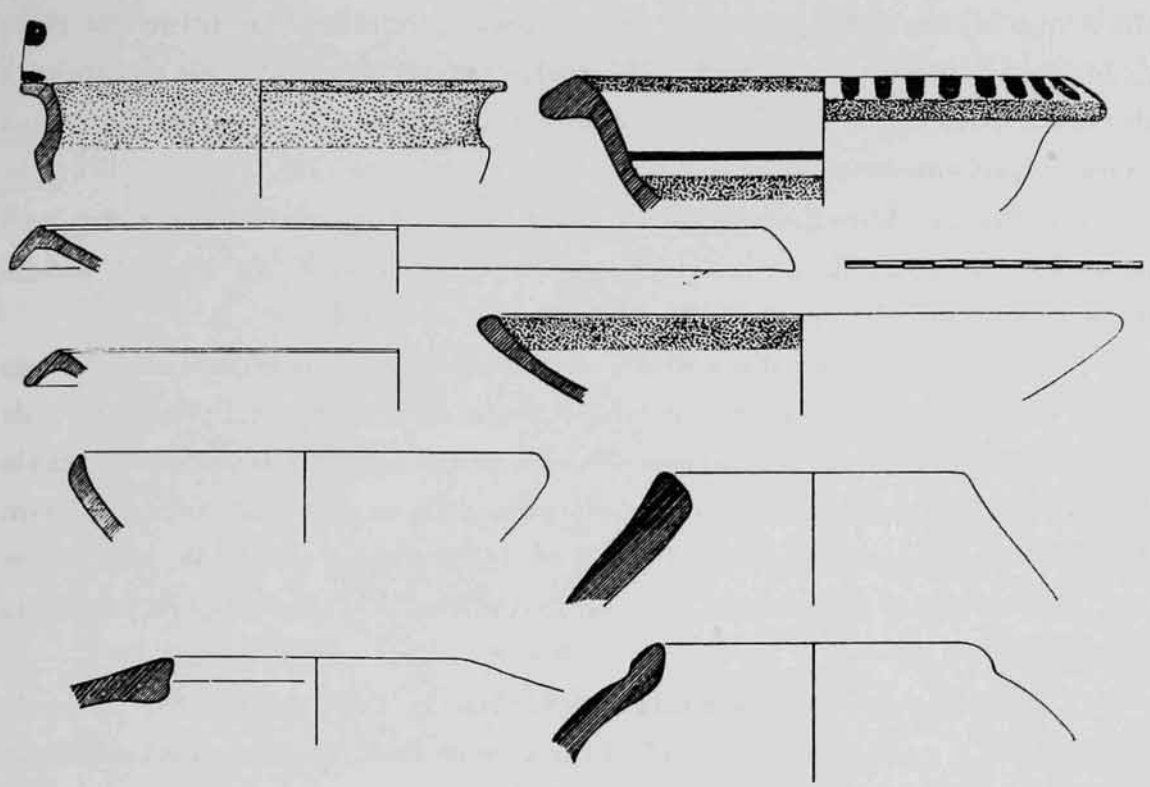


Fig. 74 – Cerâmicas de Mértola dos séculos IV e III (Ânforas, pintadas e de tipo Kouass), segundo Rego *et al.*, 1996.

nomeadamente pequenas taças com banda vermelha pintada na parede interna imediatamente abaixo do bordo, com bons paralelos, por exemplo, em Castro Marim. Estes achados permitem contextualizar melhor o fragmento de cerâmica ática recolhido na rua de Sembrano (Arruda, 1997).

Também aqui, tal como em Mértola, a cerâmica estampilhada está ausente dos níveis sidéricos, e o que existe são cerâmicas de clara filiação na área do Baixo Guadalquivir.

No Alentejo Central, concretamente nos concelhos do Alandroal e de Borba, também a matriz continental está ausente do conteúdo dos inventários de sítios ocupados durante a chamada II Idade do Ferro, como é, por exemplo, o caso do Castelão de Rio de Moinhos (Calado e Rocha, 1997).

Tudo indica, portanto, que o Baixo Alentejo da 2ª metade do 1º milénio a.C., tal como aliás o Central, é diversificado ao nível cultura material. Tanto Mértola como Beja (curiosamente, na lista ptolemaica incluídas no grupo das cidades turdetanas), e talvez outros sítios do Alentejo Central (Calado e Rocha, 1997; Mataloto, 2004) não partilham com as Mesas do Castelinho (Fabião, 1998), com o Castelo Velho do Dgebe, ou com o Castelo Velho de Lucefecit (Calado, 1993), por exemplo, a mesma matriz cultural, ao nível dos espólios cerâmicos,

ainda que alguns tenham grande proximidade geográfica. Os primeiros estão ligados ao litoral e ao chamado mundo turdetano, enquanto nos segundos a abundância da cerâmica decorada com grandes estampilhas remete para uma conexão com ambientes celtizantes.

A existência desta diversidade de culturas materiais em áreas próximas e no mesmo momento da diacronia deve ser perspectivada à luz da presença, na mesma região, de populações integrando sistemas étnicos diversos.

A forma como estas comunidades, que habitaram áreas próximas ainda que talvez mutuamente exclusivas, se relacionaram entre si é tema complexo e de difícil abordagem. Nesta questão específica, os dados existentes são ainda demasiado escassos para permitirem uma leitura concreta, mas os que existem possibilitam dizer que esse relacionamento existiu e pode ser que tenha assumido, pelo menos em determinados momentos e/ ou circunstâncias concretas, importância considerável.

O santuário de Garvão, ainda que já datado, pelo menos, dos finais do século III a.C., pode, neste contexto, fornecer importantes pistas para a discussão (Beirão *et al.*, 1985, 1985-6). Com efeito, ainda que a maioria do espólio recolhido tenha características eminentemente continentais, concretamente a cerâmica estampilhada e os queimadores com «janelas» triangulares, estes últimos com fortes conotações mesetenhas, o facto é que alguns vasos se apresentam decorados com bandas pintadas sobre superfícies engobadas, ou não, de vermelho, e outros estão integralmente cobertos por engobe vermelho. Se é verdade que os primeiros apresentam grandes similitudes com o que é conhecido na *Baeturia*, concretamente no santuário do Capote (Berrocal, 1989, 1991, 1992), os restantes parecem ser de clara inspiração mediterrânea, com bons paralelos no possível *bothros* de Alhonoz (Sevilha), no baixo Guadalquivir (Lopez Palomo, 1981, 1983).

Por outro lado, tudo indica que o santuário de Garvão foi um local de culto com características urbanas e de dimensão considerável, e por isso mesmo não uma «capela» no interior do povoado, como foi verificado em Capote, o que configura uma organização do culto diferente da que é observada nos grandes santuários de matriz indo-europeia. Assim, também as características meridionais da organização do culto, bem como, aliás, da entidade cultuada (Tanit/ Astarté), são evidentes e poderiam parecer incompatíveis com a matriz «céltica» da grande maioria do espólio recolhido (cerâmica estampilhada, queimadores fenestrados).

Tudo indica portanto que, num momento avançado da 2ª metade do 1º milénio a.C., houve, no Baixo Alentejo, um profundo entrosamento entre

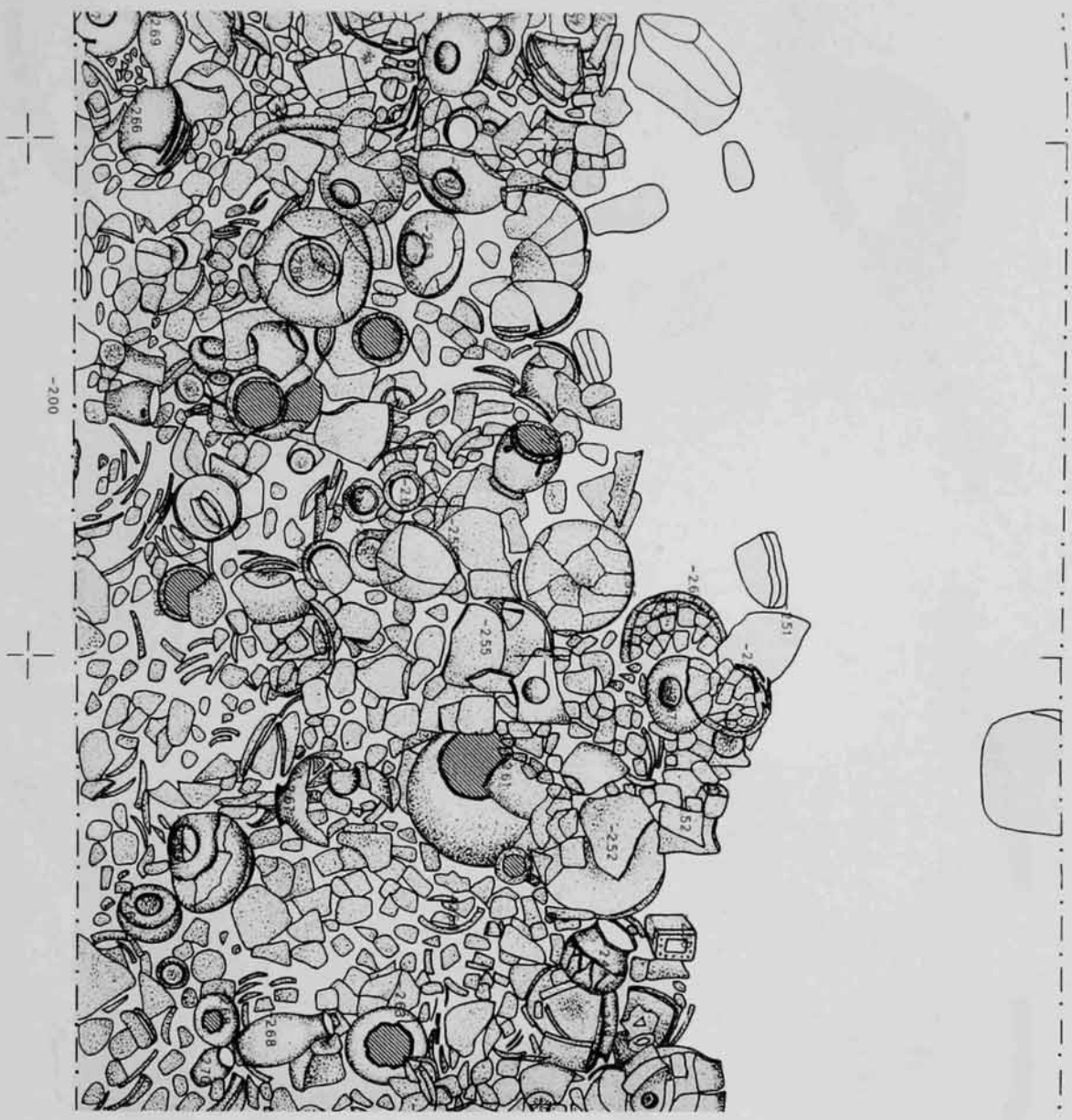


Fig. 75 – Planta do depósito votivo de Garvão (segundo Beirão *et al.*, 1985).

influências meridionais e mesetenhas (Beirão *et al.*, 1985, p. 303), o que poderá configurar, pelo menos para o final da Idade do Ferro, a existência de relações estreitas entre as duas comunidades étnicas que actuaram no Alentejo interior.

Estas relações podem aliás ser também rastreadas em alguns textos clássicos, concretamente em Estrabão, quando refere uma emigração de *Celtici* e *Turduli* para o noroeste peninsular (III, 3, 5).

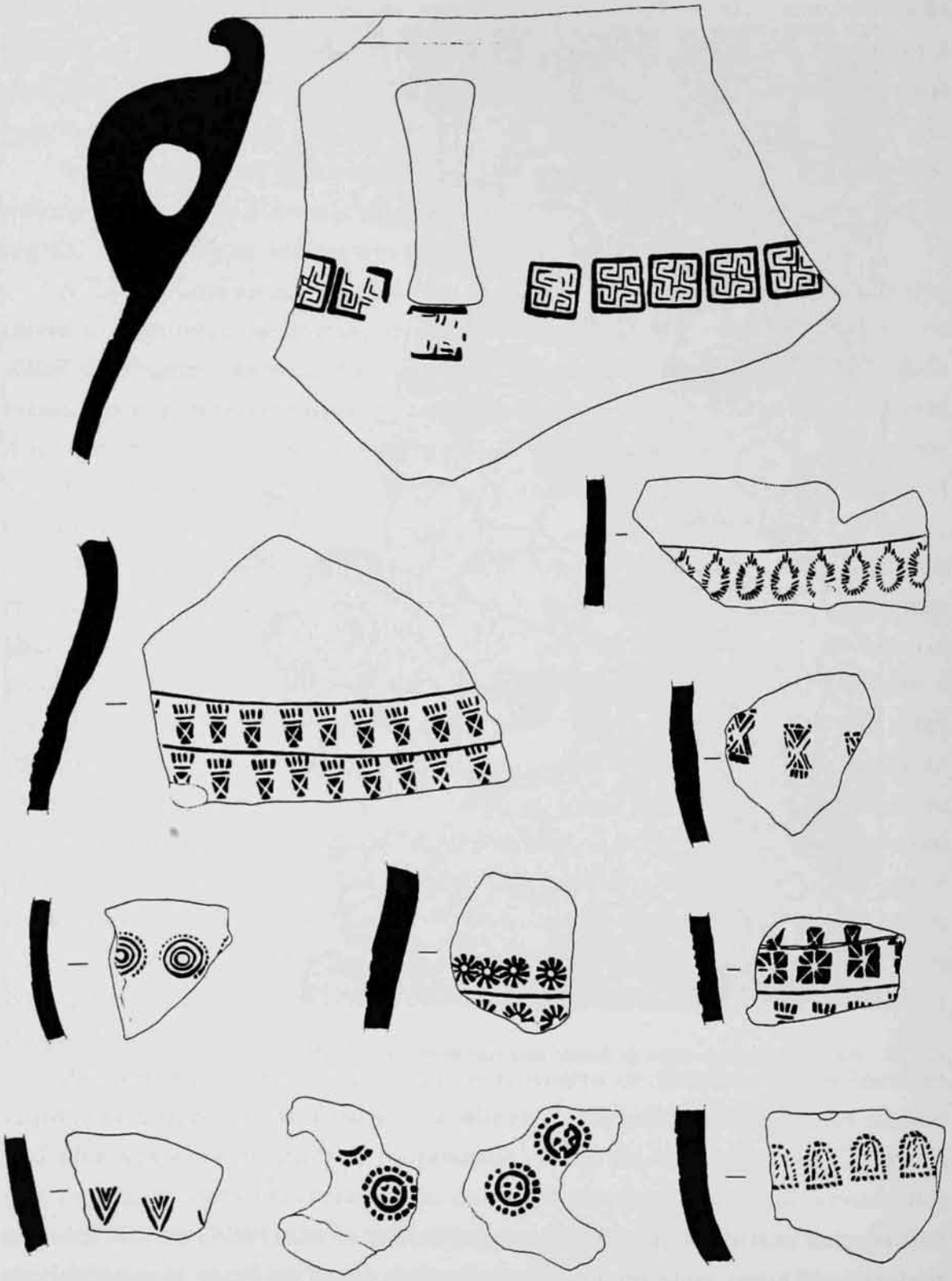


Fig. 76 – Cerâmicas estampilhadas do depósito votivo de Garvão (segundo Beirão *et al.*, 1985).

Fig. 77 – Vasos (queimadores) do depósito votivo de Garvão (segundo Beirão *et al.*, 1985).

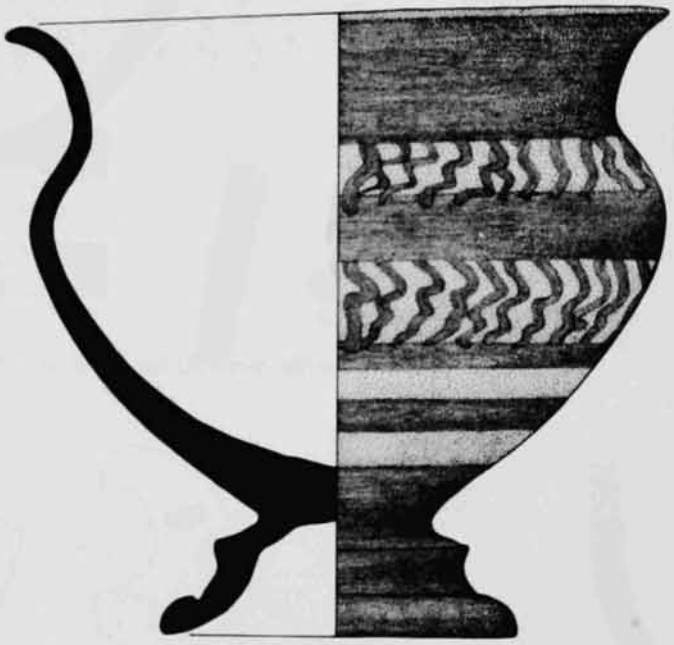


Fig. 78 – Cerâmicas pintadas do depósito votivo de Garvão (segundo Beirão *et al.*, 1985).

3. CONCLUINDO

Os dados apresentados nas páginas anteriores mostram, na minha perspectiva, que o território que constitui hoje o Sul de Portugal não correspondeu, durante o final da Proto-história, a uma unidade homogénea, nem em termos culturais nem sociais, independentemente de, na maior parte desse território, parecer clara a existência de uma «entidade mediterrânea» comum. Que essa entidade se reveste de uma expressiva diversidade é o que ressalta dos elementos disponíveis, sendo quase redundante recordar que essa diversidade resultou, certamente também de, num tão amplo espaço geográfico, se ter movimentado uma constelação de grupos humanos, organizados em distintos sistemas sociais, traduzidos em diversos esquemas culturais.

Por outro lado, o que atrás escrevi evidencia, na minha opinião, que a Idade do Ferro está em grande parte formatada pela chegada à região, ao longo do 1º milénio a.C., de populações exógenas, chegada essa que implicou, em alguns casos, também instalação permanente.

E julgo que é também possível defender que as continuidades e descontinuidades observadas nas várias regiões estudadas são em grande parte decorrentes da integração plena do Ocidente da Península Ibérica num vasto contexto europeu, quer mediterrâneo quer central, e na sua história.

Assim, se a fundação de Abul na primeira metade do século VII a.C. pode ser considerada como fazendo parte de uma estratégia de exploração dos recursos do ocidente peninsular, a desconexão da fachada ocidental portuguesa da área do Estreito, a partir do século V, só pode ser entendida no quadro da reorganização que o Sul da Península Ibérica experimenta na sequência de acontecimentos vários que obrigam a um re-centrar da economia dos centros fenícios ocidentais e (ou) tartéssicos.

Por outro lado, as alterações verificadas nesta mesma época no Algarve, concretamente a fundação de novos centros urbanos e a exploração maciça dos recursos marinhos, revelam a integração deste território numa entidade política e económica de dimensão considerável a que se chamou Turdetânia.

Que essa Turdetânia incluía ainda algumas áreas do Alentejo pode deduzir-se dos espólios encontrados em sítios próximos dos que parece terem sido absorvidos por uma matriz celtizante, matriz essa que implicou, a partir dos inícios do século IV a.C., o desaparecimento, no Alentejo interior, de um povoamento estritamente relacionado com a exploração agrícola, e vinculado ao mundo oriental.

É assim difícil acreditar, perante os elementos disponíveis, que a responsabilidade da chamada crise de 400, identificada na Extremadura, mas igualmente evidente no Baixo Alentejo, e também no Central, possa ser assacada às contradições internas da sociedade do «pós-orientalizante».

Mas também há dados que permitem pensar que as comunidades celtizantes e turdetanas desse Alentejo interior estiveram, por vezes, em contacto e mantiveram relações cuja dimensão é, todavia, ainda difícil de compreender devidamente.

Atribuir às populações exógenas importância determinante nas mudanças observadas no registo arqueológico e na diversidade regional já não é hoje um acto de coragem, quando vão longe os tempos dos fundamentalismos processualistas. Mas essa importância terá que ser, de alguma forma, matizada, até porque parece óbvio que a unicidade não existe e terá que ser devidamente explicada em função das populações autóctones que actuaram no mesmo cenário.

E a diversidade pode ser justamente explicada porque os colonialismos não são protagonizados unicamente por um dos dois grupos em confronto, mas decorrem de uma relação dialéctica em que intervêm, de forma activa, colonos e indígenas (Delgado Hervás, 2001). E talvez também não seja de perder de vista o facto de mesmo em qualquer das duas realidades sociais poder não existir unicidade absoluta.

Os modos de instalação de populações exógenas em territórios previamente ocupados estão ainda em grande parte por caracterizar, situação que parece decorrer, fundamentalmente, do facto de pouco sabermos da organização social e política dos grupos sociais indígenas, ou de antigos imigrantes, com quem os que chegaram de novo «negociaram» a sua instalação.

Como já referi a propósito do período orientalizante, considera-se que no território actualmente português existem dois sítios coloniais de fenícios ocidentais, fundados *ex nihilo* (Abul e Santa Olaia), e povoados indígenas fortemente orientalizados, como Conímbriga, Santarém, Lisboa, Almaraz, Alcácer do Sal, Castro Marim e Tavira. O facto de nestes últimos existirem evidências de uma ocupação do Bronze final tem sido o argumento mais esgrimido na defesa desta tese, até porque as colónias fenícias da costa de Málaga e de Granada não possuem quaisquer níveis arqueológicos pré-coloniais. E também as percentagens das cerâmicas manuais e das cerâmicas a torno assumem papel determinante nesta corrente, parecendo, no entanto, importante dizer que raras vezes a função, o uso e o contexto destas cerâmicas têm sido chamados à colação na análise.

É preciso pensar que não é a existência de ocupações anteriores que poderá determinar o carácter autóctone de um determinado sítio. Efectivamente, muitas são as colónias romanas instaladas sobre povoados indígenas, de que, em Portugal, *Pax Iulia* ou *Scallabis* são bons exemplos, sendo seguro que, também nesses casos, as populações que nelas habitavam previamente à *deductio* não foram expulsas dos lugares que ocupavam.

Se realmente na região do Estreito de Gibraltar as colónias são fundadas *ex nihilo*, não é obrigatório que o mesmo modelo seja aplicado a outras áreas. A implantação de um qualquer grupo forâneo num território previamente ocupado não é uma sucessão de espelhos que reflectem sempre a mesma imagem, concretamente a da metrópole. O colonialismo, mesmo o protagonizado pela mesma metrópole, tem obrigatoriamente que contar com a realidade indígena que vai encontrar, e que pode moldar a definição do próprio sistema que vai ser imposto. E isto porque as relações coloniais ocorrem em cenários históricos específicos e, em cada um deles, adoptam formas e manifestações distintas (Delgado Hervás, 2001).

Sabermos a quem pertencia a efectiva gestão administrativa destes locais será muito difícil de avaliar com base nos dados arqueológicos. E, assim, torna-se quase impossível determinar se estamos perante sítios de contornos coloniais ou, pelo contrário, se se trata de povoados geridos por indígenas. Mas não penso que possa haver dúvidas sobre a existência nestes locais de colonos e de indígenas, ainda que o tipo de relação que se terá estabelecido entre ambos os grupos não esteja ainda completamente esclarecido.

Nesta síntese, que me desafiaram a escrever, fui obrigada a rever opiniões e teses, algumas das quais de minha própria autoria e mesmo relativamente recentes. Felizmente, os novos dados que os trabalhos de campo proporcionaram trouxeram riqueza e mais conteúdo a uma realidade que nunca deveria ter sido espartilhada em modelos simplistas e reducionistas. A Idade do Ferro do Sul de Portugal não é uma, mas muitas histórias, vividas por muitas gentes, num longo tempo e num espaço por vezes muito diverso.

O trabalho que escrevi foi comentado por vários especialistas a quem agradeço o esforço e a paciência com que o leram e criticaram. E ainda que mantenha quase todas as opiniões que expressei, confesso que a leitura dos comentários que o texto mereceu desses investigadores me obrigou a reflectir, de novo, sobre muitos aspectos que tratei e até sobre outros com eles relaccionados. Assim, nas linhas que escrevi a propósito das críticas que me foram dirigidas pude apresentar novos dados e explicitar, mais claramente, as minhas opiniões e hipóteses de trabalho.

Mas não posso também deixar de mencionar os «comentadores não oficiais» que leram e comentaram o texto inicial, tendo, com algumas observações, permitido que eu o melhorasse consideravelmente. À Raquel Vilaça, ao Mariano Torres Ortiz e ao Rui Mataloto também o meu obrigado.

Ao Victor devo colaborações preciosas, nomeadamente boa parte das fotografias que ilustram este trabalho.

À Ana Melo agradeço a paciência com que suportou alguns atrasos, bem como a cuidadosa adaptação das referências bibliográficas às normas do *Arqueólogo Português* e a «caça às gralhas» que executou na perfeição.

A Elisa, como sempre serenamente, colaborou na execução gráfica, montando estampas, tintando pranchas, pondo e tirando escalas e digitalizando as imagens que, no último momento, ainda faltavam.

Lisboa, Abril de 2005

Comentários de Carlos Tavares da Silva*

1. Como diz a frase de Marcel Proust que serve de epígrafe ao texto de Ana Margarida Arruda, as principais responsáveis pelo avanço do conhecimento podem não ser as novas descobertas, mas sim as novas formas de olhar a realidade. E, com efeito, as novas perspectivas com que A. M. Arruda aborda a informação, em alguns casos há muito disponível, sobre o 1º milénio a.n.e. no Centro e Sul de Portugal, permitiram a produção de uma excelente síntese, também ela ponto de partida para outras leituras.

Passarei a exemplificar o que atrás ficou dito através da selecção de algumas das propostas mais inovadoras apresentadas pela autora:

a) Com base nos contextos orientalizantes mais antigos de Santarém e Conímbriga, datáveis, em cronologia tradicional, da segunda metade do século VIII, é colocada a hipótese do processo de interacção entre fenícios e indígenas se ter iniciado nos estuários do Tejo e do Mondego. Só em um segundo momento, na primeira metade do século seguinte, o Sado teria sido abrangido pelo mesmo processo. Defende-se, assim, que os navegadores fenícios, no seu percurso ao longo da fachada ocidental da Península, procuraram deliberadamente determinadas áreas, em ordem ao cumprimento de "um projecto previamente definido". Um dos objectivos dessa escolha residiria na obtenção de ouro e estanho das Beiras, região a que se tem fácil acesso através do Tejo e do Mondego.

b) No Algarve, o período orientalizante encontra-se representado somente na faixa compreendida entre o Guadiana e a foz do Gilão, onde foram identificados dois importantes núcleos urbanos: Castro Marim e Tavira. Para ocidente deste rio, a ocupação sidérica só se verifica a partir dos finais do século V com a fundação *ex nihilo* de Faro, Vila Velha do Alvor, Monte Molião, Cerro da Rocha Branca.

* Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal.

Durante a 2ª metade do 1º milénio, são muito evidentes, sobretudo no que ao repertório cerâmico se refere, as relações entre a Andaluzia Ocidental e todo o Algarve litoral, regiões que integrariam uma mesma unidade étnica, ou seja, a Turdetânia. Deste modo, o Algarve teria estado, durante os séculos IV e III, fortemente ligado a Gadir e, à semelhança do que na mesma época sucedeu com esta cidade, teria registado um notável desenvolvimento.

c) Por outro lado, no litoral ocidental, mais precisamente em Alcácer do Sal, Setúbal, Almaraz, Lisboa, Santarém e Conímbriga, observa-se um "conservadorismo orientalizante" que, filiando-se nas ocupações dos séculos VIII/VII-VI, se prolonga até aos alvores da romanização, mas com uma "progressiva desvinculação da área gaditana", ainda que os contactos com essa área não cessem por completo.

2. De um modo geral, concordo com o texto de A. M. Arruda, sendo poucos os aspectos que me merecem reservas. Aludirei tão-somente a duas passagens respeitantes ao estuário do Sado, que considero problemáticas: uma relativa à posição ocupada por Alcácer do Sal no processo de orientalização do Baixo Sado e outra sobre a funcionalidade de Abul A.

Ao referir-se a esta região, e baseando-se "nas tipologias dos materiais e nas sequências estratigráficas conhecidas", a autora defende "que estas permitem admitir que a população autóctone de Alcácer do Sal, com ocupação no Bronze Final, foi, numa primeira fase, a interlocutora privilegiada dos comerciantes fenícios". Ora, eu próprio, durante muito tempo, defendi este ponto de vista. Este sítio do Bronze Final, localizado na zona mais a montante do paleoestuário do Sado e, por conseguinte, controlando o acesso fluvial ao interior alentejano, poderia ter sido o grande povoado indígena do Baixo Sado a receber os primeiros contactos com o mundo fenício. Porém, uma análise mais aprofundada dos materiais que exumei no Castelo de Alcácer do Sal através das escavações promovidas em 1979 pelo MAEDS obrigam a concluir que i) o estrato do Bronze Final não contém artefactos fenícios; ii) o nível mais antigo do período orientalizante não só se encontra em descontinuidade estratigráfica com o horizonte imediatamente subjacente, do Bronze Final, como indica uma cronologia que não parece ser anterior aos finais do século VII, ou mesmo, ao primeiro quartel do século VI. Esta cronologia é sugerida pelos seguintes indicadores da cultura material: valores máximos da largura dos bordos (58mm) e mínimos do quociente entre o diâmetro da boca e a largura do bordo (3,9) nos pratos de engobe vermelho, possuindo alguns exemplares sulco perimetral na extremidade do lábio; ocorrência de formas evolucionadas na "cerâmica cinzenta", como o vaso de tendência globular e bordo extrovertido, provido de *bourrelet* na parte superior do bojo; presença de *pithoi*

de bordo e colo de perfis curvilíneos, sem ressalto entre o colo e o bojo, e com pintura de bandas vermelhas e brancas.

Por outro lado, o que sabemos presentemente sobre a necrópole do Senhor dos Mártires (Arruda, 2002) não contraria esta proposta de cronologia para a ocupação do período orientalizante de Alcácer do Sal, ou seja, não permite identificar o horizonte correspondente aos primeiros contactos entre fenícios e autóctones que, no estuário do Sado, estaria compreendido entre finais do século VIII e primeiro quartel/meados do VII.

Os dados actualmente disponíveis sobre o processo de orientalização no Baixo Sado permitem-nos esboçar o seguinte quadro evolutivo.

Na fase inicial desse processo, teriam ocorrido os primeiros contactos regulares (não meramente esporádicos, como os resultantes de eventuais incursões exploratórias fenícias, durante o Bronze Final) entre fenícios e autóctones. Situamo-la na segunda metade do século VIII e no primeiro quartel/meados do século VII. Bem representada no estrato inferior de Santarém (Arruda, 2000), essa fase é caracterizada, entre outros aspectos, pela presença de escassa cerâmica fenícia (menos de 20%). No estuário do Sado, o referido horizonte foi identificado em Setúbal, no nível mais profundo da sequência estratigráfica da Travessa dos Apóstolos (colina de Santa Maria), onde a cerâmica de origem fenícia (ânforas,"cerâmica cinzenta", cerâmica de engobe vermelho, cerâmica pintada policroma e cerâmica comum) ocorre em um contexto marcado pela grande abundância (84 %) de cerâmica de fabrico manual, característica do final da Idade do Bronze.

Numa segunda fase, datável do segundo quartel/meados do século VII, assiste-se à instalação dos fenícios em Abul, em estabelecimento por eles fundado. No decurso da segunda metade do mesmo século, intensificam-se as relações entre autóctones e fenícios; estes ter-se-iam estabelecido no interior de povoados indígenas. Assim se explicaria a elevada frequência de cerâmica de produção fenícia no estrato sobrejacente ao da primeira fase da Travessa dos Apóstolos, onde a percentagem dessa cerâmica sobe de 16% para 76%.

Na terceira fase, iniciada na passagem do século VII para o VI, e prolongando-se por este último século, teria ocorrido em Alcácer do Sal a expansão de um núcleo primitivo de origem indígena, entretanto orientalizado, ainda por descobrir, ou, após um hiato na ocupação do arqueossítio, a fundação de nova povoação, sob a égide de grupos fenícios ou de autóctones orientalizados.

Instalados agora em povoado de origem indígena ou/e tendo eles próprios fundado nova e importante povoação, os fenícios abandonam Abul A, cuja permanência, como estabelecimento comercial, deixaria, neste novo contexto, de fazer qualquer sentido.

Nas proximidades da antiga feitoria, em Abul B, surgirá, no século V, um pequeno santuário, "talvez no âmbito de uma simbólica ligada à memória desse lugar, pioneiro na fixação e criação de uma matriz cultural de carácter fenício" (Mayet e Silva, 2005).

3. A propósito do sítio de Abul, A. M. Arruda defende que «a planta, a existência de um altar, e as suas reduzidas dimensões permitem pensar que [...] se trata de um edifício religioso». Entendemos que esta afirmação é excessivamente redutora e defendemos, pelo contrário, uma vocação plurifuncional, onde, porém, a integração de aspectos de carácter religioso e económico não diluem o marcado cunho comercial do estabelecimento de Abul. É preciso ter presente que no mundo arcaico, e em particular no fenício, «as transacções económicas não estão assim tão separadas como hoje do conjunto das realidades sociais, mas encastradas (Polanyi) no interior destas» (Gras, 1998: 200). Também J. Alvar (1999: 347), ao referir-se à fundação de Gadir, diz que «los fenicios decidirían la erección de un santuario dedicado al dios Melqart en una de las islas que han dado lugar a la actual península en que se asienta la ciudad de Cádiz. Este templo se convertiría en el centro económico regulador de los intercambios; a él llegarían los productos manufacturados que canjeaban los fenicios por materias primas, esencialmente estaño y plata, y desde él se controlarían las exportaciones, configurando así un sistema comercial atinadamente denominado Círculo del Estrecho». Muito embora para outro contexto, A. M. Arruda admite a integração entre o comercial e o religioso: "a ocupação da Idade do Ferro de Neves Corvo parece corresponder a uma área eminentemente religiosa, se bem que disseminada por vários momentos, cuja função se prenderia directamente com actividades comerciais e de intercâmbio de vária natureza e entre diversas comunidades" (Arruda, 2001).

Abul A, pela sua localização, planta arquitectónica e espólio exumado, configura um estabelecimento em que, não obstante a presença do elemento religioso, o comércio teria representado importante papel na actividade económica aí desenvolvida.

A sua localização conferia-lhe uma posição geoestratégica notável, requisito, aliás, necessário para o bom desempenho de uma feitoria: península em esporão bem destacada na margem direita do Sado, ladeada por duas enseadas com excelentes condições portuárias; domínio visual da desembocadura do paleoestuário e pleno controlo do tráfego fluvial; boa acessibilidade ao maciço eruptivo da Serrinha, rico em recursos mineiros, através da Ribeira de São Martinho.

A planta do edifício principal, situado no cimo do promontório, com cerca de 500m², é constituída maioritariamente por grandes compartimentos rectangulares, compridos e estreitos, que parecem corresponder a locais de armazenagem (com paralelos em Toscanos e Motia), os quais perfazem cerca de 140m²

(o armazém de Toscanos possuía 150m²). Estes compartimentos associavam-se a outros de menores dimensões, dispostos ao longo da fachada sul, que teriam servido de residência e/ou correspondido a área administrativa. De notar que, de entre os diversos paralelos que conheço no Mediterrâneo Oriental para este edifício de Abul, só um – o de Monte Gerizim – é considerado como templo e/ou casa fortificada (Wright, 1985); já o de Horvat Rosh Zayit é interpretado como "fortified trader's residence" (Markoe, 2000).

No entanto, importa sublinhar que a feitoria de Abul A não se reduzia ao edifício do cimo do promontório. A zona baixa da península foi igualmente ocupada, pelo menos durante a Fase II (finais do século VII – 1.º quartel do século VI), tendo sido identificadas na margem da enseada sul, sob o grande armazém da época romana, estruturas relacionáveis com actividades portuárias.

O espólio até agora exumado em Abul A é revelador de actividades económicas primárias (caça, pesca, criação de gado, agricultura) e artesanais (fiação), destinadas basicamente ao autoconsumo; metalúrgicas (minério, escórias, tubeira de fole de fundição), que poderiam comportar uma dimensão comercial; e de importações de Gadir. Grande parte das cerâmicas de mesa e das ânforas vinárias/oleárias encontradas em Abul provieram da área de Gadir, como ficou demonstrado pelas análises petrográficas das respectivas pastas, efectuadas por A. Schmitt (2000).

Recensión al artículo de A.M. Arruda

'O 1º milenio a.n.e. no Centro e no Sul de Portugal: as leituras possíveis no início de um novo século'

Carmen Aranegui Gascó*

La recapitulación sintética de todos los datos relativos a la Edad de Hierro en el centro y sur de Portugal supone una excelente puesta al día de la información proporcionada por la investigación arqueológica la cual, teniendo en cuenta la existencia de otras síntesis relativamente recientes, establecidas, por ejemplo, por Alarcão en 1996, o por la propia autora entre 1996 y 2001, además de los diversos trabajos en prensa enumerados en este trabajo, denota el interés con que la investigación portuguesa está tratando la protohistoria a la luz de una proliferación de excavaciones arqueológicas sin precedentes (Conímbriga; Santarém, Lisboa,

* Catedrática de Arqueologia. Universitat de València

Almaraz; Abul; Castro Marim, Tavira...) y, consecuentemente, la relativa caducidad de los estados de la cuestión de los noventa que, a su vez, fueron complemento y renovación de las visiones de conjunto de los años ochenta debidos a Beirão (1986), entre otros. Desde esta perspectiva el artículo de A.M. Arruda se convierte en exponente de la situación a principios del siglo XXI, lo que es sumamente útil para analizar la problemática de la aparición de las sociedades complejas en el arco atlántico, desde el Mondego hacia el sur, donde, como dice Arruda, la documentación es ahora abundante, sobre todo para la primera mitad del primer milenio, añadiría yo, además de explicitar las hipótesis y paradigmas con que se aborda el tema.

Ya de entrada el planteamiento del estudio se decanta por presentar los problemas en paisajes diversificados, en muchos segmentos cronológicos y suponiendo la interacción de muchos grupos humanos, lo que no evita un discurso articulado en torno a la división tradicional bipartita de la Edad del Hierro referido a los departamentos administrativos de la geografía aludida y al impacto de la colonización mediterránea, verdadero motor de ulteriores influencias. Ello da lugar a la descripción de la ocupación de los estuarios del Mondego, del Tajo y del Sado, en el litoral atlántico occidental, con la explotación minero-metalúrgica coetánea de las Beiras Alta e Interior, así como a la del Algarbe litoral y, finalmente, al tratamiento del Alentejo, tanto en su área central como interior.

Las renovadas observaciones cronológicas, derivadas de dataciones radiocarbónicas y de la tipología cerámica, ordenan las fases culturales: remontan el primer contacto con los fenicios a finales del s. X o principios del IX, prosiguen con los horizontes del s. VIII, en la actualidad prácticamente generalizados por todo el espacio en estudio, atribuyen al s. VII un cambio en los patrones de ocupación del territorio y revelan una dinámica demográfica diferente para los sectores central y meridional de Portugal respectivamente, en particular en lo que a la prosecución hacia la Segunda Edad del Hierro se refiere, con abandono de poblaciones en el primer caso y remodelación de los existentes en el segundo, en marcándose en final del estudio en el s. II a.C.

En ese cuadro general cobra interés el estuario del Tajo, *espacio colonial por excelencia*, tanto por la mayor antigüedad de su poblamiento como por albergar centros con vocación de controlar los territorios que las rodean. Estas afirmaciones invitan a preguntarse cómo llegaron los navegantes al estuario de Tajo ¿tal vez siguiendo una ruta de gran cabotaje a partir del Cabo San Vicente, relativamente alejada del litoral, o bien haciendo escalas consecutivas a lo largo de la costa atlántica? (pero entonces ¿dónde están los vestigios?). El modelo de ocupación humana del Estrecho es, por el contrario, el propio de una navegación de pequeño

cabotaje que costea la Península Ibérica hacia el oeste y el litoral magrebí hacia el este, aunque las condiciones náuticas en el Atlántico son diferentes y habrá que indagar si favorecen la ocupación discontinua de la fachada atlántica que Arruda nos propone. La autora descarta que su razón de ser fuera meramente comercial –como si el comercio fuera poca cosa!-, sobreentendiéndose que los yacimientos superan la categoría de *factorías* para situarse a nivel de aglomeraciones urbanas. Ocurre, sin embargo, en mi opinión, que la finalidad comercial de los contactos fenicios del Extremo Occidente no elimina la creación de ciudades, como bien se ha visto en los casos de Guardamar del Segura, en la Andalucía litoral y en Marruecos, recayendo la diferente relación con el medio indígena no en esta finalidad sino en el ejercicio de la misma bien a través de establecimientos coloniales permanentes y propios, o bien mediante el trato con las elites autóctonas, sin presencia colonial permanente, como sucede en el Mediterráneo peninsular al norte del Cabo de la Nao. Por lo tanto me permito discrepar de la manera de entender la *diáspora comercial* por parte de Arruda y admito que, manifestando este desacuerdo, cuestiono también la *colonización interna*, adaptación de la colonización agrícola que Wittaker preconizara para Cerdeña, adaptada al Guadalquivir por González Wagner y Alvar en 1989, propuesta aquí, de nuevo con matices específicos, para explicar el surgimiento de nuevos núcleos en el área del paleoestuario del Tajo a lo largo del s. VII a.C. Porque si bien tales núcleos son evidentes, su razón de ser no tiene por necesidad que deberse a procurar alimentos a la ciudad, precisamente porque el *territorio* de ésta se extiende hacia el mar, lo que es lo mismo que decir que se beneficia de alimentos de procedencia externa, como indican las ánforas, y ello relativiza la extensión de la superficie cultivada en el propio hinterland y, por tanto, la justificación de la colonización agrícola de éste. Las granjas o *casais agrícolas* pueden atestiguar un modelo jerarquizado de ocupación territorial en el que se acentúa la dicotomía ciudad--campo, como es propio de la instauración de la ciudad en multitud de casos, cuando determinadas actividades productivas más o menos especializadas salen de la urbe, o bien se crea un cinturón estratégico en torno a ella, como es patente en la Bahía de Cádiz.

En este aspecto reviste gran interés ver que no hay granjas en el Algarbe Oriental ni, en general, en el sur portugués porque ello refuerza la certera observación de que los elementos rectores de la apertura atlántica hacia los tráficos mediterráneos estuvieron en los puertos del Tajo, estratégicamente situados, y, concretamente, en Lisboa, mientras que el Algarbe permanece en la órbita de Huelva y del Guadiana donde los patrones de poblamiento son otros por causas que Arruda relaciona con su inclusión en la periferia gaditana.

Creo que los arqueólogos hemos incurrido en un error de concepto al categorizar a las gentes que experimentaron la primera colonización mediterránea. Desde una posición difusionista se ha tenido tendencia a explicar cualquier innovación tecnológica compleja y muchos de los cambios demográficos del ámbito occidental por la presencia de colonizadores, fecundante de las capacidades indígenas. Aplicando un esquema evolucionista la bipolaridad colonizador-indígena se matiza y con ello no sólo los materiales arqueológicos sino también los fenómenos socio-económicos empiezan a mostrar perfiles más difusos y más ajustados a su localización geográfica. En el caso que nos ocupa se habla de *fenicios occidentales*, del *círculo del Estrecho*, de *fenicios en el Atlántico* y, en ocasiones, de *tartesios*, aunque estos nombres, que anuncian la hibridación de los fenómenos, no dejan de entender la historia a partir de las iniciativas de una entidad hegemónica externa sobre un grupo subsidiario interno y, en este sentido, difusionismo y evolucionismo partirían de una dualidad de factores cuya interactuación da lugar, no obstante, a dos modelos de funcionamiento opuesto.

La arqueología de los estuarios del Tajo, Mondego y Sado revela, en niveles sincrónicos, registros arqueológicos similares en asentamientos de nueva creación (Alcáçova de Santarém, Almaraz) y en lugares con antecedentes del Bronce Final (Conímbriga, Alcácer do Sal) que se incorporan con un siglo de retraso al tráfico mediterráneo. ¿Cambian estas últimas localidades de titularidad o simplemente se asocian a las primeras? Y por consiguiente, al cabo de una o dos generaciones ¿habría un mayor número de poblaciones extranjeras en el Atlántico portugués o se habría producido un cambio cultural? A este efecto la afirmación de la *penetración en un momento indeterminado de la primera mitad del siglo VII a.C., según cronología tradicional, de fenicios occidentales en el estuario del Sado* me resulta maximalista porque tan fenicios occidentales son ya en ese momento los originarios del lugar como los del área del Estrecho y, sobre todo, porque la etnicidad tiene una difícil lectura en el registro arqueológico.

Esta ampliación de los *fenicios occidentales* hasta el Atlántico portugués – y marroquí, en mi experiencia profesional – puede enlazar con otra cuestión que el artículo de Arruda repite, concretada en el término orientalizante. La autora reconoce la controversia con respecto a la identificación de un tal fenómeno en Occidente, pero recurre al mismo para explicar convenientemente no sólo un cambio en la cultura material sino también algunas manifestaciones de carácter religioso, como la presencia de altares y los pavimentos de conchas, que remiten a ejemplos principalmente andaluces. Mis reservas ante la palabra orientalizante se deben, de entrada, al marcado carácter difusionista – que no comparto – del concepto y además a que no veo que, en los ejemplos que nos conciernen, se

produzca un sometimiento a una cultura superior programado desde ésta. La apropiación de nuevas tecnologías, la extensión del cultivo de la vid – atención a la fiabilidad de la analítica exclusivamente palinológica -, algunos cambios en la fauna, son, sin duda, el resultado de un contacto que produce una optimización de la gestión de los recursos, primero; una desigualdad social, a continuación, con sus, por último, espacios selectivos de representación. Parece que éstos se homologan con los recientemente interpretados en Coria del Río, el Carambolo, Carmona, Montemolín, etc., como propios de los *fenicios occidentales*, asociados a sus prácticas de cohesión social, y es evidente que en ellos se observa la apropiación de algunas representaciones plásticas, excepcionalmente de algunas imágenes antropomorfas, que, sin embargo, difícilmente pueden identificarse con la religiosidad de los fenicios propiamente dichos, como ya se ha dicho al apuntar un fenómeno de asimilación, que yo no confundiría con sincretismo sino que, todo lo más, vería como *interpretatio*.

El desarrollo del centro y sur portugueses durante el primer milenio a.C. está ciertamente muy ligado a los de Andalucía y Extremadura española y si la primera parte de este periodo ha visto confirmado el paralelismo gracias a los resultados de la investigación reciente, ya hace años que Arruda llamó la atención sobre las cerámicas áticas en Portugal que demostraban contactos mediterráneos durante la Segunda Edad del Hierro y que ahora pueden ser cotejadas con más amplitud con las de Andalucía.

Tras las excavaciones fundamentalmente de Castro Marim se aprecia cómo sólo durante esta segunda etapa Cádiz se hace presente en la cultura material. Estamos comprobando, cada vez con más datos, el empuje de las producciones gaditanas a partir del s. V a.C., cuando las ánforas del grupo 11 de Ramon, o, lo que es lo mismo, del tipo Pascual Mañá A4, irrumpen en los mercados hasta desbancar las del grupo 10, o R 1, mayoritariamente malagueñas y más antiguas. Las imitaciones de barniz negro gaditanas o cerámicas de tipo Kuass, sin embargo, no experimentan una difusión antes del siglo IV, probablemente en su segunda mitad, aumentando su incidencia, por lo menos, hasta el final del s. III (en el norte de Marruecos prosiguen hasta el inicio del s. I a.C.). Es durante esta etapa cuando los materiales turdetanos, las ánforas cilíndricas tipo Carmona, y los recipientes púnicos andaluces, como el ánfora T-8.1.1.2. de Ramon (Tiñosa), indican una combinación de factores económicos en que confluyen ámbitos púnicos y turdetanos visibles en el registro cerámico, con un peso importante de estos últimos, y es precisamente éste el momento en que entran en juego los etnónimos, cuando aumentan los topónimos y cuando la información textual empieza a completar la arqueológica. La autora expresa su opinión acerca del

significado y origen de las etnias localizadas en el sur de Portugal, minimizando la incidencia céltica y tartésica, de acuerdo con la investigación reciente, así que, aun admitiendo la movilidad de los distintos pueblos limítrofes, descarta acertadamente cualquier fenómeno de colonización. Lo que pasa es que en lo que hoy es Portugal hay ciudades turdetanas y, por otra parte, la región de Ourique, con sus estelas epigráficas, comporta una *facies* cultural retardataria y peculiar para la que Arruda acuña el término post-orientalizante, extensiva a los yacimientos de Castro Verde, tan próximos a Cancho Roano. Las secuencias arqueológicas son en ambos yacimientos las mismas y sólo una división político-administrativa contemporánea separa la lectura de una única región protohistórica.

En definitiva, un recorrido rico, preciso, sugerente y científico por la arqueología del Primer Milenio a.n.e. que acredita la capacidad y madurez de su autora.

O povoamento do sul de Portugal no decurso da Idade do Ferro: comentário ao artigo "O 1.º milénio a.n.e. no centro e no sul de Portugal: leituras possíveis no início de um novo século", da autoria de Ana Margarida Arruda

João Luís Cardoso*

1 – Foi com muito gosto que respondi afirmativamente ao convite endereçado pelo Dr. Luís Raposo para elaborar curto comentário sobre artigo de fundo a ser publicado em "O Arqueólogo Português", ouvida a autora: mas não foram só o prestígio científico da revista e o de Ana Margarida Arruda (A.M.A.) que justificaram tal decisão; como declarei em comentário anteriormente publicado nesta mesma Revista, mantenho que esta é a forma mais adequada para se exporem pontos de vista porventura diferentes, possibilitando balanço dos conhecimentos sobre uma determinada temática, desde que a exposição se apresente de forma suficientemente ampla e abrangente, por forma a poder motivar a confrontação com novas concepções ou o reforço e confirmação das já existentes, por parte de outros especialistas na matéria: trata-se, na verdade, de um exercício indispensável ao próprio progresso dos conhecimentos: mas, para tal, é necessário que exista massa crítica suficiente, ao nível dos investigadores, tanto em número como em qualidade, e a maturidade suficiente para entenderem as críticas ou meras observações no plano estritamente científico, jamais no domínio pessoal: esta

* Professor Catedrático. Universidade Aberta, Lisboa.

simples evidência, mesmo em países onde a investigação se encontra muito mais descentralizada, por via de um maior número de cultores, parece ainda não ser objectivamente reconhecida por muitos deles...

Pessoalmente, sobre a temática do artigo, a publicação de algumas sínteses regionais sobre a área de Lisboa, tanto quanto a produção primária de novos dados arqueológicos resultantes de escavações próprias, terão justificado o presente convite que outros – a começar pelos restantes comentadores – com maior autoridade, levarão a cabo de forma mais satisfatória.

2 – A Autora dedica-se há cerca de duas décadas à investigação desta temática, a que dedicou a sua dissertação de doutoramento, na qual abordou a presença fenícia no território português; sem dúvida, é quem possui mais vasta obra publicada sobre o 1.º milénio em Portugal, devendo-se-lhe a exploração arqueológica de sítios fundamentais, como Santarém e Castro Marim, a cujos respectivos estudos se vieram juntar já diversas publicações de síntese, das quais esta é apenas a sua última e mais acabada versão. Não espanta, deste modo, que este contributo corresponda a trabalho bem estruturado, amadurecido e muito bem fundamentado, tanto no plano teórico, como na informação directamente prestada por materiais e estruturas arqueológicas, em boa parte através de estudos pessoalmente por si conduzidos, a que não falta informação de carácter bibliográfico mais do que actualizada – com destaque, como não podia deixar de ser, para a produzida em Espanha – já que alguns dos trabalhos citados se encontram ainda no prelo. Tais factos revelam, pois, uma linha de investigação solidamente afirmada pela Autora em Portugal, sendo a valia dos resultados obtidos hoje plenamente reconhecida além fronteiras, facto evidenciado pela bibliografia apresentada no final do trabalho.

Estamos, pois, perante o trabalho de uma conceituada especialista, e não de uma simples amadora, que, em época de maior ociosidade, se tivesse decidido a dissertar sobre temática mal dominada, porque para tal basta, simplesmente, possuir biblioteca bem recheada ... Assim, o principal mérito deste trabalho reside, antes de mais, no facto de ter conseguido apresentar uma visão de conjunto coerente e articulada para a diversidade da informação disponível na vasta região que se propôs abordar – todo o centro e sul de Portugal – acentuada pela heterogeneidade geográfica e cultural nela verificada, tendo presente, ainda, o longo lapso temporal que se propôs abordar: todo o 1.º milénio a.C.

Na diversidade de leituras – reais ou sugeridas – reside outro dos méritos da presente síntese.

Tão vasto espaço geográfico e tão ampla diacronia poderão explicar – ao contrário do anunciado no título – que tenham ficado por tratar vastas regiões que, supostamente, teriam cabimento neste trabalho, tanto no que se refere ao enquadramento geográfico

como à diacronia: assim, de toda a vasta região centro do País, apenas são objecto de referência escassas estações litorais com ocupações do período orientalizante (Santa Olaia, Conímbriga), omitindo-se toda a Beira Interior, exceptuando-se a curta referência às facas de ferro achadas em ambiente do Bronze Final. Dito isto, convém no entanto frisar a evidente a escassez de informação globalmente disponível – não obstante os esforços ultimamente desenvolvidos por R. Vilaça e a síntese recentemente publicada, com valiosa bibliografia, mas limitada ao distrito de Castelo Branco (Alarcão, 2004) – e mesmo admitir que este trabalho poderia não ter tão vasto propósito, socorrendo-se a Autora apenas das estações mais significativas, ou melhor conhecidas, ou ainda daquelas com as quais se sente mais familiarizada, em resultado das suas próprias investigações.

Do mesmo modo, e talvez pelas mesmas razões, ficaram por tratar as estações da Idade do Ferro da Estremadura, designadamente as situáveis entre os séculos V e II a.C., as últimas das quais coevas dos primeiros embates com os exércitos de Roma. Tal situação é, também, extensiva ao Alentejo, embora aqui disponhamos de trabalho de síntese recente, a dissertação de doutoramento de C. Fabião (1998).

3 – A comparação sistemática das datas obtidas pelo radiocarbono com as cronologias resultantes da aplicação do método tipológico (cronologia tradicional, ou arqueológica) resultou na confirmação de, também em Portugal, como não podia deixar de ser, existir uma diferença de cerca de 100 anos entre ambas, sendo mais antigas as datações absolutas. Com efeito, as duas datas obtidas para os níveis sidérico mais antigos da alcáçova de Santarém remetem a correspondente ocupação para os finais do século X/inícios do VIII a.C., com intersecção respectivamente em 804 e 806, enquanto que, com base na sua tipologia, "os materiais recolhidos (...) poderiam com facilidade colocar-se em meados/segunda metade do século VIII a.C., em cronologia tradicional ou histórica.

Contudo, tal constatação não creio que faça de Santarém o sítio mais antigo com presença fenícia no território português. Também as datas obtidas em Almaraz têm leitura idêntica, não se podendo duvidar da sua representatividade, ao menos no que toca às obtidas na sequência estratigráfica do enchimento de fossa de detritos identificada no Q U 45/3. Assim, na sua parte mais profunda, anterior à execução da fossa, foi identificado um contexto (Alm. 11), datado pelo radiocarbono entre o último quartel do século IX e os inícios do VIII); por outro lado, o contexto seguinte (Alm. 12), correspondente à primeira fase de enchimento da fossa, continha ânforas do tipo R. 10.1.1.1. (Barros e Soares, 2004) cuja cronologia, como reconhece A.M.A., remonta, tal como em Santarém, à segunda metade do século VIII a.C., em cronologia tradicional. Assim sendo, é perfeitamente aceitável admitir uma antiguidade semelhante entre os dois locais do baixo Tejo,

conclusão aliás suportada pela sequência de datas absolutas obtida na fossa de detritos de Almaraz, em evidente sintonia com a estratigrafia correspondente.

Tem interesse salientar a razão aduzida pela Autora para tão alta antiguidade da presença fenícia no litoral ocidental, a qual se ficaria a dever ao interesse da captação do estanho das Beiras, cujo transporte, ao longo do Tejo, seria coordenado por Santarém e, também, por Almaraz, onde se recolheram fragmentos de cerâmicas de manufactura castreja, provenientes provavelmente da Beira Interior que confirma a ligação comercial do povoado da foz do Tejo àquelas regiões estaníferas (informação de Luís Barros, que agradecemos). Tais foram, também, as razões que presidiram ao povoamento do baixo Mondego, tendo em vista a possibilidade de alguns pratos de engobe vermelho recolhidos em Conímbriga pertencerem ainda à segunda metade do século VIII (Santa Olaia seria, para a Autora, uma verdadeira feitoria fenícia, mas fundada apenas no século seguinte).

Quanto à mais antiga presença fenícia na área urbana de Setúbal, enquanto A.M.A. declara que a "reduzida informação disponível será responsável pelos silêncios que pairam à sua volta", C. Tavares da Silva é peremptório em afirmar, em trabalho não referido por A.M.A. que, tanto na Travessa dos Apóstolos, como na colina de Santa Maria, os primeiros contactos com a população autóctone, do Bronze Final, com os Fenícios ocorrem entre os finais do século VIII e o início do seguinte, com base em elementos arqueológicos recolhidos (Silva, 2001), retomando a argumentação anteriormente apresentada.

Se parece não existirem dúvidas quanto à efectiva interacção entre os Fenícios e os indígenas instalados na foz do Sado, o mesmo já não se poderá afirmar quanto a Alcácer do Sal, ao contrário do admitido por A.M.A.: com efeito, os autores do único corte estratigráfico disponível (Silva *et al.*, 1980/1981) referem que a única camada com cerâmica exclusivamente manual, foi "constituída por materiais do Bronze Final arrastados por agentes da dinâmica externa de zonas de cotas mais elevadas da jazida" (p. 160), enquanto que a camada seguinte possui apenas 11,5% de cerâmicas manuais, muito abaixo dos quantitativos observados na área urbana de Setúbal (84%) onde, aí sim, se encontra ilustrada a pretendida interacção entre Fenícios e populações locais. Assim, carece de fundamento a afirmação de A.M.A. nesse sentido, no concernente a Alcácer do Sal, enquanto que, sobre Setúbal, aí sim, poderia ser mais concludente, face aos dados publicados.

Quanto a Abul, é interessante a hipótese do complexo arquitectónico de Abul A corresponder a um santuário e não a instalações de carácter residencial, administrativo e comercial, como sustentam os seus exploradores, que o designam por "palácio-feitoria".Em abono da sua interpretação, apresentam como paralelo arquitectónico mais próximo de Abul o edifício de Horvat Rosh Zayit (Galileia),

onde a actividade comercial se encontra claramente evidenciada (Mayet e Silva, 2000, p. 159-161).

Naturalmente, em alguns casos – senão em todos – as práticas cultuais seriam compatíveis e coexistiriam, com maior ou menor intensidade, com as actividades quotidianas de carácter profano: é isto mesmo, aliás, que C. Tavares da Silva e F. Mayet admitem no concernente a Abul, ainda que aqui, por comparação com outros sítios peninsulares (palácio-santuário de Cancho Roano, Badajoz), "la fonction cultuelle semble beaucoup plus réduite que le rôle commercial" (p. 163). Esta função encontra-se, aliás, bem comprovada em Abul comprovada pelo edículo ou altar descoberto no centro do pátio da Fase II do complexo, tendo a função cultual sido adequadamente valorizada por aqueles. A posição de A.M.A. sobre Abul é, pois, a de limitar apenas ao aspecto religioso a função do complexo arquitectónico: mas entendê-lo somente como tal é, evidentemente, posição francamente redutora, face à riqueza e rigor da interpretação de F. Mayet e C. Tavares da Silva, aliás devidamente apoiada pelas características dos materiais arqueológicos encontrados.

4 – No concernente ao Algarve, deve-se a A.M.A. a caracterização, pela primeira vez apresentada de forma articulada e global, da dinâmica que presidiu à ocupação do litoral e do interior daquele território, no decurso da Idade do Ferro. Assim, a partir de meados do milénio, as populações sediadas na zona oriental (Castro Marim, Tavira) continuaram estreitamente ligadas ao mundo mediterrâneo, integrando, conjuntamente com os novos pólos fundados *ex-nihilo* na zona central (Faro) e ocidental da província (Vila Velha de Alvor, Monte Molião e Cerro da Rocha Branca), cerca do 2.º quartel do século IV a.C., o mundo turdetano da Andaluzia ocidental. Esta presença humana, à qual o elemento norte-africano poderia não ser estranho, encontra-se documentada do ponto de vista arqueológico por um repertório cerâmico identificado pela Autora, mercê a sua sólida preparação nesta área específica de estudos, revogando, em alguns casos, anteriores classificações. É o caso do Cerro da Rocha Branca, cuja ocupação, ao contrário do anteriormente afirmado, se iniciou apenas nos séculos IV/ III a.C.

Qual a razão da chegada destes contingentes humanos, que, através de um processo ainda mal conhecido, ocuparam paulatinamente não só o litoral ocidental, mas também a serra algarvia, a partir de meados do século IV a.C. (concelhos de Tavira e de Alcoutim, já que sobre o interior do Algarve Central e Ocidental muito pouco se sabe)?

Se a explicação da ocupação agrícola do Algarve invocada pela Autora – sem no entanto se comprometer, e bem, com a origem dos respectivos contingentes humanos – tem paralelos conhecidos na campina gaditana, aquela parece ser

sobretudo adequada, para a zona litoral (a par do comércio marítimo), já que a ocupação do interior serrano, nos sectores onde, nos séculos IV e III a.C., aquela foi reconhecida, dever-se-á, sobretudo, imputar a outras causas, muito mais importantes do ponto de vista económico, ignoradas pela Autora. Com efeito, aquela vasta área de serranias dominadas pelos xistos, de características pouco propícias à agricultura, exceptuando, em zonas limitadas, a produção de azeite, de cereais e de frutos secos (o que poderia explicar as ocupações "rurais" invocadas pela Autora para o Moinho do Pinto e o Corte da Velha), possui, sobretudo, outro elemento de fixação humana, muito mais importante, do ponto de vista económico, que o agrícola: refiro-me aos recursos mineiros. Não resisto, a propósito, transcrever passagem de Estácio da Veiga sobre as características inóspitas da serra algarvia, salientando, em contrapartida, o interesse da exploração das minas de cobre cujos antigos vestígios de mineração foram por si identificados; referindo-se ao concelho de Alcoutim, declara: "Ora, quando todo aquelle agreste escampado chega a parecer improprio para repouso de mortos, como poderia ter sido habitado por vivos, se um interesse local não os tivesse attrahido!" (Veiga, 1891, p. 134). Aliás, sabe-se que a exploração dos recursos cupríferos da serra algarvia começou no Calcolítico, com continuidade no Bronze Final/início da Idade do Ferro, até os alvores da Romanização, conhecendo novo renovado interesse no século XIX; não espanta, pois, que, na Idade do Ferro, com a crescente procura de minerais metálicos, as explorações tenham continuado, ou mesmo conhecido assinalável acréscimo. É, aliás, o interesse económico das explorações mineiras a que se referia Estácio da Veiga que poderá estar na origem da presença fenícia em Castro Marim e em Tavira (Cardoso, 2004 a), cujas sucessivas renovações urbanísticas prosseguiram em ambos os centros demográficos, ocupados até à romanização.

5 – Enquanto no litoral algarvio decorria processo de povoamento caracterizado pela expansão e ocupação de novos territórios, mantendo-se os lugares anteriormente ocupados desde a primeira metade do milénio, num processo que continuou estreitamente ligado ao mundo mediterrâneo, no litoral ocidental a situação é, para a Autora completamente distinta. A este propósito, declara que "estão praticamente ausentes dos conteúdos dos inventários portugueses dos estuários do Sado, Tejo e Mondego" as produções cerâmicas que, no Algarve, justificam a ligação daquela região ao mundo gaditano/turdetano, mantendo-se formas, decorações e tecnologia oleiras em continuidade directa das conhecidas no período orientalizante.

Aquela realidade, que, já em 1993 fora designada pela Autora como "conservadorismo orientalizante", caracterizar-se-ia pelo afastamento dos estabelecimentos do litoral ocidental, a partir dos finais do século VI da influência

gaditana, ao contrário do que sucedeu na faixa algarvia, mantendo-se as características das produções artesanais, ainda que já desligadas do mundo mediterrâneo, do qual já não faziam parte. Tal realidade é explicada pela Autora do seguinte modo: "(...) a actividade comercial (...) deixou de justificar os investimentos que as viagens marítimas para norte do *Promontorium Sacrum* implicavam (...)".

Contudo, basta invocar algumas importantes evidências para porem facilmente em cauda tal afirmação: com efeito, a abundância sazonal do atum – cuja relevância económica se encontra expressivamente registada na numismática (entre outras, as moedas de Gades, e as cunhadas na actual Alcácer do Sal no século I a.C. são disso exemplo) – capturado sobretudo no litoral atlântico, proporcionou, do século V até à Romanização plena, a produção de grandes quantidades de preparados piscícolas, cuja comercialização era feita em ânforas do tipo Mañá A4: precisamente um dos itens que A.M.A. "considera praticamente ausente" dos inventários da costa ocidental e que justificaria o seu afastamento do mundo gaditano. É estranha tal afirmação, para mais sendo a Autora qualificada especialista neste domínio. Com efeito, A.M.A. afirmou (Arruda, 2001), encontrar-se este tipo anfórico presente em Abul B e na área urbana de Setúbal (Travessa dos Apóstolos), em contextos do século V a.C.; e na alcáçova de Santarém e no castelo de Alcácer do Sal, em contextos do século V/IV a.C.

O mesmo tipo anfórico foi identificado em diversos sítios do casco antigo da cidade de Lisboa, com cronologias entre meados do século III e pelo menos até finais do século II a.C.. Coexistindo com as primeiras produções anfóricas itálicas, afigura-se como "um claro indicador de uma continuidade, no que diz respeito ao abastecimento de determinados produtos alimentares comercializados em ânforas" (Pimenta, 2005, p. 90). Ao longo da costa ocidental, foi reconhecido na ilha do Pesseguiro (Silva & Soares, 1993) e, em achados subaquáticos, ao largo do Cabo Sardão (Cardoso, 2001) e no rio Sado, junto a Alcácer do Sal (Alves *et al.*, 2001).

Aliás, o fabrico de ânforas Mañá A4 em território português foi assinalado por A. D. Diogo em Alcácer do Sal (Diogo, 1996, p. 62), o que constituiria mais uma prova da continuidade das ligações económicas mantidas entre aquela cidade e a região gaditana, no decurso da Idade do Ferro e até à Romanização, também sublinhada pela presença das ânforas Mañá C e, finalmente, das ânforas da Classe Lusitana 1. Estas, foram igualmente produzidas na região de Alcácer do Sal, em curto espaço de temporal, provavelmente na época de Augusto, correspondendo a tipo híbrido, de evidente tradição púnica, com filiação eventual nas ânforas Mañá A4 (Diogo, 1987, 1996; Alves, Diogo & Cardoso, 2001); por

outro lado, a forte ligação de Alcácer do Sal ao círculo gaditano encontra-se consubstanciada pelas emissões monetárias do século I a.C., a que já anteriormente se fez referência. Não pode também deixar de se invocar a forte presença de ânforas do tipo Mañá C2 a e C2b, produzidas na região do Estreito ou mesmo em fornos norte-africanos, representadas em numerosas estações do litoral ocidental do final da Idade do Ferro, as quais foram objecto de recente inventário em que A.M.A. foi co-autora (Arruda & Almeida, 1998).

Não restam, pois, dúvidas sobre a filiação mediterrânica destas produções dos séculos V a II e I a.C., encontradas em estações do litoral ocidental, nem a dos que comerciavam os produtos nelas transportados: "Os mercadores fenícios do Círculo do Estreito transaccionavam as suas produções de salga de peixe embaladas em ânforas de forma Mañá C2b a par de mercadorias oriundas da península itálica como vinhos, transportados em ânforas Dressel 1, cerâmicas campanienses e paredes finas (...), materiais bem representados em Chibanes, Pedrão e Castelo dos Mouros, na foz do Sado, bem como em outros estabelecimentos da fachada atlântica peninsular (...)" (Silva e Soares, 1997). Estas palavras, apoiadas pelos factos enunciados, afiguram-se, pois, como em clara contradição com a posição ora assumida pela Autora.

Para além da eventual produção e, seguramente, do comércio destes preparados piscícolas, embalados em ânforas de origem ibero-púnica, importa não esquecer a rota do estanho que abastecia Cartago, por navios que bordejavam o litoral ocidental peninsular, a qual tinha, na rota do ouro e do marfim, no sentido oposto o seu contraponto natural (Arteaga, *in* Cardoso, 2001). E não será certamente necessário recorrer à "exploração maciça dos recursos marinhos" invocada pela Autora, na região algarvia (facto que, a admitir-se para a época em causa cabalmente demonstrado, só reforçaria a posição contrária à da Autora), para aceitar a forte componente comercial na costa ocidental, de origem gaditana, verificada em continuidade desde o final do período orientalizante até à chegada dos Romanos. Tudo isto, bem entendido, sem ignorar a componente agrícola que se encontra demonstrada, entre outros locais, no estuário do Tejo, pelo sítio da Quinta da Torre, Almada, onde se recolheram ânforas do grupo D de Pellicer (Cardoso e Carreira, 1997/1998, Fig. 8, n.º 5, Fig. 12, n.º 9; Cardoso, 2004 b, Fig. 211). Por seu turno, sítios de altura, como os Chões de Alpompé, Santarém e Lisboa forneceram também ânforas do mesmo grupo (Diogo, 1993, Est. II, n.os 27 e 28), o qual ocorre ainda na Alcáçova de Santarém em níveis datados do século III e II a.C. (Arruda, 2001) e, em Lisboa (Castelo de S. Jorge), entre meados do século IV e meados do século II a.C. (Pimenta, 2005, p. 91). Saliente-se, enfim, que esta forma é abundante não só no Mediterrâneo central, como em todo o

vale do Guadalquivir, "onde a produção e circulação, iniciadas nos finais do século V, terá atingido o final do século II a. C. (Pellicer Catalán, *in* Arruda, 2001).

Por outro lado, existem outras evidências que remetem claramente para o mundo púnico, como é o caso de algumas peças recuperadas nas escavações da rua dos Correeiros, em Lisboa, com destaque para o suporte de ânfora com duas estampilhas de provável capríneo, a que se somam alguns numismas hispano-cartaginenses, um deles recolhido no castro de Curvaceiras (Alenquer), outro no Cabeço da Bruxa (Alpiarça), cunhados no último quartel do século III a.C. (Faria, 1987). Enfim, as cerâmicas áticas, cuja relevância na costa ocidental se encontra expressivamente ilustrada em Alcácer do Sal, acompanhariam a comercialização dos produtos originários do mundo mediterrâneo, transportados nas ânforas referidas, fossem estes quais fossem (preparados piscícolas, sobretudo).

Encontra-se, assim, claramente demonstrada a continuidade das ligações comerciais da frente ocidental atlântica com a área mediterrânea desde o século V à Romanização, ainda que aqui possam faltar certas produções cerâmicas, presentes na área turdetana, como assinala A.M.A.; mas os critérios baseados na ausência são sempre mais frágeis que os suportados na presença; e, no caso vertente, bastariam os testemunhos enunciados para ser legítimo poder concluir-se de forma contrária à da Autora.

Por último, o aludido conservadorismo das produções cerâmicas tem de ser matizado com o surgimento de novas formas, como os jarros e as taças com nervuras, de cerâmica cinzenta fina, abundantes nos casais agrícolas que despontam no aro olisiponense a partir de finais do século VI, como Outurela, Gamelas 3, Moinho da Atalaia e Freiria, e que corporizam a ocupação agrícola dos solos de melhor qualidade, com predomínio dos da Classe A e não apenas das Classes B ou C, como é referido pela Autora.

Mesmo menosprezando a informação carreada pela distribuição dos tipos anfóricos e pelos restantes achados acima mencionados, as navegações atlânticas efectuadas por naves ibero-púnicas encontram-se expressivamente documentadas pelo achado de dois cepos de âncora, de chumbo, efectuado ao largo da Berlenga: com efeito, o resultado de duas datações pelo radiocarbono obtidas a partir da alma de madeira parcialmente conservados num deles indica que pertenciam a nave de finais do século V/inícios do século IV a.C. (Alves *et al.*, 2001).

Muitas outras questões abordadas, pelo seu interesse, justificariam comentário, como as judiciosas considerações desenvolvidas a propósito da génese e desenvolvimento da Idade do Ferro no Alentejo Central e no Baixo Alentejo.

Quanto à génese, até há pouco admitia-se que os casais agrícolas como os reconhecidos por Caetano Beirão na região de Ourique correspondiam ao início

das influências orientais e, com elas ao começo dos tempos sidéricos. Mas o Alto de S. Gens, Redondo, explorado por R. Mataloto, veio alterar tal modelo: na verdade, a presença orientalizante identificada naquele povoado de altura remonta a meados do século VII, sendo anterior à emergência dos casais agrícolas, cuja cronologia, para A.M.A. não deve ser anterior ao século VI. A ser assim – pese embora a evidente falta de dados – ter-se-ia, para a região alentejana, um processo de povoamento semelhante ao por mim preconizado, em 1990, para a região de Lisboa (Cardoso, 1990). Porém, é precisamente nesse século que o Alto de S. Gens é abandonado, não permitindo descartar a hipótese de a ocupação agrícola das terras baixas se Ter processado num plano de "coordenação e não de subordinação" (terão coexistido?). Esta é uma questão fulcral, cuja discussão merecerá, naturalmente, outros desenvolvimentos, quando o registo arqueológico for mais significativo.

Quanto ao desenvolvimento da Idade do Ferro na região transtagana, este trabalho tem o mérito de demonstrar, de forma clara, a existência de um mosaico cultural formado entre as influências celtizantes do interior peninsular e os influxos turdetanos da região andaluza, perspectivando a existência de populações integrando "sistemas étnicos" diversos. Partindo do princípio – aparentemente aceite por A.M.A., que registos materiais diferentes correspondem a fundos étnicos distintos, o que é muito discutível e discutido (Alarcão, 2000) – fica por saber como se relacionariam estas duas "comunidades étnicas" ou "sistemas étnicos" diferentes (para usar expressões de A.M.A.) entre si. O espólio recuperado no santuário de Garvão seria, a este propósito um elementos fulcral: pena é, como em tantos outros sítios de primeira importância para a Arqueologia portuguesa e peninsular, que as investigações e respectivas publicações não tivessem chegado ao fim como mereciam.

Tem, finalmente, interesse a parte relativa à discussão do estatuto colonial ou não de certos estabelecimentos, sendo certo que, para A.M.A., existem apenas dois que merecem tal classificação: Abul e Santa Olaia. Creio que os elementos arqueológicos mentos obtidos recentemente em Almaraz clarificam a resposta à pergunta, formulada em artigo anterior, de se tratar "de um estabelecimento fenício, fundado nas proximidades do local onde, no Bronze Final teria existido um povoado, então já desaparecido?" A resposta, então também avançada, apontava já naquele sentido (Barros, Cardoso e Sabrosa, 1993, p. 169), a despeito da opinião contrária ser então generalizada. De facto, a tipologia arquitectónica doméstica e a vastidão da área ocupada, a quase ausência de cerâmicas manuais indígenas na zona de implantação sidérica, ao contrário da extraordinária riqueza de cerâmicas de engobe vermelho, a par de artefactos de origem oriental (alabastros egípcios, entre muitos outros), fazem de Almaraz, provavelmente, o maior empório

fenício da costa ocidental peninsular. Mas, como já se admitia em 1993, é ainda prematuro fazer afirmações definitivas a este respeito, pela ainda limitada área escavada face à totalidade da área de interesse arqueológico, apesar do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido sob a direcção de Luís Barros.

Enfim, poderiam ser apontados alguns exemplos da forma por vezes algo imprecisa da redacção, com repetição de afirmações semelhantes, por vezes não totalmente coerentes entre si; terão sido o resultado de uma evidente e intensa "força inspiradora", que seguramente presidiu à redacção deste trabalho. Contudo, tais aspectos, bem como os abordados neste comentário, bem mais relevantes, não desmerecem a real valia deste trabalho, que importa sublinhar, transformando-o, sem dúvida, em obra de referência, ainda que, seguramente, venha a ser ultrapassada por novos achados e outras publicações. Nestas, terá certamente voz activa a Autora, juntando outros títulos à valiosa obra científica que de há cerca de vinte anos vem dedicando a tão enigmático quanto aliciante milénio, cuja história está, apesar de tudo, ainda em boa parte por desvendar, nos estuários, nos cerros e nas charnecas do Portugal central e meridional.

Agosto de 2005

Comentário ao artigo de Ana Margarida Arruda

Jorge de Alarcão*

A síntese que Ana Margarida Arruda apresenta da Idade do Ferro no sul e centro (diríamos melhor, no centro litoral) do nosso país é, manifestamente, a perspectiva de uma investigadora que tem dedicado a sua atenção mais aos "colonizadores" fenícios que aos indígenas – e que, nesse domínio, é hoje uma reputada especialista. Outro autor, mais directamente interessado nos indígenas, teria escrito outro texto. O que dizemos não pretende, porém, diminuir o interesse do artigo, notável pela problemática que levanta e pelas propostas de interpretação histórica que apresenta – baseadas num amplo conhecimento dos dados, tanto do território actualmente português como do sul da Espanha.

Afigura-se-nos bem justa a ideia de que a feitoria de Abul (Alcácer do Sal), instalada no séc. VII a.C., não representa o primeiro estabelecimento de Fenícios

* Professor Catedrático. Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra.

na costa portuguesa, pois outros grupos da mesma origem se teriam fixado, anteriormente (no séc. VIII a.C.), em povoados indígenas como Santarém, Almaraz e Lisboa. As relações da foz do Tejo (e do Sado) com a área de Huelva no Bronze Final terão viabilizado essas "colónias" de Fenícios em povoados indígenas do Tejo. Neste contexto, não pode deixar de recordar-se a Roça do Casal do Meio (Sesimbra), em cujas tumulações se encontraram objectos que remetem para um horizonte do séc. X e para relações com o Mediterrâneo central, provavelmente mediadas por mercadores da zona de Huelva. Os abundantes materiais de origem fenícia ocidental em Santarém, Almaraz e Lisboa parecem mais facilmente explicáveis pela hipótese de Ana Margarida Arruda que pela teoria de que se trata de simples "importações" e "imitações".

A partir de meados do séc. VII, o comércio de produtos fenícios ocidentais terá chegado pelo menos à Serra de Ossa, onde tais produtos se documentam num povoado como o de S. Gens. O que não se vê ainda com clareza é se essa área da zona de Évora foi alcançada subindo o Guadiana a partir de Castro Marim ou, pelo contrário, a partir das áreas de Badajoz e Cáceres. As duas vias não são, aliás, mutuamente exclusivas.

A anterioridade dos materiais fenícios ocidentais no Alto Alentejo relativamente aos que foram descobertos nas regiões de Ourique e Castro Verde não tem que surpreender-nos. Talvez possamos explicar o facto assumindo que a rota terrestre da foz do Sado a Tartesso, à qual alude a *Ora Maritima*, só nos séculos VI e V começou a ser movimentada. Terá essa activação algo a ver com uma eventual emergência de Mértola como povoado importante?

Nos séculos V e IV a.C., sustenta a autora, a área da foz dos rios Tejo e Sado perdeu contacto com Huelva e a baía gaditana (ou tais contactos terão drasticamente diminuído). Daí resultou aquela "evolução na continuidade" em que Ana Margarida Arruda tem insistido e que uma vez mais reafirma. Pelo contrário, o litoral algarvio conhece ao mesmo tempo um desenvolvimento considerável, com fundação de novos povoados e relações estreitas com a área de Cádis. A hipótese, que a autora sustenta, de uma colonização cartaginesa é também ideia ponderável, tanto mais que Michael Koch (*in Madrider Mitteilungen*, 41, 2000: 162-177), examinando a influência cartaginesa no Sudoeste de Espanha, concluiu por um crescendo ao longo dos séculos V e IV e um alto nível nos meados deste último século.

A tentativa de sistematizar os dados arqueológicos do Alentejo interior e de integrá-los num processo histórico não é fácil e a autora, honestamente, pergunta-se se não terá simplificado em demasia uma história eventualmente mais complexa.

Talvez as escavações sejam ainda poucas para se poder afirmar que "o povoamento orientalizante de altura, em momento relativamente recuado da

Idade do Ferro [entenda-se, nos meados do séc. VII a.C.], não ocorre em sítios previamente ocupados por populações do Bronze Final que se teriam orientalizado". O próprio termo "povoamento orientalizante" é passível de discussão em função do que a autora pensa ou propõe – pois se tratará de um povoamento indígena que assimilou alguns itens da cultura material fenícia ocidental, muito diferente, portanto, do que terá ocorrido nos lugares do curso terminal do Tejo.

De igual modo, não nos parece que sejam suficientes os dados (por enquanto) para propôr um abandono dos povoados de altura no séc. VI e uma dispersão da população por casais em zonas baixas, e depois, no séc. V, um desaparecimento abrupto dos casais agrícolas e um regresso a um povoamento exclusivamente ou quase exclusivamente de altura. Certo é que Ana Margarida Arruda admite também, como hipótese, uma "colonização agrícola", no séc. V, a partir de povoados de altura que não teriam desaparecido.

No séc. V temos um Alentejo interior onde coexistem Túrdulos ou Turdetanos e Célticos, os primeiros representando possivelmente a população indígena e os segundos, uma população invasora vinda da Meseta. Estes Célticos seriam os Sefes e Cempsos de Avieno?

J. Ribeiro Ferreira traduziu desta forma o v. 199 da *Ora Maritima*: "no litoral dos Sefes encontra-se a ilha Petânion". Não sendo segura a identificação de Petânion com a ilha do Pessegueiro, é muito provável. A ser assim, os Sefes ficariam no litoral alentejano. Para o interior, estariam os Cempsos. Com efeito, depois de se referir ao "lago Ligustino", Avieno menciona, de oriente para ocidente, os Etmaneus e os Ileates; e diz que estes últimos confrontavam com os Cempsos. Não podemos, pois, deixar de perguntar-nos se os Cempsos se não devem situar no interior do Baixo Alentejo, longe da península da Arrábida onde Schulten, corrigindo por *Cempsicum* a designação de *Cepresicum* dada ao cabo Espichel na *Ora Maritima*, os situou.

As relações entre Célticos e Túrdulos não são fáceis de conceber. Não temos de supô-las necessariamente conflituosas. Aliás, recordando a expedição conjunta de Célticos e Túrdulos ao Noroeste peninsular, referida por Estrabão, bem como o carácter "misto" dos materiais do santuário de Garvão, Ana Margarida Arruda admite uma coexistência pacífica. E não se observa em Alcácer do Sal a mesma coexistência de materiais que remetem para uma dupla origem, céltica e turdetana? Mais incerta é a leitura de antropónimos de origem indo-europeia ("céltica"?) em lápides epigrafadas do Sudoeste – que, a confirmar-se, seria mais um testemunho de "mestiçagem", "miscigenação" ou simples coexistência de Célticos e Túrdulos. Recuperando a ideia de uma invasão, proposta por Caetano de Melo Beirão, a autora corrige-a ou reformula-a: tal

invasão ter-se-á mesmo verificado, mas sem o carácter catastrófico que aquele investigador lhe atribuiu.

A síntese que Ana Margarida Arruda nos apresenta, cheia de sugestões e propostas, não evita, antes claramente formula perguntas para as quais, como a autora diz, ainda não temos respostas. Mas o entendimento da Idade do Ferro no sul de Portugal passa por essa ideia, claramente assumida, de diferentes espaços e tempos, isto é, de uma diversidade de múltiplas raízes, geográficas, históricas e étnicas.

Comentário de María Belén Deamos*

La completa y actualizada síntesis que sobre la Edad del Hierro en el sur de Portugal nos ofrece la profesora A.M. Arruda, pone de relieve la complejidad de la etapa protohistórica en el suroeste peninsular y la necesidad de recurrir a modelos distintos de los tradicionales para explicar de forma más convincente los procesos históricos que la arqueología nos permite percibir a lo largo del primer milenio a.C. Muchos son los problemas que se abordan en este trabajo y de muy variada naturaleza, de ahí que me haya sorprendido comprobar que en gran parte son comunes a la investigación que intenta seguir el pulso de la historia en este otro lado de las modernas fronteras políticas. Es obvio que no es posible tratar aquí de todos ellos, por lo que limitaré mis comentarios a los temas que están más cerca de mis propios intereses científicos, aunque reconozco que me siento más parte que juez en esta empresa, en cuanto que son muchos los puntos de vista que comparto con la autora.

La difícil caracterización arqueológica de las entidades indígenas del final de la Edad del Bronce hace que en las culturas del Hierro se destaquen más los rasgos novedosos que resultan del contacto con pueblos foráneos que los del sustrato propio. Es posible, como nos reprochan algunos colegas, que el problema esté sólo en no haber sabido ver el registro arqueológico de esta aparente Edad Oscura occidental, pero aunque eso fuera cierto y admitiéramos que algunos poblados, necrópolis o depósitos cuyas fechas seguimos discutiendo, son realmente representativos de la existencia en el Bronce Final de sociedades con capacidad para administrar un comercio de larga distancia en tiempos anteriores a la expansión fenicia (Ruiz-Gálvez 2000), es indudable que, como se defiende en este trabajo, ésta jugó un papel determinante en la configuración de la Edad del Hierro en toda la región y no sólo en lo que concierne a las innovaciones

* Universidad de Sevilla, Departamento de Prehistoria y Arqueología.

tecnológicas que se expresan a través de la cultura material. El análisis que se nos ofrece de la presencia fenicia en el litoral portugués contradice una tradición historiográfica que sigue teniendo seguidores pese a estar ya muy cuestionada y que se ha resistido a admitir una implantación colonial fuera del ámbito mediterráneo andaluz y del entorno gaditano. A decir verdad, los colegas españoles han aceptado con más benevolencia las propuestas sobre los enclaves fenicios en Portugal, que las hipótesis que defienden la temprana configuración de un territorio colonial en el espacio costero de la antigua desembocadura del Guadalquivir (Torres 2002). La polémica tesis sobre la colonización agrícola fenicia que Alvar y Wagner retomaron a fines de los ochenta pasados, tuvo efectos de signo contrario, porque si por un lado actuó como un beneficioso revulsivo para la investigación al estimular el desarrollo de hipótesis alternativas, por otro frenó, como reacción negativa, un debate que ya entonces era necesario y que en los años posteriores se hizo ineludible.

Hallazgos recientes en Huelva y en el entorno de Sevilla, nos han revelado una temprana estructura empórica que, sin duda, favoreció la llegada y la residencia permanente de pequeños grupos de población oriental en territorio tartesio en fechas incluso anteriores a las de las primeras fundaciones coloniales en la costa malagueña[1]. Las producciones cerámicas más antiguas recuperadas en los vertederos de la marisma de Huelva, lamentablemente fuera de su contexto arqueológico de origen, apuntan al siglo IX a.C. como punto de partida de un proceso que significó un cambio de rumbo en la historia del occidente peninsular. El papel de Huelva con relación al comercio fenicio en el atlántico portugués, que han destacado algunos autores (Frankenstein, 1997; Pellicer, 1996), hace prever hallazgos futuros que prueben el inicio en esta última zona de intercambios regulares en fechas anteriores a las indicadas por la documentación arqueológica de que disponemos en la actualidad. La existencia de una ruta regular que conectaba el Golfo de Cádiz con la fachada occidental de Portugal, hace que sorprenda la ausencia hasta tiempos muy posteriores de escalas y puntos de intercambio en el extenso tramo litoral comprendido entre Tavira y el estuario del Tajo. Estoy de acuerdo en que los materiales más antiguos de Rocha Branca

[1] Comparto con la Dra. Arruda la impresión de que la calibración de las fechas de C^{14} ha aportado no poca confusión a los estudios sobre el primer milenio a.C. y que son menos problemáticas las cronologías de base arqueológica o histórica. Al elevar las fechas radiométricas convencionales, se produce un desconcertante desfase de hasta más de cien años respecto a las que proporcionan otros sistemas de datación (cf. últimamente Mederos 2005), de ahí que según a qué autores sigamos, podemos situar las primeras fundaciones coloniales en occidente entre el 900 y el 825 en fechas calibradas, a partir del 800 en fechas radiométricas convencionales o entre 750 y 725 a.C., si se comparan los repertorios cerámicos coloniales más antiguos con los de las ciudades de origen, cuya historia estuvo vinculada a acontecimientos políticos y militares bien datados.

no alcanzan las elevadas fechas que para ellos apunta el radiocarbono, pero las del siglo IV a.C. que se proponen en el trabajo me parecen algo bajas.

Los santuarios fueron el elemento más característico de la geografía colonial en todo el Mediterráneo, por lo que no es de extrañar que se hayan identificado buen número de edificaciones sacras de tradición semita en el occidente peninsular. En todas ellas se repiten algunos rasgos constructivos que, sin embargo, no son exclusivos de la arquitectura religiosa, como es el caso de los suelos pintados de rojo, los enlucidos de las paredes con cal o yeso y posiblemente los pavimentos de conchas que se han encontrado en Castro Marín y en El Carambolo. A los partidarios de ver palacios orientalizantes, es decir, tartesios, en los complejos constructivos del Bajo Guadalquivir que otros suponemos santuarios fenicios, les agradará saber que se han documentado pavimentos de estas características en edificios palaciales sirios y palestinos del Bronce Reciente (Capet 2003), pero eso no excluye que se usaran en contextos ajenos al ámbito residencial de las aristocracias dirigentes.

Aceptar la coexistencia y la interacción en un mismo territorio y en un mismo asentamiento de grupos étnicos y culturas diferentes, conlleva un problema en el que no se entra más que de pasada en este trabajo, pero que con el tiempo habrá que abordar a fondo, aunque eso suponga revisar la arqueología orientalizante y redefinir las culturas indígenas en las regiones afectadas por la expansión colonial. Para muchos de los que trabajamos en Andalucía, Tarteso dejó de ser hace tiempo sólo el mundo indígena (cf. Álvarez Martí-Aguilar 2005), pero ciertamente no es fácil encontrar en el registro arqueológico aspectos que identifiquen de forma inequívoca a los distintos grupos que compartieron esos espacios de confrontación étnica y cultural que fueron los centros de intercambio. Lengua y religión han sido y siguen siendo los mejores instrumentos para expresar las diferencias respecto a los otros, de ahí que ante la escasez de testimonios lingüísticos hayamos puesto las miras científicas en las necrópolis orientalizantes, consideradas por la historiografía más tradicional como la mejor expresión de la aculturación de los indígenas, pero, francamente, tampoco por esta vía hemos avanzado gran cosa. Por un lado, carecemos de referencias seguras sobre las costumbres funerarias de las sociedades autóctonas prefenicias y, por otro, los cementerios de las colonias del sur de España ofrecen una gran variedad en la composición de los equipos fúnebres y en la tipología de las tumbas, a la vez que presentan significativas diferencias respecto a los cementerios orientales. Con este panorama cada cual resuelve el problema de acuerdo con su forma de pensar la historia, según sus planteamientos teóricos, obviándose por algunos la contradicción que supone interpretar de forma diferente registros arqueológicos

semejantes, dependiendo de que se encuentren en uno u otro sitio. Algo del desconcierto que acusa la investigación española en este tema percibo también en el trabajo cuando la autora sugiere la existencia de tumbas fenicias en la necrópolis de Alcácer do Sal, porque no difieren sustancialmente de otras halladas en Cerdeña, Ibiza o Cádiz, pero reconoce, y esto parece ser un inconveniente que debilita el argumento, que también se documentan en el Bajo Guadalquivir, más concretamente en la Cruz del Negro.

En estrecho paralelismo, una vez más, con la Andalucía occidental, el final de la etapa orientalizante se sitúa entre fines del siglo VI y la primera mitad del V a.C. y supone el abandono de los centros de fundación coloniales y la reelaboración extemporánea por las sociedades del interior del país de la estética orientalizante y de la ideología que conlleva, frente al componente fundamentalmente costero que el fenómeno había tenido en origen. No me acaba de convencer el término post-orientalizante con el que se ha etiquetado la introducción retardada de una arquitectura de matriz oriental, de la pintura figurativa sobre cerámica, o de rituales y símbolos de carácter religioso en el interior de Andalucía y del sur de Portugal, en Extremadura o en tierras meseteñas. Algunos autores han vinculado estas manifestaciones a movimientos de población forzados por la difícil coyuntura que marca el final del Orientalizante en Tarteso, paradigma arbitrario de la entidad indígena en todo el sur de la Península, pero el análisis en profundidad del fenómeno está por hacer.

A partir de mediados del milenio, la II Edad del Hierro local, la arqueología de la banda costera occidental presenta una evidente homogeneidad derivada de su inserción en una *koiné* púnica, que no creo que sea adecuado llamar orientalizante, lo que hace que resulte arriesgado asociar etnias y culturas arqueológicas incluso en los espacios geopolíticos que parecen mejor definidos. La caracterización de una cultura turdetana con base en los repertorios cerámicos ha resultado poco operativa, dado que idénticos conjuntos anfóricos o la misma vajilla pintada se han documentado en asentamientos indígenas, en el ámbito púnico de la bahía gaditana o en enclaves agrícolas vinculados a una supuesta inmigración norteafricana. Tan difícil es disociar lo tartesio de lo fenicio como lo turdetano de lo púnico, de ahí que la investigación actual otorgue un significado plural a los etnónimos (tartesio y turdetano) y a los componentes arqueológicos que hasta no hace mucho creíamos representativos de las culturas autóctonas del suroeste. Se ha dicho que "los turdetanos son los fenicios y tartesios del siglo VI a.n.e a época romana" (Ruiz Mata 1998), pero a ese sustrato más antiguo hay que añadir otros aportes étnicos que se van superponiendo sobre todo en los siglos inmediatamente prerromanos. Los límites que las fuentes de época romana dan para la Turdetania son poco

definidos, pero hacia occidente se suelen situar en el Anas por no considerar fiable el testimonio de Ptolomeo sobre supuestas ciudades turdetanas en el actual territorio portugués (García Fernández 2003). La similitud de repertorios cerámicos en los asentamientos del Algarve, en Huelva, o en el Bajo Guadalquivir no tiene, en mi opinión, un significado étnico sino económico y político, en relación con la recuperación del comercio gaditano que estimula la fundación de un buen número de nuevos asentamientos, principalmente costeros, durante el siglo V y, sobre todo, IV a.C. Es ahora cuando surge el pequeño poblado de La Tiñosa junto a la desembocadura del río Piedras, que es el único hábitat prerromano que se conoce entre Huelva y el Guadiana, y cuando se puebla también el Algarve occidental, de acuerdo con los datos que aquí se recogen.

La arqueología protohistórica del centro y sur de Portugal podrá examinarse con "otros ojos", y es de desear que así sea, pero estoy segura de que el trabajo de la profesora Arruda y las muchas "pequeñas ideas" que contiene serán un referente inexcusable durante mucho tiempo.

Resposta de Ana Margarida Arruda aos comentários

Os comentários que a análise que elaborei para o 1.º milénio a.C. no Centro e Sul de Portugal mereceu por parte de alguns investigadores enriqueceram consideravelmente perspectivas avançadas no meu texto. Por isso agradeço a todos a disponibilidade manifestada, e não só, naturalmente, as palavras elogiosas que entenderam dirigir ao meu trabalho.

Permiti-me, nesta minha resposta, dividir as questões levantadas nos comentários críticos em dois grandes grupos:

a) de carácter geral, metodológico e teórico;

b) situações específicas e concretas

1. Em relação às primeiras, destaco desde já as que se prendem com a problemática da utilização dos conceitos de Orientalizante e pós-orientalizante levantadas por Carmen Aranegui e Maria Belén Deamos, e, indirectamente, por Jorge de Alarcão.

Reconheço que, no momento da sua adaptação à Idade do Ferro peninsular, o primeiro dos conceitos poderá ter estado eivado de preconceitos difusionistas, que, tal como Carmen Aranegui, não partilho em absoluto. No entanto, a sua generalização e aceitação para definir um conjunto de sítios e materiais com determinadas características tornou-o, na minha perspectiva, operativo e, por

isso, o utilizo, independentemente de estar consciente que a população indígena teve um papel activo no processo de construção daquela Idade do Ferro. E «La difícil caracterización arqueológica de las entidades indígenas del final de la Edad del Bronce hace que en las culturas del Hierro se destaquen más los rasgos novedosos que resultan del contacto con pueblos foráneos que los del sustrato propio», como diz Maria de Belén, poderá explicar o facto de eu ter acentuado o papel dos colonizadores na construção dos modelos sociais, políticos e económicos do 1.º milénio a.C. no Centro e Sul de Portugal. Considero indispensável não perder de vista que as construções coloniais são modelos em que interagem, de igual forma, ainda que com diversos graus de intensidade, indígenas e colonizadores e julgo que a passividade dos primeiros, defendida na perspectiva difusionista, e mesmo na processualista de recorte marxista, não é actualmente aceitável. Contudo, e pelo menos para o caso português, a opacidade da população local foi responsável pelo facto de este trabalho apresentar «...a perspectiva de uma investigadora que tem dedicado a sua atenção mais aos "colonizadores" fenícios que aos indígenas.», como referiu Jorge de Alarcão.

Quanto à questão do pós-orientalizante, o termo foi por mim utilizado num sentido eminentemente cronológico e geográfico. Pretendi distinguir as realidades encontradas no interior baixo alentejano, entre os finais do século VI e os finais do século seguinte, das que se observam no Alentejo central durante os séculos VII e VI. Ambas são diferenciáveis tanto na estratégica de implantação como nos espólios e arquitecturas associadas. «...la introducción retardada de una arquitectura de matriz oriental, de la pintura figurativa sobre cerámica, o de rituales y símbolos de carácter religioso en el interior de Andalucía y del sur de Portugal, en Extremadura o en tierras meseteñas.» foi o que designei de pós orientalizante, ainda que concorde que «...el análisis en profundidad del fenómeno está por hacer», como bem refere Maria de Belén.

2. Mais profunda é a discordância manifestada por Carmen Aranegui sobre a possibilidade de os fenícios terem frequentado o Atlântico peninsular por razões que excedem a actividade comercial. Com efeito, e ainda que considere que o comércio não é actividade despicienda neste processo, julgo que um objectivo eminentemente colonizador, com vista à apropriação de territórios e de recursos é defensável.

Sei que a fundação de estabelecimentos coloniais permanentes e próprios não é incompatível com a finalidade comercial, como lembra Carmen Aranegui. Mas o facto de tudo indicar que estes grupos exógenos, instalados em núcleos urbanos, indígenas ou não, não abandonaram o território quando tudo indica que a actividade comercial cessou ou diminuiu drasticamente no final do século

VI, tendo mesmo justificado o abandono dos sítios reguladores daquela actividade, parece ser bom indício sobre os objectivos dos navegadores que chegaram ao Extremo Ocidente.

Mas ainda que continue a pensar que a chegada de populações exógenas ao litoral ocidental deve ser explicada por um modelo que excede o da «diáspora comercial», concordo que o que chamei de colonização interna do paleo-estuário do Tejo pode explicar-se em moldes distintos dos que propus e que «Las granjas o *casais agrícolas* pueden atestiguar un modelo jerarquizado de ocupación territorial en el que se acentúa la dicotomía ciudad-campo, como es propio de la instauración de la ciudad en multitud de casos, cuando determinadas actividades productivas más o menos especializadas salen de la urbe, o bien se crea un cinturón estratégico en torno a ella, como es patente en la Bahía de Cádiz.».

3. Ainda de carácter geral é a crítica de João Luís Cardoso à minha formulação de que o litoral ocidental perde o contacto com a região gaditana a partir dos finais do século VI/inícios do século V.

Mantenho, e com muita convicção, que a partir de meados do 1.º milénio a.C. o litoral ocidental português se desvinculou economicamente do mundo gaditano. Disse, e reafirmo, que os contactos entre os estuários do Mondego, Tejo e Sado com Gádir, ainda que não tivessem cessado completamente, esmoreceram significativamente. E este esmorecer é particularmente significativo se tivermos em consideração que entre a segunda metade do século VIII e os finais do VI esses contactos foram estreitos, intensos e regulares, tendo mesmo significado a fundação de sítios.

É evidente que existem ânforas Mañá Pascual A4 em Abul B, em Setúbal, no Castelo de Alcácer do Sal, no cabo Sardão, em Lisboa e em Santarém, mas a percentagem em que surgem nestes sítios não é comparável à que foi registada no litoral algarvio. Note-se, por exemplo, que em Castro Marim o número de exemplares ultrapassa os 100, enquanto que em Santarém existem três fragmentos de bordo (dois dos quais são datáveis da época romana-republicana), devendo ainda acrescentar-se que a área escavada no último dos sítios é quase três vezes superior à que foi intervencionada no primeiro. Não conheço os números absolutos de Alcácer do Sal ou de Setúbal, mas a avaliar pelo que está publicado não me parece que a situação seja distinta da observada em Santarém. Os exemplares de Lisboa, pelo menos os do Castelo de São Jorge, são já do século II a.C. e devem interpretar-se num contexto de abastecimento de âmbito eminentemente romano.

Também as ânforas Mañá C2b (de Santarém, de Setúbal, de Alcácer do Sal, do Pedrão, de Chibanes, de Castro Marim, de Conímbriga, entre muito outros sítios) que João Luís Cardoso chama ainda à colação são integralmente proveninetes

de contextos romano-republicanos, como foi, aliás, referenciado no artigo a que o autor faz referência (Arrruda e Almeida, 1998) e num outro mais recente (Arruda e Almeida, 20005). Quanto às C2a, deve dizer-se que, até ao momento, apenas na Alcáçova de Santarém foi reconhecida a forma, representada por um único exemplar recolhido num nível de finais do século II a.C. Estas evidências comprovam a sua cronologia, que manifestamente não é do final da Idade do Ferro, bem como o âmbito comercial em que se podem enquadrar.

Também as ânforas de tipo D do litoral ocidental podem considerar-se, cronologicamente falando, romano-republicanas, como evidenciam a estratigrafia de Santarém (Arruda, 1999-2000), e os dados dos Chões de Alpompé, do Pedrão (Soares e Silva, 1973) e de Lisboa (Pimenta, 2004)

E o mesmo se pode dizer, naturalmente, sobre as emissões monetárias de Alcácer do Sal.

Assim, tudo indica que as relações estreitas entre o litoral ocidental e a área do Estreito, existentes entre o século VIII e o VI, foram, de facto, muito limitadas, ou mesmo praticamente interrompidas, a partir da primeira metade do século V a.C., tendo sido retomadas a partir do século II a.C. no contexto da conquista romana do território peninsular. Não há, portanto, qualquer espécie de continuidade (nem étnica, nem cultural, nem cronológica) entre os contactos existentes durante a 1ª metade e os últimos anos do 1.º milénio a.C., ainda que seja plausível que as rotas percorridas tivessem sido as mesmas.

Relativamente aos «...numismas hispano-cartaginenses, um deles recolhido no castro de Curvaceiras (Alenquer), outro no Cabeço da Bruxa (Alpiarça), cunhados no último quartel do século III a.C. (Faria, 1987)...», parece provável, até pela sua cronologia, que poderão relacionar-se com acontecimentos militares ocorridos durante a II Guerra púnica, que, como se sabe, teve lugar na Península Ibérica a partir de 218 a.C..

Assim, parece claro que não pode deduzir-se uma qualquer continuidade comercial entre os materiais de época republicana, todos encontrados em contextos já claramente romanos (ânforas Mañá C2, Maña Pascual A4 tardias, e D de Pellicer, numismas de Alcácer do Sal), e uma eventual presença gaditana na costa ocidental, entre o século V e o século III, mesmo que esta tivesse existido, o que não parece ter sido o caso. Evidentemente, o mesmo se poderá dizer dos numismas hispano cartagineses.

Sobre o hipotético forno de Alcácer do Sal, deve dizer-se que a presença de ânforas deformadas por acção do calor não é, por si só, um indício seguro da sua produção no local. E sabe-se que no Castelo de Alcácer do Sal ocorreu um incêndio de consideráveis dimensões (Silva *et al.* 1979-1980) ao qual talvez possa ser assacada a responsabilidade da deformação das peças publicadas por Dias Diogo.

A existência de um forno de ânforas Mañá Pascual A4 em Alcácer do Sal não está suportada por qualquer escavação arqueológica, havendo, por outro lado, dados inequívocos (provenientes de trabalhos de campo levados a efeito com metodologias adequadas) que permitem questionar essa possibilidade e propor outra aparentemente mais coerente com a história do sítio.

As cerâmicas gregas do litoral ocidental português são, do meu ponto de vista, a prova de que os contactos com o mundo gaditano não cessaram por completo, mas diminuíram consideravelmente. Com efeito, o inventário de Castro Marim, com uma área escavada de 500 m², regista cerca de tês centenas de fragmentos de cerâmica grega, e em Tavira (Barros, 2003, 2005) ou mesmo em Mértola (Arruda, Barros e Lopes, 1998) os números são também muito elevados. Trata-se de sítios urbanos, sendo óbvio que estes valores devem ser comparados com os observados em outros locais de igual funcionalidade. Recordo que em Santarém, onde escavei uma área de 1500 m², apenas recuperei cinco fragmentos de cerâmica ática, desconhecendo naturalmente o que poderei encontrar na necrópole, se algum dia a encontrar. Em Lisboa, e até há pouco tempo, era conhecido um único fragmento de cerâmica grega, ainda que haja notícias de que outros existirão. Contudo, parece que os números são ainda curtos, se atendermos, de novo, à dimensão da área escavada na capital. A necrópole de *Olisipo* está por encontrar e desconhecemos portanto, também, o conjunto de importações gregas. Quanto a Almaraz, igualmente um povoado, a situação é idêntica, sendo a cerâmica grega do século IV muito escassa. Da respectiva necrópole nada sabemos. E, sendo verdade que a necrópole do Senhor dos Mártires, em Alcácer do Sal ofereceu um significativo conjunto de cerâmica ática, quer de figuras vermelhas quer de verniz negro, o certo é que nos cortes efectuados no Castelo pela equipa do Museu de Setúbal foi recolhido um único fragmento de verniz negro, desconhecendo-se tudo acerca do que foi encontrado nas escavações dirigidas por António Cavaleiro Paixão e João Carlos Faria, no que a esta espécie cerâmica diz respeito. De qualquer modo, os dados da necrópole de Alcácer só poderão ser comparados com os que as necrópoles algarvias e ocidentais vierem a fornecer, quando, e se, forem descobertas, mas os de Santarém, Conímbriga, Lisboa, Almaraz, Abul B, Castelo da Alcácer do Sal, Setúbal podem efectivamente avaliar-se em função dos que se registaram em Castro Marim e em Tavira, para além de se poderem comparar entre si.

Como me recorda João Luís Cardoso, sei bem que os argumentos *ex silentio* são de utilização problemática. No entanto, não posso deixar de referir que a cerâmica pintada com círculos e espirais, tão abundante no Sul, está ausente dos

inventários ocidentais e que a presença de cerâmica de tipo Kuass, massiva no Algarve e sobretudo no âmbito gaditano, é vestigial em Santarém (dois fragmentos de fundo) e é, por agora, desconhecida em Almaraz, Setúbal, Alcácer do Sal e Conímbriga.

4. Quanto às questões mais específicas, devo dizer que as observações de Carmen Aranegui sobre as modalidades de navegação que conduziram os fenícios ocidentais ao litoral atlântico, concretamente ao estuário do Tejo parecem importantes de discutir. Com efeito, não existem indícios que a navegação de cabotagem tivesse sido praticada, o que tornava provável a hipótese defendida, há pouco tempo, por Jesus Fernandez Jurado (2005). Todavia, Monge Soares provou recentemente (Soares, 2004) que a nortada não existia no 1º milénio a.C., o que faria muito mais fácil do que sempre se supôs a navegação para norte do cabo de São Vicente (Arruda, 1999-2000) e dispensaria a referida cabotagem.

5. A antiguidade da ocupação sidérica da Alcáçova de Santarém face aos restantes sítios portugueses, que no meu artigo defendi, foi questionada no comentário de João Luís Cardoso. A sequência de datas de rádiocarbono para a fossa de detritos de Almaraz, recentemente publicada (Barros e Soares, 2004), está na base da sua argumentação, referindo que alguns dos materiais

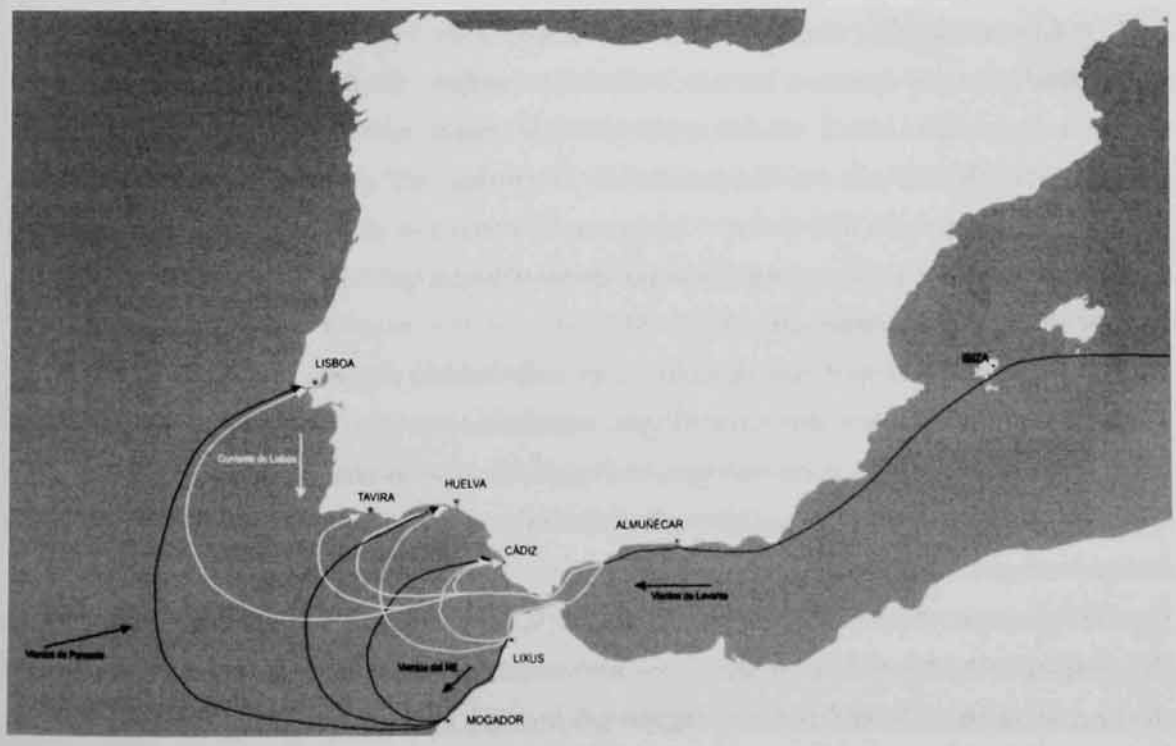


Fig. 79 – Rotas prováveis entre o estreito de Gilbraltar e o litoral português, segundo Fernandez Jurado, 2005.

arqueológicos, devidamente estratigrafados e associados aos dados radiométricos, suportariam uma cronologia idêntica e antiga para os dois sítios do estuário do Tejo.

Os dados actualmente disponíveis para Almaraz são contudo ainda demasiado escassos para podermos aceitar, sem o necessário criticismo, uma cronologia da segunda metade do século VIII para os momentos iniciais da Idade do Ferro. Lembro, por exemplo, que, em artigo anterior (Barros, Cardoso e Sabrosa, 1993), foi referido que a fossa de detritos tinha sido formada num espaço de tempo relativamente curto, o que, deve dizer-se, faz muito mais sentido se tivermos em consideração a funcionalidade daquela estrutura negativa. Com efeito, dificilmente se pode admitir que uma fossa destinada a acumular detritos urbanos quotidianos possa ter estado em utilização, e portanto aberta, durante quatro séculos, como agora é proposto. Por outro lado, se é verdade que as ânforas de tipo 10.1.1.1 começaram a ser produzidas no século VIII, sabe-se que o seu fabrico e comercialização perduraram, em determinados centros produtores (Extremo Ocidente Indeterminado), até ao final do século VII, tendo convivido com as de tipo 10.1.2.1. Não se pode também esquecer que a referida ânfora (Barros e Soares, 2004: p. 345, fig. 4, n.º 2) é proveniente do contexto designado por Almaraz 12, e que no Almaraz 11, mais antigo portanto estratigraficamente falando, e datado pelo rádiocarbono entre o último quartel do século IX e os inícios do VIII, foi recolhida uma outra ânfora de tipo 10.1.2.1., cuja cronologia da produção não recua para trás de meados do século VII, e é portanto claramente mais tardia que a de tipo 10.1.1.1.anteriormente comentada e que aparece num nível mais antigo. Parece pois evidente que a sequência ocupacional recém apresentada para Almaraz, bem como a sua cronologia, devem ser cuidadosamente avaliadas, até porque entre os materais associados ao que foi designado Almaraz 6, contexto datado pelo radio carbono dos século V e IV a.C., existe uma asa de sítula que pertence, indiscutivelmente, à época romana (*ibidem*: fig. 5, nº 3).

Assim, e ainda que não descarte a possibilidade de, em Almaraz, ter havido uma ocupação situada em cronologia histórica no século VIII a que se possa associar os dados que a cronologia radiométrica permitiu verificar, a verdade é que não estão publicados quaisquer materiais arqueológicos que o demonstrem inequivocamente.

Ainda a propósito do sítio da foz do Tejo, refere João Luís Cardoso a existência de «fragmentos de cerâmicas de manufactura castreja», que provariam os contactos desta área com a Beira Interior, região onde estas teriam origem. Não tendo tido a oportunidade de observar directamente os referidos fragmentos, não compreendo

a que cerâmicas se está João Luís Cardoso a referir, uma vez que o conceito de «manufactura castreja» me parece destituído de qualquer conteúdo.

Na parte final do seu comentário, João Luís Cardoso retoma o tema de Almaraz para falar a propósito da génese da sua ocupação, apostando num carácter fenício e colonial. É evidente que Almaraz teve um papel fundamental no processo de orientalização do estuário do Tejo, e talvez mesmo do litoral ocidental português. A localização geográfica e implantação topográfica, a extensão, o conjunto dos espólios conhecidos e as evidências da prática metalúrgica, nomeadamente da prata, são realmente reveladores da extraordinária importância do sítio durante a Idade do Ferro, sobretudo durante a primeira metade do século VI, uma vez que será essa a datação dos materiais «exóticos» a que João Luís Cardoso faz referência, concretamente os vasos de alabastro (com bons paralelos nesta mesma cronologia na necrópole de Jardín) e ainda o fragmento cerâmico do coríntio médio (600-575 a.C.). De qualquer modo, é necessário que os dados sejam publicados de forma efectiva, enquadrando e discutindo estruturas defensivas e habitacionais, materiais arqueológicos, datações radiométricas e, naturalmente, sequências estratigráficas. Até que tal aconteça, estaremos todos conjecturando, sendo válidas quaisquer apreciações e hipóteses. E mesmo que a divulgação dos dados existentes não permita esclarecer devidamente o que aqui agora se discute, a verdade é que ela ajudaria a clarificar muitos aspectos, entre os quais a relação entre a ocupação do Bronze Final e a da Idade do Ferro. Não posso deixar de referir a este propósito que Lisboa, concretamente a colina do Castelo, deverá corresponder também a um importante povoado sidérico, em muito idêntico a Almaraz, e para o qual não existem também dados publicados suficientes para que a sua avaliação se torne possível. A divulgação dos dados obtidos no Castelo de São Jorge, ao que parece notáveis pelo número e pela qualidade, torna-se também urgente.

6. Em relação ao vale do Sado, quer Carlos Tavares da Silva quer João Luís Cardoso discordam de mim em relação a dois pontos fundamentais.

Com base nos dados publicados pelo primeiro, defendi que teria sido a Alcácer do Sal que os fenícios ocidentais teriam aportado num primeiro momento e aí interagido com a população indígena. Com efeito, a existência de um nível do Bronze Final, sobposto ao da primeira ocupação sidérica, permitia defender esta possibilidade, até porque o Bronze Final não foi detectado em Setúbal. A anterioridade da Idade do Ferro de Alcácer face à de Setúbal parecia pois plausível, uma vez que no sítio da foz do estuário a ocupação humana ter-se-ia iniciado apenas no início da Idade do Ferro. No entanto, o facto de, recentemente, o investigador do Museu de Setúbal ter defendido que afinal o nível mais antigo

da Idade do Ferro do Castelo de Alcácer do Sal «...se encontrava em descontinuidade estratigráfica com o horizonte imediatamente subjacente, do Bronze Final...», bem como a cronologia, relativamente tardia, da sua ocupação sidérica, cronologia aliás idêntica à da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires, permite que a leitura da ocupação fenícia do Estuário do Sado seja repensada. Assim, e mesmo tendo em consideração que os dados de Setúbal são ainda escassos, admito que a minha hipótese, hipótese que era aliás também defendida até há poucos anos por Carlos Tavares da Silva, possa ser revista.

Quanto à funcionalidade de Abul, contudo, mantenho que todos os dados se conjugam no sentido de ser possível defender que o sítio apresenta características que o definem como edifício eminentemente religioso. Não podendo perder-se de vista que a identificação de um lugar de culto não pode ser conseguida com base em apenas um único elemento, e que é verdade que a própria planta de um edifício não parece suficiente para o classificar numa determinada categoria funcional, a associação, num único lugar, de um conjunto de características determinadas permite essa identificação. Assim, parece evidente que Abul foi de facto um santuário fenício, o que naturalmente não significa que nele não se tenham desenvolvido outras actividades, concretamente a comercial. Aliás, e dadas as características gerais do sítio, parece-me que Abul caberia bem no que Adolfo Dominguez Monadero designou por *Santuários Empóricos* (ainda que este tipo caiba no seu grupo *Lugares de culto urbanos*), ou mesmo no tipo *Santuários Supra Regionais*, estes pertencentes ao grupo *Lugares de culto extra-urbanos*.

7. João Luís Cardoso é quem mais questiona as minhas leituras sobre o Algarve, começando por duvidar da hipótese de que foram sobretudo os recursos marinhos, mas também os agrícolas, que estiveram na base do desenvolvimento acentuado que a região regista a partir dos finais do século V a.C. Também neste caso, julgo, uma vez mais, ter razão. Com efeito, esse desenvolvimento, que é nítido não só pela fundação de novos centros urbanos (Faro, Cerro da Rocha Branca, Monte Molião, Vila Velha de Alvor), mas também pelo crescimento dos já existentes (Castro Marim e Tavira), é sobretudo verificado no litoral, e posso acrescentar que a fauna ictiológica dos níveis correspondentes à 2.ª metade do 1°milénio a.C. evidencia uma mudança muito significativa nas espécies recuperadas em relação às pescadas durante os séculos VII e VI a.C. Nos momentos mais tardios, são os peixes de grande porte (atum, esturjão) que dominam nos inventários. Por outro lado, a quantidade de ânforas de conteúdo de piscícola é esmagadora em Castro Marim. Tudo indica que a exploração do mar e dos seus recursos foi determinante neste desenvolvimento, à semelhança, aliás, do que foi verificado na Andaluzia Ocidental, onde a recuperação económica se centrou também nessa

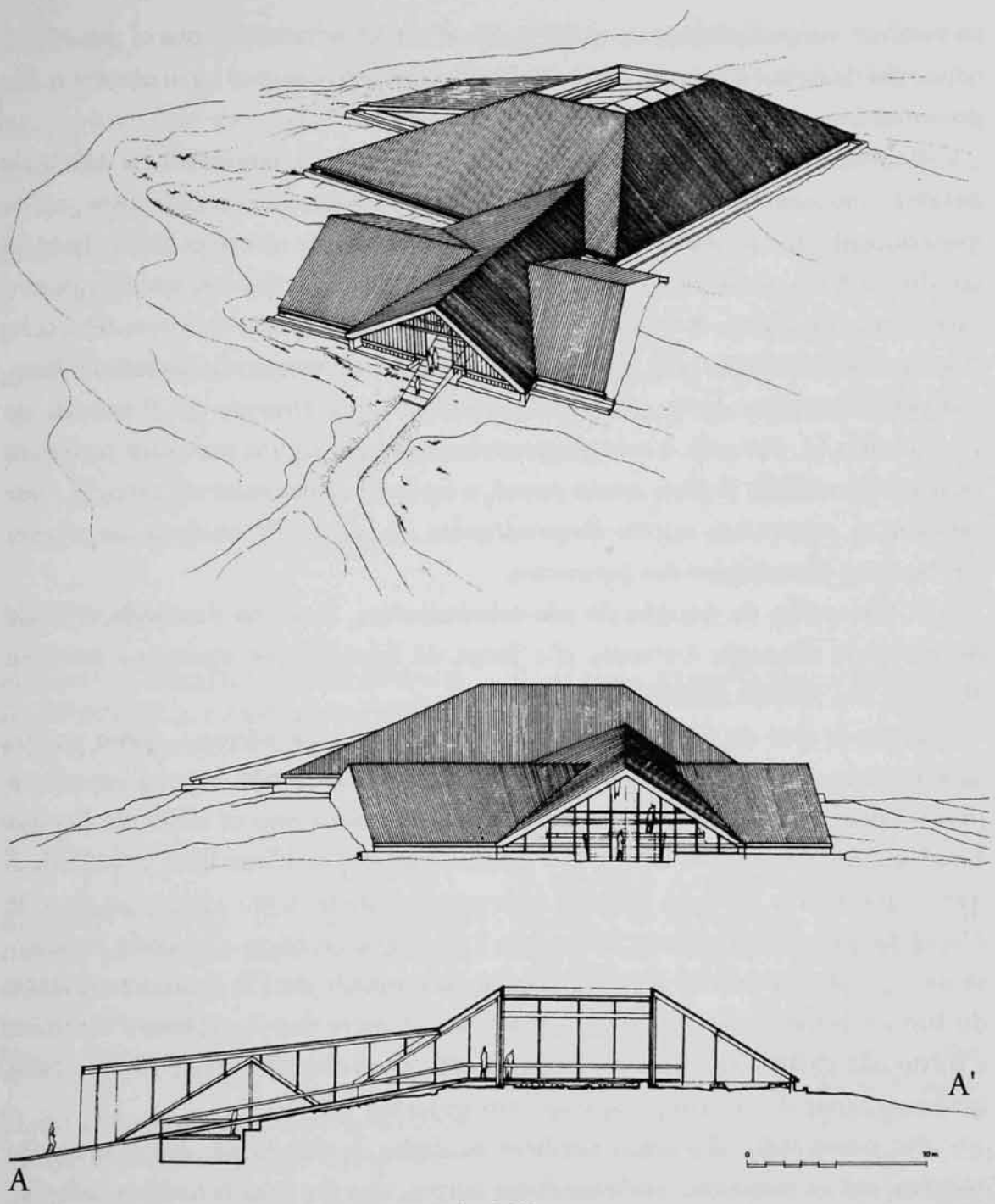


Fig. 80 – Reconstituição de Abul, segundo Mayet e Silva, 2000.

exploração, cortando com um passado recente em que os recursos metalúrgicos foram explorados em grande escala e contribuíram para a criação dos mitos da riqueza tartéssica.

As evidências da ocupação do interior algarvio, mesmo a dos Concelhos de Alcoutim e de Tavira, são muito escassas, não parecendo portanto compatíveis com uma exploração metalúrgica de dimensão que a tornasse rentável em termos económicos. Por outro lado, a exploração de cereais e de azeite compagina-

se com os terrenos xistosos e daí que se tenha defendido que a paulatina ocupação da Serra Algarvia deverá ter sido concretizada por agricultores e não por mineiros.

Pontual, mas merecedora também de atenção, é a referência de Maria de Belén à cronologia do Cerro da Rocha Branca. A nossa colega de Sevilha, ainda que concorde que os materiais, mesmo os mais antigos, não se poderão datar do século VIII ou mesmo do VII, crê que a cronologia do IV, que propus, é excessivamente baixa. A avaliação da cronologia da ocupação do Cerro da Rocha Branca está dificultada pelo facto de as associações de materiais não serem claras, independentemente de os conjuntos parecerem integralmente da 2ª metade do 1º milénio a.C.. Por isso, e mesmo que reconheça que alguns materiais poderiam recuar até ao século V (mas nunca antes), o facto de aparecerem em estratos onde também se encontram outros inegavelmente do século IV obrigou-me a rever em baixa as cronologias dos primeiros.

8. Para além da questão do pós-orientalizante, já acima discutida, a Idade do Ferro do Alentejo é tratada por Jorge de Alarcão que questiona também algumas das minhas propostas.

Entende que os dados que existem não permitem admitir, como eu fiz, que o mais antigo povoamento da Idade do Ferro não ocorre em sítios previamente ocupados. Embora eu própria reconheça que os sítios do Bronze Final do Alentejo estão ainda, em grande parte, por investigar, a verdade é que o que existe permite admitir esta possibilidade. Com efeito, no alto de São Gens não existem níveis anteriores à ocupação sidérica, que pode aí datar-se da segunda metade do século VII/primeira metade do VI, e em outros sítios do Bronze Final, como a Coroa do Frade ou o Castro dos Ratinhos, a cerâmica a torno não existe, ou é apenas vestigial, não apresentando, neste último caso, qualquer sinal de ter sido inspirada em modelos litorais.

Por outro lado, são ainda também os dados de São Gens, até porque não existem, até ao momento, mais nenhuns outros, que me possibilitaram defender que esse povoamento de altura foi abandonado talvez nos finais do século VI. Também aqui não existem quaisquer dados que suportem a ideia de uma continuidade ocupacional. E o facto de os pequenos sítios, ou casais, dispersos em zonas baixas, datarem do século VI e do século V, momento em que o Alto de São Gens estava já desocupado, parece indiciar que ao povoamento de altura e concentrado se sucedeu um outro disperso e implantado em cotas baixas e sem condições naturais de defesa, que, refira-se, é coevo dos chamados «edifícios singulares» ou «complexos monumentais» existentes na vizinha Extremadura e de que Cancho Roano é o mais conhecido.

Como diz Maria de Belén no seu comentário, trata-se de um momento em que se produz uma «...reelaboración extemporánea por las sociedades del interior del país de la estética orientalizante y de la ideología...» e no qual se verifica «...la introducción retardada de una arquitectura de matriz oriental, de la pintura figurativa sobre cerámica, o de rituales y símbolos de carácter religioso en el interior de Andalucía y del sur de Portugal, en Extremadura o en tierras meseteñas...».

Dizer mais, por agora, não me parece possível.

Lisboa, 2005.12.31

BIBLIOGRAFIA

AGUAYO, P.; CARRILERO, M.; MARTÍNEZ, G.; AFONSO, J. A; GARRIDO, O.; PADIAL, B. (1991) – Excavaciones arqueológicas en el yacimiento de Ronda la Vieja (Acinipo), Campaña de 1988. *Anuário Arqueológico de Andaluzia*. Sevilla. II, p. 309-314.

ALARCÃO, J. (1992a) – Etnografia da fachada atlântica ocidental da Península Ibérica. In ALMAGRO GORBEA, M.; RUIZ ZAPATERO, G., eds. – *Paleoetnlogia de la Península Ibérica*. Madrid: Universidad Complutense. p. 339-346.

ALARCÃO, J. (1992b) – A evolução da cultura castreja. *Conímbriga*. Coimbra. 31, p. 39-71.

ALARCÃO, J. (1996a) – Os círculos culturais da 1ª Idade do Ferro no Sul de Portugal. In VILLAR, F.; ENCARNAÇÃO, J., eds. – *La Hispania preromana*. Salamanca: Universidade de Salamanca. p. 19-36.

ALARCÃO, J., coord. (1996b) – *De Ulisses a Viriato*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia

ALARCÃO, J. (1996c) – O primeiro milénio a.C. In ALARCÃO, J. Coord. – *De Ulisses a Viriato*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. p. 15-30.

ALARCÃO, J. (1999) – *Conímbriga: o chão escutado*. Lisboa: Círculo dos Leitores.

ALARCÃO J. de (2000) – Para uma epistemologia da Arqueologia. In *A escrita do tempo e a sua verdade*. Coimbra: Quarteto. p. 49-85.

ALARCÃO, J. (2001) – Novas perspectivas sobre os Lusitanos (e outros mundos). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 4: 2, p. 293-349.

ALARCÃO, J. de (2004) – Da Idade do Bronze Final ao período suévico no distrito de Castelo Branco. In *Arqueologia: colecções de Francisco Tavares de Proença Júnior*. Castelo Branco: Museu de Francisco Tavares de Proença Júnior; Instituto Português de Museus. p. 47-53.

ALARCÃO, J.; DELGADO, M.; MAYET, F.; ALARCÃO, A.; PONTE, S. (1976) – *Céramiques divers et verres. Fouilles de Conimbriga* VI. Paris: Diffusion de Boccard.

ALMAGRO GORBEA, M. (1970) – Las fechas del C-14 para la Prehistoria y la Arqueología peninsular. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 29, p. 228-242.

ALVAR, J. (1999) – Los fenicios en Occidente. In BLÁZQUEZ, J.; ALVAR, M. J.; WAGNER, C. G., ed. – *Fenicios y Cartagineses en el Mediterráneo*. Madrid: ed. Cátedra. p. 311- 447.

ALVAR, J.; WAGNER, C. (1988) – La actividad agrícola en la economía fenicia de la Península Ibérica. *Gerión*. Madrid. 6, p. 169-185.

ÁLVAREZ MARTÍ-AGUILAR, M. (2005) – *Tarteso. La construcción de un mito en la historiografía española*. Málaga: Servicio de Publicaciones CEDMA.

ALVES, F.; DIOGO, A. M. D.; CARDOSO, J. P. (2001) – Considerações sobre os dois grandes cepos de âncora em chumbo com alma de madeira, do séc. V-IV a.C., provenientes do ancoradouro natural da ilha Berlenga (Peniche) e sobre os achados de ânforas de "tipo púnico" em águas portuguesas. In *Os púnicos no extremo ocidente*. Lisboa: Universidade Aberta. p. 239-260.

ARRUDA, A. M. (1986) – Castro Marim na Idade do Ferro. In *Actas do 4º Congresso sobre o Algarve*. Montechoro: Racal Clube. Vol. I, p. 33-38.

ARRUDA, A. M. (1988) – Nota àcerca da ocupação romana/republicana do Castelo de Castro Marim. In *Actas do 5º Congresso sobre o Algarve*. Montechoro: Racal Clube. vol. 1.

ARRUDA, A. M. (1993) – A ocupação da Idade do Ferro da Alcáçova de Santarém no contexto da expansão fenícia para a fachada atlântica peninsular. *Estudos Orientais*. Lisboa. 4, p. 193--214. Actas do Encontro "Os fenícios no território português"

ARRUDA, A. M. (1996a) – Particularidades, especificidades, e regularidades na Idade do Ferro do Sul de Portugal. In VILLAR, F.; ENCARNAÇÃO, J., eds. – *La Hispania preromana*. Salamanca: Universidade de Salamanca. p. 37-50.

ARRUDA, A. M. (1996b) – O Castelo de Castro Marim. In ALARCÃO, J., coord. – *De Ulisses a Viriato. O primeiro milénio a.C.*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. p. 95-100.

ARRUDA, A. M. (1997) – *Cerâmicas áticas do Castelo de Castro Marim*. Lisboa: Colibri.

ARRUDA, A. M. (1999-2000) – *Los fenícios en Portugal: Fenícios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal*. Barcelona: Universitat Pompeo Fabra. (Cuadernos de Estudios Mediterránea; 5-6).

ARRUDA, A. M. (2000a) - O comércio fenício no território actualmente português. In *Intercambio y comercio Preclassico en el Mediterráneo (Actas do I Colóquio do Centro de Estudios Fenicios y Púnicos. Madrid, 1998)*. Madrid: CEFYP. p. 59-77.

ARRUDA, A. M. (2000b) – As cerâmicas de importação do Castelo de Castro Marim no âmbito do comércio Ocidental dos séculos V a III a.C. In *Actas del IV Congreso Internacional de Estudios Fenícios y Púnicos*. Cádiz: Servicio de publicaciones de la Universidad de Cádiz. p. 727-735.

ARRUDA, A. M. (2001a) – A Idade do Ferro pós-orientalizante no Baixo Alentejo. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 4: 2, p. 207-291.

ARRUDA, A. M. (2001b) – Importações púnicas no Algarve: cronologia e significado. In *Os Púnicos no Extremo Ocidente* Lisboa: Universidade Aberta. p. 69-98. Actas do colóquio Internacional.

ARRUDA, A. M. (2003a) – A Idade do Ferro no Castelo de Castro Marim através das importações cerâmicas. *Xelb*. Silves. 4, p. 70-88. Actas do «Congresso Arqueologia no Algarve».

ARRUDA, A. M. (2003b) – Contributo da colonização fenícia para a domesticação da terra portuguesa. In GOMEZ BELLARD, ed. - *Ecohistoria del paisaje agrario – la agricultura fenício-púnica en el mediterráneo*. Valência: Universidad. p. 205-217.

ARRUDA, A. M. (2004a) – Necrópoles Proto-Históricas do Sul de Portugal: o mundo oriental e orientalizante. In GONZALEZ PRATS, ed. - *Actas Actas do III Seminário sobre temas fenícios «O mundo funerário»*. Guardamar del Segura: Generalitat Valenciana. p. 457--494.

ARRUDA, A. M. (2004b) – A Idade do Ferro em Portugal: leituras de Jorge de Alarcão. In LOPES, M. C.; VILAÇA, R., coord. – *O passado em cena: narrativas e fragmentos (Miscelânea oferecida a Jorge de Alarcão)*. Coimbra: Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto. p. 75-98.

ARRUDA, A. M. (2005) – Orientalizante e Pós-orientalizante no sudoeste peninsular: geografias e cronologias. In CELESTINO PÉREZ; JIMÉNEZ ÁVILA. eds. – *El periodo Orientalizante (Actas do Congreso de Protohistoria del Mediterráneo Occidental)*. Mérida: Consejo Superior de Investigaciones Científicas; Instituto de Arqueología de Mérida. p. 277-303. (Anejos de AespA; XXXV).

ARRUDA, A. M. (no prelo a) – Phoenician colonization in the Atlantic coast of the Iberian Peninsula. In Proceedings of the conference. In *One thousand years of colonial encounters: Phoenicians, greeks and indigenous populations in the Iberian Peninsula*. Chicago.

ARRUDA, A. M. (no prelo b) – A Idade do Ferro no Algarve. *Madrider Mittelunguen*. Madrid: Deutsches Archäologisches Institut.

ARRUDA, A. M.; ALMEIDA, R. R. (1998) – As ânforas da Classe 32 de Alcáçova de Santarém (campanhas de 1983-1991). *Conímbriga*. Coimbra. 37, p. 201-231.

ARRUDA, A. M.; ALMEIDA, R. R. (2005) – As ânforas de tipo Mañá C em Portugal. In *Atti del V Congresso Internazionale di Studi Fenici e Punico*. Vol III. Palermo: Università degli Studi di Palermo – Facoltà di Lettere e Fiilosofia, p. 1319-1330.

ARRUDA, A. M.; BARROS, P.; LOPES, V. (1998) – Cerâmicas áticas de Mértola. *Conímbriga*. Coimbra. 37. p. 122-149.

ARRUDA, A. M.; VALLEJO SANCHEZ; FREITAS, V. T. (2000) – As cerâmicas cinzentas da Sé de Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 2, p. 25-59.

ARRUDA, A. M.; BARGÃO, P.; SOUSA, E. (2005) – A ocupação pré romana de Faro: alguns dados novos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8: 1, p. 177-208.

ARRUDA, A. M.; FREITAS, V.; OLIVEIRA, C. (no prelo) – Os Fenícios e a urbanização no Extremo Ocidente: o caso de Castro Marim. In *Actas do III Colóquio del Internacional del centro de Estudios Fenicios y punicos: Las ciudades fenicio-punicas en el Mediterráneo Occidental. Adra, 2003*.

ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C.; BARGÃO, P.; PEREIRA, R. (no prelo) – A importação de preparados de peixe em Castro Marim: da Idade do Ferro à época romana. In *Actas do colóquio internacional de Homenagem a Françoise Mayet. Setúbal, 2004*.

AUBET, M. E. (1994) – *Tiro y las colonias fenícias de occidente. Edición revisada y puesta al día*. Barcelona: Crítica.

AUBET, M. E.; CARMONA, P.; CÚRIA, E.; DELGADO, A; FERNANDEZ CAMPOS, A. e PARRÁGA, M. (1999) – *Cerro del Villar. El asentamiento fenício en la desembocadura del río*

Guadallorce y su interacción con el hinterland. Sevilla: Junta Da Andalucía, Consejaría de Cultura.

BARROS, L. (1998) – Introdução à Pré e Proto-História de Almada. Almada: Câmara Municipal.

BARROS, L. (2000) – *O fim do bronze e a Idade do Ferro no território de Almada*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Dissertação de mestrado.

BARROS, L.; ESPÍRITO SANTO, P. (1991) – Quinta do Percevejo – Almada. Uma intervenção de emergência. In *Actas da IV Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 333-342.

BARROS, L.; CARDOSO, J. L.; SABROSA, A. (1993) – Fenícios na margem sul do Tejo. Economia e integração cultural do povoado do Almaraz – Almada. *Estudos Orientais*. Lisboa. 4, p. 143-181. Actas do Colóquio «Os Fenícios no território português».

BARROS, L; SOARES, A. M. MONGE (2004) – Cronologia absoluta para a ocupação orientalizante da Quinta do Almaraz, no estuário do Tejo (Almada, Portugal). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 22, p. 333-352.

BARROS, P (2003) – As cerâmicas áticas de Tavira. In *Tavira: território e poder*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. p. 73-75.

BARROS, P. (2005) – As cerâmicas áticas no circuito do estreito do extremo ocidente peninsular: Quinta da Queimada, Ilhéu do Rosário, Faro e Tavira. In CELESTINO PÉREZ; JIMÉNEZ ÁVILA., eds. – *El periodo Orientalizante (Actas do Congreso de Protohistoria del Mediterráneo Occidental)*. Mérida: Consejo Superior de Investigaciones Científicas; Instituto de Arqueología de Mérida. p. 931-946. (Anejos de AespA; XXXV).

BEIRÃO, C. de M. (1986) – *Une civilisation Protohistorique du Sud du Portugal – 1er Age du Fer*. Paris: Diffusion de Boccard.

BEIRÃO, C. de M. [*et al.*] (1985) – Depósito votivo da II Idade do Ferro de Garvão. *Arqueólogo Português*. Lisboa. 4, 3, p. 45-135.

BEIRÃO, C. de M.; CORREIA, V. H. (1991) – A cronologia do povoado de Fernão Vaz. *Conímbriga*. Coimbra. 30, p. 5-11.

BEIRÃO, C. de M.; CORREIA, V. H. (1994) – Novos dados arqueológicos sobre a área de Fernão Vaz. In MANGAS, J.; ALVAR, J., eds. - *Homenage a José Maria Blazquez*. Madrid: Ed. Clássicas. p. 285-302.

BEIRÃO, C. de M., TAVARES, C.; SOARES, J.; VARELA, M.; VARELA, R. (1985) – Depósito votivo da II Idade do Ferro de Garvão. Notícia da primeira campanha de escavações. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 4, 3, p. 45-136.

BEIRAO, C. de M.; TAVARES, C.; SOARES, J.; GOMES, M.; VARELA, R. (1985-86) – Um depósito votivo da II Idade do Ferro, no sul de Portugal, e as suas relações com as culturas da Meseta. *Veleia*. 2-3, p. 207-221.

BELÉN, M.; ESCACENA, J. L. (1995) – Interacción cultural fenicios-indígenas en el Bajo Guadalquivir. In *Arqueólogos, Historiadores y Filólogos. Homenaje a Fernando Gascó. Kolaios*. Madrid. 4, p. 67-101. (Publicaciones Ocasionales; I).

BELÉN, M.; ESCACENA, J. L. (1997) – Testimonios religiosos de la presencia fenicia en Andalucía occidental. *Spal*. 6, p. 103-131.

BELÉN, M.; ESCACENA, J. L. (1998) – Testimonios religiosos de la presencia fenicia en Andalucía Occidental. In *Actas del Congreso El Mediterráneo en la Antiguedad: Oriente y Occidente*. Sapanu. Publicaciones en Internet II (1998) [http://www.labherm.filol.csic.es].

BELÉN, M.; ESCACENA, J. L.; ANGLADA, R.; JIMENEZ, A.; LINEROS, R.; RODRIGUEZ, I. (1997) – *Arqueología en Carmona (Sevilla). Excavaciones en la Casa-Palacio del Marqués de Saltillo*. Sevilla: Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.

BERROCAL RANGEL, L. (1989) – El asentamiento 'céltico' del Castrejón de Capote (Higuera la Real, Badajoz). *CuPAUAM*. Madrid. 16, p 245-295.

BERROCAL RANGEL, L. (1991) – Avance al estudio del depósito votivo alto-imperial del Castrejón de Capote (Higuera la Real, Badajoz). *Extremadura Arqueológica*. Mérida-Cáceres. II-I, p. 331-344. Jornadas de Prehistoria y Arqueología en Extremadura (1986-1990).

BERROCAL RANGEL, L. (1992) – *Los pueblos célticos del suroeste de la Península Ibérica*. Madrid: Universidad Complutense. (Complutum Extra; 2).

BERROCAL RANGEL, L. (1994) – Oppida y castros de la Beturia céltica. In *Castros y oppida en Extremadura*. Madrid: Universidad Complutense. p. 147-187. (Complutum Extra; 4).

BLÁZQUEZ, J. M.; LUZÓN, J. M. e RUIZ MATA, D. (1971) – La factoria punica de Aljaraque en la provincia de Huelva. *Noticiario Arqueológico Hispanico*. Madrid. XIII-XIV. p. 304-331.

CALADO, M. (1993) – *Carta arqueológica do Alandroal*. Alandroal: Câmara Municipal.

CALADO, M.; BARRADAS, M. P.; MATALOTO, R. (1999) – Povoamento Proto-histórico no Alentejo Central. *Revista de Guimarães*. Guimarães. Vol. Especial 1, p. 363-386. Actas do Congresso de Proto-História Europeia.

CALADO, M; ROCHA, L. (1997) – O povoamento da Idade do Ferro no Alentejo Central. *Cadernos de Cultura de Reguengos de Monsaraz*. Reguengos de Monsaraz. 1, p. 99-130.

CANALES CERISOLA, F.; SERRANO PICHARD, L.; LLOMPARD GOMÉZ, J. (2004) – *El emporio fenicio precolonial de Huelva (ca. 900-770 a.C.)*. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva.

CAPET, E. (2003) – "Tell Kazel (Syrie) – Rapport préliminaire sur les 9e-17e campagnes de fouilles (1993-2001) du Musée de l'Université de Beyrouth. Chantier II". *Berytus*. XLVII, p. 63-121.

CARDOSO, G.; ENCARNAÇÃO, J. M. (1999) – Sobre a ocupação proto-hiostórica na villa romana de Freiria. *Revista de Guimarães*, Guimarães. Vol. Especial 1, p. 363-386 Actas do Congresso de Proto-História Europeia.

CARDOSO, J. L. (1990) - A presença oriental no povoamento da I Idade do Ferro na região ribeirinha do estuário do Tejo. *Estudos Orientais*. Lisboa. 1, p. 119-133. Actas do Encontro Presenças Orientalizantes em Portugal. Da Pré-História ao Período Romano.

CARDOSO, J. L. (1994) – Lisboa. Do paleolítico ao romano. Investigação arqueológica na área de Lisboa: os últimos 10 anos. *Almadan*. Almada. 6, p. 59-74.

CARDOSO, J. L. (1995) – O Bronze Final e a Idade do Ferro na região de Lisboa: um ensaio. *Conímbriga*. Coimbra. 34, p. 33-74.

CARDOSO, J. L. (2001) – Achados subaquáticos de defesas de elefante, prováveis indicadores do comércio púnico no litoral português. In *Os púnicos no extremo ocidente*. Lisboa: Universidade Aberta. p. 261-282.

CARDOSO, J. L. (2004 a) – Uma tumulação do final do Bronze Final/inícios da Idade do Ferro no sul de Portugal: a *tholos* do Cerro do Malhanito (Alcoutim). In LOPES, M. C.; VILAÇA, R., coord. – *O passado em cena: narrativas e fragmentos (Miscelânea oferecida a Jorge de Alarcão)*. Coimbra: Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto. p. 193-223.

CARDOSO, J. L. (2004 b) – *A baixa Estremadura dos finais do IV milénio a.C. até à chegada dos Romanos: um ensaio de História Regional*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras (Estudos Arqueológicos de Oeiras; 12).

CARDOSO, J. L.; CARREIRA, J. R. (1997--1998) – A ocupação de época púnica da Quinta da Torre (Almada). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 7, p. 189-217.

CARRETERO POBLETE, P. A. (2004) – *Las ánforas tipo "Tiñosa" y la explotación agrícola de la Campina Gaditana entre los siglos V y III a.C.* Madrid: Faculdade de Geografia e História da Universidade Complutense. Dissertação de doutoramento, policopiada.

CARRIAZO, J. M. (1973) – *Tartessos y el Carambolo*. Madrid.

CARRILERO, M. (1992) – El processo de transformación de las sociedades indígenas de la periferia tartésica. In *La colonización fenícia en el Sur de la Península Ibérica. 100 años de investigación*. Granada: Universidad. p. 117-142.

CASTRO, P.V.; LULL, V.; MICÓ, R. (1994) – *Cronología de la prehistoria riciente de la Península Ibérica y Baleares (c. 2800-900 cal. ANE)*. Oxford: Hadrian Books ltd. (BAR International Séries; 652).

CATARINO, H. (1997-98) – O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica: povoamento rural e recintos fortificados. *Al'Ulyã*. Loulé. 6.

CELESTINO PÉREZ, S. (1991) – Cancho Roano, un complexo urbano orientalizante en Zalamea de la Serena (Badajoz). In *La presencia de material etrusco en la Península Ibérica*. Barcelona: Universidad de Barcelona. p. 439-456.

CELESTINO PÉREZ, S. (1992) – Cancho Roano. Un centro comercial de carácter político--religioso de influencia oriental. *Rivista de Studi Fenici*. Roma. 20: 1, p. 19-46.

CELESTINO PÉREZ, S. (1994) – Los altares en forma de «lingote chipriota» de los santuarios de Cancho Roano. *Revista de Estudios Ibericos*. Madrid. 1, p. 291-309.

CELESTINO PÉREZ, S. (1995) – El período orientalizante en Extremadura. *Extremadura Arqueológica*. Mérida. 4, p. 67-90.

CELESTINO PÉREZ, S. (1997) – Santuarios, centros comerciais y paisajes sacros. *Quaderns de Prehistória i Arqueologia de Castelló (espacios y lugares cultuales en el mundo ibérico)*. Castelló. 18, p.359-389.

CELESTINO PERÉZ, S. (2001) – Los santuarios de Cancho Roano. Del indigenismo al orientalismo arquitectónico. In RUIZ MATA, D.; CELESTINO, S., eds. – *Arquitectura Oriental y Orientalizante en la Península Ibérica*. Madrid: Centro de Estudios del Próximo Oriente; Consejo Superior de Investigaciones Científicas. p. 17-56. 123-157

CELESTINO PÉREZ, S., ed. (1996) – *El Palacio-Santuario de Cancho Roano V-VI-VII. Los sectores Oeste, Sur y Este Norte*. Badajoz: Museo Arqueológico Provincial. CELESTINO PÉREZ, S.; JULIAN, J. M., (1991) – El caballo de bronce de Cancho Roano. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*. Madrid. 18, p. 179-188.

CELESTINO PÉREZ, S.; JIMÉNEZ ÁVILA, F. J. (1993) – *El Palacio-Santuario de Cancho Roano IV. el sector Norte*. Badajoz: B. Gil Santa Cruz.

CELESTINO PÉREZ, S.; MARTÍN, A. (1996) – *El Palacio-Santuario de Cancho Roano VII. el sector Este*. Madrid: Editora Regional Extremeña.

CELESTINO PÉREZ, S.; JIMÉNEZ ÁVILA, F. J. (1997) – *El Palacio-Santuario de Cancho Roano V. el sector Oeste*. Madrid: Editora Regional Extremeña.

CORREIA, V. H. (1993) – As necrópoles da Idade do ferro do sul de Portugal. Arquitectura

e rituais. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 33, 3-4, p. 351-370. Actas do I Congresso de Arqueologia Peninsular

CORREIA, V. H. (1996) – *A epigrafia da Idade do Ferro no sul de Portugal*. Porto: Ethnos.

CORREIA, V. H. (1997) – Um modelo historiográfico para a idade do ferro do sul de Portugal e a sua arqueologia. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 37:3-4, p. 41-85.

DAVIS, D. (2005) – *Faunal remains from Alcáçova de Santarém*, Portugal. Lisboa: IPA. (Trabalhos de Arqueologia).

DELGADO HERVÁS, A. (2001) – *De guerreros a comerciantes: Poder e intercambio en las comunidades del Bronce Final de Andalucía Occidental*. Barcelona: Universidad Pompeu Fabra.

DIOGO, A. M. D. (1987) – Quadro tipológico das ânforas de fabrico lusitano. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 5, p. 179-191.

DIOGO, A. M. D. (1993) – Ânforas pré-romanas dos Chões de Alpompé (Santarém). *Estudos Orientais*. Lisboa. 4, p. 215-227.

DIOGO, A. M. D. (1996) – Elementos sobre ânforas de fabrico lusitano. In *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado*. Lisboa: Publicações Dom Quixote; Seixal: Câmara Municipal. p. 61-71.

ESCACENA, J. L. (2002) – Dioses, Toros y Altares. Un templo para Baal en la antigua desembocadura del Guadalquivir. In FERRER, E., ed. – *Ex Oriente Lux: Las Religiones Orientales Antiguas en la Península Ibérica*. Sevilla: Universidad de Sevilla; Fundación El Monte. p. 33-75.

ESCACENA, J. L. e IZQUIERDO, R. (2001) – Oriente en Occidente. Arquitectura civil y religiosa en un barrio fenicio de la *Caura* tartésica. In RUIZ MATA, D., CELESTINO, S., eds. – *Arquitectura Oriental y Orientalizante en la Península Ibérica*. Madrid: Centro de Estudios del Próximo Oriente; Consejo Superior de Investigaciones Científicas. p. 123-157.

ESTRELA, S. (1999) – Monte Molião, Lagos: intervenção de emergência (1998) e problemas de gestão do património em sítios arqueológicos classificados. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 2: 1, p. 199-234.

FABIÃO, C. (1998) – *O mundo indígena e a sua romanização na área céltica do território português*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Dissertação de doutoramento. 3 volumes.

FARIA, A. M. (1987) – Guerras e conflitos no vale do Tejo na Antiguidade: o testemunho dos tesouros monetários. In *Arqueologia no vale do Tejo*. Lisboa: IPPC, p. 60-61.

FARIA, A. M. (1994) – Uma inscrição em caracteres do Sudoeste achada em Mértola. *Vipasca*. Aljustrel. 3, p. 61-63.

FERNANDEZ JURADO, JESÚS (2005) – Y por fin llegaran los fenícios..., a Huelva. In CELESTINO PÉREZ e JIMÉNEZ ÁVILA. eds. – *El periodo Orientalizante (Actas do Congreso de Protohistoria del Mediterráneo Occidental)*. Anejos de AespA, XXXV. Mérida: Consejo Superior de Investigaciones Científicas; Instituto de Arqueología de Mérida. p. 731-748.

FRANKENSTEIN, S. (1997) – *Arqueología del colonialismo. El impacto fenicio y griego en el sur de la Península Ibérica y el suroeste de Alemania*. Barcelona: Crítica.

GAMITO, T. J. (1991) – A introdução da metalurgia do ferro no Sudoeste. Peninsular, com base nas datações de radiocarbono. In *Actas das IV Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 299-304.

GAMITO, T. (1994) – Polícia Judiciária. *Informação Arqueológica*. Lisboa. 9, p. 115-117.

GAMITO, T. J. (1997) – *Ipses* (Vila Velha, Alvor). In *Noventa séculos entre a serra e o mar*. Lisboa: Ministério da Cultura; IPPAR. p. 257-263.

GARCÍA FERNÁNDEZ, F.J. (2003) – *Los Turdetanos en la Historia: Análisis de los testimonios literarios grecolatinos*. Écija: Editorial Gráficas Sol.

GILLES, F.; MATA, E.; BENÍTEZ, R.; GONZALEZ, B.; MOLINA, M. I. (1993-94) – Fechas de radicarbono 14 para la Prehistoria y Protohistoria de la Provincia de Cádiz. *Bolletin del Museo de Cádiz*. Cádiz. 6, p. 43-52.

GOMES, M. V. (1993) – O estabelecimento fenício-púnico de Cerro da Rocha Branca (Silves). *Estudos Orientais*. Lisboa. 4, p. 73-107. Actas do Encontro "Os fenícios no território português».

GOMEZ BELLARD, C. (1990) – *La colonización fenicia de la isla de Ibiza*. Madrid: Ministério de Cultura (Excavaciones Arqueológicas en España; 157).

GONÇALVES, V. S.; ARRUDA, A. M.; CALADO, M. (2003) – Novos contributos para a arqueologia do Algarve Oriental. *OPHIUSSA*. Lisboa. 0, p. 161-180.

GRAS, M. (1998) – *O Mediterrâneo Arcaico*. Lisboa: Ed. Teorema.

INHUMACIONES INFANTILES en el ámbito mediterráneo español (siglos VII a.E. al II d E). (1989). In *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología Castellonenses*. Castellon de la Plana: Diputación provincial. 14.

JIMENÉZ FLORES, A. M. (2002) – *Pueblos y Tumbas. El Impacto Oriental en los Rituales Funerarios del Extremo Occidente*. Écija; Sevilla: Editorial Gráficas Sol.

LEUWAARDEN, W. van; JANSEN, C.R. (1985) – A preleminary palynological study of a peat deposits near an oppidum in the lower Tagus valley, Portugal. In *Actas da I reunião do quaternário ibérico. Lisboa: Grupo de trabalho para o Estudo do quaternário/Grupo Español de Trabajo del cuaternario*. Lisboa. 2, p. 225-235.

LOPEZ CASTRO, J. L. (1992) – Los libiofenicios: una colonización agrícola en el sur de la Península Ibérica. *Revista di Studi Fenici*. Roma. 20, p. 47-65.

LÓPEZ PALOMO, L. A. (1981) – Alhonoz: Excavaciones de 1973 a 1978. *Noticiario Arqueológico Hispánico*. Madrid. 11, p. 33-187.

LÓPEZ PALOMO, L. A. (1983) – Alhonoz, ciudad perdida en la protohistoria andaluza. *Revista de Arqueología*. Madrid. 26, p. 16-23.

M. MAIA; MAIA, M.; SILVA, L. F. (2000) – *Carta arqueológica da Freguesia do Cachopo (Tavira)*. Tavira: Campo Arqueológico de Tavira.

MAIA, M. (1987) – Dois *larnakes* da Idade do Ferro do Sul de Portugal. *Veleia*. Vitoria. p. 223--242. Actas del IV coloquio sobre Lenguas e culturas Paleohispanicas. Vitoria / Gasteiz – 1985.

MAIA, M. (1988) – Neves II e a facies cultural de Neves Corvo. *Arquivo de Beja*. Beja. 2ª Série, 3, p. 23-42. Actas do 1º Encontro de Arqueologia da região de Beja.

MAIA, M. (2000) – Tavira fenícia: o território a Ocidente do Guadiana, no inícios do I milénio a.C.». In *Fenícios y território*. Alicante: Instituto Alicantino de Cultura «Juan Gil-Albert». p. 121-150.

MAIA, M. (2003) – Fenícios em Tavira. In *Tavira: território e poder*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 57- 72.

MAIA, M. (2004) – Tavira Turdetana, porto do "Círculo do Estreito" nos finais do séc. V a. C. [Em linha]. Associação Arqueológica de Tavira.

[Consult. 30 Out. 2005]. Disponível em www. <URL:http://www.arqueotavira.com/Estudos/PescaTavira.pdf>. Comunicação à Conferência Internacional: Historia de la Pesca en el Âmbito del Estrecho. Puerto de Santa Maria (Cádiz), Junho 2004.

MAIA, M.; MAIA, M. (1986) – *Arqueologia da área mineira de Neves Corvo. Trabalhos realizados no triénio 1982-84*. Castro Verde: Somincor.

MAIA, M.; MAIA, M. (1996) – Arqueologia do couto mineiro de Neves Corvo. In *Mineração do Baixo Alentejo*. Castro Verde: Câmara Municipal. p. 83-93.

MALUQUER DE MOTES, J. (1981) – *O santuario protohistorico de Zalamea la Serena*. Barcelona; Badajoz: Programa de investigaciones Protohistóricas.

MALUQUER DE MOTES, J.; PALLARÉS, R. (1980) - *El Palau Santuari de Cancho Roano a Zalamea la Serena (Badajoz)*. Barcelona: Institut d'Arqueologia i Prehistòria. p. 39-66.

MALUQUER DE MOTES, J.; CELESTINO PÉREZ, S.; GRACIA, F. e MUNILLA, G. (1986) – *El Santuario protohistorico de Zalamea la Serena*. Barcelona: Programa de investigaciones Protohistóricas XVI.

MALUQUER DE MOTES, J.; GRACIA, F.; MUNILLA, G. e CELESTINO PÉREZ, S. (1987) – Cancho Roano, un Palacio-Santuario del siglo V a. C.. *Revista de Arqueologia*. Madrid. 74, p. 36-50.

MARKOE, G. E. (2000) – *Phoenicians*. Londres: British Museum Press.

MARQUES, G. (1982-83) – Aspectos da Protohistória do território português. II – Povoado de Santa Eufémia (Sintra). *Sintria*. Sintra. 1, p. 59-87.

MATALOTO, R. (1999) – As ocupações Protohistóricas do Castelo do Giraldo (Évora). *Revista de Guimarães*, Guimarães. Vol. Especial 1, p. 333--362. Actas do Congresso de Proto-História Europeia.

MATALOTO, R. (2004) – *Um "monte" da Idade do Ferro na Herdade da Sapatoa: ruralidade e povoamento no I milénio a.C. do Alentejo Central*. Lisboa: IPA. (Trabalhos de Arqueologia; 37).

MAYET, F.; SILVA, C. T. da (1992) – Abul, um estabelecimento orientalizante do século VII a.C. no baixo vale do Sado. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 9-10, p. 315-333.

MAYET, F.; SILVA, C. T. da (1993) – Presença fenícia no Baixo Sado. *Estudos Orientais* Lisboa. 4. Actas do Encontro "Os fenícios no território português.

MAYET, F.; SILVA, C. T. da (1997) – L'établissement phénicien d'Abul (Alcácer do Sal). In *Itineraires Lusitaniens*. Paris: Diffusion de Boccard. p. 255-271.

MAYET, F.; SILVA, C. T. (2000) – *L'établissement phénicien d'Abul Portugal. Comptoir et sanctuaire*. Paris: Diffusion E. de Boccard.

MAYET, F. e SILVA, C. T. (2005) – *Abul. Fenícios e Romanos no Vale do Sado/Phéniciens et Romains dans la vallée du Sado*. Setúbal: Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal.

MEDEROS, A. (1996) – La conexión levantino-chipriota. Indicios de comercio atlántico con el mediterráneo oriental durante el Bronce final (1150-950). *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 53:2, p. 95-115.

MEDEROS, A. (1997) – Nueva cronologia del bronce final del occidente de Europa. *Complutum*. Madrid. 8, p. 73-86.

MEDEROS, A. (2005) – La cronología fenicia. Entre el Mediterráneo Oriental y el Occidental. In CELESTINO, S.; JIMÉNEZ, J., eds. – *El Periodo Orientalizante en la Península Ibérica*

(Mérida 2003). Madrid: CSIC. p. 305- 346. (Anejos de AEspA; XXXIII).

ORTEGA BLANCO, J.; VALLE GUTIÉRREZ, M. (2004) – El poblado de la Edad del Hierro del Cerro de la Mesa (Alcolea de Tajo, Toledo). Primeros resultados. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 61:1, p. 175-185.

PAIXÃO, A. C. (1983) – Uma nova sepultura com escaravelho da necrópole proto-histórica do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 4, 1, p. 273-286.

PELLICER, M. (1996) – Huelva tartesia y fenicia. *Rivista di Studi Fenici*. Roma. XXIV, 2, p. 119-140.

PELLICER CATALÁN, M., (2000) – El processo orientalizante en el occidente ibérico. *Huelva Arqueológica*. Huelva. 16, p. 90-127.

PEÑA, M. J. (1976-78) – La (supuesta) cláusula referente al Sudeste y al Levante peninsular en el tratado entre Roma y Cartago. *Ampurias*. Barcelona. 38-40, p. 511-530.

PERDIGONES, L.; MUÑOZ, A.; PISANO, G. (1990) – La necrópolis fenicio-púnica de Cádiz: siglos VI-IV a. de C. *Studia Punica* 7. Roma.

PEREIRA, I. (1997) – Santa Olaia et le commerce atlantique. In *Itineraires Lusitaniennes*. Paris: Difusion de Bocard. p. 209-253.

PERÉZ VILATELLA, P. (2001) – Alarcão y la Lusitania. Recensión y contestación crítica. *El miliário extravagante*. 82, p. 14-20.

PICARD, G. CH. (1996) – L´administration territoriale de Carthage. *Mélanges Piganiol*. Paris. III, p. 1257-1266.

PIMENTA, J. (2005) – *As ânforas romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia, 41).

PINTO, C. V.; PARREIRA, R. (1978) – Contribuição para o estudo do Bronze final e do Ferro inicial a Norte do estuário do Tejo. In *Actas das III Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 147-163.

RAMON TORRES, J. (1995) – *Las ánforas fenicio-púnicas del mediterráneo central y occidental*. Barcelona: Universitat.

REGO, M.; GUERRERO, O.; GOMEZ, F. (1996) – Mértola: una ciudad mediterranea en el contexto de la Edad del Hierro en el Bajo Guadiana. In *Actas das I Jornadas transfronterizas sobre la contienda hispano-portuguesa*. Aroche: Biblioteca de Estudios Arachoneses. p. 119-132.

RIBEIRO, O. (1986) – *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa: Livraria Sá da Costa. 4ª edição.

ROCHA, A. S. (1910) – Memórias e explorações arqueológicas II. Estações proromanas da Idade do Ferro nas vizinhanças da Figueira. *Portugália*. Porto. 2, p. 302-356

RUFETE TOMICO, P. (1988-89) – Las cerámicas con engobe rojo de Huelva. *Huelva Arqueológica*. Huelva. X-XI: 3, p. 10-40.

RUFETE TOMICO, P. (2002) – El Final de Tartessos y el periodo Turdetano en Huelva, *Huelva Arqueológica*. Huelva, p. 27-28.

RUIZ-GÁLVEZ, M., (1998) – *La Europa Atlántica en la Edad del Bronce. Un viaje a las raices de la Europa occidental*. Barcelona: Crítica.

RUIZ-GÁLVEZ, M. (2000) – La precolonización revisada: De los modelos del s. XIX al concepto de interacción. In FERNÁNDEZ, P.; WAGNER, C. G; LÓPEZ, F., eds. – *Intercambio y Comercio Preclásico en el Mediterráneo. Actas del I coloquio del CEFYP (Madrid, 9-12 de noviembre, 1998)*. Madrid: CEFYP. p. 9-25.

RUIZ MATA, D. (1998) – Turdetanos: origen, territorio y delimitación del tiempo histórico. *Revista de Estudios Ibéricos*. Madrid. 3, p. 153-221.

RUIZ MATA, D.; PÉREZ, C. J. (1995) – *El poblado fenicio del Castillo de Doña Blanca (El Puerto de Santa Maria, Cádiz)*.. Puerto de Santa Maria: Biblioteca de temas portuenses.

SCHMITT, A. (2000) – Étude pétrographique des céramiques phéniciennes d'Abul. In MAYET, F.; SILVA, C. T. – *L'établissement phénicien d'Abul. Comptoir et samctuaire*. Paris: Diffusion de Boccard, p. 265-279.

SENNA-MARTINEZ, J.C., (2000) – O problema dos primeiros ferros peninsulares em contextos do Bronze Final da Orla Atlântica: os dados do «Outeiro dos Castelos de Beijós» (Carregal do Sal). *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa: Colibri. 6, p. 39-56.

SILVA, C. T. (2001) – A Idade do Ferro na região do baixo Sado. Contribuições recentes. In *Arqueologia e História Regional da península de Setúbal*. Lisboa: Universidade Aberta, p. 79-100.

SILVA, C. T.; SOARES, J.; BEIRÃO, C. de M.; DIAS, L. F.; COELHO-SOARES, A. (1980-81) – Escavações arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal (campanha de 1979). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 6-7, p. 149-218.

SILVA, C. T.; SOARES, J., eds. (1993) – *Ilha do Pessegueiro. Porto romano da costa alentejana*. Lisboa: Instituto da Conservação da Natureza.

SILVA, C. T; SOARES, J. (1997) – Chibanes revisitado. Primeiros resultados da campanha de escavações de 1996. *Estudos Orientais*. Lisboa. 6, p. 33-66. Homenagem ao Professor António Augusto Tavares

SILVA, C. T. [et al.] (1980-1981) – Escavações arqueológicas no castelo de Alcácer do Sal (campanha de 1979). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 6/7, p. 149-218.

SOARES, A. M. (2004) – Identificação e caracterização de evntos climáticos na costa portuguesa, entre o final do Plistocénico e os tempos históricos – o papel do radiocarbono. In TAVARES, TAVARES e CARDOSO eds. – Evolução geohistórica do litoral português e fenómenos correlativos. Lisboa: universidade aberta. p. 171-199.

SOARES, J.; SILVA, C. T. (1986) – Ocupação pré-romana de Setúbal: Escavações arqueológicas na Travessa dos Apóstolos. *Trabalhos de Arqueologia*. Lisboa. 3, p. 87-101. Actas do I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana.

SOUSA, E. (2005) – *A cerâmica de "Tipo Kuass" do Castelo de Castro Marim e de Faro*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Dissertação de mestrado. Policopiado.

TORRES ORTIZ, M. (1998) – La cronología absoluta europea y el inicio de la colonización fenicia en Occidente. Implicaciones cronológicas en Chipre y el próximo Oriente. *Complutum*. Madrid. 9, p. 49-60.

TORRES ORTIZ, M. (2001) – Los fenicios en el Sudoeste de la Península Ibérica. In *La colonización Fenicia de Occidente. Estado de la investigación en los inicios del siglo XXI (Actas de las XVI Jornadas de Arqueología Fenicio-púnica)*. Eivissa: Govern de les illes Balears. p. 49-68.

TORRES ORTIZ, M. (no prelo) – ¿Una colonización tartésica en el interfluvio Tajo-Sado durante la primera Edad del Hierro?. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa.

TORRES, M. (2002) – Los fenicios en el Sudoeste de la Península Ibérica. La colonización fenicia de Occidente. Estado de la investigación en los inicios del siglo XXI. In COSTA, B.; FERNÁNDEZ J.H., eds. – *XVI Jornadas de arqueología fenicio-púnica (Eivissa, 2001)*. Eivissa: Museo Arqueológico de Ibiza y Formentera. p. 49-68.

VEIGA, S. P. M. Estacio da (1891) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve*. Lisboa: Imprensa Nacional. Vol. 4.

VILAÇA, R. (1995) – *Aspectos do povoamento da Beira Interior (Centro e sul) nos finais da Idade do Bronze*. Lisboa: IPPAR.

VILAÇA, R. (1997) – Metalurgia do Bronze Final da Beira interior: revisão dos dados à luz dos novos resultados. *Estudos Pré-históricos*. Viseu. 5, p. 123-154.

VILAÇA, R. (no prelo) – Artefactos de ferro em contextos do Bronze Final do território português: novos contributos e reavaliação dos dados. *Complutum*. Madrid.

VILAÇA, R.; ARRUDA, A. M. (2004) – Ao longo do Tejo, do Bronze ao Ferro. *Conímbriga*. Coimbra. 43, p. 11-45.

VILAÇA, R.; BASÍLIO, L. (2000) – Contributo Para a Caracterização Arqueológica da Iª Idade do Ferro da Beira Interior: cerâmicas a torno da Cachouça (Idanha-a-Nova). *Almadan*. Almada. II série, 9, p. 39-47.

WAGNER, C. (1989) – The Carthaginians in Ancient Spain: from administrative trade to territorial annexation. *Studia Phoenicia*. Leuven. 10, p. 145-156.

WAGNER, C. (2000) – Santuarios, territorios y dependencia en la expansión fenicia arcaica en Occidente. *Antiguedad: Religiones y Sociedades (ARYS)*. 3, p. 41-58.

WAGNER, C.; ALVAR, J. (1989) – Fenicios en Occidente: La colonización agrícola, *Rivista di Studi Fenici*. Roma. 17, 1, p. 61-102.

WHITTTAKER, C. R. (1978) – Carthaginian imperialism in the fifth and fourth centuries. In GARNESEY, P. D. A.; WHITTAKER, C. R., eds - *Imperialism in Ancient World*. Cambridge: University Press, p. 50-90.

WRIGHT, G. R.H. (1985) – *Ancient building in South Syria and Palestine*. Leyde-Colónia: E. J. Brill.